

revista cidades

ISSN (online) 2448-1092

volume 16
número 26
2024



equipe editorial

Cidades é uma publicação voltada à divulgação de pesquisas e reflexões que envolvem a compreensão da problemática urbana a partir de um olhar preferencial, mas não exclusivamente geográfico.

Fundada em 2002 sob a responsabilidade do Grupo de Estudos Urbanos (GEU), ela está hoje sediada na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) sob a responsabilidade de um Conselho Editorial que, em 2020, assumiu a revista sob o compromisso com a pluralidade na produção do conhecimento no campo dos estudos urbanos.

A revista tem como objetivo contribuir para ampliar nossa capacidade de ler e interpretar o processo de urbanização e as cidades num período em que tem se aprofundado a complexidade das relações que orientam processos e dinâmicas e se aceleram o ritmo das transformações.

Cidades está vinculada à linha de pesquisa Produção do espaço urbano-regional do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFFS.

Publicação sob responsabilidade da Universidade Federal da Fronteira Sul
Rodovia SC 484 - Km 02, - Chapecó, SC,
Brasil. CEP 89815-899
ISSN (online) 2448-1092

cidades.ufffs.edu.br
@revistacidades



Programa de
Pós-Graduação
em Geografia

Esta revista está licenciada sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.



volume 16 | número 26 | ano 2024

Conselho editorial

Dr.ª Catherine Chatel

Université Paris Cité, França

Dr. Igor Catalão

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Dr.ª Juçara Spinelli

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Dr. Márcio José Catelan

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Dr. Oscar Sobarzo

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Dr.ª Patricia Helena Milani

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Dr. William Ribeiro

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Responsável editorial

Dr. Igor Catalão

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Direção de arte e projeto gráfico

Me. Amanda Rosin de Oliveira

AROLab | Universidade de São Paulo (USP)

Equipe de apoio

Me. Carliana Grosseli

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)

Me. João Henrique Zoehler Lemos

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Marco Antônio Rottava

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Vitor Hugo Batista

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Bibliotecária responsável

Franciele Scaglioni da Cruz

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Capa

Corografia por Carolina Sato

Conselho Editorial Internacional

Dr.ª Alicia Lindón	Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa	México	alicia.lindon@gmail.com
Dr.ª Ana Fani Alessandri Carlos	Universidade de São Paulo	Brasil	anafanic@usp.br
Dr. Angelo Serpa	Universidade Federal da Bahia	Brasil	angeloserpa@hotmail.com
Dr.ª Aurélia Michel	Université Paris Cité	Fança	aurelia.michel@univ-paris-diderot.fr
Dr. Carles Carreras	Universitat de Barcelona	Espanha	ccarreras@ub.edu
Dr.ª Carme Bellet <i>in memoriam</i>	Universitat de Lleida	Espanha	carme.bellet@udl.cat
Dr.ª Claudia Damasceno	École des Hautes Études en Sciences Sociales	Fança	claudia.damasceno@ehess.fr
Dr.ª Diana Lan	Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires	Argentina	dlan@fch.unicen.edu.ar
Dr.ª Doralice Sátyro Maia	Universidade Federal da Paraíba	Brasil	dsatyromaia@gmail.com
Dr. Federico Arenas	Pontifícia Universidad Católica de Chile	Chile	farenasv@uc.cl
Dr. Gabriel Silvestre	University of Sheffield	Reino Unido	g.silvestre@sheffield.ac.uk
Dr. Horacio Capel	Universitat de Barcelona	Espanha	hcapel@ub.edu
Dr. Jan Bitoun	Universidade Federal de Pernambuco	Brasil	bitounjan@gmail.com
Dr. José Borzachiello da Silva	Universidade Federal do Ceará	Brasil	borzajose@gmail.com
Dr. Laurent Vidal	Université de La Rochelle	Fança	lvidal@univ-lr.fr
Dr.ª Leila Christina Dias	Universidade Federal de Santa Catarina	Brasil	leila@cfh.ufsc.br
Dr.ª Luciana Buffalo	Universidad Nacional de Córdoba	Argentina	lubuffalo@gmail.com
Dr. Luis Alberto Salinas Arreortua	Universidad Nacional Autónoma de México	México	luis_arreortua@hotmail.com
Dr.ª Maria Encarnação Beltrão Sposito	Universidade Estadual Paulista	Brasil	mebsposito@gmail.com
Dr.ª María Laura Silveira	Conicet/Universidad de Buenos Aires	Argentina	maria.laura.silveira.1@gmail.com
Dr.ª Odette Carvalho de Lima Seabra	Universidade de São Paulo	Brasil	odseabra@usp.br
Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Brasil	paulo.soares@ufrgs.br
Dr. Pedro de Almeida Vasconcelos	Universidade Federal da Bahia	Brasil	pavascon@uol.com.br
Dr. Roberto Lobato Corrêa	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Brasil	lobatocorrea39@gmail.com
Dr. Rodrigo Hidalgo	Pontifícia Universidad Católica de Chile	Chile	rodrigohidalgogeo@gmail.com
Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Junior	Universidade Federal do Pará	Brasil	stclair-jr@hotmail.com
Dr.ª Tatiana Schor	Universidade Federal do Amazonas	Brasil	tatiana.schor@gmail.com
Dr. Vincent Berdoulay	Université de Pau et des Pays de l'Adour	Fança	vincent.berdoulay@univ-pau.fr

índice

P.05 - 09
APRESENTAÇÃO

P.10 - 11
POLÍTICA EDITORIAL

P.12 - 22
EM DIREÇÃO A UMA
ARQUITETURA DO
GOZO.
HENRI LEFEBVRE,
ŁUKASZ STANEK;
CLAUDIO SMALLY
SOARES PEREIRA,
JEAN LEGROUX

P.22 - 37
UM ESTUDO SOBRE
AS EXPERIÊNCIAS
DE MULHERES
NO TRANSPORTE
COLETIVO DE JOÃO
PESSOA - PB

ANA KARLA
LINHARES DA
SILVA, MARCELA
DIMENSTEIN

P.38 - 59
VULNERABILIDADE,
EXPOSIÇÃO E RISCO
CLIMÁTICO EM
JOÃO PESSOA - PB.

RENATO RÉGIS
ARAÚJO, KAINARA
LIRA DOS ANJOS,
LETÍCIA PALAZZI
PEREZ, ANDRÉA
LEANDRA PORTO
SALES

P.60 - 85
REFLEXÕES
EPISTEMOLÓGICAS
SOBRE A CIDADE-
ARMÁRIO E GRUPOS
LGBTQIA+

MIGUEL PACÍFICO
FILHO, THELMA
PONTES BORGES,
WALACE
RODRIGUES

P.86 - 106
NOTAS ACERCA
DE UM ESPAÇO
CADA VEZ MAIS
METROPOLIZADO

ALEXANDRO SOUZA
DE AMICO

P.107 - 130
MARGEAR:
EXIGÊNCIAS ÉTICO-
POLÍTICAS E CO-
EMERGÊNCIAS
METODOLÓGICAS
PARA PENSAR COM
OS TERRITÓRIOS
DANIELE CARON,
ANA CABRAL
RODRIGUES

P.131 - 152
A LEGISLAÇÃO
BRASILEIRA E A
GESTÃO DE RISCOS
E DESASTRES

CAROLINE MARIA
CADORE BORGES,
LUIZ EDUARDO DE
SOUZA ROBAINA,
ANDERSON AUGUSTO
VOLPATO SCOTTI

índice

P.153 - 184
DO LADO DE
DENTRO DOS
MUROS: UMA
ANÁLISE DOS
ESPAÇOS
RESIDENCIAIS
FECHADOS E
CONTROLADOS DE
ANGRA DOS REIS/RJ
**ELIANE MELARA,
LUCAS FERREIRA
ANDRADE**

P.185 - 216
PERMANÊNCIAS E
TRANSFORMAÇÕES
DO CENTRO EM
CIDADES MÉDIAS:
CAMPINA GRANDE/
PB E CARUARU/PE
**DORALICE SÁTYRO
MAIA, LETÍCIA
BARBOSA BOMFIM**

P.217 - 239
REZAGOS DE LOS
INSTRUMENTOS DE
PLANIFICACIÓN
URBANA EN LAS
DINÁMICAS DE
CRECIMIENTO DE
CIUDADES MEDIAS
CHILENAS
**CRISTIAN HENRÍQUEZ,
FEDERICO ARENAS,
ABRAHAM PAULSEN**

P.240 - 265
DEGRADAÇÃO
DE ÁREAS DE
PROTEÇÃO
PERMANENTE (APPs)
E IMPLICAÇÕES AO
ABASTECIMENTO
HÍDRICO DAS
CIDADES NA
AMAZÔNIA NORTE
MATO-GROSSENSE

**MARISA REGINA
KOHLER, AUMERI
CARLOS BAMPI,
CARLOS ALBERTO
FRANCO DA SILVA,
VINICIUS DE FREITAS
SILGUEIRO**

P.I - XIII **COMEMORAÇÃO DE 20 ANOS I - II**
CIDADES:
UM TRIBUTO
MARCELO LOPES DE SOUZA **III - IV**

REVISTA CIDADES:
20 ANOS
PEDRO DE ALMEIDA VASCONCELOS **V - VI**

CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DA REVISTA CIDADES:
AOS ESTUDOS URBANOS
JOSÉ BORZACCHIELLO DA SILVA **VII - VIII**

A REVISTA CIDADES
E A “NOVA ERA URBANA”
PAULO ROBERTO RODRIGUES SOARES **IX - X**

CIDADES:
UMA IDEIA, UM PERCURSO, MUITOS APRENDIZADOS
MARIA ENCARNAÇÃO BELTRÃO SPÓSITO **XI - XIII**

apresentação

Chapecó, 22 de dezembro de 2024.

Igor Catalão
Responsável editorial

Trazemos a público o vol. 16, n. 26 de CIDADES. A partir deste número, acompanhando um conjunto de mudanças que o Conselho Editorial tem implementado desde que assumiu o trabalho na revista, passamos a publicar apenas um volume anual, composto tanto pelos textos oriundos de submissões espontâneas em fluxo contínuo quanto por textos integrantes de dossiês temáticos.

Em 2024, CIDADES completou 20 anos da publicação do seu primeiro número e, para celebrar, trazemos um conjunto de depoimentos de colegas que tiveram participação na sua história, seja como integrantes do Conselho Científico, seja como autores ou avaliadores de textos.

A pluralidade na pesquisa urbana contemporânea se manifesta, neste número, pela publicação de textos em temas como experiência de mulheres e população LGBT+, vulnerabilidade ao risco climático na cidade, legislação e instrumentos urbanos, metropolização, cidades médias, centro e centralidade urbana, entre outros.

CIDADES mantém-se com o trabalho dos colegas do Conselho Editorial, de todos os avaliadores das submissões, que cumprim um papel imprescindível, e da equipe de apoio. Cada número fechado representa muito trabalho e dedicação de toda a equipe, a quem agradeço. ■

Boa leitura!

presentación

Chapecó, 22 de diciembre de 2024.

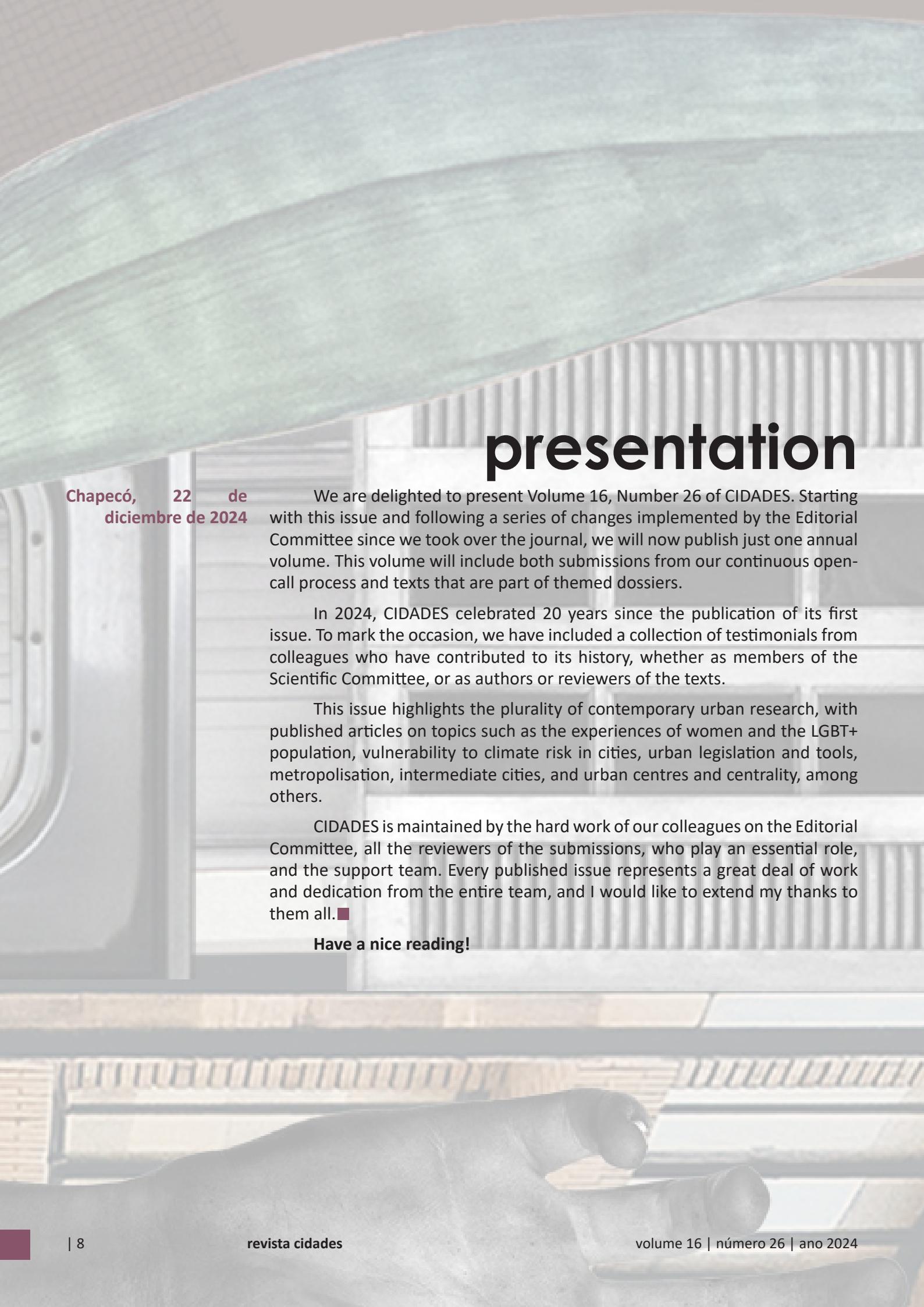
Traemos al público el vol. 16, n. 26 de CIDADES. A partir de este número, siguiendo un conjunto de cambios que el Comité Editorial ha implementado desde que asumió la dirección de la revista, comenzamos a publicar sólo un volumen anual, compuesto tanto por textos resultantes de envíos espontáneos en flujo continuo como por textos que forman parte de expedientes temáticos.

En 2024, CIDADES cumplió 20 años desde la publicación de su primer número y, para celebrarlo, traemos un conjunto de testimonios de colegas que participaron en su historia, ya sea como miembros del Consejo Científico, como autores o como revisores de textos.

La pluralidad en la investigación urbana contemporánea se manifiesta en este número a través de la publicación de textos sobre temas como las experiencias de mujeres y la población LGBT+, la vulnerabilidad al riesgo climático en la ciudad, la legislación y los instrumentos urbanos, la metropolización, las ciudades intermedias, el centro y la centralidad urbana, entre otros.

CIDADES se mantiene gracias al trabajo de los colegas del Comité Editorial, de todos los revisores de los envíos, que cumplen un papel esencial, y del equipo de apoyo. Cada número finalizado representa mucho trabajo y dedicación de todo el equipo, a quienes agradezco. ■

¡Buena lectura!



Chapecó, 22 de diciembre de 2024

presentation

We are delighted to present Volume 16, Number 26 of CIDADES. Starting with this issue and following a series of changes implemented by the Editorial Committee since we took over the journal, we will now publish just one annual volume. This volume will include both submissions from our continuous open-call process and texts that are part of themed dossiers.

In 2024, CIDADES celebrated 20 years since the publication of its first issue. To mark the occasion, we have included a collection of testimonials from colleagues who have contributed to its history, whether as members of the Scientific Committee, or as authors or reviewers of the texts.

This issue highlights the plurality of contemporary urban research, with published articles on topics such as the experiences of women and the LGBT+ population, vulnerability to climate risk in cities, urban legislation and tools, metropolisation, intermediate cities, and urban centres and centrality, among others.

CIDADES is maintained by the hard work of our colleagues on the Editorial Committee, all the reviewers of the submissions, who play an essential role, and the support team. Every published issue represents a great deal of work and dedication from the entire team, and I would like to extend my thanks to them all. ■

Have a nice reading!

présentation

**Chapecó, 22 décembre
2024.**

Nous publions le volume 16, numéro 26 de CIDADES. À partir de ce numéro, et en continuité d'une série de changements mis en œuvre par le Comité de rédaction depuis que l'on a pris en charge la revue, nous ne publierons plus qu'un seul volume par an. Celui-ci comprendra à la fois des textes issus de soumissions spontanées en continu et des textes faisant partie de dossiers thématiques.

En 2024, CIDADES a célébré les 20 ans de la publication de son premier numéro. Pour marquer cet événement, nous avons rassemblé une série de témoignages de collègues qui ont participé à son histoire, que ce soit en tant que membres du Comité scientifique, auteurs ou évaluateurs de textes.

La pluralité de la recherche urbaine contemporaine se manifeste, dans ce numéro, par la publication de textes sur des thèmes tels que les expériences des femmes et de la population LGBT+, la vulnérabilité face aux risques climatiques en ville, la législation et les instruments urbains, la métropolisation, les villes moyennes et la centralité urbaine, entre autres.

CIDADES continue d'exister grâce au travail des collègues du Comité de rédaction, de tous les évaluateurs de soumissions, qui jouent un rôle essentiel, et de l'équipe de soutien. Chaque numéro achevé représente un travail et un dévouement considérables de la part de toute l'équipe, et je les en remercie. ■

Bonne lecture !

política editorial

DIRETRIZES PARA AUTORES

CIDADES publicará, em fluxo contínuo, textos que contenham detalhamento de estudos ou pesquisas empíricas ou bibliográficas concluídas assim como debates teórico-metodológicos aprofundados. A critério da Equipe Editorial, poderão ser publicados textos relevantes e obras clássicas de divulgação nacional e internacional, respeitando as regras relativas aos direitos autorais, assim como críticas bibliográficas.

Os artigos científicos devem ter, preferencialmente, **entre 30.000 a 75.000 caracteres** em seu documento completo, digitados em formato .doc, .docx ou .odt, com espaçamento 1,5 entrelinhas, fonte **Calibri, tamanho 12 e sem recuos e espaçamento de parágrafos**.

Caso o trabalho seja oriundo de pesquisa que tenha obtido fomento de alguma instituição, esta informação deverá ser mencionada em nota de rodapé sem identificação de autores/as na fase de avaliação. Os autores e autoras deverão ter este cuidado na preparação do texto como um todo, ou seja, não inserir qualquer identificação própria em notas de rodapé, legenda de figuras ou nas referências ao final do texto.

As notas devem ser inseridas no rodapé da página em que forem indicadas por algarismos numéricos arábicos sobrescritos. Exemplo: bairro¹, cidades², metropolização³.

Os artigos científicos devem ter obrigatoriamente um **resumo de 100 a 250 palavras**, em, pelo menos, três idiomas: português (obrigatório), inglês, espanhol ou francês. O título e as palavras-chave (máximo 6) também deverão ser traduzidas para as línguas em que o resumo for apresentado.

Serão aceitos textos encaminhados por autores não lusófonos, desde que escritos em inglês, francês ou espanhol.

As referências a autores deverão ser feitas no corpo do texto, indicando-se o sobrenome em caixa alta e baixa, seguido do ano de publicação da obra. Exemplo: (Silva, 2007), Silva (2007). Havendo mais

de uma obra com o mesmo sobrenome, publicada no mesmo ano, deverão ser acrescentadas as letras do alfabeto em minúsculo, após o ano da publicação, por ordem de citação nas referências apresentadas ao final do texto. Exemplo: (Silva, 2007a), (Silva, 2007b), (Silva, 2007c).

As referências e citações devem seguir as orientações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). É fundamental que os nomes dos autores nas referências, ao final do texto, venham completos e sem substituição por traços no caso de repetição. Exemplo: SILVA, José Pedro da; SOUZA, Aline; SANTOS, Rui Paiva. Os títulos das obras devem vir destacados em itálico. **Em caso de dúvida, consultar a bibliotecária responsável pela revista CIDADES.**

As citações literais de trechos de textos de outros autores, se tiverem até três linhas, devem manter-se no corpo do texto entre aspas e, se tiverem mais de três linhas, **deverão ser destacadas com recuo de 4 cm, em fonte Calibri 10, sem aspas**.

Expressões ou trechos no texto aos quais o autor queira dar destaque devem vir em sublinhado. As expressões ou excertos mantidos em língua estrangeira deverão estar escritos em *italico*. Exemplo: *tout court, a priori, vis-à-vis*. Os autores não devem utilizar **negrito**, que é reservado para títulos e subtítulos do texto.

Os títulos, **grafados em negrito**, devem ser escritos em CAIXA ALTA quando principais e Caixa alta e baixa quando subtítulos. Admite-se apenas dois níveis de títulos: **TÍTULOS e Subtítulos**. No caso de subtítulos, apenas a primeira letra deverá vir em letra maiúscula, exceção feita a nomes próprios.

As figuras deverão ser encaminhadas em formato digital (JPG, GIF, TIF), numa resolução mínima de 300 dpi, sem moldura, com escala gráfica e legendas legíveis. Elas igualmente devem estar inseridas no corpo do texto. Não enviar imagens em formato PDF. Quando o/a autor/a da figura for o/a mesmo/a do texto, deve-se tomar o cuidado para que não esteja identificado em títulos ou legendas.

Será responsabilidade dos autores e autoras enviar o texto obedecendo à norma padrão da língua em que estiver escrito. Em caso de necessidade de revisão, os textos serão remetidos aos autores e autoras para correção.

O conteúdo e as opiniões expressos pelos autores e autoras dos textos são de sua exclusiva responsabilidade, não representando necessariamente a opinião dos membros da Equipe Editorial de **CIDADES**.

A seleção dos textos será realizada por dois pareceristas do Conselho Científico ou por consultores *ad hoc* cuja nominata será publicada ao final de cada ano. Nos casos em que não houver consenso no parecer, a arbitragem será decidida por meio de um terceiro parecer.

No processo de seleção, consideram-se três situações: texto aceito para publicação, texto reencaminhado ao autor/à autora para modificações ou texto não aceito. Os textos, após modificados pelos autores ou autoras, serão encaminhados aos mesmos pareceristas que avaliaram a primeira versão.

A revista **CIDADES** não promoverá nenhuma forma de remuneração por direitos autorais e os autores e autoras, ao submeterem seus textos, confirmam ciência sobre sua divulgação aberta.

As submissões que não estiverem de acordo com as estas normas serão devolvidas aos autores ou autoras. A seleção dos textos será realizada, preferencialmente, por dois pareceristas do Conselho Científico ou por consultores *ad hoc*. Nos casos em que não houver consenso no parecer, a arbitragem será decidida por meio de um terceiro parecer.

No processo de seleção, consideram-se três situações: texto aceito para publicação, texto reencaminhado ao autor/à autora para modificações ou texto não aceito. Os textos, após modificados

pelos autores ou autoras, serão encaminhados aos mesmos pareceristas que avaliaram a primeira versão.

A revista não promoverá nenhuma forma de remuneração por direitos autorais e os autores e autoras, ao submeterem seus textos, confirmam ciência sobre sua divulgação aberta.

As submissões que não estiverem de acordo com as estas normas serão devolvidas aos autores ou autoras.

DECLARAÇÃO DE DIREITO AUTORAL

CIDADES está licenciada sob a licença Creative Commons Attribution 4.0 International License. A revista não promoverá nenhuma forma de remuneração por direitos autorais e os autores e autoras, ao submeterem seus textos, confirmam ciência sobre sua divulgação em acesso aberto. De igual modo, **CIDADES** não cobrará dos autores e autoras quaisquer taxas de publicação ou revisão. Os autores e autoras são detentores dos direitos autorais dos textos publicados na revista.

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Os nomes e endereços informados a **CIDADES** serão usados exclusivamente para os serviços prestados por ela, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

EM DIREÇÃO A UMA ARQUITETURA DO GOZO^{1 2}

HENRI LEFEBVRE

TRADUÇÃO
CLAÚDIO SMALLEY
JEAN LEGROUX



Esta revista está licenciada sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

1 Extrato do primeiro capítulo da obra de Henri Lefebvre de 1973, inédito na sua versão original em francês, editado e publicado em inglês sob o título *Toward an Architecture of Enjoyment*, pela *University of Minnesota Press* (2014), em uma versão editada por Lukasz Stanek e traduzida por Robert Bononno. Em 2023 foi publicada a primeira versão em francês da obra completa, traduzida e editada por Alain Milon, publicada pela *Presses Universitaires de Paris Nanterre*. A versão aqui traduzida, bem como o comentário elaborado por Lukasz Stanek, também traduzido aqui, foi publicada na “*Criticat: Revue semestrielle de critique d’architecture*” (<https://www.criticat.fr/revue/numero-14.html>), n. 14, p. 76-83, 2014. Agradecemos à *Criticat* pela autorização para publicar esta tradução. Tradução e revisão para o português de Cláudio Smalley (Uece) e Jean Legroux (Unesp).

2 N.T. O mais fácil, do ponto de vista da tradução, seria traduzir o termo *jouissance* pelo termo “prazer” em português. Na apresentação da edição espanhola (Lefebvre, Henri. *Hacia una arquitectura del placer*. Madrid: CIS, 2018), Ion Martínez Lorea (p. 49-50) optou e explicou a tradução de *jouissance* como *placer*, apesar de prazer ser, literalmente em francês, *plaisir*. Não fizemos isso, primeiramente, porque, se fosse “prazer”, seria *plaisir* em francês. Em segundo lugar, porque *jouissance* tem pontos em comum com a palavra “gozo”, para além da acepção estritamente sexual. É, ao mesmo tempo, uma deleitação, mas que vai junto com o direito a esse prazer e bem-estar, ou seja, o usufruto e consciência destes. Olhando para as definições de diversos dicionários, esse conjunto de argumentos justifica a escolha dos tradutores. No dicionário online *Le Robert*, *jouissance* é: 1. *Plaisir que l'on goûte pleinement* (“prazer que se disfruta plenamente”). 2. *Action de se servir d'une chose, d'en tirer les satisfactions qu'elle est capable de procurer* (“Ação de se servir de uma coisa e dela tirar as satisfações que ela é capaz de proporcionar”). No Dicionário Larousse (online), a primeira definição é um “prazer intenso”, com exemplos de sinônimos (bem-estar, delícia, prazer, deleite, satisfação, volúpia e, no sentido literário: deleitação). No segundo, a palavra significa “livre disposição de...” (de usar, beneficiar-se ou usufruir). No Dicionário Priberam, o gozo significa: 1- ato de gozar; 2- sensação ou emoção agradável; 3- posse ou uso pleno de alguma coisa e é sinônimo de “usufruir, divertir-se”. Por essas razões, o termo, no texto, será traduzido por gozo, prazer ou ainda deleitação, dependendo do contexto. Em uma conversa pessoal com André Felix de Souza (Unesp), ele sugeriu que “o gozo do urbano” seria: “o viver em êxtase, vivenciar a cidade enquanto êxtase”.

CAPÍTULO I | A INTERROGAÇÃO

1.

Eu não entendo por “arquitetura” nem a arte prestigiosa de erguer monumentos, nem a simples contribuição de um profissional à indispensável atividade da construção. Na primeira acepção, o arquiteto se eleva a um status de demiurgo; na segunda, responde a uma demanda externa e superior, que lhe autoriza a ser confundido com o engenheiro ou o chefe de empresa.

O que eu proponho que lembremos por “arquitetura” é a produção do espaço em um certo nível, que pode ir desde a mobília até os jardins e os parques, e até mesmo à paisagem. Excluo, portanto, o urbanismo e o que chamamos comumente de “*aménagement du territoire*”³.

Essa acepção do termo “arquitetura” corresponde ao seu uso desde o início deste século [XX], isto é, desde que os arquitetos começaram a conceber móveis e também a se expressar ou a apresentar seu projeto sobre o “meio ambiente”, como temos costume de chamá-lo, embora eu evitaria este termo com precaução porque não tem sentido preciso e é, além disso, distorcido pelos usos abusivos que fizemos dele.

Por que colocar entre parênteses a cidade, o urbano, o urbanismo e o planejamento espacial? As questões relativas às diferentes escalas do espaço não teriam importância? Podemos tirá-las do mapa quando fazemos referência à obra arquitetural? Não! Ao contrário: é nesses níveis que intervêm “agentes” e poderes capazes de esmagar o arquiteto e a sua obra, nem que fosse restringindo-os a um lugar subalterno, àquele da execução de um programa. Precisamente porque é assim, o método dessa pesquisa nos permitirá colocar estes poderes entre parênteses e suspender sua ação pelo pensamento, no objetivo de definir o lugar – esquecido, apagado – da obra arquitetural.

E repito: essa suspensão é a única *démarche* que permite a qualquer um pensar em vez de repetir e de dizer incessantemente a mesma coisa: nada a fazer, nada a pensar, tudo está bloqueado, porque tem “o capitalismo” que comanda e recupera, porque tem o “modo de produção” como sistema e totalidade para pegar ou largar, segundo a lei do “tudo ou nada”.

Toda outra *démarche* consagra o “status quo”, ou seja, o nada do pensamento e, por conseguinte, de ação, seja qual for o domínio vislumbrado.

Queira você pensar um minuto com a seriedade que lhe convém no perigo nuclear, aos mecanismos da morte planetária (por poluição, por esgotamento dos recursos etc.); em suma, em tudo aquilo que ameaça a espécie humana; com ou sem o capitalismo. Como você pode deixar de pensar nisso? Como pode desviar o olhar do seu espírito? Porque você não pode manter esse olhar evidentemente. Logo que você pensa em outra coisa, logo que você quer viver durante alguns momentos apesar do perigo, você o coloca em suspenso, manifestando assim o poder do seu pensamento contra as temíveis potências de morte. Isso significa que você nega os perigos? Não, se você tem algum espírito articulado.

3 N.T. Em francês, o *aménagement* é sinônimo de planejamento, isto é, uma política que emana principalmente do poder do Estado, mesmo que possa haver participação dos habitantes e/ou grupos sociais concernidos por tal ação. Assim, *aménagement du territoire* pode ser entendido como, literalmente, planejamento do território ou como planejamento urbano.

2.

Eis aqui outros argumentos para apoiar essa redução inicial e não final. Melhores? Não. Outros. Complementares.

A arquitetura hoje implica duplamente uma prática social. Primeiro, a prática do habitar (aquele do habitante ou, se queremos usar um termo suspeito, do hábitat). Em seguida, aquela do próprio arquiteto, que exerce uma profissão constituída como tantas outras no decorrer da história, que tem seu lugar (ou não, isso temos de verificar) na divisão social do trabalho, que produz ou, ao menos, contribui para produzir (se é que tem verdadeiramente um lugar no processo de produção) o espaço social. Duplamente em relação com a prática, a arquitetura intervém em um certo nível, aquele que eu chamo de ordem próxima, por oposição à ordem distante, distinção inevitável mesmo que nem sempre tenha existido (por exemplo, na *cité* antiga ou na cidade medieval), mesmo que tenha se imposto hoje pelo modo de produção ou pela estrutura política (o Estado).

Mas eis aqui o paradoxo. Ao colocar entre parênteses a ordem distante, ao compreender fortemente o laço com a prática, a reflexão sobre a obra arquitetural libera o imaginário. Pode lançar-se no espaço de utopia, ao conjurar a abstração, ao garantir de antemão o caráter concreto dessa utopia (caráter que deverá e poderá se mostrar em cada momento por relação à prática e ao vivido).

Não existiria nenhum risco nessa *démarche*? Que ilusão ou que erro! Numerosos perigos aguardam a reflexão sobre essa via escorregadia. Correr riscos, mas evitando o acidente; este preceito de conduta é evidente. Aqui um exemplo de risco. Alguns arquitetos atribuem hoje um caráter compensatório ao espaço ocupado pela moradia (o hábitat). Na sua perspectiva, o apartamento (burguês) torna-se um microcosmo. Tende a substituir a cidade e o urbano. Coloca-se um bar que simula a sociabilidade ampla dos lugares públicos de encontro e de prazeres. A cozinha imita a loja de alimentação, a sala de jantar se faz de restaurante, o terraço e o balcão com plantas e flores aportam o *analogôn* (para falar em termos filosóficos) do campo e da natureza. O espaço individual ou familiar, pretensamente “personalizado”, ou melhor, submisso à propriedade privada, imita o espaço coletivo, apropriado por uma vida social ativa e intensa. É o que declaram os últimos achados da retórica publicitária. Não se vende hoje apenas felicidade, ou estilo de vida, ou “*prêt-à-vivre*”. Declama-se ao desviar abusivamente um conceito: “viva diferentemente”. De tal forma que o apartamento de tipo burguês e a apropriação de tipo capitalista, ao substituir o caráter “privado” do espaço pelo caráter social e coletivo, erguem-se em critérios da diferença. O que também vale tanto para a *villa*⁴, para a residência secundária, quanto para o grande e belo apartamento. Levamos a oposição “privado-coletivo” e “individual-social” até o antagonismo, até a dissolução da relação “hábitat-cidade”, até a deslocação do social. Com qual objetivo? Dar uma ilusão de prazer, na degradação do real e da prática social pela apropriação “privada”, isto é, pela propriedade privada do espaço.

No que diz respeito à moradia proletária, tem características inversas. Reduzida ao mínimo apenas “vital”, depende dos “equipamentos”, do “meio ambiente”, ou seja, do espaço social, mesmo que este não seja bem tratado.

Não tem relação com o prazer, a não ser em e por um espaço externo, que permanece sendo, por conseguinte, aquele da apropriação social, mesmo que essa apropriação só aconteça segundo as normas restritivas e os impedimentos do modo de produção existente.

Isso não é apenas verdade no que diz respeito aos “taudis”⁵ ou aos novos “conjuntos”, mas aos modelos de pavilhões periféricos ocupados pelos trabalhadores rejeitados nas periferias urbanas.

Dessa contradição do espaço, que apenas faz sentido com relação a um eventual gozo desse espaço social, a reflexão pode iniciar-se, evitando cautelosamente esquivar-se dessa contradição (de colocá-la entre parênteses), porque ela define o lugar, ao mesmo tempo, prático e utópico desse ponto de partida.

[...]

Será que descobriremos no mundo dito “moderno” a arquitetura do gozo? Essa pergunta incongruente leva em si sua resposta irônica. O que se vê ao redor? “Habitat”, monotonamente reproduzido com minúsculas variações que se espalham como profundas diferenças e cuja aparência se dissolve em seguida pelo olhar e pelos outros sentidos. Monotonia, tédio, combinatório de elementos repetidos cujas variações lembram obstinadamente a identidade fundiária. Um ascetismo reina, ou um culto do sensorial intelectualizado e do abstrato que se tornou sensível. O pensamento e o olhar oscilam entre duas entidades: “o inconsciente” (pouco acessível por definição) e a “cultura” (banalizada por definição), entidades igualmente secas e despojadas da vida sensual, cada uma remetendo à outra em um jogo de espelhos, em um torniquete. E isso tanto na arquitetura (reduzida à construção) quanto nas outras artes, como nos próprios filosofismo e cientismo, justificadores extremos.

Acasos? Conjuntura? Não. Nesse ascetismo das obras, manifesta-se uma contradição desse mundo contemporâneo nas suas formas desenvolvidas, aquela dos grandes países industrializados: por um lado, abundância e até desperdício, produtivismo extremo; e, por outro, mal-estar, insegurança, preocupação. O conflito entre a satisfação (tão procurada) e a insatisfação (tão encontrada) se agrava em todos os domínios. O ascetismo intelectualista da arte diz o mal-estar e a insatisfação, enquanto o cientismo declara a satisfação, a produtividade triunfante. Mas a arte como a ciência e a literatura como a filosofia se juntam sob a bandeira de uma categoria bem específica: o interessante. E não o gozo.

Em todos os campos que pertencem ao que geralmente chamamos arte, as tendências ao barroco, ao fantástico, ao simbolismo permaneceram, desde o século XIX, marginais, aberrantes, dominadas pelo ascetismo intelectualista ou recuperadas em curtos períodos. Incluindo o surrealismo. Esse ascetismo, por vezes fantasiado (o Pop Arte em frente da *Op Art*⁶ perfeitamente desencarnada), conheceu o sucesso e até recebeu o carimbo oficial. Corresponde à ideologia dominante (às vezes fantasiada em protesto), incorpora-a no sensível (reduzido à mais simples expressão).

5 N.T. *Taudis* refere-se, de forma geral, a uma moradia miserável, sem conforto, sem higiene, pobre e insalubre.

6 A expressão Op Art, significa “arte óptica”, de *optical art* em inglês, e foi criada por Victor Vasarely (1908-1997), inventor da plástica do movimento.

Será agora e aqui a ocasião de ir até o fundo das coisas, como se diz, se admitimos que existe um fundo das coisas?

No decorrer do século XIX, o Edifício destronou o Monumento. Coloco em oposição os dois termos, com seu conteúdo e seu sentido, definindo-os com claridade. Porque houve, ainda têm confusões; o Monumento passa-se por Edifício, já que é edificado (construído); o arquiteto inglês Wotton definia no século XVII (1624) a arquitetura, ao escrever: “Um belo edifício tem três características: cômodo, sólido, agradável”, definição que ficou famosa.

É no decorrer do século XIX que o Edifício se opõe ao Monumento e que essa distinção entra lentamente na terminologia. O Monumento se caracteriza pela procura ou pela pretensão estética, pelo caráter oficial ou público, pela influência exercida sobre os arredores, enquanto o Edifício se define pela sua função privada, pela preocupação técnica, pela localização em uma área prevista. A tal ponto que o arquiteto se passa por artista consagrado ao Monumento; chegamos a nos perguntar se os edifícios têm a ver com a arquitetura.

Com a gigantesca promoção do Edifício e a degradação do Monumento, opera-se uma terrível desaparição do sentido. O Monumental era rico de todos os pontos de vista: rico de sentido, expressão sensível da riqueza. Estes sentidos morrem no decorrer do século. Podemos nos lamentar, mas para que retornar atrás? A utopia negativa, passadismo motivado pela rejeição do atual, não tem mais valor que a sua contrapartida, a utopia tecnológica, que pretende fazer surgir o novo do atual ao apostar em um fator “positivo”, a técnica.

O sentido monumental desapareceu. Como e por quê? Depois de uma revolução de múltiplos aspectos: política (a revolução democrática burguesa, para a qual a Revolução de 1789-1793 forneceu o modelo), econômica (a industrialização e o capitalismo), social (a extensão da cidade, o crescimento quantitativo e qualitativo da classe operária). O fim do Monumental e a ascensão do edifício resultam desse conjunto conjuntural, dessa conjunção de causas e razões.

O Monumento carregava sentido. Não somente o tinha, mas também era sentido: aqueles sentidos da potência e do poder. Estes sentidos pereceram. O edifício não tem sentido. O edifício apenas tem uma significação. Uma enorme literatura de origem pretensiosamente linguística ou semântica cai assim na derrisória ideologia, por falta dessa distinção elementar: a significação e o sentido. Uma palavra tem uma significação, uma obra (ao menos uma sucessão de signos e significações – em literatura, em encadeamento de frases) tem um sentido. O signo mais elementar, letra, sílaba, fonema, não tem significação como cada um sabe, ao não ser aquela de entrar nas unidades mais vastas, de se articular.

A destruição do sentido, revolução democrática e simultaneamente industrial, suscita uma excitação abstrata sobre as significações. A promoção do edifício se acompanha, de maneira paradoxal e ainda assim muito racional, de uma promoção dos signos, das palavras e do discurso, que entram em choque com as significações às quais eles correspondem. O poder da coisa e do signo, complementares um do outro, substitui-se às antigas potências, dotadas de uma capacidade de tornar-se sensíveis e aceitáveis pelos símbolos, aquelas dos reis, dos príncipes e da aristocracia. O que não quer dizer, longe disso, o desaparecimento do poder político, transferido ao nível de uma abstração gigante, o Estado.

Os poderes complementares da coisa e do signo incorporam-se no cimento, que tem essa dupla natureza, se é que ainda é possível usar essa palavra: coisa brutal entre as coisas, abstração materializada e matéria abstrata. Simultaneamente, sincronicamente poderia ter escrito, o discurso arquitetural, altamente pertinente, cheio de significações, suplantou a produção arquitetural (a produção de um espaço rico de sentidos). E os signos abstratos e falaciosos da felicidade, da beleza se multiplicam sobre os cubos e os dominós de concreto.

[...]

Na verdade, ao inspecionar de todos os lados o horizonte arquitetural, apenas um caso, até agora, um só exemplo, legitima essa pesquisa: Granada, a Alhambra, o Generalife. Se bem que esse exemplo também não foge à contestação. Esta Alhambra, não a vemos no seu estado original. Imaginamo-la, mobiliada de tapete e de divãs, perfumada, povoada de pássaros e de jatos d'água, e de belezas das Mil e uma Noites. Mas, o que era o arabesco para os Árabes? Motivo de volúpia ou volúpia no prazer? Seu limite ou sua causa? Ou o aviso do fim? Isso porque a simples linha flexível separa e define tanto quanto une e imita os movimentos mais graciosos da vida. Ela comanda o prazer? Para nós, ocidentais do século XX, sugere-o. Para outros, talvez comandaria a serenidade mais do que a paixão? Réplica: a única existência da Alhambra justifica a interrogação. Alegria, serenidade, volúpia, felicidade? Pouco importa. Eu decidi atribuir-lhe o signo +. E a interrogação torna-se: “Por que as construções neutras ou fortemente marcadas do signo – aquele da dor, da angústia, da crueldade, do poder – cobrem assim a terra habitada, enquanto o contrário, o signo +, parece tão raro? Tão raro, que até termos informações mais amplas, um único exemplo se oferece à análise? Por quê? Essa situação tem sentido? Qual? O que prever? O que concluir para o futuro? Esta situação pode ser invertida, derrubada, virada do avesso? Como e quando, em quais condições...?”



NOTA: HENRI LEFEBVRE E A IMAGINAÇÃO ARQUITETURAL DEPOIS DE 1968⁷

ŁUKASZ STANEK

University of Manchester

lukasz.stanek@manchester.ac.uk

TRADUÇÃO

CLAÚDIO SMALLEY

JEAN LEGROUX

“Arquitetura ou revolução”, advertiu Le Corbusier em 1923. Cerca de cinquenta anos mais tarde, críticos como Manfredo Tafuri e Bernard Huet regressaram a esta dicotomia apenas como militantes, abordando-a contra a corrente. Para estes intelectuais, ativos na Itália e na França por volta de 1968, a arquitetura não era um instrumento de progresso, mas um meio para perpetuar as depredações do capitalismo; longe de tornar a revolução desnecessária, a arquitetura contribuíaativamente no bloqueio das mudanças sociais. Esta crítica está na origem de textos influentes como *Projet et utopie*, publicado em italiano em 1973 e traduzida para o francês seis anos mais tarde. Tafuri propunha que a arquitetura contemporânea, sob o seu progressismo tranquilizador, estava num estado de crise e trauma perpétuos resultantes da sua incapacidade de modificar o *status quo*, e estava cada vez mais relegada a uma condição de “sublime inutilidade”. Se essa necessidade de colocar em causa as ideias do modernismo

⁷ Uma versão deste artigo foi publicada em inglês no número de abril de 2014 da revista Artforum, com extratos tirados de *Towards an Architecture of Enjoyment*, texto de Henri Lefebvre editado por Łukasz Stanek e traduzido por Roberto Bononno (*University of Minnesota Press*, 2014). Łukasz Stanek ensina no Centro de pesquisas sobre arquitetura da *University of Manchester*. É autor de *Henri Lefebvre on Space: Architecture, Urban Research, and the Production of Theory* (Minneapolis, *University of Minnesota Press*, 2011). A versão aqui traduzida foi publicada na *Criticat: Revue semestrielle de critique d'architecture*. (<https://www.criticat.fr/revue/numero-14.html>), n. 14, p. 84-87, 2014. Agradecemos à *Criticat* pela autorização para publicar esta tradução. Tradução e revisão para o português de Cláudio Smalley (Uece) e Jean Legroux (Unesp).

N.T: A versão francesa desse texto, na qual baseou-se a nossa tradução, foi elaborada por Valéry Didelon.

se fazia urgentemente sentir, também contribuiu para solapar a história e a teoria marxista da arquitetura, que se mostrava cada vez menos capaz de conceitualizar o papel político e social desta em uma sociedade que estava saindo do fordismo.

Em tal contexto, *Vers une Architecture de la jouissance* (Rumo a uma arquitetura do gozo), de Henri Lefebvre (1901-1991) – leitor ativo de Marx, Hegel e Nietzsche, filósofo da vida cotidiana, promotor da autogestão e teórico da produção do espaço –, ressoa de maneira perturbadora. Escrito em 1973, mas esquecido durante quarenta anos à exceção de um pequeno círculo de amigos, o texto defende a possibilidade de uma “utopia concreta” que se mantenha tão distante da fantasia produtivista do modernismo como da paisagem de “sublime inutilidade” de Tafuri. A utopia concreta, diz Lefebvre, “é negativa: toma como hipótese estratégica a negação do cotidiano, do trabalho, da economia de troca etc. Também nega o estatal e a primazia do político. Começa pela fruição e procura conceber um novo espaço, que só pode basear-se num projeto arquitetural”.

Esta visão emancipadora estava enraizada naquilo que muitos consideram um local bastante distópico, Benidorm, uma aglomeração fervilhante de arranha-céus à beira-mar na costa mediterrânea da Espanha. *Rumo a uma arquitetura do gozo* foi encomendado a Lefebvre em 1972 por um de seus amigos e antigos estudantes, o sociólogo e urbanista espanhol Mario Gaviria, como parte de um amplo estudo sobre cidades turísticas da Costa Blanca. Como outros à esquerda, Gaviria e Lefebvre pensavam os espaços de lazer como sendo indubitablemente os lugares da reprodução do capitalismo, mas eles sentiam que a história não parava aí: “Se você visitar Alhambra, você perceberá que esta experiência não se reduz ao consumo”, assegurou Gaviria ao relembrar as expectativas de seu projeto de pesquisa. Ele tinha esperança de que uma análise precisa da urbanização ligada ao turismo de massa em Benidorm e em lugares comparáveis pudesse servir para ampliar as interpretações precedentes. No entanto, no manuscrito finalmente entregue por Lefebvre, Benidorm era menos um tema do que um ponto de partida e por isso o texto não foi incluído no estudo de Gaviria nem entre as publicações relacionadas que se seguiram. Após ter sido esquecido durante décadas em meio aos papéis de Gaviria, o texto de Lefebvre reabre os debates marxistas em arquitetura, até aqui circunscritos à abordagem tafuriana.

Entre as obras de Lefebvre, *Rumo a uma arquitetura do gozo* deve ser visto como parte integrante da teorização do espaço, no qual ele via o produto de práticas sociais diversas, heterogêneas e antagônicas. Enunciada na perspectiva de fazer avançar o marxismo, levando em conta o desenvolvimento do capitalismo após a Segunda Guerra Mundial, esta teorização de Lefebvre se expressa em múltiplos trabalhos, a começar por *O direito à cidade* (1968), *A produção do espaço* (1974) e, por fim, *Do Estado* (1976-1978). Essa teorização fazia parte de uma cultura arquitetural viva que, no período desde a morte de Le Corbusier em 1965 até meados dos anos 1970, permitiu a diversos arquitetos, entrando na vida profissional naquele então, questionar a produção arquitetural do pós-guerra em nome de uma experiência renovada e da apropriação coletiva do espaço. Os estudos consagrados por Lefebvre à vida cotidiana e seu interesse crítico persistente para as temporalidades e os lugares de fuga do mundo do trabalho alimentaram essa reinvenção de uma cotidianidade alternativa, desenvolvida igualmente pela Internacional Situacionista por meio das técnicas da deriva e da psicogeografia. O primeiro volume da *Crítica da vida cotidiana*, publicado em 1947, no qual Lefebvre trata dos espaços de lazer como sítio para a

reprodução do capitalismo, foi uma fonte de inspiração para Guy Debord até que ele se fechou para o filósofo por razões pessoais e ideológicas. Porém, quando publicou *A produção do espaço*, estava convencido de que uma “pedagogia do espaço e do tempo” começava a tomar forma “no e através do espaço de lazer”. Esta “pedagogia”, propôs ele, é compreendida fugazmente através de vislumbres evanescentes, premonições de um modo de vida diferente. Lefebvre afirmava que na praia, por exemplo, ou durante um festival urbano, o corpo “rompe a concha temporal e espacial desenvolvida em resposta ao trabalho, pela divisão do trabalho, da localização do trabalho e das especializações dos lugares”, por mais mercantilizados, colonizados, fetichistas ou inadaptados que tais momentos possam parecer.

Se, para Marx, o passado se repete como farsa, para Lefebvre, a emancipação futura se anuncia pelo grotesco. Do mesmo modo que Walter Benjamin pressentia que o potencial emancipatório das mercadorias se revela naquilo que acabou de sair de moda – a moda mais recente de ontem (“*le dernier cri d'hier*”) –, Lefebvre busca uma “arquitetura do prazer” em utopias desacreditadas como Benidorm, remetendo a estudos empíricos de sociologia rural e urbana desde os anos 1940, em particular aos trabalhos do Instituto de Sociologia Urbana de Paris, que dirigiu entre 1962 e 1973. Estes versavam, entre outros temas, sobre o jardim de um pavilhão do subúrbio, cujo habitante pretendia experimentar o não trabalho, e um conjunto de habitações coletivas onde novas solidariedades entre grupos sociais eram imaginadas. É esta capacidade de descobrir uma energia condensada onde outros enxergam promessas quebradas que mais claramente distingue Rumo a uma arquitetura do gozo dos pontos de vista pessimistas da cultura pós-moderna emergente da década de 1970.

Muito mais do que repetir “que não há nada a ser feito, nada a ser pensado, tudo está bloqueado pelo capitalismo que comanda e recupera”, como dizia Lefebvre ao zombar de Tafuri e de seus divulgadores franceses, o manuscrito começa por uma chamada a libertar a imaginação arquitetural, “colocando entre parênteses” as condições políticas e econômicas da prática da arquitetura. Em *Vers une architecture de la jouissance*, Lefebvre designa um procedimento conceitual que consiste em “suspender”, em neutralizar temporariamente os poderes que ligam a arquitetura a um lugar subalterno. É somente ao apostar em uma “relativa autonomia” da arquitetura que, escreve ele, é possível libertar a imaginação e recuperar a posição da arquitetura, “esquecida, obliterada”, como uma prática cujo objetivo político não é menos do que uma transformação fundamental do cotidiano.

É por isso que Lefebvre descreve seu projeto de *Vers une architecture de la jouissance* como “negativo”, isto é, definido em oposição à organização espacial e temporal do cotidiano do pós-guerra, em particular à divisão entre locais e tempos de trabalho e “não trabalho”. Os lugares de lazer eram, ao mesmo tempo, locais de reprodução do capitalismo e de seu contrário: não trabalho em vez de produção, excesso em vez de acumulação, dádiva em vez de troca. Nos espaços de lazer, o regime social hegemônico é interrompido e Lefebvre insta-nos a pensar nesta interrupção não apenas como uma compensação para o tédio que geram as rotinas cotidianas, mas como uma ocasião de fazer a experiência da incompletude desse regime. Estendendo esta proposição através de especulações trans-históricas sobre a fenomenologia da experiência arquitetônica, Lefebvre fala, em *Vers une architecture de la jouissance*, dos Banhos de Diocleciano, dos templos de

Gupta, das cidades renascentistas, sobre a Alhambra e os jardins do Generalife, mas também sobre espaços fictícios como a Abadia de Thélème, descrita por François Rabelais como uma comunidade de pessoas educadas no conhecimento do prazer, tanto carnal como intelectual. Ele reflete sobre o falanstério de Charles Fourier, enquadrando esse projeto de vida coletiva como um conjunto de corpos, sentimentos e ideias que produzem novas constelações de amor e trabalho, e pesquisa o espaço do corpo entendido como uma concatenação de ritmos. Estes exemplos não são ilustrações nem modelos da “arquitetura do gozo” de Lefebvre, mas sim utopias “concretas” ou “experimentais”, onde os projetos arquitetônicos são entendidos como objetos cognitivos que nos permitem compreender a possibilidade que se abre para a produção social do espaço.

A partir daí, a “negatividade” da imaginação arquitetônica não é um projeto de exceção no seio do capitalismo, ainda menos uma forma de “resistir” a ele por meios arquiteturais. Ao propor “colocá-la entre parênteses”, Lefebvre tenta reivindicar para ela um campo de investigação que visa “virar o mundo de cabeça para baixo, usando a teoria primeiro e logo o imaginário e o sonho, para contribuir para a sua transformação prática multiforme”. O que aparece como uma renúncia ao envolvimento político abre, na verdade, a possibilidade de uma prática política na medida em que, quando os parênteses se abrem, os produtos desta pesquisa – os conceitos, as imagens – reingressam na prática social como projetos e “contraprojetos”. Uma tal reinterpretação do cotidiano no quadro da passagem de uma urbanização industrial para uma lógica urbana, aquela da habitação segundo as palavras de Lefebvre, e a encomenda “implícita” feita à arquitetura, entregue no lugar e no momento certo, e às vezes oposto ao que se espera, um pouco como o próprio texto de Lefebvre. ■

Recebido em: 15-08-2024

Aceito em: 02-10-2024

UM ESTUDO SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DE MULHERES NO TRANSPORTE COLETIVO DE JOÃO PESSOA - PB

ANA KARLA LINHARES DA SILVA

Centro Universitário Uniesp

karla.linhares@hotmail.com

MARCELA DIMENSTEIN

Centro Universitário Uniesp

mmarcelad@gmail.com

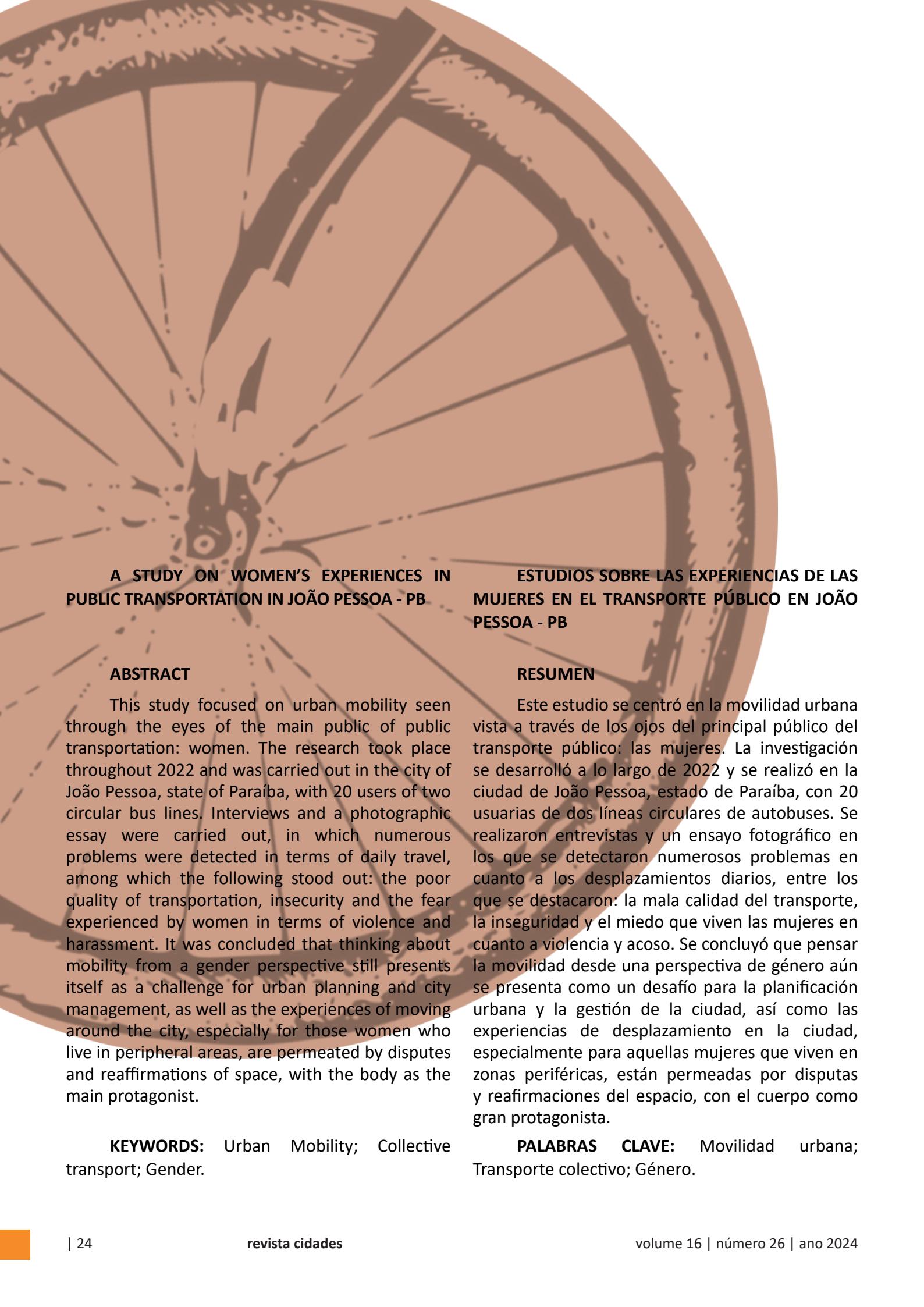
RESUMO

Esse estudo versou sobre a mobilidade urbana vista pelos olhos do principal público dos transportes coletivos: as mulheres. A pesquisa ocorreu ao longo do ano de 2022 e foi realizada na cidade de João Pessoa - PB junto a 20 usuárias de duas linhas de ônibus circulares. Foram feitas entrevistas e ensaio fotográfico nos quais foram detectados inúmeros problemas em termos do deslocamento cotidiano, dentre os quais se destacaram: a má qualidade do transporte, a insegurança e o medo vivido pelas mulheres em termos de violência e assédio. Concluiu-se que pensar a mobilidade sob a perspectiva de gênero ainda se mostra como um desafio para o planejamento urbano e para a gestão das cidades. Igualmente, as experiências de mover-se na cidade, principalmente para aquelas mulheres que vivem em localidades periféricas, são permeadas por disputas e reafirmações do espaço, tendo o corpo como principal protagonista.

PALAVRAS-CHAVE: Mobilidade urbana; Transportes coletivos; Gênero.



Esta revista está licenciada sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.



A STUDY ON WOMEN'S EXPERIENCES IN PUBLIC TRANSPORTATION IN JOÃO PESSOA - PB

ABSTRACT

This study focused on urban mobility seen through the eyes of the main public of public transportation: women. The research took place throughout 2022 and was carried out in the city of João Pessoa, state of Paraíba, with 20 users of two circular bus lines. Interviews and a photographic essay were carried out, in which numerous problems were detected in terms of daily travel, among which the following stood out: the poor quality of transportation, insecurity and the fear experienced by women in terms of violence and harassment. It was concluded that thinking about mobility from a gender perspective still presents itself as a challenge for urban planning and city management, as well as the experiences of moving around the city, especially for those women who live in peripheral areas, are permeated by disputes and reaffirmations of space, with the body as the main protagonist.

KEYWORDS: Urban Mobility; Collective transport; Gender.

ESTUDIOS SOBRE LAS EXPERIENCIAS DE LAS MUJERES EN EL TRANSPORTE PÚBLICO EN JOÃO PESSOA - PB

RESUMEN

Este estudio se centró en la movilidad urbana vista a través de los ojos del principal público del transporte público: las mujeres. La investigación se desarrolló a lo largo de 2022 y se realizó en la ciudad de João Pessoa, estado de Paraíba, con 20 usuarias de dos líneas circulares de autobuses. Se realizaron entrevistas y un ensayo fotográfico en los que se detectaron numerosos problemas en cuanto a los desplazamientos diarios, entre los que se destacaron: la mala calidad del transporte, la inseguridad y el miedo que viven las mujeres en cuanto a violencia y acoso. Se concluyó que pensar la movilidad desde una perspectiva de género aún se presenta como un desafío para la planificación urbana y la gestión de la ciudad, así como las experiencias de desplazamiento en la ciudad, especialmente para aquellas mujeres que viven en zonas periféricas, están permeadas por disputas y reafirmaciones del espacio, con el cuerpo como gran protagonista.

PALABRAS CLAVE: Movilidad urbana; Transporte colectivo; Género.

1 | INTRODUÇÃO

No Brasil, o transporte coletivo começou a ser utilizado entre as décadas de 1950 e 1960 e desde então se tornou um dos meios de locomoção mais utilizados nas cidades brasileiras, facilitando o deslocamento e a conexão entre pessoas e seus destinos. Há uma vasta produção científica (Freitas, 2016; Carvalho; Brito, 2016; Pulhez; Santhiago, 2022) que aborda a sua importância para a gestão adequada e qualidade de vida nas cidades, bem como sobre os inúmeros problemas enfrentados em termos da operacionalização e sustentabilidade. Entretanto, há igualmente um enorme debate em relação à acessibilidade e às formas de utilização pelos diferentes grupos populacionais, abordagem que extrapola a perspectiva técnica e se aproxima da discussão sobre os direitos de cidadania e da equidade de gênero no âmbito das políticas de mobilidade urbana (Pereira, 2014).

Nessa direção, o presente trabalho foi orientado pelo objetivo de contribuir com um estudo focado nas experiências de mulheres no uso do transporte coletivo na cidade de João Pessoa/PB. A pesquisa ocorreu no ano de 2022 com 20 mulheres usuárias desse meio de locomoção. Insere-se, dessa forma, no conjunto de discussões que tratam da experiência das mulheres no espaço urbano, da relação gênero-cidade, das especificidades que caracterizam a mobilidade urbana nas cidades latino-americanas e das profundas desigualdades que afetam os diferentes grupos sociais, dentre eles homens e mulheres.

A literatura do campo do Urbanismo e Planejamento Urbano apresenta uma vasta discussão sobre as diferenças nos padrões

de deslocamentos de mulheres e homens no meio urbano brasileiro (Macêdo *et al.*, 2020); sobre os desequilíbrios entre os gêneros associados à raça, classe social e local de moradia (Nunes; Pereira, 2020); sobre a relação entre a mobilidade urbana periférica com a permanência na educação superior por mulheres negras (Lima, 2019); sobre os problemas da mobilidade urbana de mulheres associados à violência urbana de gênero e à insegurança, a exemplo do assédio nos transportes públicos (França; Campos; Meneses, 2022; Vasconcelos; Oliveira; Andrade, 2020); sobre as inúmeras estratégias de segurança e de autodefesa que precisam desenvolver cotidianamente durante os seus deslocamentos (Gorbea; Montes, 2022; França; Campos; Meneses, 2022); sobre as barreiras e obstáculos que encontram em termos de infraestrutura das cidades e desconforto dos transportes coletivos (Lyra, 2023), bem como da necessidade de disponibilizar um transporte público que facilite a mobilidade entre o espaço público e o privado, já que grande parte dos deslocamentos das mulheres estão associados ao trabalho reprodutivo doméstico e familiar (Mayorga; Íñiguez-Rueda, 2019).

Desse modo, este trabalho apresenta um estudo de caso das experiências urbanas de mulheres que usam duas linhas específicas do transporte público na cidade de João Pessoa. Além disso, buscaram-se identificar as principais dificuldades enfrentadas e analisar a dinâmica de uso pelo público feminino do transporte coletivo na capital paraibana.

2 | METODOLOGIA

Este estudo se refere a uma aproximação exploratória da experiência urbana de mulheres no transporte público de João Pessoa realizada como parte das atividades de pesquisa desenvolvidas durante o último ano do curso de Arquitetura e Urbanismo. O desenvolvimento de habilidades investigativas é parte fundamental do processo formativo, bem como da produção de conhecimento crítico e contextualizado. Ademais, é imprescindível para os novos profissionais que vão atuar em contextos extremamente desafiadores referentes aos problemas socioambientais e urbanos, observados na atualidade nas cidades brasileiras.

Por se tratar de um estudo exploratório de abordagem qualitativa, ressalta-se que não houve intensão de cobrir um grande número de linhas de transporte, nem obter números estatisticamente recomendáveis em termos de delineamento e representatividade amostral. O interesse da pesquisa foi obter a colaboração do maior número de participantes possível visando levantar informações relevantes sobre as condições de deslocamento de mulheres pela cidade. Assim, foi um estudo que requer novas inserções na área para futuras discussões.

De maneira inicial, optou-se por realizar uma abordagem por meio do levantamento de dados quantitativos sobre esse público-alvo para, na sequência, realizar observação da realidade local, registro fotográfico e visita aos locais referidos, momento em que foram aplicados questionários e realizadas entrevistas com as participantes.

As visitas ocorreram entre maio e outubro de 2022, em horários diferenciados, as quais permitiram conhecer mulheres que realizavam atividades diversas ao longo do dia, analisar as condições do transporte coletivo e o trajeto que fazem as duas rotas escolhidas. Foi possível entrevistar 20 mulheres que se prestaram a colaborar com a pesquisa. Complementarmente, foi aplicado um questionário que versava sobre os seguintes aspectos: caracterização do público, aspecto físico dos ônibus e as experiências e sensações ao se utilizar o transporte coletivo.

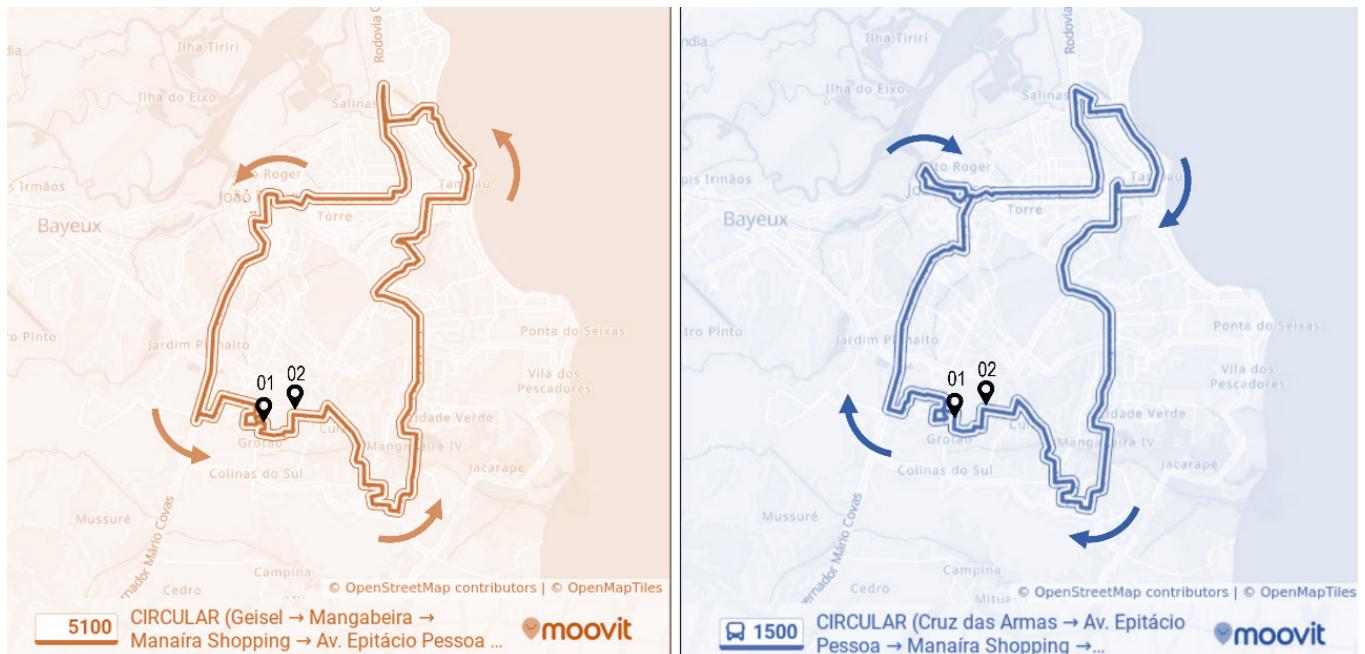
2.1 | Linhas de transporte estudadas.

A cidade de João Pessoa possui 74 linhas de transporte coletivo que, segundo Ferraz e Torres (2004 *apud* Freitas, 2016, p. 28), são classificadas em cinco tipos seguindo seu traçado: radial, diametral, circular, interbairros e local. Este estudo focou seus esforços em duas linhas circulares: 5100 e 1500, ambas pertencentes ao consórcio Unitrans. Pelas definições dos autores, entende-se por circular a “linha que liga várias regiões da cidade, formando um circuito fechado, em geral com a zona central localizada mais ou menos no centro do circuito, embora em alguns casos se utilizem linhas circulares passando pela área central”.

São linhas complementares, pois fazem um sentido oposto à outra (Figura 1). A linha 5100 tem seu início no Terminal do Geisel (Figura 2) e atravessa os bairros Valentina, Cidade Universitária, BR-230, Parque Solon de Lucena e Cruz das Armas, seguindo essa ordem. A linha 1500 tem seu início no Terminal Grotão (Figura 3) e faz o caminho inverso ao 5100, passando primeiro pelo bairro Cruz das Armas. São linhas complementares, pois fazem um sentido oposto à outra (Figura 1). A linha 5100 tem seu início no Terminal do Geisel (Figura 2) e atravessa os bairros Valentina, Cidade Universitária, BR-230, Parque Solon de Lucena e Cruz

das Armas, seguindo essa ordem. A linha 1500 tem seu início no Terminal Grotão (Figura 3) e faz o caminho inverso ao 5100, passando primeiro pelo bairro Cruz das Armas.

Figura 1 - Itinerário dos ônibus 5100 e 1500 com indicação dos terminais de início e fim do trajeto.



Fonte: adaptado de SEMOB-JP (2023).

Figura 2 - Ponto 2: Terminal do Geisel.



Fonte: acervo das autoras (2023).

Figura 3 - Ponto 1: Terminal do Grotão.



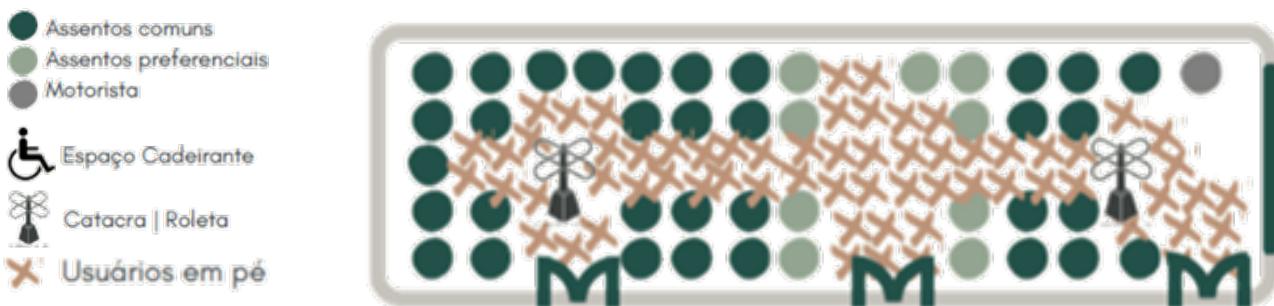
Fonte: acervo das autoras (2023).

Essas linhas foram escolhidas devido à familiaridade de uma das pesquisadoras com a rota, uma vez que faz uso diário do transporte coletivo, mas também pelos seus trajetos cruzarem diversos bairros de João Pessoa, atendendo tanto áreas mais abastadas da cidade quanto bairros periféricos.

Os ônibus em estudo possuem três portas, sendo a primeira para o embarque dos passageiros, a segunda para acesso preferencial e a última para desembarque. Comportam uma média de 40-42 assentos, sendo nove deles destinados ao uso preferencial de pessoas com deficiência, idosos, gestantes, pessoas com bebês ou crianças de colo e com obesidade. Além dos assentos existentes, ainda são permitidos 43 passageiros em pé, limite que normalmente é ultrapassado. Em horários de pico, os passageiros se acomodam onde e como podem, ou seja, apoiados no motor frontal ao lado do motorista ou sentados nos degraus das entradas e saídas, pois o importante é conseguir “pegar o ônibus” e retornar para casa (Figura 4).

De acordo com a observação realizada nos transportes das duas linhas circulares, nota-se que os problemas de qualidade e adequação dos mesmos também foram detectados em outros estudos, tornando-os um problema crônico e estrutural em nível nacional (Faria, 2019).

Figura 4 - Ilustração de ônibus em superlotação.



Fonte: acervo das autoras (2022).

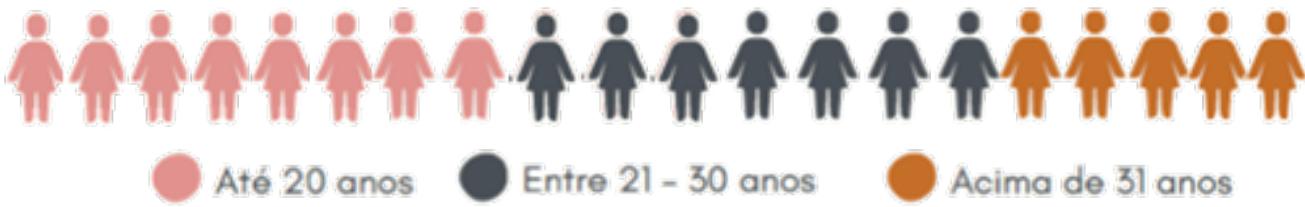
2.2 | Caracterização dos participantes.

Foram realizadas entrevistas com 20 mulheres, sendo 17 solteiras e três casadas. Doze eram usuárias da linha circular 5100 e oito da linha circular 1500. O objetivo foi conhecer suas experiências no uso dos transportes coletivos.

As participantes foram divididas em três faixas etárias: mulheres com até 20 anos; mulheres entre 21 e 30 anos e as que possuem acima de 31 anos (Figura 5). Metade das usuárias entrevistadas pegavam mais de um ônibus para chegar ao seu destino. Assim, além das linhas circulares investigadas na pesquisa, elas necessitavam utilizar uma segunda linha para que o trajeto ficasse completo (Figura 6).

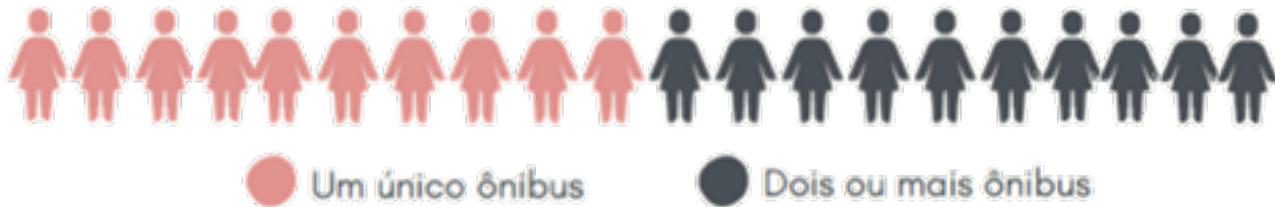
Sobre o grau de escolaridade das entrevistadas, dez delas afirmaram possuir o ensino médio completo, sete, o ensino superior incompleto ou em andamento, duas já concluíram o ensino superior e uma ainda estava concluindo o ensino médio.

Figura 5 - Idade das entrevistadas



Fonte: elaborado pelas autoras.

Figura 6 - Quantidade de embarques necessários para realizar o trajeto completo.



Fonte: elaborado pelas autoras.

Entretanto, das dez entrevistadas que faziam uso de mais de uma linha de ônibus, apenas três não moravam na cidade de João Pessoa. A maioria das mulheres, sujeitos da pesquisa, residia em bairros da zona sul de João Pessoa, tal como Mangabeira, Valentina, Muçumagro, Paratibe, Nova Mangabeira, Gramame e Planalto da Boa Esperança. Apenas duas delas eram moradoras de outras áreas da cidade, na zona oeste, no bairro Cruz das Armas (Figura 7). A Zona Sul da cidade é a que apresenta os índices mais desfavoráveis em termos socioeconômicos (Perez; Sales; Silveira, 2020), mostrando os efeitos das desigualdades sociais em termos da mobilidade na cidade.

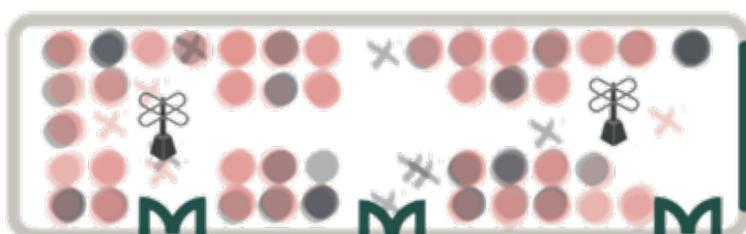
Figura 7 - Zona da cidade onde moram.



Fonte: elaborado pelas autoras.

Foram realizados mapeamentos dos usuários das duas linhas circulares escolhidas ao longo de dez dias, nos horários da manhã, tarde e noite. Evidenciou-se nas observações que a presença de mulheres nos coletivos se sobressai à de homens (Figura 8). Esse dado corrobora com o que foi identificado nas pesquisas em âmbito nacional (Pulhez; Santhiago, 2022; Oliveira, 2020; Faria, 2019).

Figura 8 - Sobreposição dos assentos ocupados por homens e mulheres ao longo das observações.



Sobreposição de todos os mapas de assento

Fonte: elaborado pelas autoras.

4 | A EXPERIÊNCIA DE JOVENS MULHERES NOS TRANSPORTES COLETIVOS DE JOÃO PESSOA

Estudos realizados na capital paraibana nos últimos anos evidenciaram o que outras pesquisas revelaram em nível nacional, ou seja, que as mulheres utilizavam mais o transporte coletivo e andavam mais a pé do que os homens. Segundo Lucena (2019, p. 165), há “uma atenção especial feminina com relação à sua integridade física e à realização de viagens utilitárias, para cumprir atividades básicas, como trabalho, compras essenciais e estudos”. Em razão disso, as mulheres passavam mais tempo se deslocando ao longo do dia do que os homens e aquelas que têm crianças em casa possuíam uma taxa de mobilidade maior ainda, no intuito de atender às necessidades dos dependentes (Macêdo *et al.*, 2020).

Svab (2016), analisando especificamente o deslocamento da mulher, encontrou que o grau de instrução e a renda estavam associados ao deslocamento das mulheres. Ou seja, o deslocamento por trabalho era maior entre as pessoas de maior renda, ao passo que para a educação ocorria o oposto: quanto maior a renda, menor a proporção de viagens. Essa última situação poderia ser explicada, nas faixas de maior rendimento, pelo menor número de crianças se comparado às famílias mais pobres e presença de transportes escolares que se encarregavam de levar os filhos à escola.

Para melhor perceber as experiências urbanas e sensações vividas por essas mulheres no transporte coletivo de João Pessoa, além das entrevistas gravadas, foram feitos registros fotográficos. Também foi solicitado que elas indicassem em um mapa algumas sensações sentidas ao longo dos trajetos que remetessem a três tipos de sentimentos: insegurança, agitação e calma. Os pontos que foram sinalizados como inseguros correspondiam a trechos em que o entorno por onde o transporte coletivo circula foi considerado isolado e sem a presença forte de comércios. Já os marcados como agitados tinham em comum o forte comércio e, consequentemente, a presença de sons, pessoas nas ruas e meios de propaganda. Já os sinalizados como calmos mostravam a presença de elementos naturais, podendo ser a passagem da Mata do Buraquinho – área de preservação de Mata Atlântica – ou a orla da capital, ou eram pontos familiares para as usuárias.

As informações obtidas foram ilustradas por meio de um mapa de sensações e por registros fotográficos realizados pelas autoras. Em verde na Figura 9 estão os trechos que remetem à insegurança, em amarelo estão os pontos de agitação e em rosa estão os de calma.

Alguns problemas foram detectados na experiência dessas participantes no uso do transporte coletivo. As maiores reclamações incluíam os seguintes pontos: 1) ausência de limpeza e manutenção dos ônibus, mesmo durante a pandemia da covid-19, quando o volume de passageiros diminuiu substancialmente; 2) superlotação; 3) medo e insegurança. Outros também foram citados em menor intensidade pelas participantes, como a frota insuficiente para atender à demanda, o valor da tarifa, veículos velhos e sem manutenção e grosserias do motorista no trato com o público.

Sobre a questão da higiene e manutenção, sabemos que o transporte é um direito social, como consta no artigo 6º da Constituição Brasileira (Brasil, 1988), e fundamental para se obter uma sociedade justa e democrática. Quando

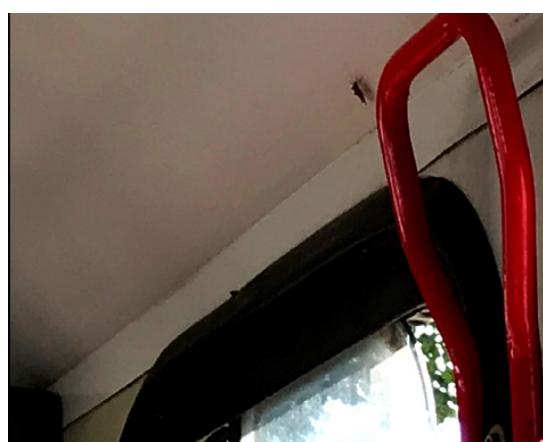
disponibilizado à população, o transporte permite o acesso a outros direitos sociais, como ir e vir, trabalho, saúde, educação e lazer. Entende-se que para usufruir desse transporte de modo agradável e seguro seria indispensável que o poder público se responsabilizasse pela regulação da manutenção e higienização, pois a maioria dos transportes são uma concessão pública. Houve uma insatisfação com relação ao estado material dos ônibus investigados. Cerca de 58% das entrevistadas utilizaram as palavras péssimo, precário, lamentável, negação e terrível. Informaram que constantemente apresentavam defeitos, quebravam no meio do trajeto e rodavam frequentemente sujos, inclusive com a presença de baratas e outros insetos (Figura 10).

Figura 9 - Mapa das sensações ao longo dos trajetos estudados.



Fonte: acervo das autoras (2022).

Figura 10 - Presença de baratas no transporte coletivo.



Fonte: acervo das autoras (2022).

Acho sujo, já presenciei baratas no ônibus, poderia ter fiscalizações e ser higienizado constantemente (Ruth, 23 anos, entrevistada no circular 5100).

Nas condições físicas do ônibus, eu daria nota 6. Porque deveria ser mais limpo e, em relação a conforto, daria nota 2. No período que estamos vivendo, em tempo de pandemia, não deveria estar havendo superlotação nos ônibus, a demora dos ônibus e a falta de educação dos profissionais. Além disso, essas duas linhas de ônibus 1500 e 5100 são as linhas em que mais ocorrem assédio sexual da parte das mulheres, pelo fato deles estarem sempre lotados, então as pessoas se aproveitam para cometer esse grave crime (Maria José, 49 anos, entrevistada no circular 5100).

Precária, tanto no quesito conforto quanto no quesito limpeza, acho injusto o preço pago por um serviço de baixa qualidade, falta segurança também! (Samira, 19 anos, entrevistada no circular 1500).

Falta de segurança, pois muitas das vezes por não ter um cobrador, muitos pulam a catraca, falta de conforto, pois muitos vão em pé (Kalliny, 23 anos, entrevistada no circular 1500).

O preço da tarifa dos coletivos também foi um dos assuntos mais abordados pelas usuárias, pois, para elas, o valor cobrado não condizia com a qualidade dos transportes. Alves (2021) revelou o aumento da passagem no período de 2005 a 2020 na cidade, o qual ultrapassou o percentual de 200%.

Mesmo com tantos aumentos, como referido acima, os transportes não melhoraram em quantidade nem em qualidade. Em 2018 muitos usuários foram às ruas protestar contra o aumento exagerado no valor das passagens e reivindicar melhorias no transporte coletivo. O Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de João Pessoa (SINTUR-JP) justificou o aumento devido ao custo pessoal, aumento do óleo diesel e redução do número de passageiros (Estudantes [...], 2018).

A superlotação foi outro grande problema relatado pelas mulheres. Mesmo durante a pandemia, as medidas preventivas contra a Covid-19 não foram implementadas pelas companhias de transporte coletivo e o distanciamento social não foi respeitado. Com a redução das atividades presenciais, as companhias de ônibus alegaram prejuízos financeiros. Para reduzir os custos e o impacto financeiro, algumas linhas foram suspensas, o que ocasionou o aumento de passageiros em frotas alternativas. Com isso, à medida que as atividades presenciais foram sendo normalizadas, as usuárias se viram obrigadas a utilizar o transporte coletivo, mesmo se colocando em risco de contaminação, pois, para essas mulheres, era o único meio de se locomover, principalmente para aquelas que atravessam maiores distâncias (Figura 11).

Figura 11 - Superlotação no ônibus circular.



Fonte: acervo das autoras (2022).

Outra preocupação das entrevistadas concernia ao cadastramento de pessoas acima de 65 anos para emissão do cartão de acesso ao transporte coletivo urbano, o Passe Legal, que vem sendo realizado pela SINTUR-JP desde agosto de 2022. A iniciativa já estava em execução, passando por uma fase de teste, mas a decisão não foi bem recebida pelo público, visto que dificultaria o acesso durante os horários de pico, além de impactar na locomoção dos idosos e de pessoas com acesso preferencial para que se disponibilizassem os assentos devidos. A pauta da acessibilidade e garantia de direitos também foi trazida pelas usuárias em conversas informais durante o período de observação.

Um dos problemas relatados pelas entrevistadas referia-se ao medo e à insegurança no uso dos transportes coletivos. Alves (2021) ressaltou que, em muitas cidades do Brasil, utilizar o transporte público era sinônimo de medo e insegurança devido ao alto número de assaltos registrados. Ao serem questionadas sobre as experiências já vividas, as palavras mais utilizadas pelas usuárias foram assalto, assédio e insegurança. Desse modo, pode-se afirmar que o medo estava constantemente presente no deslocamento cotidiano das mulheres, que tendiam a se portar com enorme desconfiança.

Além disso, em um país com alarmantes índices de violência e feminicídio, para muitas mulheres qualquer figura masculina pode ser um possível “assediador”. Uma interessante definição para o assédio sexual foi incluída na Portaria nº 1.450, de 18 de maio de 2021, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), segundo a qual se trata de “todo o comportamento indesejado de caráter sexual, sob forma verbal, não verbal ou física, com o objetivo ou o efeito de perturbar ou constranger a pessoa, afetar a sua dignidade, ou de lhe criar um ambiente intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador” (art. 3º, inciso III). O assédio sexual no transporte público é resultado da cultura patriarcal recorrente no Brasil e gestos como olhares maliciosos, passadas de mão, o famoso “fiu-fiu” compõem o sofrimento diário de milhares de mulheres em todo o país (Olivotti *et al.*, 2019, p. 4).

Assim, as mulheres utilizaram com frequência o dispositivo de evitação, ou seja, qualquer contato físico e visual com outra pessoa do sexo masculino, para se sentirem mais seguras (Talone; Araujo, 2019, p. 993). Em alguns dos relatos registrados durante a pesquisa, as usuárias falaram de momentos de medo e situações em que sofreram assédios, dentre eles os olhares, constrangimentos, falas e até toque físico ou fotografias sem autorização. Conforme as próprias entrevistadas:

Acho o assédio uma das situações mais vivenciadas por mim dentro do ônibus, ocorre muito o aproveitamento da parte masculina por estar em um local onde a maioria das mulheres não costumam reagir e então tiram proveito disso, ou arrumando desculpas esfarrapadas. Os assaltos em ônibus também costumam ser casos sem solução e até normalizados. Ao andar com minha namorada no ônibus também é notório o olhar de julgamento das pessoas, é um espaço necessário por vários tipos de pessoas de diferentes gostos, então o respeito torna-se uma insegurança minha (Samira, 19 anos, entrevistada no circular 1500).

Teve uma vez em 2004 que tive um desconforto, um homem passou a mão na minha cintura e apertou minha coxa (Virginia, 38 anos, entrevistada no circular 5100).

Insegurança e constrangimento. Na volta para casa, como de costume, sempre no final da tarde, os ônibus estarem lotados pelo excesso de trabalhadores e estudantes que utilizam esse meio. Sendo assim me fazendo refém do assédio (Eliza, 17 anos, entrevistada no circular 1500).

No Brasil, como já referido, o transporte público é de baixa qualidade e superlotado, financiado essencialmente pela tarifa paga pelos próprios usuários (Couto *et al.*, 2020). Em João Pessoa, o gerenciamento da mobilidade pública não é o ideal. Alguns fatores contribuem para essa situação como: a falta de um plano de mobilidade que atenda toda região metropolitana de João Pessoa; a necessidade de uma rede cicloviária que se integre com o transporte coletivo; a ausência de monitoramento e fiscalização dos corredores dos ônibus; e a falta de segurança nos deslocamentos diários dos usuários, dentre outros.

Portanto, entender os problemas da mobilidade urbana na perspectiva das mulheres é de suma importância já que as experiências femininas no meio urbano têm suas especificidades. Conhecer o que interfere na tomada de decisão das mulheres em relação aos seus deslocamentos na cidade, às escolhas em termos de rotas e trajetos, melhores horários, tipo de transporte e como experienciam o uso do transporte público é fundamental para dimensionar e intervir nos problemas de mobilidade que as mulheres, a partir de suas diferenças de raça, classe e renda, local de moradia e geração, enfrentam cotidianamente.

Ao se apropriar dos espaços públicos urbanos, as mulheres, principalmente aquelas que caminham ou usam o transporte coletivo, se sentem vulneráveis em razão das violências que caracterizam as relações de gênero na vida social, as quais atingem seu patrimônio, mas também moralmente e sexualmente. As

vivências de insegurança, segundo Siqueira (2015), são resultantes da opressão sofrida pelas mulheres na nossa sociedade machista e patriarcal e da cultura naturalizada de domínio sobre o corpo da mulher.

CONCLUSÃO

A pesquisa indicou que as experiências das mulheres no transporte coletivo da capital paraibana são permeadas por inúmeros problemas já bastante conhecidos em outras cidades brasileiras e estrangeiras. Os medos mais constantes que atormentam as mulheres que necessitam fazer uso desse transporte são em relação aos seus corpos. As “cantadas” bastante normalizadas pelo público masculino limitam seu direito à mobilidade por receio à sua integridade física e moral. “A superlotação dos meios de transporte e a naturalização com a culpabilização da vítima são fatores que contribuem para a recorrência de casos de assédio” (Oliveira, 2019 *apud* Vasconcelos *et al.*, 2020, p. 259). Essas situações ao longo do tempo têm moldado o comportamento feminino no espaço público a despeito das diversas conquistas alcançadas e da superação de alguns tabus na sociedade. Entretanto, ainda é possível testemunhar condições desiguais entre homens e mulheres, desrespeito e desconforto gerado ao público feminino no cotidiano e na vida social.

Atualmente, é um grande desafio para o planejamento urbano e para a gestão das cidades pensar a mobilidade sob a perspectiva de gênero. Ou seja, planejar uma infraestrutura adequada em termos de vias, ruas, iluminação e áreas de lazer de acordo com as necessidades de deslocamento das mulheres. Fazer o uso combinado do solo que proporcione a proximidade desses espaços e serviços, como também a movimentação constante de pessoas, permitiria, assim, uma maior igualdade entre os grupos populacionais nas cidades. Dessa forma, o estudo reforçou as implicações de gênero em padrões e configurações de mobilidade urbana, desafiando gestores e planejadores. ■

Recebido em: 15/05/2023

Aceito em: 26/03/2024

REFERÊNCIAS

- ALVES, Gabriela Leite Ferreira. *A influência da pandemia no transporte público urbano por ônibus no Brasil*. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- CARVALHO, Claudio Oliveira de; BRITO, Filipe Lima. Mobilidade urbana: conflitos e contradições do direito à cidade. *Revista de Direito Econômico e Socioambiental*, v. 7, n. 2, p. 103-132, 2016.
- COUTO, Cecília de Freitas Vieira; MEDEIROS, Gabriela Dantas; ALVES, Maria Fernanda Pereira; DIAS, Clóvis; BRAGA, Isabelle Yruska de Lucena Gomes; ANDRADE, Nilton Pereira de. A pandemia da covid-19 e os impactos para a mobilidade urbana. In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM TRANSPORTE DA ANPET, 34., 2020, Fortaleza. *Anais [...]*. Fortaleza: UFC, 2020, p. 569-579.
- ESTUDANTES protestam contra aumento da tarifa de ônibus, em João Pessoa. *G1 Paraíba*. 20 fev. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/estudantes-protestam-contra-aumento-da-tarifa-de-onibus-em-joao-pessoa.ghtml>. Acesso em: 27 nov. 2022.
- FARIA, Gabriela Cicci. *Cidades possíveis: espaço e gênero em escolhas de mobilidade urbana*. 2019. 187 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- FRANÇA, Milayne dos Santos; CAMPOS, Ana Mara da Rocha; MENESES, Vitor Domício de. Mobilidade feminina e as rotinas diárias de autodefesa nas cidades. In: PULHEZ, Magaly Marques; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). *Cadernos de estudos urbanos*. São Paulo: Instituto das Cidades; Universidade Federal de São Paulo, 2022, p. 166-183.
- FREITAS, Paulo Vitor Nascimento de. *Qualidade do transporte público urbano por ônibus: um estudo sobre a percepção dos usuários e o desempenho técnico em João Pessoa (PB)*. 2016. 184 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil e Ambiental) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.
- GORBEA, Gabriela Garcia; MONTES, Carmen Icazuriaga. Estratégias digitais para a mobilidade diária das jovens mulheres na Cidade do México. *Encartes*, v. 5, n. 10, p. 97-124, 2022.
- LIMA, Renata Miranda. Mulheres negras: a relação de mobilidade urbano periférica com a permanência na educação superior. *Revista da Defensoria Pública da União*, n. 12, p. 297-325. 2019.
- LUCENA, Jéssica Gomes de. *Caminhabilidade: um olhar sobre as influências do espaço urbano na mobilidade dos pedestres no bairro Torre, João Pessoa-PB*. 2019. 201 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.
- LYRA, Júlia de Freitas Correia. *A mobilidade urbana de trabalhadoras domésticas remuneradas em Maceió-AL, Brasil*. 2023. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ordenamento do Território e Urbanismo) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2023.
- MACÊDO, Bianca; PINTO, Davi Garcia Lopes; SIQUEIRA, Matheus Fontenelle; LOPES, André Soares; LOUREIRO, Carlos Felipe Grangeiro. Caracterização das diferenças no padrão de mobilidade de mulheres e homens em grandes cidades brasileiras. *Transportes*, v. 28, n. 4, p. 89-102, 2020.
- MAYORGA, Claudia; IÑIGUEZ-RUEDA, Lupicinio. Gênero, feminismo e cidades. *Revista de Estudios Urbanos y Ciencias Sociales*, v. 9, n. 1, p. 9-15, 2019.
- NUNES, Ana Carolina Almeida Santos; PEREIRA, Marina. A ausência das perspectivas de gênero e raça nas políticas públicas de mobilidade urbana. *Revista Brasileira de Direito Urbanístico*, v. 6, n. 10, p. 189-206, 2020.
- OLIVEIRA, José Hercilio Pessoa de. *Mobilidade urbana e território: desafios na perspectiva de mulheres*

da Zona Sul de São Paulo. 2020. 163 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

OLIVOTTI, Conrado Gomes da Silva; MORAES, Luiza Condado de; RODRIGUES, Rafaela Soares Carvalho; CABRAL, Maria Júlia Bueno. Violência contra a mulher: uma análise comparativa de casos de assédio no transporte público cobertos pelos portais G1 e UOL. In: CONGRESSO NACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 9., 2019, São Paulo. *Anais* [...]. São Paulo: SEMESP; Universidade Anhembi Morumbi, 2019.

PEREIRA, Elson Manoel. Cidade, urbanismo e mobilidade urbana. *Geosul*, v. 29, n. especial, p. 73-92, 2014.

PEREZ, Letícia Palazzi; SALES, Andréa Leandra Porto; SILVEIRA, José Augusto Ribeiro da. Mudanças climáticas e urbanismo insustentável no município de João Pessoa, Paraíba. *Sustainability in Debate*, v. 11, n. 12, p. 322-340, 2020.

PULHEZ, Magaly Marques; SANTHIAGO, Ricardo. *Cadernos de Estudos Urbanos*. São Paulo: Instituto das Cidades; Universidade Federal de São Paulo, 2022.

SIQUEIRA, Lúcia de Andrade. *Por onde andam as mulheres? Percursos e medos que limitam a experiência de mulheres no centro de Recife*. 2015. 161 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SEMOB-JP – SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA. Linhas de ônibus: itinerários e horários [portal online]. 2023. Disponível em: <https://servicos.semobjp.pb.gov.br/linhas-de-onibus>. Acesso em: 17 maio 2023.

SVAB, Haydée. *Evolução dos padrões de deslocamento na região Metropolitana de São Paulo: a necessidade de uma análise de gênero*. 2016. 471 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Transportes) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

TALONE, Vittorio; ARAÚJO, Anna Bárbara. A evitação do assédio sexual no transporte público: uma leitura pragmatista das práticas de desconfiança de mulheres na cidade do Rio de Janeiro. *Contemporânea*, v. 9, n. 3, p. 989-1006, 2019.

VASCONCELOS, Luarah Almeida de; OLIVEIRA, Mirna Pimentel; LEITE, Naíra Maria Amaral; ANDRADE, Nilton Pereira de. Um panorama do assédio no transporte público de João Pessoa. In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM TRANSPORTE DA ANPET, 34., 2020, Fortaleza. *Anais* [...]. Fortaleza: UFC, 2020. p. 258-269.

VULNERABILIDADE, EXPOSIÇÃO E RISCO CLIMÁTICO EM JOÃO PESSOA, PARAÍBA, BRASIL*

RENATO RÉGIS PINHEIRO MEDEIROS DE ARAÚJO

Universidade Federal de Pernambuco

renatoregis.araujo@gmail.com

KAINARA LIRA DOS ANJOS

Universidade Federal de Campina Grande
e Universidade Federal de Pernambuco

kainaraanjos@gmail.com

LETÍCIA PALAZZI PEREZ

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

leticia.palazzi@gmail.com

ANDRÉA LEANDRA PORTO SALES

Universidade Federal da Paraíba

andreaportosales@gmail.com

RESUMO

O artigo investiga a interação entre a crise climática e as disparidades sociais em cidades, destacando os impactos desproporcionais de eventos climáticos extremos em áreas de vulnerabilidade socioeconômica. Nesse contexto, foram organizadas informações sobre incidentes como alagamentos, enchentes, inundações, deslizamentos e desabamentos de barreiras, registrados pela Defesa Civil entre 2015 e 2022, na cidade de João Pessoa, capital da Paraíba. No total, 694 ocorrências foram identificadas, sendo parte delas em meses com precipitação mensal acima da média. A análise espacial das variáveis abordadas revelou uma concentração significativa desses eventos em áreas urbanas de baixa renda, com acesso limitado à infraestrutura e serviços urbanos, e historicamente impactadas por desastres hidrometeorológicos.

PALAVRAS-CHAVE: Vulnerabilidade. Risco Climático. Assentamentos precários. João Pessoa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de pesquisa concedida, e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento do Projeto de Pesquisa “Reconhecendo os assentamentos precários de João Pessoa e de Campina Grande/PB” aprovado pela Chamada CNPq/MCTI/FNDCT n.º 18/2021 - Faixa B - Grupos Consolidados.



Esta revista está licenciada sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.



VULNERABILITY, EXPOSURE, AND CLIMATE RISK IN JOÃO PESSOA, PARAÍBA, BRAZIL

ABSTRACT

The paper investigates the interaction between the climate crisis and social disparities in the Brazilian context, highlighting the disproportionate impacts of extreme climatic events in socioeconomically vulnerable areas. In this context, information about incidents such as floods, landslides, and collapses of barriers, recorded by Civil Defense between 2015 and 2022 in João Pessoa, the capital of Paraíba, was organized. In total, 694 occurrences were identified, with some of them happening in months with monthly precipitation above average. The spatial analysis of the variables addressed revealed a significant concentration of these events in low-income urban areas, with limited access to infrastructure and urban services, historically affected by hydrometeorological disasters.

KEYWORDS: Vulnerability. Climate Risk. Precarious Settlements. João Pessoa.

VULNERABILIDAD, EXPOSICIÓN Y RIESGO CLIMÁTICO EN JOÃO PESSOA, PARAÍBA, BRASIL

RESUMEN

El artículo investiga la interacción entre la crisis climática y las disparidades sociales en el contexto brasileño, destacando los impactos desproporcionados de eventos climáticos extremos en áreas de vulnerabilidad socioeconómica. En este contexto, se organizaron informaciones sobre incidentes como inundaciones, deslizamientos y derrumbes de barreras, registrados por la Defensa Civil entre 2015 y 2022 en la ciudad de João Pessoa, capital de Paraíba. En total, se identificaron 694 ocurrencias, siendo parte de ellas en meses con precipitación mensual por encima del promedio. El análisis espacial de las variables abordadas reveló una concentración significativa de estos eventos en áreas urbanas de bajos ingresos, con acceso limitado a infraestructura y servicios urbanos, e históricamente afectadas por desastres hidrometeorológicos.

PALABRAS CLAVE: Vulnerabilidad. Riesgo Climático. Asentamientos Precarios. João Pessoa.

1 | INTRODUÇÃO

A crise climática é catalisadora das expressões extremas de desigualdade existentes na nossa sociedade. Ainda que determinado extremo climático impacte toda uma comunidade, as perdas e os danos decorrentes desses impactos são desproporcionalmente experimentados pelas populações de baixa renda ou sem renda alguma, que habitam territórios precários com infraestrutura básica e tem seus lares destruídos pela força física contida nestes eventos (IPCC, 2022).

A histórica desigualdade socioespacial que caracteriza a urbanização brasileira tem forte relação com os impactos provocados por esses eventos, em especial a chuva, no país. A combinação da velocidade do crescimento urbano brasileiro, induzido sobretudo pela migração campo-cidade, com a permissividade do Estado na ocupação de áreas de risco ambiental, como nas margens de cursos d'água e zonas de alta declividade, contribuíram com a conformação de assentamentos não apenas informais, mas precários (Hardoy; Pandiella, 2009; Cunico, 2013).

Esses assentamentos resultam da pouca efetividade das políticas habitacionais do país direcionadas aos segmentos sociais de baixa renda, cuja “necessidade de morar” não é atendida pelo mercado imobiliário formal e são caracterizados, principalmente, pela ausência ou baixa qualidade de infraestrutura e serviços urbanos (Hardoy; Pandiella, 2009; Anjos, 2013; Trindade, 2021).

Ao longo das últimas quatro décadas, têm sido desenvolvidos alguns esforços, de caráter teórico e metodológico, no sentido de tentar compreender os processos

relacionados à formação, identificação, caracterização e classificação desses assentamentos, visando subsidiar planos e ações que garantam, sobretudo, a ‘melhoria da qualidade de vida’ das populações, assim como a qualidade ambiental urbana dessas localidades. Nesse contexto, insere-se o Projeto de Pesquisa “Reconhecendo os assentamentos precários de João Pessoa e de Campina Grande/PB” aprovado pela Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021 - Faixa B - Grupos Consolidados, desenvolvido no âmbito do Núcleo Paraíba do Observatório das Metrópoles. A pesquisa tem como objetivo identificar e caracterizar os assentamentos precários de João Pessoa e Campina Grande, duas cidades mais populosas do estado da Paraíba (Brasil), a partir do estabelecimento de duas dimensões principais: (i) precariedade, que engloba os campos relacionados à infraestrutura e serviços, equipamentos públicos e privados; e (ii) risco e vulnerabilidade, que engloba os campos do risco socioambiental e permanência. O presente estudo aqui apresentado, corresponde a um primeiro esforço no sentido de tentar construir uma metodologia que contribua para a caracterização dos riscos socioambientais nesses assentamentos.

Processos de desenvolvimento socioeconômico, passados e presentes, são mais determinantes no risco climático que os próprios eventos em si (IPCC, 2022). A vulnerabilidade socioeconômica e a exposição dos habitantes de áreas de planícies de inundação ou de alta declividade, amplifica o risco desses ambientes serem impactados (Cardona *et al.*, 2012; Clar, 2019).

Ainda, a resiliência socioeconômica destas comunidades depende quase que inteiramente da ação do poder público, considerando que sua rede social de suporte enfrenta desafios semelhantes (Hallegatte; Rozenberg, 2017). Isso pode agravar ainda mais a vulnerabilidade socioeconômica dessas comunidades quando afetadas, uma vez que são frequentemente negligenciadas por programas de urbanização e redução de riscos ambientais (Kita, 2017; Clar, 2019; Sarmiento, 2020).

Como resultado dessa urbanização, a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEPED), do Ministério Brasileiro da Integração Nacional, registrou em áreas urbanas mais de 15 mil ocorrências de inundações, enchentes ou alagamentos e de deslizamentos de terra ou movimentos de massa no país nos últimos 20 anos. Estas ocorrências causaram aproximadamente 3 mil óbitos, deixando mais de 6,3 milhões de brasileiros desalojados ou desabrigados (Brasil, 2023), e estão associadas a eventos de chuva que, em alta intensidade e curta duração, causam alagamentos, enchentes e inundações; quando em média intensidade e longa duração, encharcam o solo, causando deslizamentos de terra e movimentos de massa (Tominaga *et al.*, 2009; Kita, 2017).

De acordo com levantamento da Confederação Nacional de Municípios (CNM), apenas entre 2013 e 2022, eventos climáticos extremos danificaram 2 milhões de moradias e 107 mil foram efetivamente destruídas, correspondendo a um prejuízo estimado em cerca de 26 bilhões de reais. A Região Nordeste aparece como a mais impactada do país, acumulando 61% desses prejuízos. O estudo aponta que o

aumento de desastres na década passada foi acompanhado pelo desinvestimento na produção habitacional para as classes sociais mais pobres, contribuindo para a exposição dessa população (CNM, 2023).

Comonamaiorpartedascidades brasileiras, em João Pessoa, capital do estado da Paraíba, as comunidades mais impactadas por desastres hidrometeorológicos são aquelas em maior situação de vulnerabilidade socioeconômica. Apesar de localizada no Nordeste Brasileiro (NEB), região historicamente relacionada às secas, a capital do estado da Paraíba, encontra-se no litoral, onde evidências apontam para a ocorrência de eventos de extremos chuvosos relacionados a esses desastres (Rodrigues *et al.*, 2020; Espinoza *et al.*, 2021; Palharini *et al.*, 2022). As análises realizadas por Medeiros (2021) indicam que, entre 1991 e 2020, foram registrados 177 extremos chuvosos na cidade, sendo observado um aumento significativo desses eventos na última década.

Entre 1983 e 2016, 7.122 famílias ficaram desabrigadas, 24 residências ficaram soterradas, 80 pessoas ficaram feridas e 82 foram mortas, em decorrência dos impactos de chuvas intensas em João Pessoa (Silva, 2018). Os bairros mais afetados foram justamente aqueles de baixa renda e pouca infraestrutura urbana. Já entre 2015 e 2022, a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de João Pessoa (COMPDEC/JP) registrou 694 ocorrências de alagamentos e enchentes ou deslizamentos de terra, disponibilizadas em tabelas digitalizadas, mas ainda não sistematizadas e analisadas.

Considerando a hipótese de que assentamentos precários escancaram a relação entre os elementos que

compõem o risco climático, o presente trabalho, objetiva: analisar a distribuição espacial da ocorrência de impactos causados por eventos de precipitação, a partir de dados tabulares registrados, entre 2015 e 2022, pela COMPDEC/JP, a partir da vulnerabilidade e exposição das localidades e populações afetadas. Embora ainda não seja possível obter uma análise mais precisa na escala territorial do assentamento, os resultados aqui apresentados são importantes para compreender a distribuição desigual dos impactos na cidade e apontam alguns elementos importantes a serem considerados para a continuidade da pesquisa na qual o presente trabalho se insere.

2 | ÁREA DE ESTUDO

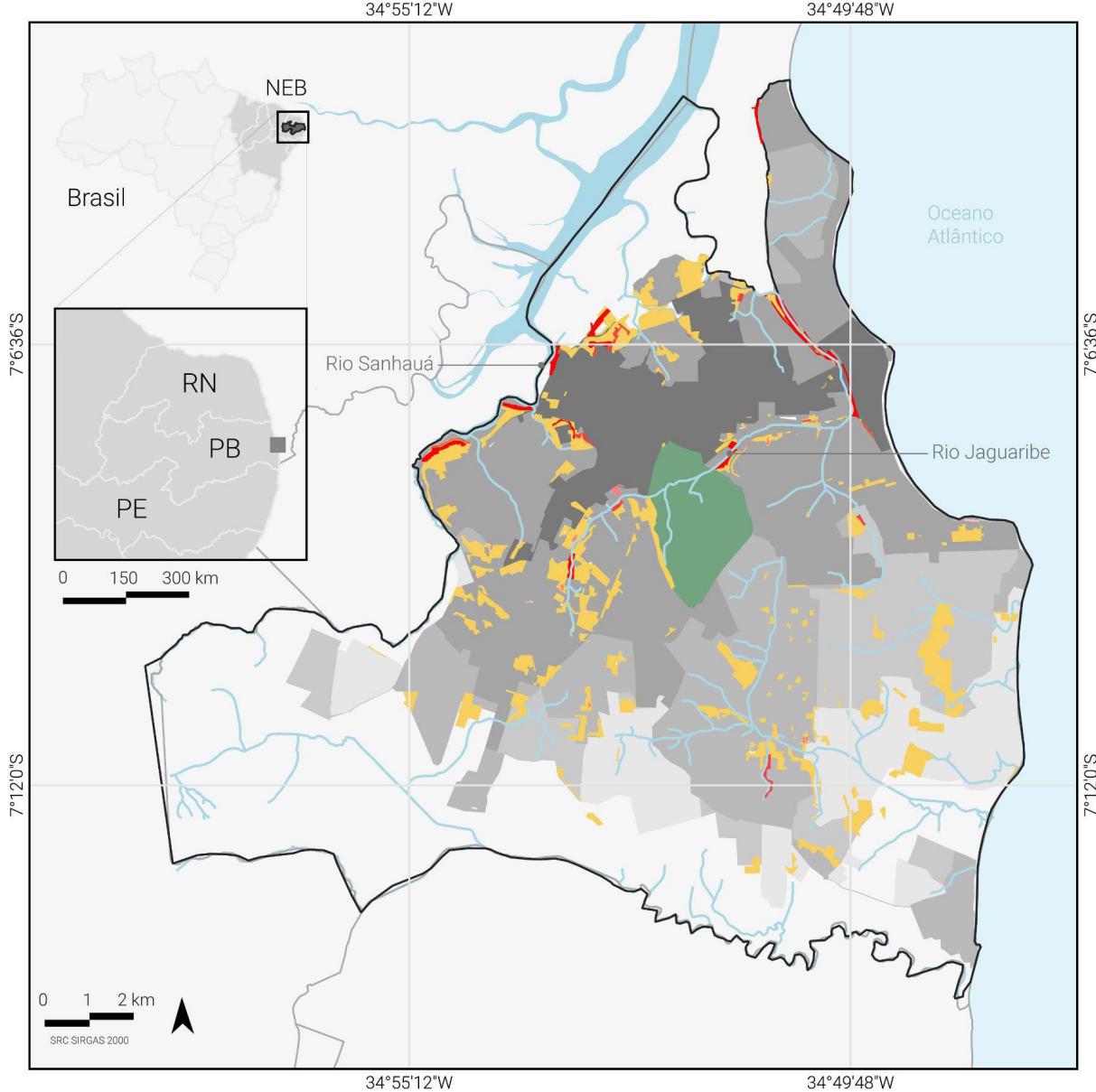
A cidade de João Pessoa, capital da Paraíba, tem 211,47 km² de superfície e está localizada na faixa litorânea da região Nordeste do Brasil, entre as coordenadas geográficas: latitude -7.11 e longitude -34.86. Com um perfil metropolitano, destaca-se como cidade mais populosa do estado, com aproximadamente 833 mil habitantes. A cidade é sede da Região Metropolitana de João Pessoa, criada em 2003, que atualmente é composta por outros 11 municípios (IBGE, 2023). Limita-se ao Norte com o município de Cabedelo; a Leste com o oceano Atlântico; a Oeste com os municípios de Bayeux e Santa Rita; e ao Sul com o município de Conde.

Fundada em 1585 às margens do rio Sanhauá, na porção oeste do município, a mancha urbana de João Pessoa experimentou um crescimento contínuo e acelerado a partir da década de 1960, como destaca Silva *et al.* (2015), incorporando uma área de 60,5 km² apenas entre 1963 e 1985. Em 2011, a mancha urbana da cidade chegou a 116,5 km², com vetores de expansão direcionados, principalmente, para a zona Sul. A insuficiência de políticas habitacionais voltada para as demandas por moradia das camadas mais pobres, tanto da população local quanto daquelas provenientes de fluxos migratórios, intensificou o processo de favelização na cidade, sendo reconhecidas 16 ocupações informais já em 1970 (Silva *et al.*, 2015).

A área urbanizada do município está assentada sobre a área de duas bacias hidrográficas principais, a exemplo: ao Sul com o rio Gramame, a Oeste com os rios Paraíba/Sanhauá, e das áreas de bacias secundárias, como as dos rios Cuiá, Jaguaribe, Aratu e Cabelo. As planícies de inundações dos rios das bacias secundárias são adjacentes às falésias da unidade geomorfológica Baixos Planaltos Costeiros, que se caracterizam como superfícies tabulares de sedimentos mal consolidados da Formação Barreiras. Essa área de tabuleiro foi intensamente impermeabilizada com a urbanização, o que faz com que: i) o índice de escoamento seja maior que o de infiltração; e ii) na ocorrência de chuva, ocorra movimento de massa, que afeta principalmente a população que habita essas planícies de inundaçāo (Furrier, 2007; Barbosa, 2015).

Atualmente, foi identificado que parte dos assentamentos precários de João Pessoa (Fig. 1) acompanha o curso dos dois principais corpos hídricos municipais, os rios Jaguaribe e Sanhauá, e seus afluentes, que juntos se estendem por 25 bairros da cidade.

Figura 1 – Localização de João Pessoa, Paraíba, Brasil. Assentamentos precários e áreas de risco



Fonte: IBGE (2012); Silva et al. (2015); SGB (2019); Observatório das Metrópoles Núcleo Paraíba (2023). Elaborado pelos autores.

A consolidação e adensamento de áreas ambientalmente sensíveis e protegidas pela legislação ambiental brasileira, como planícies de inundação e áreas de maior declividade, expõe parte dessa população a desastres de origem hidrometeorológica, como deslizamentos, inundações e enchentes. De acordo com levantamento realizado em conjunto com a Defesa Civil Municipal, o Serviço Geológico do Brasil (SGB) aponta a existência de 64 áreas de risco ambiental na cidade, com grau de risco alto e muito alto, representando cerca de 33 mil pessoas potencialmente expostas a desastres (SGB, 2019).

As estratégias de prevenção e gestão de risco gerados por essa ocupação humana em áreas de risco no município têm, ao longo dos anos, orientado projetos de implementação e requalificação de infraestrutura urbana na cidade de modo pontual. No geral, foram o quantitativo de ocorrências e as catástrofes geradas que determinaram a construção das medidas técnicas de atenuação dos riscos. Como na grande maioria das cidades brasileiras, em João Pessoa, as ações focam-se mais na causa, mediante medidas técnicas, que na redução da vulnerabilidade (Veyret, 2007), ainda assim com material e tecnologia de baixo custo.

Segundo o último relatório do IPCC (2022), a construção de resiliência nas áreas urbanas perpassa pela combinação de elementos de proteção social, redução de risco aos desastres e adaptação. Assim, reduzir a desigualdade, e consequentemente a vulnerabilidade, por meio da garantia dos direitos de posse da terra, código de urbanismo aplicado pela iniciativa local, acesso universal aos serviços urbanos, como saúde, saneamento básico e coleta de lixo, influencia positivamente a adaptação de áreas precárias às mudanças do clima.

Mas o que se percebe, no caso de João Pessoa, é o distanciamento de um ciclo virtuoso de acesso legal à moradia, visto que os principais dispositivos e ferramentas que orientam a política urbana municipal vêm sendo constantemente alterados em benefício de grupos políticos e empresariais (Perez *et al.*, 2020). Esse processo repete a mesma fórmula discutida por Maricato (2013), onde a canalização de investimentos públicos urbanos para valorização imobiliária e, consequentemente, maximização dos lucros do setor imobiliário, transforma as cidades brasileiras em máquinas produtoras de irregularidades e travam o desenvolvimento urbano sustentável.

3 | METODOLOGIA

O artigo explora, com enfoque no uso de geotecnologias, a relevância de uma perspectiva geográfica e urbanística da distribuição espacial das ocorrências/impactos. Para isso, foram realizados os seguintes procedimentos: (i) sistematização dos registros de ocorrências da Defesa Civil; (ii) seleção de variáveis ambientais, socioeconômicas e de infraestrutura e serviços urbanos do Censo Nacional; (iii) compilação de dados meteorológicos; e (iv) análise espacial e estatística das variáveis.

3.1 Sistematização dos registros de ocorrências

As ocorrências registradas pela COMPDEC/JP foram solicitadas através da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011). O recorte temporal para a obtenção dos dados foi de 2015 a 2022, referente à disponibilidade das informações em planilhas digitais, fundamentais para a eficiência no tratamento das informações.

Devido à falta de uma metodologia clara para a classificação das ocorrências, uma vez que o preenchimento das planilhas é feito por diversos atendentes, via telefone, foram desenvolvidas categorias de análise com base no campo “descrição” das ocorrências. Essas categorias foram estabelecidas por meio de uma análise qualitativa, na qual foram agrupadas palavras-chave que contribuíssem para identificar os principais tipos de eventos relatados.

Das 4.195 ocorrências registradas dentro do período 2015-2022, foram selecionadas apenas aquelas que representam impactos causados por chuvas intensas, como alagamentos, enchentes, deslizamentos de terra e deslizamentos de barreiras, totalizando 694 ocorrências. De modo combinado, como indica Silva (2018), são esses eventos que mais causam danos sociais, econômicos e à infraestrutura física da cidade de João Pessoa. Registros como comprometimento de estruturas prediais ou dos sistemas de drenagem, além de queda de árvores foram descartados neste trabalho, uma vez que não foi possível, até o momento, determinar se tais ocorrências estão relacionadas a eventos climáticos ou a questões de geotecnia, por exemplo. A Tabela 1 apresenta a descrição das categorias de análise e o número de registros dentro do recorte temporal estudado.

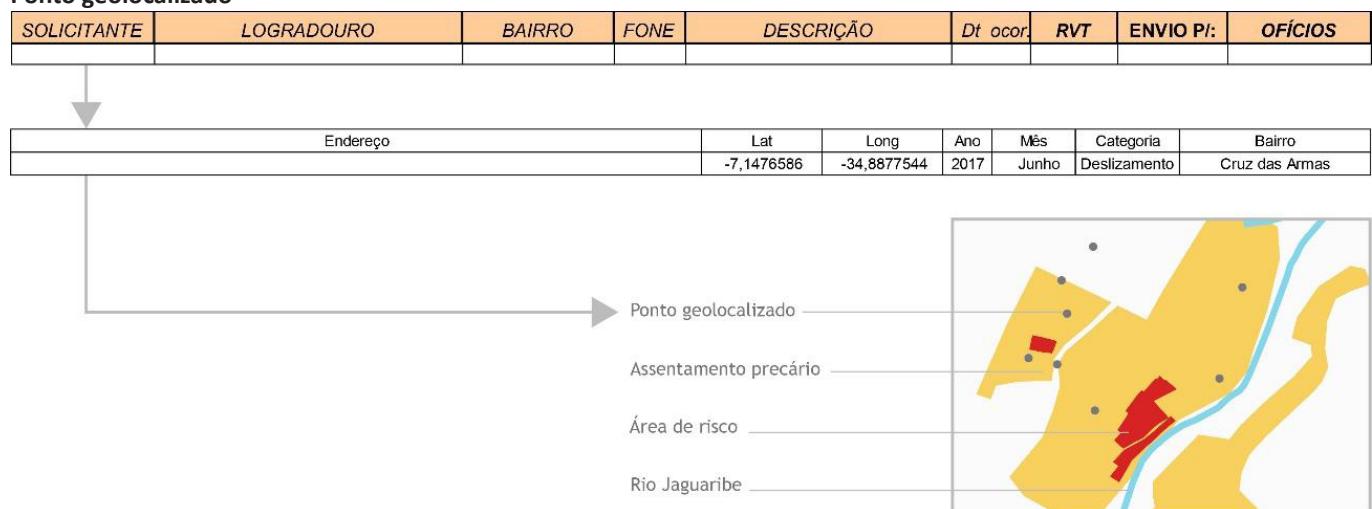
Tabela 1 – Classificação das ocorrências da Defesa Civil

Categoría	Descrição	Número de ocorrências	%
Alagamento	Alagamento, enchentes e inundações ocasionados por transbordamento de corpos hídricos ou incapacidade de sistema de drenagem de águas pluviais	501	72,0%
Desabamento de barreira	Ocorrências relacionada à queda de barreiras	141	20,0%
Deslizamento	Ocorrências relacionadas a deslizamentos de terra	52	8,0%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Por fim, as ocorrências registradas nas planilhas foram espacializadas por geocodificação dos endereços. Foi necessário associá-los ao bairro, cidade, estado e país. Esse procedimento possibilitou criar uma nuvem de pontos que subsidiaram as análises espaciais. Assim, utilizando ferramentas de Sistema de Informação Geográfica (SIG), cada ocorrência é representada espacialmente como um ponto (Fig. 2) e uma hierarquia delas por bairro foi gerada para analisar as áreas com maior número de registros.

Figura 2 – Esquema da sistematização dos dados para geocodificação. Dado bruto da Defesa Civil; Planilha sistematizada; Ponto geolocalizado



Fonte: Elaborado pelos autores.

3.2 Vulnerabilidade socioeconômica e exposição

Para classificação da vulnerabilidade e exposição da população afetada pelo impacto das chuvas em João Pessoa entre 2015 e 2022, foram utilizados dados de domicílios com acesso à rede de água, energia elétrica, esgoto e coleta de lixo e dados da infraestrutura de drenagem urbana, como pavimentação do viário, existência de calçada, meio-fio e bueiro, todos do Censo Nacional de 2010 (IBGE, 2012). Estes elementos são indicadores do funcionamento político-administrativo do território na gestão de risco, especialmente quando estão presentes com boa qualidade e cobertura nas áreas de risco ou próximas a elas. Combinado com os dados de natureza econômica, esses elementos permitem identificar padrões de segregação socioespacial e, para tanto, foram utilizados dados de renda média familiar e escolaridade dos chefes de família.

Todos esses dados foram sistematizados em percentual, com exceção da renda, que foi sistematizada de acordo com classes sociais: Classes A e B – mais de 10 salários mínimos; Classe C – 5 a 10 salários mínimos; D – 2 a 5 salários mínimos; e, finalmente, E – até dois salários mínimos (Costa, 2019; Neri, 2019). Em 2010, o salário mínimo brasileiro era de R\$ 510,00.

Ainda, para a caracterização da exposição, foram utilizados os limites dos assentamentos precários, mapeados no âmbito do projeto do Observatório das Metrópoles – Núcleo Paraíba (2023), mencionado anteriormente; os dados de delimitação de risco ambiental, elaborados pelo Serviço Geológico do Brasil (SGB, 2019), vinculado ao Ministério Brasileiro de Minas e Energia (MME), disponibilizados online e georreferenciados, como parte da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil; e a declividade, extraída do Topodata (Valeriano, 2005; Valeriano *et al.*, 2009).

3.3 Dados meteorológicos

Foi feita a análise do volume de chuva que desencadeou os impactos estudados a partir da identificação dos dias com maior índice pluviométrico dentro do recorte temporal do estudo, utilizando dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INMET). Foram identificadas as datas com as maiores precipitações, incluindo a avaliação dos acumulados de chuva correspondentes que, correlacionados com os registros das ocorrências reportadas pela Defesa Civil nos respectivos dias, permitiu a exploração das relações entre a incidência de ocorrências e volume de precipitação registrados. As datas de grandes volumes de precipitação integram a análise por construir um contínuo espaço-temporal dos eventos de chuva que indicam maior número de ocorrência e situações de perigo/perda/dano.

3.4 Análise espacial e estatística das variáveis

A análise espacial dos dados georreferenciados foi elaborada principalmente a partir da seleção de variáveis por localização. Para cada ocorrência, foram agregadas as informações censitárias de infraestrutura física e aspectos socioeconômicos do território a partir dos dados do IBGE (2012), conforme

mencionado anteriormente. Desta forma, foi possível explorar a quantidade e distribuição das ocorrências com os indicadores socioambientais para os 64 bairros da cidade.

A organização dos dados por um mesmo recorte espacial permitiu a geração de gráficos do tipo *box plot* para apresentar: (i) a distribuição do número de ocorrências por classes socioeconômicas; (ii) a distribuição do percentual de domicílios com acesso à rede de coleta de esgoto, de distribuição de energia, com calçada, pavimentação e bueiro, com mulheres chefes de família geral e alfabetizadas; (iii) a distribuição do percentual de ocorrências em setores censitários com acesso a coleta de esgoto, de distribuição de energia, com calçada, pavimentação e bueiro; (iv) e também a distribuição das tipologias de ocorrências por declividade.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em João Pessoa, entre 2015 e 2022, foram reportadas pela população 694 ocorrências de alagamentos, enchentes ou inundações, deslizamentos e desabamentos de barreiras. A partir da sistematização dos dados do INMET (2023), observamos que 80% das ocorrências analisadas foram registradas em meses que extrapolam a média de precipitação mensal histórica.

Esse percentual já expõe dois fatos cuja literatura (Veyret, 2007) sobre riscos têm como determinantes: i) os riscos decorrentes de processos naturais, no caso a precipitação, têm relação com os aspectos das unidades geomorfológicas que recobrem o território da cidade, no caso as planícies fluviais da Baixada Litorânea e as áreas de declive dos Baixos Planaltos Costeiros que estão próximas ao curso dos rios secundários; ii) as localidades mais atingidas pelas chuvas correspondem às áreas densamente ocupadas, no geral, por infraestrutura urbana de baixo custo ou caracterizadas pela ausência dessa infraestrutura em João Pessoa. Essas áreas foram identificadas como Área de Preservação Permanente (APP) no antigo Código Florestal (Lei nº 12.651/1965) ou como setor de amenização ambiental do código de zoneamento do município (Lei Complementar nº 54/2009).

Essa relação entre evento e condições físicas do terreno, sejam elas naturais e/ou de infraestrutura, com as características socioeconômicas da população atingida continua catalisando intervenções do Estado, a exemplo das identificadas no período mais recente a partir das obras do Programa de Aceleração do Crescimento em sua modalidade Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP), criado pelo Governo Federal em 2007. Em João Pessoa, os contratos assinados entre 2008 e 2012 tinham como natureza da intervenção a “erradicação do risco”, incluindo obras de infraestrutura com a construção de unidades habitacionais. Tendo como proponente a gestão municipal, foram aprovados os seguintes projetos: (i) PAC Taipa Nova Vida, localizado na ZEIS Taipa/Nova Vida (e Vila de Palha), no Bairro Costa e Silva; (ii) PAC Saturnino de Brito, ZEIS Saturnino de Brito, incluindo as Comunidades Saturnino de Brito, Trincheiras e Varadouro; (iii) Urbanização da zona ribeirinha do Rio Sanhauá, incluindo as Comunidades Ilha do Bispo, Alto do Mateus, Favela do S, Varadouro e as ZEIS Ilha do Bispo, Alto do Mateus e Porto do Capim; (iv) PAC Maria de Nazaré, Comunidade Maria de Nazaré, ZEIS Nossa Senhora de Nazaré, Bairros dos Funcionários; (v) Comunidade São José, Baixo Jaguaribe, ZEIS São José/Chatuba; e (vi) Projeto Vale do Jaguaribe.

Esse tipo de prevenção demanda a consolidação de metodologias participativas para a inclusão dos moradores nos projetos de urbanização dos territórios. No entanto, atualmente, a proximidade dos assentamentos precários a áreas de alta renda e interesse imobiliário também os expõe ao risco de remoção forçada por projetos urbanos promovidos pelos governos estadual e municipal, os quais, em grande parte, favorecem a especulação imobiliária.

Dentre esses projetos, destacamos aqueles desenvolvidos no âmbito do Programa João Pessoa Sustentável, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID): Complexo Beira Rio e Parque Ecológico Sanhauá. Em ambos os casos, os moradores denunciam as tentativas de “apropriação” da área – ocupada desde a década de 1970 pelas comunidades – por agentes econômicos, evidenciando “um planejamento voltado para as tendências do mercado e a especulação imobiliária” (Perez *et al.*, 2020, p.324) em João Pessoa.

Conforme discutido por Farias Filho e Alvim (2022), o discurso de preservação ambiental torna-se a base para legitimar discursos e políticas públicas dentro da ideia contemporânea de higienismo ambiental. Essas práticas se estenderam ao processo de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), o qual foi aprovado pela Câmara Municipal no final de 2023. Esse plano irá orientar a legislação urbana da cidade pelos próximos dez anos. É possível identificar o incentivo à impermeabilização do solo através da redução significativa das zonas destinadas à preservação dos verdes e a diminuição significativa das Zonas de Interesse Social (ZEIS), voltadas aos projetos habitacionais para a população de baixa renda.

Nesse sentido, Silveira e Silva (2018) apontam que todos esses aspectos estão inseridos nas dinâmicas de urbanização neoliberal, que têm se mostrado agressivas, principalmente em países em desenvolvimento. Nesse contexto, diferentes agentes atuam para intervir na gestão pública, nas câmaras e conselhos municipais de maneira incisiva, buscando a alteração de legislação e códigos para “potencializar ganhos privados em detrimento da desqualificação de extensas áreas urbanas” (Silveira; Silva, 2018, p.155).

4.1 Vulnerabilidade e exposição

A partir da correlação dos registros da COMPDEC/JP com os dados do Censo 2010 sobre infraestrutura urbana e aspectos socioeconômicos, foi possível representar as interações entre a localização geográfica das ocorrências com as variáveis que indicam vulnerabilidade e exposição aos riscos climáticos.

A infraestrutura do saneamento básico é um indicador do quanto uma localidade está preparada para enfrentar um evento, envolve a oferta de serviços fundamentais, como abastecimento de água, esgotamento sanitário e o manejo das águas pluviais. Apesar dessas infraestruturas estarem geralmente conectadas ao sistema viário, observa-se uma diferença considerável no acesso a elas por toda a cidade (Fig. 3).

A presença ou ausência de bueiros pode indicar a preparação da área para a captação de água da chuva e seu direcionamento para o sistema de drenagem urbana. Quanto mais pavimentada - ou impermeabilizada - for a região, maior a necessidade de infraestrutura para evitar alagamentos ou o desvio inadequado da

água. Em áreas altamente pavimentadas, a capacidade de percolação da água é reduzida, aumentando as chances de deslizamentos em declives desprovidos de cobertura vegetal ou infraestrutura adequada.

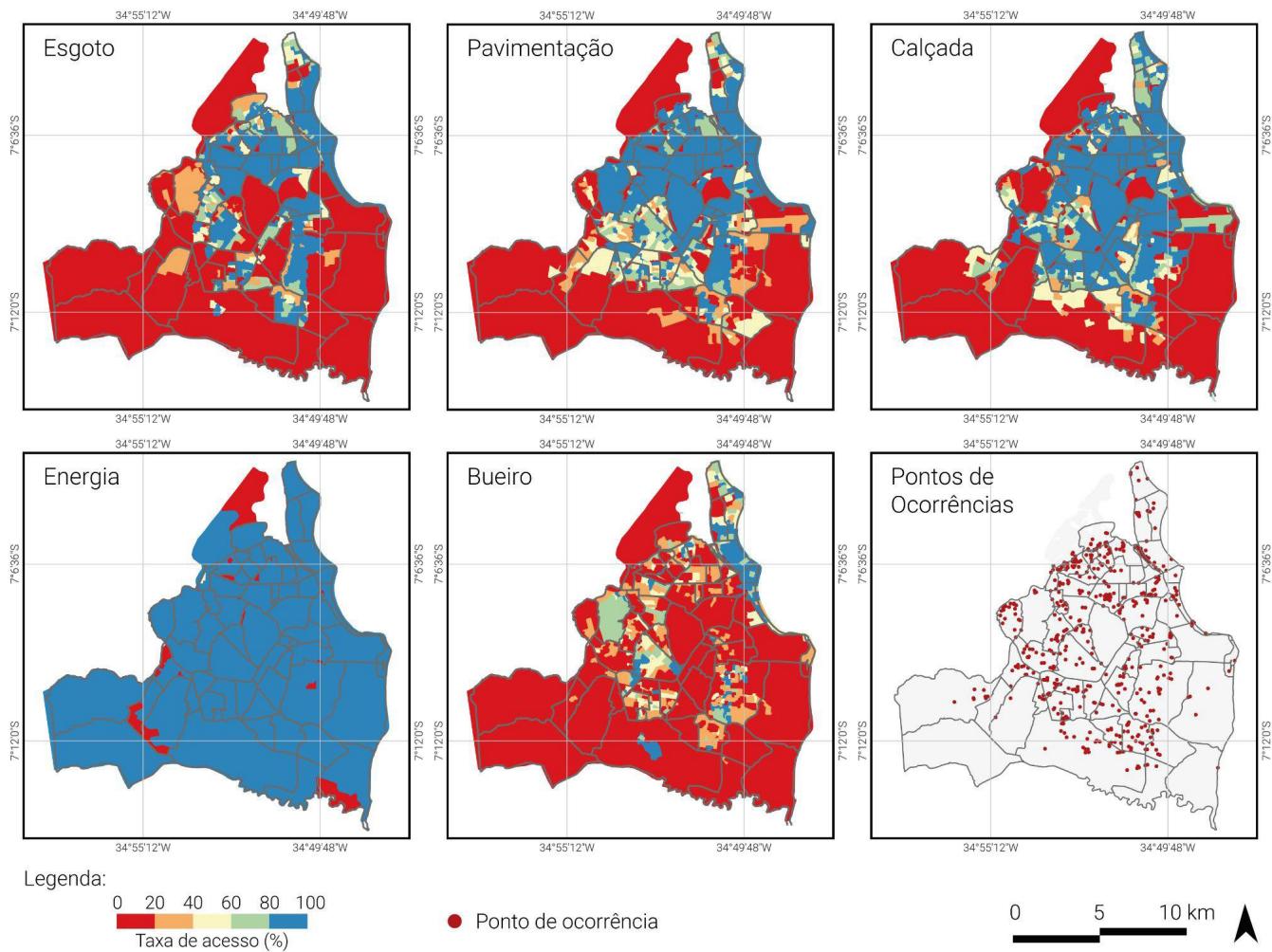
Os deslizamentos de massa em João Pessoa, por exemplo, estão relacionados à impermeabilização de um tipo de solo não consolidado (Formação Barreiras) em áreas próximas a declives. Conforme ilustrado na Figura 3, nota-se que até 55% dos setores censitários da cidade apresentam baixa cobertura de bueiros, com taxas de acesso que variam de 0 a 20%, contrastando com o acesso à pavimentação urbana.

Os dados sobre esgoto e calçada refletem essa relação com os aspectos socioeconômicos da população, mencionados acima. Apesar de 45% dos setores censitários apresentarem altas taxas de acesso à rede de esgotamento sanitário, percebe-se que as regiões ocupadas a partir da década de 1990 possuíam baixa cobertura desse tipo de infraestrutura. Isso coincide com áreas onde a população é predominantemente de baixa renda.

Por ser uma região de expansão recente, a porção sul apresentou maiores conflitos em relação à ocupação de áreas protegidas pela legislação municipal, como as Zonas de Preservação Ambiental (ZPA) e Zonas Não Adensáveis (ZNA), conforme destacado por Perez *et al.* (2020). Nesse processo, estão associadas a construção de grandes obras públicas, como o Centro de Convenções, e a presença marcante de empreendimentos habitacionais, incluindo aqueles financiados no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), lançado em 2009 pelo Governo Federal. Ao mesmo tempo em que o solo mais barato tornou os lançamentos imobiliários mais lucrativos, a expansão de determinados serviços urbanos não acompanhou a ocupação do território, principalmente por demandarem altos investimentos públicos.

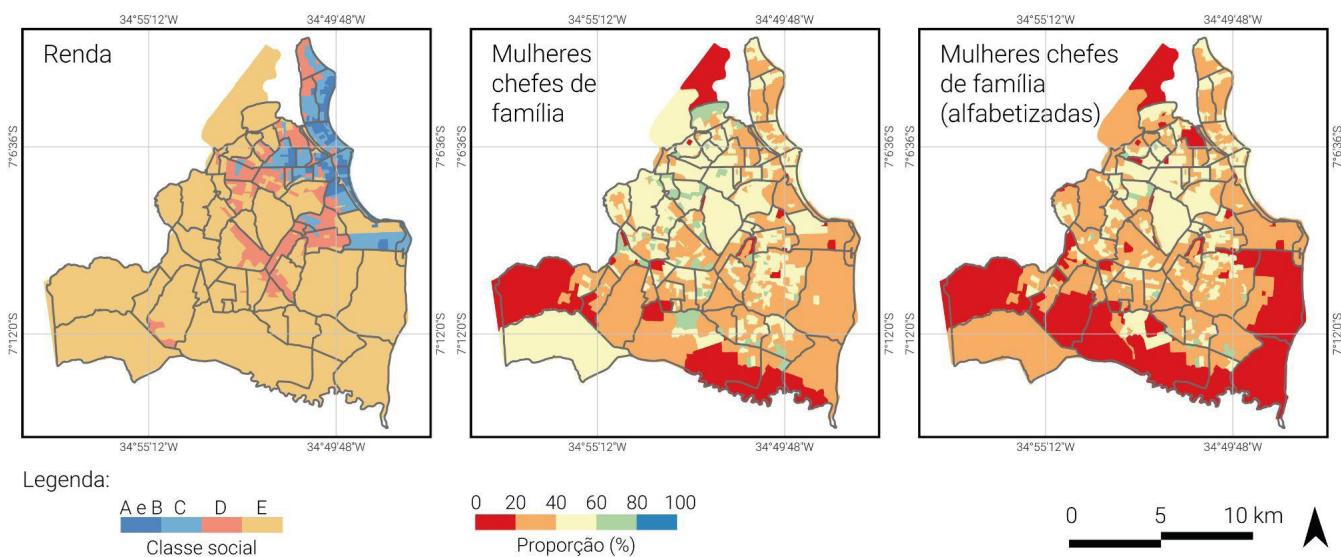
Deschamps (2008) e Cutter (2011) destacam a conexão entre os baixos níveis de renda, escolaridade e os desafios relacionados à resiliência de populações em situação de vulnerabilidade socioambiental. Em João Pessoa, as áreas que apresentam maiores coberturas de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos coincidem com as de maior concentração das classes A e B, de rendimento mensal superior a 10 salários mínimos. Na Figura 4, é possível observar que essas áreas estão concentradas próximas à faixa litorânea da cidade. Em relação ao gênero, parte dos setores censitários apresentam uma maior presença de mulheres como chefes de família. De acordo com Clar (2019), ao mesmo tempo em que pesquisas sobre riscos ambientais apontam uma relação entre vulnerabilidade e gênero, outras demonstram que as mulheres estão associadas a uma maior percepção de risco e, consequentemente, a uma maior preparação para a ação.

Figura 3 – Acesso a serviços e infraestrutura urbana e ocorrências por bairro



Fonte: IBGE, 2012. Elaborado pelos autores.

Figura 4 – Aspectos de renda e mulheres chefes de família

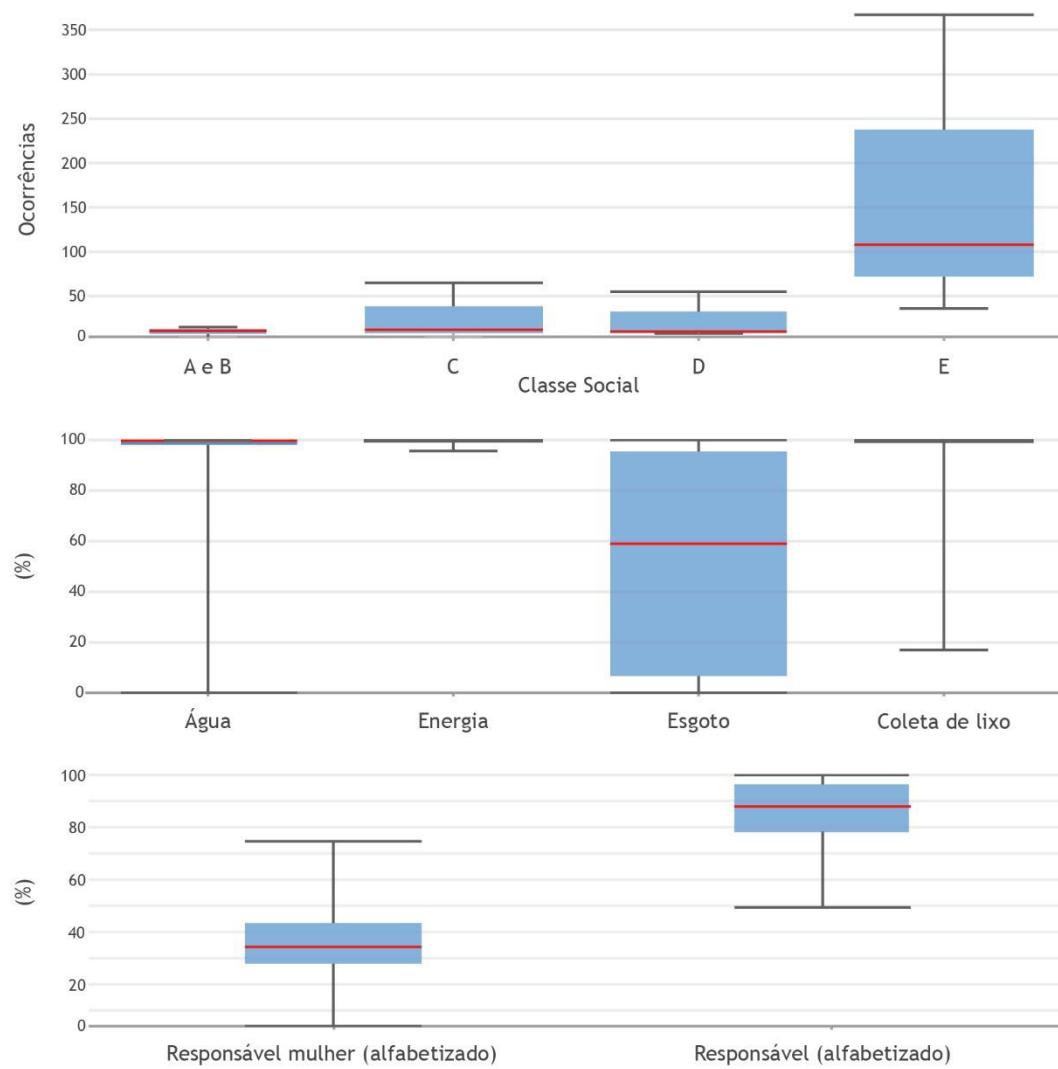


Fonte: IBGE, 2012. Elaborado pelos autores.

Essas mesmas relações são abordadas no Gráfico 1, que traz a comparação entre o número de ocorrências e o rendimento mensal, o acesso aos serviços urbanos (água, energia elétrica, coleta de esgoto e coleta de lixo) e, por fim, a escolaridade dos chefes de família dos domicílios do entorno. Primeiramente, observamos que os impactos afetam predominantemente as classes de rendimentos mais baixos, ou seja, aquelas que ganham de 0 a 2 salários mínimos. Outro aspecto evidenciado é que, mesmo que os responsáveis pelos domicílios sejam predominantemente homens, nas áreas impactadas, as mulheres, quando chefes de família, não são alfabetizadas em sua maioria.

De acordo com os dados censitários, mesmo com altas taxas de acesso à água, energia elétrica e coleta de lixo, os locais mais afetados apresentam variações significativas na presença ou ausência de rede de coleta de esgoto, com uma mediana próxima de 60%.

Gráfico 1 – Ocorrências x classe social, acesso a serviços urbanos e responsáveis alfabetizados

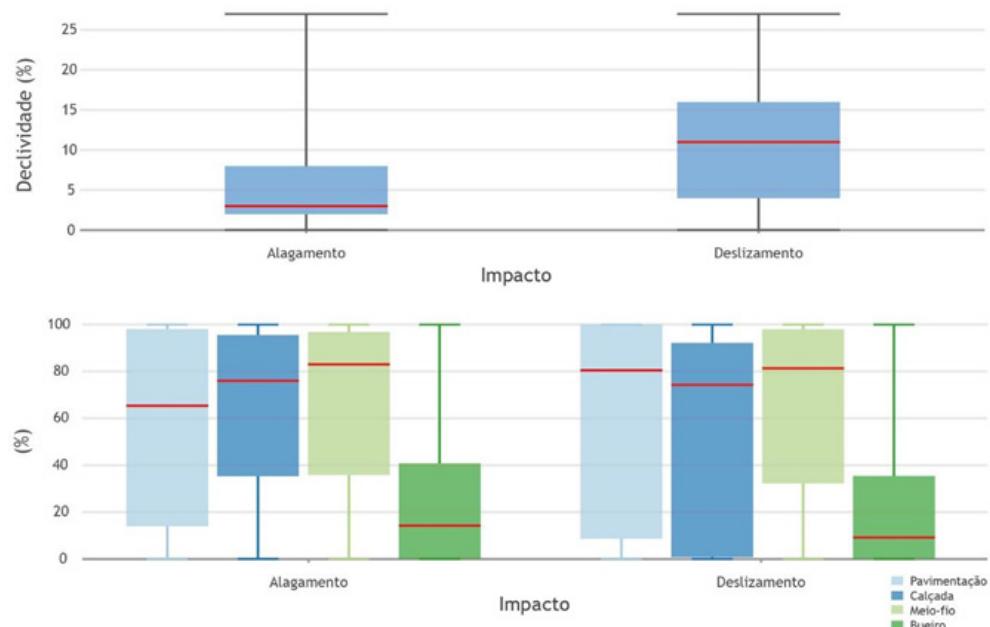


Fonte: Elaborado pelos autores.

Quando consideramos a declividade do município de João Pessoa em relação ao número de ocorrências, podemos observar que os alagamentos ocorreram principalmente em áreas de baixa declividade, como era esperado (Gráfico 2).

No entanto, os registros de deslizamentos e quedas de barreiras ocorreram em áreas que não são tão íngremes. O gráfico ainda ilustra a relação com a drenagem urbana, representada pelas informações sobre a existência de pavimentação, calçada, meio-fio e bueiro nos setores censitários. As áreas sem calçadas foram as mais afetadas por deslizamentos.

Gráfico 2 – Impactos x declividade e infraestrutura urbana



Fonte: Elaborado pelos autores.

4.2 Bairros mais afetados

A análise por bairros indica que 26 deles têm dez ou mais ocorrências e juntos concentram 78% dos registros. Nos doze que possuem mais de 20 ocorrências, conforme a Tabela 2, nove são de baixa renda, sendo o São José, que compreende o maior assentamento precário da cidade, com 7.416 habitantes (IBGE, 2012), o que apresenta mais ocorrências. A Tabela 2 também apresenta as taxas de acesso à infraestrutura e serviços urbanos nos bairros mais afetados. Com exceção do bairro Gramame, de ocupação mais recente, todos os outros bairros tiveram dinâmicas de ocupação atreladas à abertura de grandes avenidas ou à construção de empreendimentos habitacionais, como conjuntos e loteamentos, até a década de 1985, que foi o período de maior dispersão urbana na cidade (Silva *et al.*, 2015).

Por meio da construção de indicadores socioeconômicos, acesso à infraestrutura urbana e exposição a riscos ambientais, Araújo (2023) observa que as principais concentrações de vulnerabilidade socioambiental de João Pessoa estão localizadas em assentamentos precários da zona Leste, ao longo do rio Jaguaribe. Essas áreas estão inseridas em contexto urbano estratégico, próximas a equipamentos urbanos públicos, a corredores de circulação importantes e aos postos de trabalhos em bairros de classe média e média-alta, como Manaíra e Tambaú.

O bairro São José aparece como principal *hotspot* de vulnerabilidade devido a sua densidade populacional e ocupação linear entre dois acidentes geográficos, com áreas expostas aos riscos de inundação e deslizamento. Esses resultados são reforçados pela pesquisa hemerográfica realizada por Silva (2018), que apresenta danos humanos e materiais causados por desastres hidrometeorológicos entre 1983 e 2016 noticiados pelo jornal A União. A partir dessas informações é possível perceber que historicamente os bairros Castelo Branco, Jardim Veneza e São José foram os que mais sofreram com esses eventos.

Tabela 2 – Bairros mais afetados de João Pessoa

Bairro	Ocorrências	Acesso à serviços urbanos				Infraestrutura Urbana			
		Água	Energia	Esgoto	Coleta de Lixo	Pavimentação	Calçada	Meio-fio	Bueiro
São José	50	99,4	99,9	67,1	96,2	68,2	62,1	55,2	35,8
Gramame	38	89,9	99,9	15,5	93,3	11,6	23,9	69,1	14,7
Roger	35	91,1	92,6	71,1	91,5	89,5	64,7	83,6	26,6
Alto do Mateus	30	97,5	99,1	61,6	94,7	13,7	27,4	30,6	6,4
Castelo Branco	29	88,6	89,9	72,0	89,6	59,8	62,5	60,2	8,2
Mangabeira	27	95,2	97,6	72,8	96,7	68,9	81,3	74,4	38,8
Miramar	24	81,3	99,7	94,7	99,7	81,7	71,8	77,2	15,2
Torre	24	96,4	98,5	96,1	98,7	95,9	94,3	94,1	10,9
Alto do Ceú	23	99,3	99,6	78,3	98,8	73,8	74,5	73,7	13,8
Oitizeiro	23	99,2	99,4	67,7	99,4	52,6	66,2	58,3	17,5
Ernani	22	99,9	100	33,5	99,7	83,3	94,6	77,8	56,8
Sátiro Valentina	22	99,2	99,4	87	98,1	52,7	88,1	72,6	25,6

Fonte: Elaborado pelos autores.

As análises das informações podem ser complementadas ao cruzar as ocorrências com os índices pluviométricos do período estudado. Entre 2015 e 2022, em apenas 21 dias, foram registradas 171 ocorrências, correspondendo a cerca de 25% das 694 relacionadas a impactos causados por chuvas. No quadrimestre mais chuvoso, entre abril e julho, o acumulado de chuva parece ser fator determinante para o número de registros. Nessas datas, os bairros que apresentaram maior número de ocorrências foram São José, Roger, Torre, Alto do Mateus e Bessa.

A Tabela 3 apresenta os registros de ocorrências para os dias de maiores precipitações, indicando a existência ou não de períodos com chuvas acumuladas, o número total de registros da Defesa Civil, aqueles relacionados ao recorte estudado e sua proporção em relação ao total de ocorrências.

Tabela 3 – Número de ocorrências registradas pela Defesa Civil nos dias mais chuvosos (2015 - 2022)

Data	Precipitação	Acumulado	Total de ocorrências (acumulado)	Ocorrências do recorte (acumulado)	%
14/05/2021	189	292,8	51	34	66,7%
14/06/2019	182,4	327,6	48	27	56,3%
16/04/2016	147,4	302,2	84	50	59,5%
29/05/2017	140,4	178,4	42	21	50,0%
23/05/2020	138,6	183,7	54	14	25,9%
21/05/2022	122,6	-	5	2	40,0%
28/07/2017	119,8	168,6	38	14	36,8%
05/03/2022	109	-	4	1	25,0%
09/05/2016	108,4	-	15	1	6,7%
11/07/2018	106,2	139,2	5	1	20,0%
13/02/2021	102,4	-	8	3	37,5%
28/05/2022	101,6	-	9	3	33,3%
		Total	363	171	47,1%

Fonte: Elaborado pelos autores.

As análises realizadas por Medeiros (2021) indicam que 122, ou seja, 69% dos 177 eventos extremos de chuva entre 1991 e 2020, ocorreram no período chuvoso, entre abril e julho. Em um contexto de crescente preocupação com os efeitos das mudanças climáticas nas cidades, a ocorrência desses eventos e a distância para a construção de uma política urbana voltada para a diminuição da vulnerabilidade socioambiental em áreas de risco expõem parte da população aos impactos causados por desastres, afetando, consequentemente, sua capacidade de resiliência.

5 | CONSIDERAÇÕES

As desigualdades socioespaciais históricas contribuem significativamente para que a população socioeconomicamente vulnerável, não atendida pelo mercado formal de habitação e pela pouca efetividade das políticas habitacionais, tenham sua necessidade de moradia suprida pela ocupação de áreas de risco ambiental, potencializando a exposição aos perigos dos extremos chuvosos.

A sistematização e análise dos registros de ocorrências relacionadas a impactos causados por eventos de chuva da Defesa Civil de João Pessoa revelaram 694 ocorrências entre 2015 e 2022. Ao espacializar os dados, torna-se evidente a existência de relações entre a ocorrência e as condições socioeconômicas e ambientais do território afetado. A cidade apresenta uma notável fragmentação, onde diferentes realidades coexistem dentro de um mesmo bairro. É possível identificar, por exemplo, variações na renda e no acesso à infraestrutura e serviços urbanos. Alguns dos bairros onde as ocorrências foram mais frequentes são, historicamente, os mais afetados por desastres hidrometeorológicos e apresentam maior número de desabrigados, feridos e vítimas fatais.

Observa-se que parte das ocorrências estiveram associadas a chuvas que ultrapassaram médias históricas de precipitação, destacando o potencial de prejuízos em casos de eventos extremos, que tendem a se intensificar na região litorânea do Brasil devido às mudanças climáticas. Nesse cenário, as pessoas que já convivem com alguma dimensão de vulnerabilidade serão ainda mais atingidas.

As análises realizadas podem subsidiar a construção de sistemas mais eficientes para acompanhar os impactos das chuvas. Além disso, demonstram uma possibilidade de aprimoramento da gestão de riscos por parte do poder público. Uma plataforma que relate ocorrência-evento-território, e vice-versa, pode contribuir para um ciclo virtuoso de planejamento urbano que incida diretamente sobre a vulnerabilidade dessas populações, através da adaptação climática e promoção da capacidade de resiliência. Nesse sentido, no médio e longo prazo, pode servir de indicador para a implementação de políticas públicas e alocação de recursos por possibilitar análises históricas.

É crucial uma mudança de paradigma que supere o ciclo vicioso de intervenções que, frequentemente, estão associadas às práticas de higienismo ambiental e ao favorecimento da especulação imobiliária na cidade. Assim, é possível explorar estratégias de intervenção que não se limitem apenas a soluções técnicas, como a realocação de moradores, como geralmente é feito, mas que necessariamente ampliem a democracia participativa durante o projeto e promovam um desenvolvimento urbano sustentável, passível de avaliação e adaptações diante dos desafios impostos pela crise climática.■

Recebido em: 31-01-2024

Aceito em: 19-06-2024

REFERÊNCIAS

- ANJOS, Kainara Lira dos. *Mercado imobiliário de aluguel em áreas pobres e as transformações urbanas e ambientais*. 2013. 276f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11056>
- ARAÚJO, Renato Régis Pinheiro Medeiros de. Indicadores de vulnerabilidade socioambiental para assentamentos precários de João Pessoa – PB. In: ANAIS DO XX ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 2, Belém, 2023. Anais... Belo Horizonte: ANPUR, 2023. p. 2-15.
- BARBOSA, Tamires Silva. *Geomorfologia urbana e mapeamento geomorfológico do município de João Pessoa – PB, Brasil*. 2015. 115 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.
- BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Secretaria de Proteção e Defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Estudos e Pesquisas em Engenharia e Defesa Civil. *Atlas Digital de Desastres no Brasil*. Brasília: MIDR, 2023.
- CARDONA, Omar-Dario; VAN AALST, Maarten; BIRKMANN, Jörn; FORDHAM, Maureen; MCGREGOR, Glenn; PEREZ, Rosa et al. In: FIELD, Christopher; BARROS, V.; STOCKER, Thomas; DAHE, Quin; DOKKEN, David Jon; EBI, Kristie et al. (Orgs.). *Managing the Risks of Extreme Events and Disasters to Advance*. New York: Cambridge University Press, 2012. p. 65–108.
- CLAR, Christoph. How demographic developments determine the management of hydrometeorological hazard risks in rural communities: The linkages between demographic and natural hazards research. *WIREs Water*, v. 6, n. 6, p. 1–20, 2019. DOI: 10.1002/wat2.1378
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS - CNM. *Desastres obrigam mais de 4,2 milhões de pessoas que foram negligenciadas pelas políticas públicas a buscarem alternativas de moradia nos últimos dez anos*. Brasília: Portal CNM, 2023.
- COSTA, Fernando Nogueira da. *Que país é este? Dimensões da desigualdade social*. Texto para discussão. Campinas: Unicamp, 2019.
- CUTTER, Susan. A ciência da vulnerabilidade: modelos, métodos e indicadores. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 93, p. 59-69, 2011.
- DESCHAMPS, Marley. Estudo sobre a vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana de Curitiba. *Cadernos Metrópole*, n. 19, p. 191-219, 2008.
- ESPINOZA, Nicolai; SANTOS, Carlos; SILVA, Madson; GOMES, Helber; FERREIRA, Rosaria; SILVA, Maria et al. Landslides triggered by the may 2017 extreme rainfall event in the east coast northeast of Brazil. *Atmosphere*, v. 12, n. 10, art. 1261, 2021. DOI: 10.3390/atmos12101261
- FARIAS FILHO, José Almir; ALVIM, Angelica Tanus Benatti. Higienismo e forma urbana: uma biopolítica do território em evolução. *urbe, Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 14, e20220050, 2022. DOI: 10.1590/2175-3369.014.e20220050
- FURRIER, Max. *Caracterização geomorfológica e do meio físico da folha João Pessoa - 1:100.000*. 2007. 213f. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- HALLEGATTE, Stéphane; ROZENBERG, Julie. Climate change through a poverty lens. *Nature Climate Change*, v. 7, p. 250-256, 2017. DOI: doi.org/10.1038/nclimate3253
- HARDOY, Jorgelina; PANDIELLA, Gustavo. Urban poverty and vulnerability to climate change in Latin America. *Environment and Urbanization*, v. 21, n. 1, p. 203-224, 2009. DOI: 10.1177/0956247809103019
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo Brasileiro de 2022: principais resultados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA - INMET. *Banco de dados meteorológicos*. Brasília: INMET, 2023.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE - IPCC. *Climate Change 2022 – Impacts, adaptation and vulnerability: Working Group ii contribution to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022. DOI: 10.1017/9781009325844

KITA, Stern Mwakalimi. Urban vulnerability, disaster risk reduction and resettlement in Mzuzu city, Malawi. *International Journal of Disaster Risk Reduction*, v. 22, p. 158-166, 2017. DOI: 10.1016/j.ijdrr.2017.03.010

MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativa para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2013.

MEDEIROS, Shayenny Alves de. *Variabilidade da precipitação e os desastres naturais da cidade de João Pessoa - PB, para o recorte temporal de 1991 a 2020*. 2021. 119 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) – Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2021.

NERI, Marcelo. *As classes médias brasileiras*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2019.

PALHARINI, Rayana; VILA, Daniel; RODRIGUES, Daniele; PALHARINI, Rodrigo; MATTOS, Enrique; UNDURRAGA, Eduardo. Analysis of extreme rainfall and natural disasters events using satellite precipitation products in different regions of Brazil. *Atmosphere*, v. 13, n. 10, art. 1680, 2022. DOI: 10.3390/atmos13101680

PEREZ, Letícia Palazzi; SALES, Andréa Leandra Porto; SILVEIRA, José Augusto Ribeiro da. Climate change and the unsustainable urbanism in the municipality of João Pessoa, PB, Brazil. *Sustentabilidade em Debate*, v. 11, n. 2, p. 304–340, 2020. <https://doi.org/10.18472/SustDeb.v11n2.2020.32330>

RODRIGUES, Daniele; GONÇALVES, Weber; SPYRIDES, Maria; SANTOS E SILVA, Cláudio; SOUZA, Diego. Spatial distribution of the level of return of extreme precipitation events in Northeast Brazil. *International Journal of Climatology*, v. 40, n. 12, p. 5098-5113, 2020. DOI: 10.1002/joc.6507

SARMIENTO, Juan Pablo; SANDOVAL, Vicente; JERATH, Meenakshi. The influence of land tenure and dwelling occupancy on disaster risk reduction. The case of eight informal settlements in six Latin American and Caribbean countries. *Progress in Disaster Science*, v. 5, art. 100054, 2020. DOI: 10.1016/j.pdisas.2019.100054

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL - SGB. *Setorização de Riscos Geológicos – Paraíba*. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www.sgb.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Prevencao-de-Desastres/Setorizacao-de-Riscos-Geologicos---Paraiba-4882.html>>. Acesso em: 30 jan. 2024.

SILVA, Milena Dutra da; CASTRO, Alexandre Augusto Bezerra da Cunha; SILVA, Brunielly de Almeida; SILVA, José Augusto Ribeiro da; SILVEIRA, Geovany Jessé Alexandre da. Crescimento da mancha urbana na cidade de João Pessoa. In: SILVEIRA, José Augusto Ribeiro da; SILVA, Milena Dutra; CASTRO, Alexandre (Orgs.). *Dinâmica da cidade e bordas urbanas*. João Pessoa: F & A Gráfica e Editora, 2015. p. 54-72.

SILVA, Nateli Tenório da. *As chuvas no município de João Pessoa: impactos, riscos e vulnerabilidade socioambiental*. 2018. 133 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

SILVEIRA, José Augusto Ribeira; SILVA, Geovany. *Ensaio urbanos: configurações e deslocamentos na cidade*. João Pessoa: Editora do CCTA, 2018.

TRINDADE, Tatiana; MACLEAN, Heather; POSEN, Daniel. Slum infrastructure: Quantitative measures and scenarios for universal access to basic services in 2030. *Cities*, v. 110, art. 103050, 2021. DOI: 10.1016/j.cities.2020.103050

TOMINAGA, Lídia Keiko. Desastres Naturais: por que ocorrem? In: TOMINAGA, Lídia Keiko; SANTORO, Jair; AMARAL, Rosangela (Orgs.). *Desastres Naturais: conhecer para prevenir*. São Paulo: Instituto Geológico, 2009. p. 196.

VALERIANO, Márcio de Morisson. Modelo digital de variáveis morfométricas com dados SRTM para o território nacional: o projeto TOPODATA. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 12., Goiânia, 2005. *Anais SBSR*. São José dos Campos: INPE, 2005. p. 3595-3602.

VALERIANO, Márcio de Morisson; ROSSETTI, Dilce de Fátima; ALBUQUERQUE, Paulo Cesar Gurgel de. Topodata: desenvolvimento da primeira versão do banco de dados geomorfométricos locais em cobertura nacional. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, Natal, 2009. *Anais SBSR*. São José dos Campos: INPE, 2009. p. 1-8.

VEYRET, Yvette. *Os riscos: homem como agressor e vítima do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 2007.

REFLEXÕES EPISTEMOLÓGICAS SOBRE A CIDADE-ARMÁRIO E OS GRUPOS LGBTQIA+

MIGUEL PACÍFICO FILHO

Universidade Federal do Norte do Tocantins

miguel.filho@ufnt.edu.br

THELMA PONTES BORGES

Universidade Federal do Norte do Tocantins

thelmaborges@ufnt.edu.br

WALACE RODRIGUES

Universidade Federal do Norte do Tocantins

walace.rodrigues@ufnt.edu.br

RESUMO

Propomos contribuição epistemológica ao demonstrar que a cidade-armário, enquanto ambiente hostil aos LGBTQIA+, é pouco facilitadora da psiquê humana, funcionando como produtor e produto de ressentimentos, despersonalizando e desintegrando sujeitos. Nossa texto é um ensaio de cunho bibliográfico, que analisa as reverberações da cidade-armário para as populações que fogem à heteronormatividade de gênero. Oferecemos, ainda, debate acerca da relação do ambiente com a formação humana e suas consequências traumáticas para o público em questão. Os resultados deste trabalho revelam que as cidades devem ser planejadas para atender também aos grupos minoritários, oferecendo ambientes seguros de interação social, que permitam expressões identitárias e de afetos.

PALAVRAS-CHAVE:Cidade humanizada. Ambientes sociais seguros. Não violência. Trauma.



Esta revista está licenciada sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

PISTEMOLOGICAL REFLECTIONS ON THE CITY-CLOSET AND LGBTQIA+ GROUPS

ABSTRACT

We propose an epistemological contribution by demonstrating that the city-closet, as a hostile environment for LGBTQIA+, does little to facilitate the human psyche, functioning as a producer and product of resentments, depersonalizing and disintegrating subjects. Our text is a bibliographic essay, which analyzes the reverberations of the city-closet for populations that flee gender heteronormativity. We also offer a debate about the relationship between the environment and human formation and its traumatic consequences for the public in question. The results of this work reveal that cities must be planned to also serve minority groups, offering safe environments for social interaction, which allow expressions of identity and affection.

KEYWORDS: Humanized city; Safe social environments; No violence; Trauma.

RÉFLEXIONS ÉPISTÉMOLOGIQUES SUR LA VILLE-PLACARD ET LES GROUPES LGBTQIA+

RÉSUMÉ

On propose une contribution épistémologique en démontrant que la ville-placard, en tant qu'environnement hostile pour les LGBTQIA+, facilite peu la psyché humaine et fonctionne comme producteur et produit de ressentiments, en dépersonnalisant et désintégrant les sujets. Le texte est un essai bibliographique qui analyse les réverbérations de la ville-placard pour des populations fuyant l'hétéronormativité de genre. On propose également un débat sur la relation entre l'environnement et la formation humaine ainsi que ses conséquences traumatisantes pour le public concerné. Les résultats de ce travail révèlent que les villes doivent être conçues pour servir également les groupes minoritaires, offrant des environnements sûrs pour l'interaction sociale, qui permettent l'expression de l'identité et de l'affection.

MOTS-CLÉS: Villehumanisée; Environnements sociaux sûrs ; Non-violence ; Traumatisme.

1 | INTRODUÇÃO

O cantor popular contemporâneo retrata, em muitos casos, ao tomar a cidade como tema, a questão urbana brasileira permeada por inadequações e violências em suas múltiplas acepções. Antunes (2010) menciona uma “cidade sem céu, mas com paisagens portáteis” e Assumpção (1993) faz-nos o seguinte convite: “venha até São Paulo, viver à beira do stress, fuligem, catarro, assaltos no dia dez”. Ressalta-se a artificialidade dos espaços urbanos, a fragilização da saúde mental e a violência referenciada no ciclo da temporalidade inerente ao mundo do trabalho.

Ao discutir de maneira seminal as relações entre a cidade e a subjetividade, Simmel (2005) menciona a intensificação da vida nervosa resultante da transformação daquilo que ele nomeia como espírito moderno em um espírito majoritariamente contábil, o objetivo se torna preponderante em relação ao subjetivo. Leitão (2013) ao problematizar a obra de Simmel (2005) constitui como hipótese de trabalho a percepção de que a cidade ocupa um lugar de substituição na constituição das subjetividades humanas, apresentando-se enquanto lócus de estranhamentos de ordens diversas.

A literatura que discute as cidades também nomeou como questões urbanas relevantes as discussões sobre problemas vinculados ao “crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos, racionalização do uso do solo” (Vainer, 2013, p. 76). Observa-se, nessa mesma literatura, a perspectiva assumida pela gestão

pública para equacionar os muitos e significativos problemas apresentados pelas cidades brasileiras. Nesse sentido, Maricato (2015) menciona a resistência de dirigentes municipais na (re)estruturação de uma consciência a respeito da cidade real, pois isso implicaria na necessidade de convencimento de que a população estaria em piores condições de vida do que possibilita a leitura a partir dos cartões-postais.

Representativos dos contextos anteriormente mencionados, os números divulgados pelo Dossiê de mortes e violências contra LGBTQIA+ (Mortes [...], 2022), apurados pelo Observatório de mortes e violências LGBTI+ no Brasil, para o ano de 2021, revelam que o Brasil assassinou um LGBTQIA+ a cada 27 horas. No ano de 2020, o total de mortes para essa população foi de 237, enquanto no ano de 2021 foi de 316, resultando num aumento de 33,3%. Cabe dizer que parte significativa de tais atos ocorrem em vias públicas, espaços domésticos e de trabalho, ou seja, nos mais diversos ambientes urbanos. Tais números nos permitem afirmar que os espaços urbanos não se apresentam receptivos às diversas formas de estar e ser no mundo e nos permitem buscar referência na noção de cidade-armário de Carvalho e Macedo Júnior (2017). Estes autores propõem problematizar as estratégias constituídas pelos corpos dissidentes da heteronormatividade para transitar, habitar e acessar aquilo oferecido pela cidade.

Ainda, Mendes e Silva (2020), ao discutirem homicídios da população LGBTQIA+ no Brasil sob a perspectiva da análise espacial, apresentam a taxa de homicídios deste grupo populacional em todas as regiões do

Brasil e selecionam 18 cidades entre aquelas que não são capitais e cujos números são considerados críticos em razão de apresentarem taxas acima de 12 homicídios por 100 mil habitantes. Nesse conjunto, Araguaína (local onde surge esta reflexão) aparece na 15^a colocação, com 13,5 homicídios no período entre 2002 e 2016. Considerando esse contexto, nosso objetivo de trabalho é apresentar, tomando como referência os estudos sobre cidades e sobre as populações LGBTQIA+, uma contribuição teórica que ofereça suporte para a ampliação do entendimento do conceito de cidade-armário. Propomos uma contribuição epistemológica ao demonstrar que a cidade-armário, enquanto ambiente hostil aos LGBTQIA+, é pouco facilitadora da psiquê humana, funcionando como produtor e produto de ressentimentos, despersonalizando e desintegrando sujeitos.

Para cumprir o objetivo aqui colocado, este trabalho está dividido em seis partes. A primeira delas diz respeito a esta introdução que se encerra neste parágrafo. A segunda parte discute a epistemologia dos estudos sobre cidades, problematizando-as como espaços de hierarquização social e consequente exclusão. A terceira parte discute a literatura sobre as populações LGBTQIA+ e a cidade-armário como grupos e espaços resultantes das múltiplas violências físicas e simbólicas praticadas nas cidades, bem como dos contrapontos na perspectiva das resistências arquitetadas por esses grupos. A quarta parte considera os referenciais originados no campo da psicologia, especificamente na Psicanálise de Winnicott, que nos auxiliam a pensar sobre o ambiente social e as experiências que advém dele como facilitador da integração

mente-corpo ou como produtor de traumas. A quinta explora as relações entre ambiente facilitador, trauma e cidade-armário. Na última parte, expõe as considerações finais.

2 | EPISTEMOLOGIA E CIDADES: DESIGUALDADES E EXCLUSÃO

Ao final da década de 1960, Michel Foucault apresentava aquilo que denominou como método arqueológico, constatando “que cada época pode delimitar um campo de saber, denominado episteme, caracterizado por uma configuração que molda e torna possível todo discurso científico” (Foucault, 1995 apud Macedo; Vieira, 2019, p. 34). Resultante de distintas configurações de organização de grupos civis, reivindicações relacionadas à participação na constituição de propostas capazes de equacionar e de mitigar questões urbanas e de reconhecimento quanto às distintas formas de manifestação de afeto e de sexualidade foram estruturadas a partir da década de 1980 e resultaram em políticas públicas, no campo tanto da habitação quanto da proteção legal às manifestações dissonantes da heteronormatividade.

Lembremos que Foucault liga as formas de poder às relações sociais e que a heteronormatividade pode ser concebida como um conceito que tenta “governar” a sexualidade das pessoas, ditando normas a serem seguidas por todos:

Quando digo “o poder”, não digo absolutamente uma instância, uma espécie de potência que estaria oculta ou visível, pouco importa, e que difundiria sua influência nociva através do corpo social ou que estenderia sua rede de forma fatal. Não se trata de uma rede que aprisionaria cada vez mais a sociedade e os indivíduos. Não se trata disso. O poder não é uma coisa. O poder são relações. O poder são relações entre indivíduos, uma relação que consiste em que um pode conduzir a conduta do outro, determinar a conduta do outro. E determinada voluntariamente em função de uma série de objetivos que são seus (Foucault, 1981, grifo nosso).

Assim, o presente trabalho, ao propor uma contribuição teórica para o entendimento da noção de cidade-armário, parte da premissa supracitada ao pensar que a cidade se constitui como lócus de desintegração psíquica e de trauma enquanto contribuição teórica aos estudos da cidade-armário. Portanto, “trata-se de interrogar o solo a partir do qual determinadas coisas podem ser ditas, certos discursos podem aflorar e outros, não” (Ternes, 1995, p. 47).

A literatura que discute as cidades e, portanto, constitui sua episteme, apresenta percepções críticas quanto à unicidade conceitual ou mesmo à existência de conceitos hegemônicos capazes de defini-las. Discutir a cidade permite entendimentos referenciados em múltiplas possibilidades, pois, “considerando cidade como tema, inferimos que suas temporalidades resultam de concepção e usos diversos” (Leite; Pacífico Filho; Pires, 2021, p. 132). Abre-se, portanto, a possibilidade de questionamento do uso do próprio termo “cidade”, considerando as distintas configurações que com ele são nomeadas, pois “pode-se perguntar se ainda tem sentido de denominar ‘cidade’ os diversos fenômenos complexos que encontramos em diferentes contextos históricos e geográficos” (Vasconcelos, 2015, p. 22).

Para além de tal perspectiva e, ao mesmo tempo, complementando-a, trazemos à discussão o debate referenciado nos vários campos do conhecimento científico, ou seja, a afirmação da incompletude do conceito e suas diversas construções nas distintas áreas. Nesse sentido, observamos que “cidade é conceito incompleto capaz de se portar de maneira distinta em diversos campos investigativos” (Ultramari, 2019, p. 290). A cidade se permite ser objeto de diferentes abordagens: como um discurso a ser interpretado por semiólogos e semióticos, como arena de conflitos, como urbanismo de espetáculo, como lugar de reprodução de capital e de força de trabalho, conforme o que nos diz Maricato (2015).

A discussão que ora propomos se insere na perspectiva que questiona atribuições historicamente feitas às cidades, relativizando-as quanto “matrizes civilizatórias, gerando, no âmbito da representação e da prática dos atores sociais, uma ‘noção da cidade’ como espaço de crise e conflitos sociais agudizados [...] promovendo a segregação social e espacial” (Ivo, 2010 p. 19).

Assim, reafirma-se a possibilidade interpretativa dos espaços urbanos enquanto contraposição de distintas visões de mundo, uma vez que sua constituição não é resultado somente daquilo que é “produzido em função das condições de reprodução do capital, mas também em função das condições de reprodução da vida humana” (Carlos, 2018, p. 84).

Portanto, ao discutirmos sobre a cidade, verificamos a possibilidade interpretativa que não atribui centralidade ao capital ou mesmo às condições para sua reprodutibilidade. Em contraposição, tomamos como referência a dimensão humana das cidades, pois “pensar o urbano significa pensar a dimensão do humano” (Carlos, 2018, p. 70). Perspectivamos nossa proposta de contribuição teórica às discussões acerca da cidade-armário, referenciados nas problematizações do urbano como construto que toma como parâmetro primeiro o humano e, portanto, as distintas formas de exercício cotidiano de demonstrações de tal condição, ou seja, pautadas no livre arbítrio e nas garantias que lhe devem ser oferecidas pelo aparato do estado moderno.

Nessa lógica, buscamos em Lefebvre (2006) a noção de espaço vivido para compreendê-lo como lócus do trauma para determinadas populações que não se inscrevem no *modus operandi* esperado, como são os LGBTQIA+. Pode-se, a partir de pressupostos científicos, conceber a noção de espaço de maneira segmentada, a saber, o espaço musical, o espaço social ou o espaço físico. Contudo, é o autor supracitado que nos proporciona noção em que os diversos elementos podem ser incorporados: “o conceito de espaço reúne o mental e o cultural, o social e o histórico” (Lefebvre, 2006, p. 9). Tal integração permite sustentar a teoria social que une cidade-espaco e possibilita camadas sutis de leituras (Schmid, 2012).

As análises do espaço vivido com suas artimanhas de poder, hierarquias, historicidades e temporalidades, entre outros níveis possíveis, permitem demonstrar a interligação entre espaço-cidade-realidade. Lefebvre (2006) concebe o espaço como uma tríade, com temporalidades e estruturas diferentes, que são: espaço concebido, percebido e vivido. É nesse último que as representações da cidade armário se estabelecem. O primeiro é definido por relações de poderes que decidem o que será planejado e executado; para tanto, pode-se utilizar da ciência pelas vias da arquitetura ou das engenharias e tem como marca continuar perpetuando as desigualdades sociais. Exemplo de tal perspectiva é trabalhado

por Rodrigues e Borges (2023) ao interrelacionar os espaços da cidade, numa perspectiva de gênero, como arquiteturas do abandono e com constructos masculinos e heteronormativos, por não acolherem grupos sociais diversos. É o espaço da ordem instituída e do controle dos corpos sociais.

O espaço percebido é o da prática social visível e controlável. É da adequação ao concebido, é o espaço teatral: “o espaço de representação, mediatizado, mas vivido, envolvendo uma obra e um momento, efetua-se como tal no jogo” (Lefebvre, 2006, p. 260). Alves (2019) apresenta que o corpo no espaço concebido é normatizado e previsto e no espaço percebido é adequado ao prescritivo; apresenta como exemplo o mobiliário escolar concebido e padronizado independente das condições individuais dos discentes (concebido) e a adequação do aluno ou aluna ao que lhe foi projetado é o percebido. O espaço vivido é:

dos “habitantes”, dos “usuários”, mas também de certos artistas e talvez dos que descrevem e acreditam somente descrever: os escritores, os filósofos. Trata-se do espaço dominado, portanto, suportado, que a imaginação tenta modificar e apropriar” (Lefebvre, 2006, p. 66).

Só é possível entender o espaço pela tríade; nele as complexidades se estabelecem produzindo sentidos para a sociedade, que vão de complementariedades a grandes embates. É ainda, segundo Alves (2019), na dimensão do vivido que as práticas sociais podem ser revolucionárias, subvertendo a ordem do espaço concebido: “estaria ligada ao lado clandestino e subterrâneo da vida social” (Alves, 2019, p. 558), porém “pequenas subversões, mas sem ter força suficiente para uma mudança revolucionária” (Alves, 2019, p. 560).

Vejamos que a tríade do espaço – concebido, percebido e vivido – não se trata tão somente da produção do espaço real e físico, mas das representações desse espaço, da cultura envolvida e dos jogos de poder estabelecidos. Mesmo no caso do espaço concebido, que pode ser uma produção real arquitetônica, como um monumento ou um prédio, ainda assim ele é representativo de um viés ideológico e pode ser utilizado para incluir ou excluir grupos sociais; por exemplo, Veraszto (2004) cita a construção das pontes de Long Island, em Nova York, com apenas três metros de altura, que impossibilitava que ônibus com a população preta e pobre alcançasse as praias destinadas aos mais ricos e brancos. É nas tensas forças estabelecidas na tríade que o espaço se faz nas representações da cidade e, por conseguinte, do armário.

A analogia com o armário, objeto doméstico cuja finalidade primeira é proteger da vista aquilo que se quer preservar, que não se quer à mostra, vincula-se à perspectiva interpretativa à qual nos filiamos e que lê a cidade enquanto emissora de “sinais evidentes da existência das forças mutiladoras do sujeito. Essa condição de não sujeito revela-se nas formas segregadas através das quais o urbano se manifesta no plano vivido” (Carlos, 2020a, p. 43). Contrapõe-se à noção dos espaços concebidos para o sujeito em suas diversas manifestações a proposição da cidade como mercadoria, como algo a ser vendido via *city marketing*. Tal perspectiva se apresenta como “uma das ideias mais populares entre os neoplanejadores urbanos: a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda” (Vainer, 2013, p. 78). Trata-se de construir uma imagem asséptica da cidade, objetivando atrair, sob discursos de organização, obras em andamento

e oferta de novos espaços imobiliários, investimentos e fluxos turísticos (Souza, 2008). Essa noção de cidade como mercadoria a ser vendida propõe uma quebra de paradigma na relação entre capital e espaços urbanos; quando a cidade oferece dinâmicas para “reproduzir não mais as condições necessárias para a acumulação do capital no espaço urbano, mas reproduzir diretamente o capital por meio da produção do espaço urbano” (Carlos, 2020b, p. 8, grifo da autora).

Resulta da cidade mercadoria espaços públicos concebidos para determinados perfis de cidadania e, ao discuti-los na contemporaneidade, Serpa (2020) afirma ser necessário problematizar a existência ou não de condições capazes de viabilizar representações públicas das distintas aspirações privadas. Podemos inferir que se os espaços públicos refletem desigualdades de usos e que se igualmente nesses espaços determinados perfis de população estão mais vulneráveis a múltiplas violências, “as formas urbanas têm o grande efeito de regular, modelar, reprimir ou potenciar as ações e práticas dos atores” (Veras, 2018, p. 35).

Observamos, dessa forma, a intencionalidade na construção dos espaços intraurbanos, produto de visões de mundo potencializadoras de conflitos em razão de sua estruturação, que desconsidera leituras republicanas, humanistas e igualitárias de usos das cidades. Tais espaços resultam da ação de agentes portadores de “estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade” (Corrêa, 2019, p. 43). Ao problematizar questões similares, Carlos (2019) propõe a substituição da noção de espaço urbano produzido por entender que este faz menção a algo estanque das dinâmicas sociais por reprodução do espaço, que, consoante a autora, implica em relações de interação e contraposição entre o capital, o poder e a vida humana. Sendo assim, a reprodução do espaço, parametrizada por relações que contrapõem a vida como referência primeira às dinâmicas próprias de produção do capital, justifica a correlação estabelecida entre a cidade mercadoria e a cidade-armário.

3 | O ARMÁRIO, MOVIMENTOS DE CONTRAPOSição E EXPERIÊNCIAS EM DISTINTAS CONFIGURAÇÕES ESPACIAIS

A epistemologia do armário se constrói a partir de experiências cotidianas individuais e coletivas, pois toma como referência a observação permanente de contextos, cálculos, riscos e potencialidades de estabelecimentos de vínculos e inserções sociais. Tais circunstâncias de abrir-se ou esconder-se socialmente, para os LGBTQI+ (nossa grupo em análise), em situações da vida real, tomam forma como nos mostra Sedgwick (2007, p. 22):

[...] cada encontro com uma nova turma de estudantes, para não falar de um novo chefe, assistente social, gerente de banco, senhorio, médico, constrói novos armários cujas leis características de ótica e física exigem, pelo menos da parte de pessoas gays, novos levantamentos, novos cálculos, novos esquemas e demandas de sigilo ou exposição.

Essa perspectiva de vigilância e observação, também entendida aqui como uma forma de poder, institui-se como resultante da sobreposição de dois vetores estruturantes da discriminação às populações LGBTQIA+, a saber, o patriarcado e

a heteronormatividade; são resultantes do espaço concebido e percebido. Sendo assim, “a figura do armário é colocada como um ambiente necessário à preservação da privacidade das pessoas consideradas desviantes da norma sexual: o que não é norma deve ser ocultado, uma vez que representa risco à ordem sexual vigente” (Carvalho; Macedo Júnior, 2017, p. 109).

Um desses vetores, quando associado ao binarismo, assume lugar de evidência na estruturação da figura do armário, pois é “a heteronormatividade que funda os espaços urbanos baseadas em binarismos, sendo que homem e mulher são o ‘normal e lícito’, enquanto a homossexualidade/transsexualidade é o ilícito, deixando o ilícito dentro do armário” (Silva; Canabarro, 2022, p. 6). Cabe dizer também que tal estruturação de relações sociais é resultante de contraposições, de um *continuum* de organização de segmentos significativos da sociedade civil para a publicização de debates inerentes às reivindicações das populações LGBTQIA+, pois deriva dessas lutas uma perspectiva de resistência e contrapontos atribuídos à cidade-armário que também podem ser lidas como não somente “um termo para designar o apagamento das sexualidades e identidades de gênero desviantes ao moralmente aceitável, mas uma denúncia à invisibilidade que legitima a violência” (Carvalho; Macedo Júnior, 2019, p. 146).

A discrepância entre a estruturação de políticas públicas e as violências observáveis para e contra as populações abordadas nos permitem entender tal relação como mais uma variável da chamada crise urbana contemporânea. Mello, Brito e Maroja (2012) referenciam uma série de políticas públicas resultantes da atuação daquilo que nomeiam como movimento organizado e que resultam em iniciativas governamentais que se iniciam com a criação do Brasil Sem Homofobia (BSH) – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual, no ano de 2004, bem como a criação da Coordenadoria Nacional de Promoção dos Direitos de LGBT, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos, em 2010. O BSH significou avanços para a população, contudo, na passagem para o segundo mandato do governo Dilma Rousseff, as pressões conservadoras foram mais fortes e o programa foi cancelado. Vemos a partir daí retrocessos na política pública que podem ser observados no quadro 1.

Quadro 1: síntese das Políticas Públicas para população LGBTI+

Ano	Propostas políticas
2004	Lançamento do Programa “Brasil sem Homofobia”
2005	Considerando como referência a LOA (Lei Orçamentária Anual) legislada em 2005 e implementada em 2006 foram normatizadas ações orçamentárias específicas para população LGBTI+
2008	É realizada a 1ª Conferência Nacional GLBT, legitimada pela presença do então presidente da república
2009	Enquanto resultado da 1ª Conferência Nacional é lançado o Plano Nacional LGBT, fixando responsabilidades e prazos para conclusão das ações
2011	Ampliação da FPE – Frente Parlamentar Evangélica
2015	Exclusão da ação orçamentária para políticas LGBTI+
2016	Realização da 3ª Conferência Nacional LGBT. Pouco após o encerramento do evento é assinado decreto sobre o uso do nome social na administração pública federal sob o número 8.727 de 28 de abril de 2016
2019	Início da gestão federal marcada por significativos retrocessos. Renomeação do MDH para MMFDH – Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Exclusão da ação orçamentária exclusiva para políticas LGBTI+. Revogação da 4ª conferência nacional
2021	Fechamento do Departamento de Promoção dos Direitos de LGBT

Fonte: Organizado a partir de Pereira (2022).

Houve uma piora significativa das políticas para o público em questão com a entrada de um governo de ultradireita em 2018 que resulta na quase ausência de ações de prevenção e cuidado dos LGBTI+. Com a eleição no âmbito federal de um presidente de esquerda em 2022, constitui-se a Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ e espera-se que ocorra a restauração de diversos projetos e ações em prol dessa população.

Os índices de violência que perpassam a sociedade brasileira e sua segmentação para as populações LGBTQIA+ são discutidos em Mendes e Silva (2020). Para esses autores, a violência contra esses grupos deve ser tratada como um grave problema de saúde pública, pois consideram que mortes resultantes de motivos externos e causadas por violência e agressão intencionais inserem nosso país como aquele que apresenta o maior número absoluto de homicídios no mundo. Ao discutir a violência, saúde e direitos das populações LGBTQIA+, Duarte (2018) busca a perspectiva da ação organizada e o que resulta desse estado de vigilância reivindicatória é a solicitação de proteção à vida por parte do Estado.

A conquista de espaços intraurbanos é apontada na literatura e demonstra a consequente constituição de lugares capazes de abrigar livres manifestações públicas de afeto e orientadas por diferentes visões de mundo. É isto que nos apresenta Campos, Silva e Ornati (2011) ao realizarem estudo que definiu recorte com nove espacialidades, sendo elas quatro bares e cinco boates, o que lhes permitiu afirmar que a cidade de Curitiba/PR conta hoje com uma noite LGBTQIA+ bem diversificada. Também o carnaval de rua em Belo Horizonte/MG é discutido por Nogueira e Gonçalves (2021) como possível espaço a ser apropriado pelos grupos LGBTQIA+. Isso na perspectiva da resistência, em um trabalho que

problematiza “vivências do espaço público pela comunidade LGBT+ [...] como espaço transformado da experiência urbana ao subverter as dinâmicas de poder heteronormativas” (Nogueira; Gonçalves, 2021, p. 313).

Ressalta-se que essas duas últimas pesquisas citadas, em Curitiba e em Belo Horizonte, não discutem a possibilidade desses espaços (bares e boates) e tempos (o carnaval) funcionarem como guetos – espaços oficialmente tolerados para a manifestação do homoerotismo, ficando apartados dos demais espaços, onde supostamente se tem liberdade. Conforme exposto por Toneli e Perucchi (2006, p. 46)

[...] a aceitação do homoerotismo restrito aos guetos e a segregação cada vez mais explícita desses territórios por parte daqueles que não o frequentam; e, de outro lado, um preconceito às avessas que insiste em confirmar-se como baluarte de uma liberdade restrita, vigiada e permitida apenas em determinados espaços.

Contudo, salienta-se que esses espaços e tempos somam-se a outras conquistas e outros avanços em áreas distintas e que se materializam em pautas como “a discussão sobre casamento igualitário, criminalização da homofobia e o emprego do nome social por sujeitos transexuais e travestis” (Wisniewski, 2020, p. 5).

Pesquisas sobre as vivências cotidianas das populações LGBTQIA+ em espaços urbanos caracterizados como cidades pequenas, cidades médias, metrópoles ou mesmo espaços fora das capitais demonstram significativas questões que demandam interferências de naturezas diversas por parte do poder público, bem como sua publicização. Sousa (2020) estudou as experiências de homens que se relacionam afetiva e sexualmente com outros homens nas cidades de Alfenas/MG e Mococa/SP, conceituadas no referido trabalho como cidades pequenas. Ao propor uma etnografia da duração, o trabalho supracitado apresenta como resultado a importância da assimilação de vivências e trajetos das experiências construídas pela população estudada como variável a ser considerada para se pensar as cidades. Também referenciado numa cidade pequena, Realeza/PR, Martins (2017) propôs estudo cujo objetivo foi verificar como homossexuais de cidades pequenas e zonas rurais experienciaram processos de normatização, resistência, sujeição ou submissão à heteronormatividade.

Vasconcelos e Costa (2018), ao pesquisar percursos e vivências LGBTQIA+ na cidade de Quixadá/CE, parte de números que lhe permitem afirmar que o Nordeste é a região mais homofóbica do Brasil, pois abriga 28% da população brasileira e concentra 43% das mortes para a população estudada. Isso de acordo com o Relatório de Assassinatos de Homossexuais (LGBT) no Brasil de 2013. O estudo supracitado conclui que a cidade, portanto, representa perigo para as pessoas cujos gêneros e práticas sexuais são dissidentes. Na Região do Cariri, interior do Ceará, mais precisamente nas cidades de Juazeiro do Norte e Crato, Albuquerque, Parente, Belém e Garcia (2016) estudaram a violência psicológica contra a população LGBTQIA+ e consideraram que as agressões nos planos verbal ou gestual objetivaram rejeição, restrição de liberdades ou isolamento desses grupos do convívio social. Foram coletados dados nos eventos intitulados Parada

Gay nos municípios supracitados do interior do Ceará e alcançado o número de 316 participantes. Como resultado, 77,5% dos respondentes mencionaram agressões verbais à distância como o principal perfil de violência psicológica sofrida.

4 | O PAPEL FACILITADOR (OU NÃO) DO AMBIENTE NO DESENVOLVIMENTO HUMANO

As premissas propostas neste trabalho recorrem aos conhecimentos desenvolvidos pelo psicanalista inglês Donald W. Winnicott (1886-1971), pós-freudiano, que ampliou as discussões, entre outras noções, sobre o papel do ambiente como primordial no desenvolvimento, demonstrando que apenas o estudo do sujeito individual não fornece bases suficientes para a compreensão da ontogênese humana, sendo necessário olhar também para o entorno em que vive o sujeito e as características dos cuidados que recebe.

Se a dependência realmente significa dependência, então a história de um bebê individualmente não pode ser escrita apenas em termos do bebê. Tem de ser escrita também em termos da provisão ambiental que atende a dependência ou que nisso fracassa (Winnicott, 1975, p. 102).

O autor chamou de dependência absoluta a situaçãoposta no início da vida, na qual o bebê é totalmente dependente do ambiente e do cuidador, pois sem ele o bebê não consegue se organizar, aquecer, alimentar, enfim, nem sabe como buscar acolhimento. Caso o ambiente seja um provedor adequado e atenda às necessidades da criança, essa dependência caminhará, aos poucos, rumo a uma independência, que é caracterizada como o estabelecimento de relações com objetos externos pautados pelo princípio da realidade.

Para que o ambiente atenda às necessidades de desenvolvimento humano, deve haver uma “mãe suficientemente boa”, pois é ela que sustenta o ambiente facilitador que acolherá as demandas, frustrações e amparará o bebê nos seus mais diferentes matizes físicos, emocionais e relacionais. Para tanto, é necessário se colocar com o mínimo de resistência possível às necessidades do bebê, já que ele não distingue entre si e o outro (Mizrahi, 2010).

Para sustentar a função de “mãe suficientemente boa” é necessário ter *holding, handling* e a apresentação de objetos. O primeiro, *holding* ou sustentação, ou manejo, refere-se ao padrão empático que permite entender e sentir o bebê oferecendo um conjunto de comportamentos afetivos que se expressam no cuidado cotidiano da criança. Atividades como alimentar, banhar, acalantar e conversar garantem à criança o ambiente propício para o desenvolvimento. Assim, a subjetividade em pleno nascimento é o espelho do cuidado materno que garante uma experiência já digerida e pouco resistente.

Tudo isso é muito útil, mas, ao longo de muitas repetições, ajuda a assentar os fundamentos da capacidade que o bebê tem de sentir-se real. Com esta capacidade o bebê pode enfrentar o mundo ou (eu diria) pode continuar a desenvolver os processos de maturação que ele ou ela herdaram (Winnicott, 2012a, p. 5).

O *handling* diz dos cuidados físicos com o bebê, é o contato direto, a relação pele-a-pele. É através dele que se constituem as bordas psíquicas e a noção de eu-outro. É por essa função que se estabelece a relação entre a vida psíquica e o esquema corporal. “Um bebê pode ser alimentado sem amor, mas um manejo desamoroso, ou impessoal, fracassa em fazer do indivíduo uma criança humana nova e autônoma” (Winnicott, 1975, p. 172). “Se o manejo (*handling*) é confiável e oferece sustentação (*holding*), então o indivíduo pode vir a reconhecer-se como uma unidade” (Mizrahi, 2010, p. 70). Essa primeira fusão bebê-ambiente é primordial para as relações futuras, posto que só se percebe como diferente do mundo se um dia fez parte inequívoca dele.

A terceira função, a apresentação dos objetos, refere-se a caber a uma mãe suficientemente boa apresentar objetos de satisfação substitutivos, ou seja, é ela que apresenta o mundo e oferece objetos que a substituam, permitindo a constituição de objetos relacionais.

Para Winnicott, um ambiente facilitador auxiliará na constituição de um ser saudável, criativo e autônomo. Por outro lado, se o ambiente não cumpre com seu papel, pode surgir um falso *self* como reação ao que foi ofertado, constituindo estruturações psíquicas defensivas. Em nossa perspectiva, a cidade-armário funciona como um objeto duro, inflexível, que pouco exerce *holding* a uma pessoa cujas características de gênero e sexualidade não atendam ao padrão heteronormativo.

A noção de ambiente facilitador oferta a ideia de que a subjetividade é amparada pelo meio social e não deve ser vista como antagônica. Sendo assim, a força vital se constitui e se retroalimenta no encontro com o outro e com a alteridade. Relaxamento e tensão se fazem como constituintes humanos nas relações sociais e se apresentam como inerentes a ele. Portanto, o ambiente facilitado nessa toada não pode ser nem totalmente coercitivo, nem excessivamente permissivo. Isso para que a força vital consiga encontrar caminhos que sejam criativos. Winnicott “supôs uma noção de vitalidade individual – que inclui também a sexualidade – como sendo uma agressividade que não ameaça a vida coletiva, mas, ao contrário, lhe serve de sustentação” (Mizrahi, 2010, p. 62). Ele superou conceitualmente a ideia de forças psíquicas avassaladoras, como a pulsão de morte (Freud, 1996), que devem ser contidas sob pena de riscos sociais e que, por conta disso, explicam a necessidade do biopoder sobre os corpos e a sexualidade.

Martins (2010, p. 10) apresenta em Winnicott uma visão de resistência “como contenção do ambiente ao bebê e ao indivíduo e contra resistência criativa do bebê e do indivíduo aos estímulos de contenção do ambiente”, ofertando “uma concepção de subjetividade formada necessariamente pela interação social com o ambiente”. Aqui o ambiente recebe importância definitiva na determinação da constituição subjetiva dos sujeitos sociais, isso se o ambiente for facilitador e acolher de forma adequada o ser humano. Dessa forma, esse indivíduo conseguirá se inserir de forma criativa e saudável na cultura. Assim, “o que passa a ganhar importância são as referências facilitadoras e os ambientes acolhedores, familiares, mas também sociais e políticos” (Martins, 2010, p. 11).

Na ótica winniciotiana, vemos que a gênese do psiquismo está nas relações sociais e no seu ambiente facilitador, o que oferece implicações políticas com relação ao ambiente físico, relacional e social, mais precisamente das cidades nas

quais vivemos. A força vital que se manifesta via criatividade, sexual ou não, não deve ser vista nessa ótica como oposta às sociais, mas como tensões necessárias à constituição subjetiva (Mizhari, 2010).

É no encontro com o ambiente facilitador que ocorre a integração e personalização psíquica. A subjetividade nascente permite superar a não integração típica do começo da vida, dando noção de unicidade no corpo-espacotempo e sentido às experiências. Um ambiente não facilitador pode deixar espaço para uma não integração psíquica, o que reverbera em diversos problemas; ou pode dar espaço para a desintegração psíquica, uma fragmentação da experiência como reação protetiva à invasão subjetiva (Winnicott, 2011; 2012b). A personalização, por sua vez, integra a percepção de que se habita o próprio corpo, pois corpo (somático) e mente (psiquê), para serem indissociáveis na experiência subjetiva, dependem, de forma decisiva, do ambiente facilitador.

A continuidade do ser depende, assim, dessa possibilidade de os cuidados permitirem uma experiência que acolha e tensione na medida certa, bordeando ao mesmo tempo em que se diferencia do outro, sustentando uma subjetividade. Contudo, existem obstáculos ambientais que se configuram como resistências excessivas e que produzem níveis crescentes de desamparo. Uma falha na integração pode gerar um voltar-se para si de forma narcísica como maneira de sustentar, de forma isolada, aquilo que faltou.

Mizrahi (2010) aponta que as diversas e infinitas exigências da contemporaneidade podem produzir experiências recorrentes de desintegração de si, gerando um individualismo exacerbado como forma de proteção do *self*. Ainda, cabe ressaltar que, mesmo estabelecida a integração e a personalização, se o ambiente for desfavorável, tais aquisições podem se perder.

Falhas na personalização também geram um descompasso entre mente e corpo que passam a funcionar desconectados, a mente passa a funcionar de forma acelerada pela necessidade de compensar o que furou e se desliga da experiência corporal (Mizhari, 2010, p. 72).

Para Winnicott, o trauma é resultado de falhas nesses processos relacionais com o ambiente durante o caminho da maturação psíquica e/ou da despersonalização emocional (Moreno; Coelho Junior, 2012). Além disso, as condições do trauma dependem do momento de maturação que vai da dependência absoluta até a independência.

Baseado em Winnicott (1983), Fulgêncio (2004) apresenta tipos de trauma a partir do momento que se estabelece: (i) o mais grave acontece ainda antes da constituição psíquica, impedindo-a de se formar e produz uma completa desorganização de si mesmo e espaço-temporal; (ii) quando o bebê precisa sair da onipotência completa e começar a alçar autonomia nos espaços deixados pela mãe, ou seja, é preciso falhar na relação, produzindo hiatos a serem ocupados pelo sujeito, e se a mãe não conseguir isso, instala-se um trauma; (iii) considerando que a criança já adquiriu uma maturação psíquica como resultado de um bom ambiente facilitador e de uma mãe suficientemente boa, pode ocorrer uma falha que gere problemas em relação à confiabilidade no ambiente e uma necessidade de atacar, na tentativa de resgatar o que foi perdido, gerando atitudes antissociais e a perda da esperança e confiança; (iv) já estabelecida a integração, personalização

e o *self* verdadeiro, a pessoa pode ser traída/ferida nas relações; (v) “focado ainda na questão da continuidade de ser, Winnicott dirá que o trauma é um tipo de ‘destruição da pureza da experiência individual’ causada por uma invasão ‘súbita ou imprevisível de fatos reais’” (Fulgêncio, 2004, p. 266).

Para todos os tipos de trauma, o que interessa é a confiabilidade no outro como facilitador, visto que o ser surge do cuidado empático e afetivo do ambiente (*holding*) e de sua capacidade de contenção das demandas (*handling*). Sendo o ambiente emocional responsável por tanto, como se constituem aquelas pessoas cujos corpos e desejos se apresentam de outras formas que não as normativas?

Concebendo a cidade como o lócus maior das relações do ambiente relacional, o que ocorre quando essa não facilita as produções subjetivas? Pior, a cidade-armário pode funcionar como fonte de trauma?

5 | CIDADE-ARMÁRIO E TRAUMA: UMA CONTRIBUIÇÃO EPISTEMOLÓGICA

Ao adotarmos a noção de trauma winnicottiana, concebida como uma fissura ou quebra na relação com o ambiente que se mostra pouco (Fulgêncio, 2004, p. 263), pretendemos desenvolver noções básicas para pensar o que passa com um ambiente refratário aos modos de ser e viver, como se apresenta no contexto urbano às populações LGBTQIA+. Assim, o estudo das condições ambientais, no caso das cidades, torna-se primordial para pensarmos em como a noção do trauma está intrinsecamente vinculada ao conceito de cidade-armário desenvolvido por Carvalho e Macedo Júnior (2017).

A cidade do trauma ocorre no espaço vivido como resultantes das confluências de forças estabelecidos na tríade concebido-percebido-vivido. O trauma resulta justamente da impossibilidade de metabolização psíquica de experiências pessoais ou coletivas que se chocam com o concebido e a impossibilidade de se adequar a ele; o espaço concebido não produz a junção de características necessárias à manutenção da psiquê e os restos não elaborados retornam para o espaço vivido na forma de sofrimento, mal-estar, adoecimento, agressividade e/ou outras formas de expressão da mente. Simmel (2005), sob influência de Freud, escreve que alterações na cidade produzem correlatos na vida psíquica do sujeito, e Leitão (2013, p. 469), ao estudar Simmel, expressa que “compreender a cidade como coisa humana implica reconhecê-la também como um fenômeno marcado pela subjetividade que caracteriza tudo que é humano”. Vemos, assim, um reconhecimento do papel da cidade como produtor e produto de subjetividades imbrincados a partir de sua formação histórico-social e resultantes das múltiplas interações.

Posto isso, podemos pensar o espaço urbano como aquele que tanto se estabelece como produto quanto como produtor do trauma que se manifesta nas fissuras da sociabilidade de grupos mais vulneráveis, aqui representadas pela metáfora da cidade-armário. Não adianta ter tido as condições de constituição subjetiva no começo da vida se os fatores traumáticos relacionados à confiança com o ambiente podem gerar grandes despersonalizações em qualquer idade. “Naturalmente, quanto maior a dependência, mais a confiabilidade torna-se crucial. A ausência ou a quebra das condições de confiabilidade resultam necessariamente em trauma” (Dias, 2006, p. 2). Dois momentos específicos da

vida sabidamente nos levam a grande dependência, a saber: a infância e a velhice. Além destes dois momentos, muitos outros também podem produzir um efeito traumático, dependendo das contingências.

Percebemos que a cidade-armário é a mesma que não acolhe a criança e nem o idoso, por se concentrar em produzir espaços que abrigam homens brancos, de meia idade e heterossexuais, em outros termos: cidades-machistas, pois “nossas cidades são patriarcados escritos na pedra, no tijolo, no vidro e no concreto” (Kern, 2021, p. 29). Como cidades marcadamente machistas e atravessadas pela lógica neoliberal, essas afetam não somente os LGBTQIA+, mas todos que fogem desse padrão ou que não se adequam aos limiares impostos; mais ainda, para Dardot e Laval (2016, p. 16), no neoliberalismo “o que está em jogo é nada mais nada menos que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos”. Safatle, Silva Junior e Dunker (2021) apresentam como o neoliberalismo se utiliza da gestão do sofrimento psíquico como forma de controle, despolitizando-o e medicalizando-o; Dunker (2015) comprehende também a necessidade que a sociedade tem de criar muros, como sintoma social de um sofrimento. Ele aponta que Machado de Assis, no conto *O Alienista* (2010), foi o primeiro a pensar uma cidade ou o Brasil com muros; o personagem principal da história, um médico/psiquiatra, queria internar todos os loucos/desviantes e purificar o espaço público. O muro, como aquele que enquadra, separa e opera pela exclusão do outro, produto e produtor de traumas.

Pois bem, interessa-nos aqui, principalmente, o quinto tipo de trauma, aquele que ocorre de uma situação real grave e repentina, num momento em que o sujeito já se constituiu. Tal fato fere profundamente o sujeito e pode, inclusive, provocar algum tipo de paralisia momentânea, mas a reação esperada pode ser a desesperança com a vida e o retorno com o ódio ao objeto.

Mesmo quando uma pessoa teve um bom começo e tem bem estruturados os fundamentos da personalidade, pode acontecer, em qualquer idade, uma tal situação de decepção, ou uma sobrecarga de decepções, que “a pureza da experiência individual” fica prejudicada, resultando, não em aniquilamento, mas em amargor, ressentimento e quebra genérica de confiança na “humanidade” (Dias, 2006, p. 4).

Nesses casos, projeta-se para fora o ódio e as relações se estabelecem a partir desses parâmetros, culminando em adoecimento, o que impede o sujeito de realizar novos encontros e projetos de devir humano. A cidade-armário denota o espaço onde os encontros são incertos e se qualificam como lugar do medo, que se retroalimenta da invisibilidade da violência ao público LGBTQIA+.

A cidade-armário não é a cidade da democracia, nem da coletividade, pois tais qualificativos são para uma parcela da população que se adequa ao padrão social heteronormativo imposto. A cidade fossiliza-se na “aparência concreta do espaço”, onde o poder dos papéis de gênero se “baseiam em um conjunto de suposições sobre o cidadão urbano típico [...] esse cidadão é um homem” (Kern, 2021, p. 55).

A cidade-armário normaliza a construção de espaços públicos e privados, ratificando determinadas características de cidadão modelo e torna-se avessa a outros tipos de cidadãos. Bares, restaurantes, shoppings, praças, parques

são compreendidos como lugares de encontro e, como tal, de manifestação de determinados afetos, desde que sejam aqueles pautados na chamada família tradicional. Assim, a cidade se torna o lugar de interdito absoluto aos corpos que não conversam com esse padrão moral conservador de família e de desejos que escapam à norma, viabilizando/autorizando a violência social. Tal constructo define o espaço que exclui determinadas sexualidades e gêneros e instala o medo como naturalizado socialmente.

Faria (2022, p. 1), após descrever sua fuga e de sua parceira nas ruas de Belo Horizonte sob ameaças, depois da vitória do ex-presidente Jair Bolsonaro (que disse que “essa pouca-vergonha acabaria”) nas eleições de 2018, descreve: “corremos, juntas e aterrorizadas, mas quando se vivem violências quase diariamente em espaços públicos e privados, parece que a gente se acostuma a domar o medo.” Tomamos essa citação como um diagnóstico perfeito do ambiente relacional apresentado pelas cidades-armários às pessoas que conseguem, sabe-se por quais vias afetivas, firmarem-se e constituírem-se em suas singularidades. No entanto, tais indivíduos precisam a todo custo (re)fazer-se cotidianamente, pois o ambiente se mostra inflexível ao seu ser; *holding* e *handling* desaparecem e a chance de abalos psíquicos é permanente.

Vemos aí que o que seria um ambiente facilitador se apresenta de forma perigosa, gerando medo e insegurança e provocando alterações nas formas de ser. Não é a desintegração psíquica total que está em jogo, posto que já foi estabelecido nas relações primárias, mas a instalação de ressentimento e de ódio, produtor também de trauma e de aniquilamento emocional. O espaço vivido como trauma é também o mesmo das lutas por reconhecimento e por direitos sociais; espaço também da constituição da identidade que se (re)faz no jogo de tensões que resiste à coisificação dos laços afetivos e do consumismo e que se firma via artes, movimentos sociais, paradas de resistências etc. (Tanis, 2009).

Assim, a cidade-armário, pensada como constructo que elucida o espaço social proibidor de sexualidades e gêneros e da potência criadora da diversidade, também é a mesma que precisa incorporar, em sua episteme, o seu papel na dialética da formação humana. É este tipo de cidade que serve como ambiente pouco ou nada facilitador dos processos psíquicos individuais e coletivos e que, por vezes, produz traumas. A cidade-armário, enquanto conceito, ganha, portanto, mais uma faceta: é o lócus do trauma, na dupla face de produzir e abrigar corpos traumatizados no espaço público e coletivo.

A teoria winniciottiana trabalha com o valor da experiência postas nas relações ambientais, pois é a experiência que garante o devir humano e a liberdade de ser. Mesmo depois de conquistada e estabelecida, a liberdade pode ser perdida. Estamos a falar de uma despersonalização psíquica em função de um ambiente que, para além de não ser facilitador, é agressivo. Produz-se o “aprisionamento da liberdade” e a “incapacidade de exercer a singularidade humana” (Belmont, 2008, p. 11). Para qualquer indivíduo, tal ambiente hostil seria gerador de adoecimento, ainda mais para aqueles que precisam se reinventar e se encontrar numa sociedade que não oferece modelos identificativos como forma de fortalecer devires.

No quadro a seguir propomos alguns interditos produzidos pela e na cidade-armário que podem se constituir como produtor de traumas:

Quadro 2: Interditos da cidade-armário

Interditos psíquicos da cidade-armário	Interditos físicos da cidade-armário
Expressões bi-corporais de afeto (beijos, carinhos, pegar na mão)	Banheiros como espaços normatizadores
Expressões corporais dissonantes com o corpo biológico	Músicas e espaços machistas e heteronormativos
Afirmações identitárias de comportamento (vestimenta, maquiagem etc.)	Olhares e desvios do olhar
Possibilidades de existir fora dos padrões heteronormativos	Violências e mortes

Fonte: organizado pelos autores.

Chamamos de interditos psíquicos aqueles em que a constituição do ambiente leva ao barramento de expressões de si e com o outro que limitam a manifestação livre da sexualidade; e de interditos físicos aquelas marcações no social que determinam o que participa ou não do campo estabelecido. Temos que lembrar que as grandes reformas urbanas no Brasil foram realizadas em nome do higienismo, da saúde e da biologização corporal, ou seja, naturalizou-se nos espaços sociais a normatização dos corpos. Faria (2022, p. 2) expõe:

[...] percebo que quanto mais amarras eu desfaço com o campo da feminilidade, mais olhares julgadores e atentos eu recebo nos espaços públicos. Nossa corpo é materialidade, mas também é imagem de desvio ou de reforço das normas de gênero.

Ainda, Faria (2022, p. 2) lembra-nos que para as pessoas LGBTQIA+ nem a casa, nem o espaço público acolhem, pois elas se desviam da “norma” e do “esperado”: “o espaço privado não é acolhedor e não oferece segurança, tampouco é possível apropriar o espaço público com liberdade”. Vemos, assim, que o ambiente facilitador doméstico também é atravessado pelas questões sociais da cidade e responde como tal. Não ter lugar, não ter lar, nem lugar algum é o que se produz enquanto constituição do espaço social na chamada cidade-armário. E isso é retratado na idade média de vida dos trans (27,7 anos), das lésbicas (28 anos), dos gays (38,1 anos) e dos bissexuais (42,6 anos) (Oliveira, 2018).

Os espaços de interditos psíquicos e físicos da cidade-armário denotam representações e materializações das forças que se constituem no campo da tríade do espaço. Tomando como referência Guimarães (2020), que, de posse das ideias lefvrebianas, propõe a noção de “direito à cidade psíquica”, ele menciona que esta consiste na viabilidade de poder usufruir do próprio desejo na composição e recomposição das cidades. Num processo dialético, interessa aqui, para fins de proposição, a escolha “pela relação mútua entre a paisagem que nos precedeu e a forma como nos representamos e nos transformamos ao modificar essa paisagem, criando, assim, o espaço vívido, autoral, autêntico” (Guimarães, 2020). Desta forma, a compreensão dos conflitos e a impossibilidade das vivências múltiplas de ser humano funcionam como produtoras de efeitos que se materializam em

sociabilidades fraturadas, ressentidas e adoecidas. Contudo, ressaltamos que as contradições do próprio espaço como capitalista, torna difícil visualizar a superação das estratificações e das hierarquizações na cidade mercadoria (Lefebvre, 2006).

Lefebvre (2006) reconhece a existência do inconsciente e de seu papel na compreensão do espaço, apesar de entender que somente a sua leitura seria reducionista.

Existem, entretanto, estruturas, existe o “inconsciente”, o desconhecido da consciência tomaria seu justo lugar nesta pesquisa. Se, por exemplo, afirma-se que toda sociedade e especificamente a cidade tem uma vida subterrânea e reprimida, portanto um “inconsciente”, o interesse pela psicanálise em declínio irrompe (Lefebvre, 2006, p. 63).

A Psicanálise se especializou em escutar as pessoas e, através delas, é possível escutar o lugar. Pelos efeitos que a paisagem e a historicidade exercem em cada sujeito, é possível aceder ao espaço vivido que ora é produto e ora é produtor de sociabilidade. “O lugar é uma fala que se expressa nas dinâmicas da vida e nos conflitos dos sujeitos” (Guimarães, 2020). A cidade-armário é aquela que produz repetidas violências simbólicas (e até físicas) e, como tal, é produtora de trauma, podendo configurar-se como a identidade coletiva de um grupo (no caso, os LGBTQIA+), gerando alterações nos laços sociais e funcionando como o que Seltzer (1997) chama de “esfera pública patológica”.

O trauma como delimitador do campo do vivido oferece elementos fundantes para compreensão de cidade, dos tipos de sofrimentos e das impossibilidades de lidar com o indizível das ações perpetradas pelos poderes socialmente legitimados. Schmid (2012, p. 103) esclarece que, para Lefebvre, “sempre permanece um excedente, um remanescente, o indizível, o que não é passível de análise apesar de ser o mais valioso resíduo”.

As cidades são expressão e receptáculos de sistemas simbólicos e isso se estabelece na tríade do espaço (Lefebvre) através das relações vinculares (Winnicott), como podemos verificar no quadro 3:

Quadro 3: Encontros epistemológicos entre Winnicott e Lefebvre

Winnicott	Lefebvre	Encontros epistemológicos
Holding e handling	Ocorre no espaço vivido	É a preparação do ambiente (Winnicott) no acolhimento que ocorre no espaço vivido e relacional. O primeiro refere-se ao continente simbólico e à sustentação do corpo, enquanto o segundo ao continente e ao manejo do corpo
Trauma	Ocorre no espaço concebido e percebido	As relações de poder que moldam o espaço concebido e a impossibilidade de se adequar a ele (espaço percebido), a partir das modulações do corpo que se submete e se encaixa no esperado, são geradoras do trauma
Cidade psíquica	Espaço como tríade	Direito à cidade psíquica se estabelece na tríade do espaço lefebriano. A cidade psíquica ocorre nas filigranas das configurações vinculares e nas forças subjetivas que aí se estabelecem
Ambiente facilitador	Espaço como tríade	As configurações subjetivas somente se desenvolvem no espaço relacional das interações humanas. Aquilo que se projeta no espaço construído e simbólico permeia o ambiente facilitador formador do humano

Fonte: organizado pelos autores

O quadro 3 mostra alguns possíveis encontros epistemológicos entre Winnicott e Lefebvre, objetivando demonstrar que os elementos constitutivos da psiquê humana se estabelecem no jogo estabelecido na tríade do espaço lefebriano. Ter um ambiente facilitador, onde ocorrem os processos de continência nas relações, podem resultar numa cidade psíquica saudável; por outro lado, a impossibilidade de colocar o corpo na lógica social heteronormativa (dos espaços concebidos e percebidos) produz traumas sociais. Falhas diversas ocorridas no tecido social-urbano da cidade psíquica e a impossibilidade de gerar pequenas transgressões no espaço vivido fabricam traumas e trazem prejuízos importantes à condição individual e social. “Para tais pessoas, assumir as representações sociais sobre os atos dos seus corpos significa, a cada dia, padecer na infelicidade (isso é o que os outros determinam e é pelos outros que escoam as representações sociais que disciplinam nossos corpos)” (Costa, 2020, p. 110).

Ainda cabe ressaltar que o conceito de ambiente para Winnicott não é o mesmo que espaço vivido para Lefebvre, mas que o primeiro se constitui no e pela via do segundo. Ou seja, as acepções subjetivas sobre o espaço são meios e fins que propiciam a uma pessoa (aquela que assume o lugar de continência, no começo da vida: a “mãe suficientemente boa”) a desenvolver uma relação que ampara o outro (para tanto, essa pessoa necessita se sentir amparada pelo espaço). Assim, podemos dizer que o ambiente é da ordem da diáde (mãe-bebê e inconsciente/consciente) que propicia as condições para o desenvolvimento humano, inclusive apresentando os elementos do espaço vivido; enquanto o espaço, para Lefebvre, é produto e produtor da prática social resultante da realidade social e da sua historicidade, assim representa um grupo, uma sociedade, um modo de apropriação do espaço a partir de determinada realidade. O primeiro representa o jogo de forças inconscientes na formação da individualidade e o segundo o jogo de forças na constituição do coletivo; o ambiente é individual e o espaço é social.

Desses encontros epistemológicos, podemos dizer que a cidade-armário se constitui na tríade dos espaços que se engendram como traumáticos, por não acolher (*handling* e *holding*) e nem permitir que o verdadeiro *self* apareça. Tanto os interditos psíquicos quanto os interditos físicos da cidade funcionam como normatizadores do comportamento.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou pensar sobre o conceito de cidade-armário em relação aos grupos LGBTQIA+, tomando como compreensão inicial que as cidades brasileiras são hostis às populações que não seguem a heteronormatividade.

Buscamos interrogar as instituições, os discursos e as práticas da heteronormatividade (Rodrigues, 2020, p. 103) a partir do conceito de cidade-armário. Esta tenta engavetar em seus espaços, opressores e limitadores, os grupos dissidentes da normatividade imposta por uma sociedade machista, excludente, patriarcal, racista, misógina, homofóbica, conservadora e classista, como a nossa. A invisibilidade social imposta nas cidades-armários, por meio de mecanismos de poder, aos grupos LGBTQIA+ somente legitima a violência contra estes e outros grupos. Percebemos que as cidades não devem somente ser vistas como mercadorias a serem vendidas, mas, primeiramente, como um lugar onde habitam pessoas, onde a vida humana acontece em suas mais diversas formas, a cidade vivida. As cidades não devem ser contraditórias, desiguais e geradoras de conflitos de qualquer natureza, mas espaço de acolhimento da individualidade que cada um escolhe para si.

Comprendemos, também, que o direito a uma cidade que respeite todos os grupos sociais e que acolha a todos deve ser implementada a partir de políticas públicas efetivamente regulatórias (exemplo: leis, normativas, regramentos etc.) e que se efetivem na realidade das pessoas. Tais políticas públicas devem oferecer condições que sejam capazes de viabilizar representações públicas das mais diversas aspirações particulares dos indivíduos sociais, sejam eles habitantes e/ou visitantes. A conquista de espaços intraurbanos onde os grupos LGBTQIA+ possam ser quem são é uma questão de preservação de vida e deve ser entendida como uma política de Estado de não violência a grupos minoritários. E o planejamento das cidades deve levar em conta a confiabilidade e as condições ambientais dos espaços urbanos para todos os grupos sociais. Tais construções devem ser planejadas/enfrentadas não pela via da normatização de espaços guetificados, que liberam e toleram como forma de controle dos corpos confinados em determinados espaços, mas como debate público de visibilização de gênero, de justiça social e de direitos equitativos (Toneli; Perucchi, 2006).

Hoje em dia, percebemos que os *campi* das universidades públicas são alguns dos poucos espaços onde as populações LGBTQIA+ podem sair do armário, sendo quem são, demonstrando afeto em público. Muito disto deve-se, percebemos, à compreensão das universidades como sendo espaços de liberdade de expressão intelectual e humana, espaços seguros de representação pessoal e de acolhimento da pluralidade. No entanto, também, acabam por assumir o papel de gueto, espaço de liberdade e de confinamento de manifestações de sexualidades não normativas.

Nessa discussão sobre a cidade-armário, ainda vemos que esta pode ser o lócus do trauma, pois inviabiliza a experiência de socialização de afetos LGBTQIA+ importantes para a solidificação dos sujeitos.

Por fim, compreendemos que o constructo cidade-armário, nessa perspectiva, amplia sua noção para pensar o dentro e fora do sujeito no espaço social que habita, como complementos e como produtores. A cidade-armário produz sujeitos desviantes, não por serem avessos à normatividade de gênero vigente, mas por não oferecer o *holding* necessário à integração do sujeito. Num jogo social mútuo, a cidade pouco facilitadora do humano recebe em troca ressentimento, ódio e narcisismo, produzindo diversas patologias sociais. ■

Recebido em: 29-03-2023

Aceito em: 16-04-2024

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Grayce Alencar; PARENTE, Jeanderson Soares; BELÉM, Jameson Moreira; GARCIA, Cintia de Lima. Violência psicológica em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no interior do Ceará, Brasil. *Saúde em debate*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 109, p. 100-111, abr./jun. 2016.
- ALVES, Glória da Anunciação. A produção do espaço a partir da tríade lefebvriana concebido/percebido/vivido. *GEOUSP - espaço e tempo*, v. 23, n. 3, p. 551-563, dez. 2019.
- ANTERO, Roberto. Urbanização pela migração em Araguaína (TO), 2016. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 17, n. 59, p. 1-15, 2016.
- ANTUNES, Arnaldo. Cidade. In: ANTUNES, Arnaldo. *Paradeiro*. [s.l.]: Ariola, 2010. CD
- ASSUMPÇÃO, Itamar. Venha até São Paulo. In: ASSUMPÇÃO, Itamar. *Bicho de 7 cabeças*. São Paulo: Baratos Afins, 1993. CD
- BELMONT, Sérgio Antonio. Introdução. *Violência e sofrimento de crianças e adolescentes na perspectiva winniciottiana*. São Paulo: Fapesp, 2008.
- CAMPOS, Maya Polo de; SILVA, Joseli Marta; ORNAT, Marcio José. Espacialidades gays em bares e boates da noite curitibana. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL – GÊNERO, DIREITOS E DIVERSIDADE SEXUAL: TRAJETÓRIAS ESCOLARES, 2., 2011, Maringá. *Anais [...]*. [s.l.]: [s.n.], 2011.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 2018.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à produção do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2019, p. 53-75.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A tragédia urbana. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri, VOLOCHKO, Danilo, ALVAREZ, Isabel Pinto (Org.). *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto, 2020a, p. 43-64.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri.; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto (Org.). *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto, 2020b.
- CARVALHO, Cláudio Oliveira; MACEDO JÚNIOR, Gilson Santiago. “Ainda vão me matar numa rua”: direito à cidade, violência contra LGBTs e heterocisnormatividade na cidade armário. *Revista de Direito e Garantia Fundamentais*, Vitória, v. 20, n. 2, p. 143-164, maio/ago. 2019.
- CARVALHO, Cláudio Oliveira; MACEDO JÚNIOR, Gilson Santiago. “Isto é um lugar de respeito!”: a construção heteronormativa da cidade-armário através da invisibilidade e violência no cotidiano urbano. *Revista de Direito da Cidade*, v. 9, n. 1, p. 103-116, 2017.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2019. p. 41-51.
- COSTA, Benhur Pinós da. As geografias das lutas por reconhecimentos sociais: a fenomenologia e o problema da constituição da identidade homossexual no espaço interdito e nas microterritorialidades. *Espaço e cultura*, n. 48, p. 104-136, jul./dez., 2020.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DIAS, Elsa Oliveira. O caráter temporal e os sentidos de trauma em Winnicott. *Winnicott e-prints*, v. 1, n. 2, p. 1-6, 2006.

- DUARTE, Marco José de Oliveira. Violência, saúde e direitos LGBT: análise crítica sobre itinerários e percursos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS/ES EM SERVIÇO SOCIAL (ENENPESS), 16., 2018, Vitória. *Anais [...]*, p. 1-20, [s.l.]: [s.n.], 2018.
- DUNKER, Christian Ingo Lenz. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- FARIA, Daniela de Oliveira Cidade-armário: o espaço urbano na formação de subjetividades sexuais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR (ENANPUR), 19., 2022, Blumenau. *Anais [...]*. [s.l.]: [s.n.], 2022. Disponível em: <http://sisgeenco.com.br>. Acesso em: 18 dez. 2022.
- FOUCAULT, Michel. Entrevista com Michel Foucault na Universidade Católica de Louvain. Trad. Anderson dos Santos. 1981. Disponível em: <http://clinicand.com/entrevistacommichelfoucault>. Acesso em: 17 dez. 2022.
- FREUD, Sigmund. *Além do princípio do prazer*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FULGÊNCIO, Leopoldo. A noção de trauma em Freud e Winnicott. *Natureza humana*, v. 6, n. 2, p. 255-270, jul./dez. 2004.
- GUIMARÃES, Daniel. Convite a prática pública de psicanálise. *Outras Palavras*, 23 mar. 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/alemdamercadoria/convite-a-pratica-publica-de-psicanalise>. Acesso em: 9 nov. 2023.
- IVO, Anete Brito Leal. Questão social e questão urbana: laços imperfeitos. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 58, p. 17-33, jan./abr. 2010.
- KERN, Leslie. *Cidade feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.
- LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins [não oficial do original *La production de l'espace*. 4. ed. Paris: Anthropos, 2000]. Belo Horizonte: [s.n.], 2006.
- LEITÃO, Lúcia. A cidade de Simmel, a cidade dos homens. *Cadernos Metrópole*, v. 13, n. 26, p. 461-471, 2013.
- LEITE, João de Deus; PACÍFICO FILHO, Miguel; PIRES, Maria Cilene. Araguaína/TO: cidade e discurso na Amazônia Brasileira – o caso do Espaço Cultural Agnaldo Borges Pinto. *Cidades, comunidades e territórios*, n. 42, p. 129-145, 2021.
- MACÊDO, Luciel Antonio da Silva; VIEIRA, Eduardo Paiva de Pontes. As epistemes e a produção de saberes na contemporaneidade. *Crítica educativa*, v. 5, n. 2, p. 33-42, 2020.
- MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *O Alienista*. 34. ed. São Paulo: Ática, 2010.
- MARICATO, Ermínia. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MARTINS, André. Prefácio. In: MIZRAHI, Beatriz Gang. *A vida criativa em Winnicott: um contraponto ao biopoder e ao desamparo no contexto contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- MARTINS, Emerson. *Uma hermenêutica da homossexualidade: o fazer-se gay como prática política de liberdade em cidades pequenas*. 2017. 344 f. Tese (Doutorado em Psicologia) –Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
- MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. *Cadernos Pagu*, n. 39, p. 403-429, 2012.
- MENDES, Wallace Goes; SILVA, Cosme Marcelo Furtado Passos da. Homicídios da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais ou transgêneros (LGBT) no Brasil: uma análise espacial. *Ciência & saúde coletiva*, v. 25, n. 5, p. 1709-1722, 2020.

MIZRAHI, Beatriz Gang. *A vida criativa em Winnicott*: um contraponto ao biopoder e ao desamparo no contexto contemporâneo. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

MORENO, Maria Manuela Assunção; COELHO JUNIOR, Nelson Ernesto. Trauma, uma falha no cuidar? Diálogo entre Ferenczi e Winnicott. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 707-719, 2012.

MORTES e violências contra LGBTI+ no Brasil: dossiê 2022. Florianópolis: ANTRA; ABGLT, 2022. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2023/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2022-ACONCECE-ANTRA-ABGLT.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2024.

NOGUEIRA, Carolina Rodrigues Chaves; GONÇALVES, Raquel Garcia. Outra cidade possível: experimentações LGBT+ no carnaval de rua. *Revista indisciplinar*, v. 7, n. 2, p. 311-337, 2021.

OLIVEIRA, Daiana Aparecida Gomes de. *O suicídio na comunidade LGBT no Brasil*. 2018. 12 f. Artigo monográfico (Graduação em Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

PACÍFICO FILHO, Miguel; BORGES, Thelma Pontes; TELES, Marcela Pereira Lima; CANÇADO, Airton Cardoso. Cidades médias na Amazônia Legal: Araguaína/TO, Imperatriz/MA e Marabá/PA – indutoras de desenvolvimento e desigualdades. *Redes*, v. 25, n. especial, p. 1477-1503, 2020.

PEREIRA, Mateus Mazzilli. Políticas para LGBTI+ no governo federal: ascensão e queda. *Nexo – políticas públicas*, 19 abr. 2022. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2022/Pol%C3%ADticas-para-LGBTI-no-governo-federal-ascens%C3%A3o-e-queda>. Acesso em: 23 ago. 2023.

RODRIGUES, Wallace; BORGES, Thelma Pontes. Refletindo sobre as cidades brasileiras como constructos masculinos: uma discussão sobre gênero e cidades. *Pixo: revista de arquitetura, cidade e contemporaneidade*, v. 7, n. 24, p. 278-292, 2023.

RODRIGUES, Wallace. Novas formas artísticas LGBTQ: o caso Pabllo Vittar. *Revista Anthesis*, v. 8, n. 15, p. 97-106, jan./jun. 2020.

SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian. *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SANTOS, Roberto Souza. A construção da Rodovia BR-153 na fronteira e urbanização da cidade de Araguaína, Tocantins. *Novos Cadernos NAEA*, v. 20 n. 3, p. 97-114, set./dez. 2017.

SCHMID, Christian. A teoria da Produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. *GEOUSP – espaço e tempo*, v. 16, n. 3, p. 89-109, 2012.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, n. 28, p. 19-54, 2007.

SELTZER, Mark. Wound culture: trauma in the pathological public sphere. *October*, v. 80, n. 146, p. 3-26, 1997.

SILVA, Dafhini Carneiro da; CANABARRO, Ivo dos Santos. O (não) direito à cidade e a teoria do reconhecimento de Nancy Fraser: a construção heteronormativa dos espaços urbanos. In: SALÃO DO CONHECIMENTO: BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA, 200 ANOS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO BRASIL, 2022. *Anais [...]*. Ijuí; Santa Rosa; Panambi; Três Passos: Unijuí, 2022.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). *Revista mana: estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 577-591, 2005.

SODRÉ, Reges; RAMIREZ, Júlio César de Lima. Contribuições ao estudo das cidades médias: Araguaína, Gurupi e Palmas no Tocantins. *Novos Cadernos NAEA*, v. 20, n. 1, p. 169-188, 2017.

SOUSA, Lucas Henrique de. Homossexualidades e cidades pequenas: a experiência de homens gays em cidades pequenas. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS [GT 19: gênero e sexualidade pelo interior do Brasil: fronteiras e cartografias], 44., 2020. *Anais [...]*. [s.l.]: [s.n.], 2020.

- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- TANIS, Bernardo. *A Psicanálise nas tramas da cidade*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.
- TERNES, José. Michel Foucault e o nascimento da modernidade. *Tempo social: revista de sociologia*, v. 7, n. 1-2, p. 45-52, out. 1995.
- TONELI, Maria Juracy Filgueiras; PERUCCHI, Juliana. Territorialidade homoerótica: apontamentos para os estudos de gênero. *Psicologia & Sociedade*, v. 18, n. 3, p. 39-47, set./dez. 2006.
- ULTRAMARI, Clóvis. Conceito de cidade: dificuldades e razões para formulá-lo. *Revista brasileira de gestão e desenvolvimento regional*, v. 15, n. 6, p. 277-294, 2019.
- VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 75-103.
- VASCONCELOS, Ana Paula do Nascimento; COSTA, Otávio José Lemos. Os percursos e as vivências LGBT em Quixadá-CE. *Acta geográfica*, Boa Vista, v. 12, n. 29, p. 19-32, maio-ago. 2018.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. As metamorfoses do conceito de cidades, *Mercator*, v. 14, n. 4, p. 17-23, 2015.
- VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Desigualdades urbanas: algum marco conceitual? In: VÉRAS, Maura Pardini (Org.). *Desigualdades urbanas, segregação, alteridade e tensões em cidades brasileiras*. Jundiaí: Paco, 2018.
- VERASZTO, Estefano Vizconde. *Projeto Teckids: educação tecnológica no ensino fundamental*. 2004. 194 f. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- WINNICOTT, Donald Woods. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- WINNICOTT, Donald Woods. *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artmed, 1983.
- WINNICOTT, Donald Woods. *Explorações psicanalíticas*. São Paulo: Artmed, 1994.
- WINNICOTT, Donald Woods. *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- WINNICOTT, Donald Woods. *Os bebês e suas mães*. São Paulo: Martins Fontes, 2012a.
- WINNICOTT, Donald Woods. *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes, 2012b.
- WISNIEWSKI, Rudião Rafael. Gênero e diversidade: educação e (in)visibilidade LGBTQ nos espaços urbanos. *Revista atos de pesquisa em Educação*, v. 15, n. 1, p. 76-93, jan./abr. 2020.

NOTAS ACERCA DE UM ESPAÇO CADA VEZ MAIS METROPOLIZADO: POSSIBILIDADES E ABERTURAS¹

ALEXANDRO SOUZA DE AMICO

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

alexdeamico@hotmail.com

RESUMO

Este artigo tem como um de seus objetivos examinar o processo de metropolização do espaço dentro da própria metrópole, mais especificamente em sua área central. Desde o seu surgimento enquanto “cidades-mães”, as metrópoles passaram por profundas metamorfoses em suas produções e organizações. Dessa maneira, torna-se imperioso analisar de qual metrópole estamos tratando. Ademais, nesse cenário, também se configura como um dos objetivos do texto compreender os processos de reestruturação, além de suas conjunturas dentro das áreas centrais das metrópoles. Para cumprir tais tarefas, lançamos mão de uma revisão bibliográfica, sobretudo a partir das obras da geógrafa brasileira Sandra Lencioni, do geógrafo estadunidense Edward Soja e do filósofo francês Henri Lefebvre. A primeira autora nos forneceu denso material para examinarmos as metrópoles e a metropolização do espaço, além do debate sobre totalidade e o porquê da utilização de tríades analíticas. O segundo autor colaborou com a nossa empreitada, especialmente a partir do debate sobre a reestruturação urbana. Já o terceiro, além de outros pontos, nos auxiliou na discussão sobre a tríade de homogeneização, fragmentação e hierarquização do espaço. Dentro dessa perspectiva, pudemos chegar à conclusão da importância de analisar a essência dos fenômenos espaciais para encontrarmos possibilidades e aberturas para sairmos da condição de um espaço cada vez mais banalizado, segregado e com graus de importância de acordo com a lógica das relações sociais capitalistas.

PALAVRAS-CHAVE: Homogeneização; Fragmentação; Hierarquização; Metrópole; Áreas centrais.

1 Agradeço o fomento à pesquisa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).



Esta revista está licenciada sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.



NOTES ON AN INCREASINGLY METROPOLIZED SPACE: POSSIBILITIES AND OPENINGS

ABSTRACT

One of the aims of this article is to examine the process of metropolization of space within the metropolis itself, more specifically in its central area. Since their emergence as “mother cities”, metropolises have undergone profound metamorphoses in their production and organization. It is therefore imperative to analyze which metropolis we are dealing with. Furthermore, in this scenario, it is essential to understand the processes of restructuring and metropolization of space, and their conjunctures within the central areas of the metropolises. In order to accomplish these tasks, we used a literature review, mainly based on the works of the Brazilian geographer Sandra Lencioni, US geographer Edward Soja and French philosopher Henri Lefebvre. The first author provided us with dense material to examine metropolises and the metropolization of space, as well as the debate on totality and why analytical triads are used. The second author collaborated with our endeavor, above all through the debate on urban restructuring. The third, in addition to other points, helped us discuss the triad of homogenization, fragmentation and hierarchization of space. From this perspective, we have concluded that it is important to analyze the essence of spatial phenomena in order to find possibilities and openings to get out of the condition of an increasingly trivialized, segregated space with degrees of importance according to the logic of capitalist social relations.

KEYWORDS: Homogenization. Fragmentation. Hierarchization. Metropolis. Central areas.

NOTAS SOBRE UN ESPACIO CADA VEZ MÁS METROPOLIZADO: POSIBILIDADES Y APERTURAS

RESUMEN

Uno de los objetivos de este artículo es examinar el proceso de metropolización del espacio dentro de la propia metrópoli, más concretamente en su área central. Desde su aparición como “ciudades madres”, las metrópolis han experimentado profundas metamorfosis en su producción y organización. Por tanto, es imperativo analizar de qué metrópolis se trata. Además, en este escenario, es esencial comprender los procesos de reestructuración y metropolización del espacio, y sus coyunturas dentro de las áreas centrales de las metrópolis. Para cumplir esas tareas, hemos hecho una revisión de bibliografía, especialmente desde las obras de la geógrafo brasileña Sandra Lencioni, del geógrafo estadounidense Edward Soja y del filósofo francés Henri Lefebvre. La primera autora nos proporcionó un denso material para examinar las metrópolis y la metropolización del espacio, tal como el debate sobre la totalidad y por qué se utilizan las tríadas analíticas. El segundo autor colaboró en nuestro empeño, sobre todo discutiendo la reestructuración. El tercero, además de otros puntos, nos ayudó a discutir la tríada de homogeneización, fragmentación y jerarquización del espacio. Desde esta perspectiva, pudimos llegar a la conclusión de que es importante analizar la esencia de los fenómenos espaciales para encontrar posibilidades y aperturas para salir de la condición de un espacio cada vez más trivializado, segregado con grados de importancia según la lógica de las relaciones sociales capitalistas.

PALABRAS CLAVE: Homogeneización, Fragmentación. Jerarquización. Metrópolis. Áreas centrales

1 | INTRODUÇÃO

Em nosso artigo, assim como visto na obra do filósofo francês Henri Lefebvre (2008, p. 15)¹, partiremos de uma hipótese: de que a produção do espaço urbano e todas as suas esferas (como é o caso da fusão com grande parcela do capital financeiro) configuram-se atualmente como a maior centralidade do processo de acumulação capitalista. Em razão disso, acreditamos, tendo como grande fonte de inspiração e embasamento a obra lefebriana, que a práxis espacial também adquiriu grande centralidade para a compreensão e transformação da sociedade. Para ancorar tal hipótese, caminhamos junto à nossa base teórico-metodológica² quando os autores e autoras aqui utilizados sinalizam que, outrora, durante a primazia da indústria, o capital produzia-se (majoritariamente) na cidade. Todavia, contemporaneamente, o capital tem predominantemente na própria produção da cidade e do urbano a sua maior base de acumulação. Além do setor imobiliário em si, a produção de infraestrutura urbana, como ruas, pontes, iluminação, rede sanitária, rede de telecomunicações etc. saiu das mãos do poder público para a primazia do setor privado. Todavia, como aponta a geógrafa brasileira Sandra Lencioni (2010, p. 2), mesmo quando majoritariamente nas mãos do poder público, a produção do espaço urbano sempre foi:

[...] possibilidade de negócio e fonte de ganho, mas a diferença é que como investimento privado de capital é a racionalidade capitalista que é determinante, imperando sobre tudo e submetendo a produção das condições urbanas aos interesses exclusivos da reprodução do capital (Lencioni, 2010, p. 2).

Nesse ínterim, cabe salientar o seguinte: não compreendemos a produção do espaço urbano apenas de maneira estrita, ou seja, somente na produção material. Aqui entendemos a produção também em seu sentido imaterial, aquele da produção de representações, conhecimento, imaginários, ideologias etc. Além disso, como será possível observar ao longo do artigo, a própria cidade passa a ser mais uma mercadoria a ser produzida e comercializada.

No âmago desse processo, discutimos os conceitos de reestruturação, metrópole e metropolização do espaço. Ainda neste momento, é salutar revelar a importância da conceituação dos processos que analisamos. Buscando elucidar a questão dos conceitos, sinalizamos que nossas investigações partem sempre do real. É somente depois de observá-lo que buscamos aporte nas teorias para melhor comprehendê-lo e transformá-lo. Dessa maneira, um conceito não pode servir como um “aprisionamento”, como algo sem movimento, ou seja, sem processo. O conceito deve dar conta de interpretar a realidade, que é sempre processual. Paralelamente a isto, um conceito deve dar conta de explicar o fenômeno de uma maneira geral, em suas universalidades, e não em todas as singularidades. Pensemos: se os

1 “Partiremos de uma hipótese: a urbanização completa da sociedade” (Lefebvre, 2008, p. 15).

2 Ainda nesta seção, apontaremos os autores e autoras que dão corpo ao nosso arcabouço teórico-metodológico.

conceitos dessem conta de abordar todas as singularidades existentes nos mais diversos espaços, com que “tamanhos” eles ficariam? Pois bem, isto não é possível, certo? Assim, o proveito de um conceito está em ele conseguir abarcar as generalidades do processo e em estar aberto para as transformações que ocorrem no fenômeno analisado ao longo do espaço-tempo.

Complementando o exercício de apresentação de nosso artigo, destacamos que caminhamos, sobretudo, junto à geógrafa Sandra Lencioni e ao geógrafo estadunidense Edward Soja para discutirmos o conceito de reestruturação (do espaço). O entendimento da reestruturação foi fundamental para que pudéssemos avançar para o debate sobre metrópole e metropolização do espaço. Para apresentar e examinar o conceito de metrópole, recorremos, principalmente, aos trabalhos de Lencioni. Através da busca por entender as transformações da metrópole ao longo da história, a autora aponta o caráter polissêmico do conceito, mas revela algumas características que são visíveis em todas as metrópoles. Partindo dessa premissa, Lencioni (2017, 2020) averigua a metropolização do espaço e as suas características. Com grande embasamento no geógrafo francês Bernard Kayser, a geógrafa pontua a importante ideia de que os espaços metropolizados e os não metropolizados não são espaços antagônicos, além de trazer uma definição e algumas características comuns ao processo. Ademais, a autora observa como a dinâmica da metropolização ocorre dentro das próprias metrópoles.

À discussão da conjuntura da metropolização dentro da própria metrópole, acrescentamos que

estamos tratando de uma área central metropolitana típica do momento em que a produção do espaço ganhou primazia na acumulação capitalista e não daquela típica da era industrial. Dessa maneira, tendo em vista a importância da discussão da centralidade no urbano vista em Lefebvre (2002), identificamos e diferenciamos, a partir das contribuições de Lencioni, as cidades policêntricas daquelas multicêntricas. Assim, juntamente ao debate sobre a totalidade e o porquê da utilização de tríades analíticas, chegamos com maior embasamento para tratarmos do processo de homogeneização, fragmentação e hierarquização, proposto por Lefebvre (2009). É justamente durante essa discussão que propomos uma ponte teórico-metodológica entre a tríade homogeneização, fragmentação e hierarquização, a noção de colonização (intraurbana) de Henri Lefebvre e as reestruturações de áreas centrais, para analisar a metropolização do espaço dentro da própria metrópole.

A partir da breve explanação de nossos referenciais teórico-metodológicos, sinalizamos o seguinte: assim como para todos os processos espaciais, um número extremamente vasto de formas de abordagens pode ser traçado para investigar os processos que propomos em nosso texto. Dessa maneira, o que realizamos em nosso artigo foi uma opção de um caminho que nos pareceu de grande valia para a nossa análise. Nessa direção, estabelecemos um diálogo com os autores e autoras presentes no texto. Contudo, no Brasil e no exterior, diversas são as outras possibilidades que poderíamos seguir. Logo, sinalizamos que em nenhum momento nossa intenção foi esgotar o debate, inclusive porque isto seria uma tarefa praticamente impossível.

No que tange à própria estrutura do texto, além desta introdução e das considerações finais, a redação está organizada em três grandes seções. Na primeira, logo a seguir, abordamos a questão da reestruturação. Obras dos geógrafos Edward Soja, Neil Smith e David Harvey, dentre outros, foram utilizadas a fim de embasar o nosso exame. Na segunda seção, realizamos aquilo que chamamos de uma “aproximação inicial” com a metropolização do espaço. Foi nesse momento que jogamos luz no debate de como os conceitos devem ser utilizados. Para tal, trouxemos para o texto as contribuições de Lencioni (2017) e Ferreira (2021). Posteriormente, averiguamos o conceito de metrópole e algumas de suas características essenciais. Ademais, refletimos sobre a metropolização do espaço e as suas propriedades. Para a empreitada, os trabalhos da geógrafa Sandra Lencioni novamente foram de grande valia. Por fim, no terceiro momento, destacamos a importância de refletir sobre a conjuntura da metropolização dentro das próprias metrópoles, principalmente, em suas áreas centrais. Desse modo, discussões acerca de questões como o próprio conceito de centralidade, da poli e da multicentralidade, da totalidade e da utilização de tríades foram realizadas. Além disso, demos ênfase na tríade proposta por Henri Lefebvre sobre a concomitante homogeneização, fragmentação e hierarquização do espaço e sua ligação com o processo de colonização e reestruturação de áreas centrais.

2 | REESTRUTURAÇÃO: APONTAMENTOS SOBRE UM CONCEITO FUNDAMENTAL

Já que estamos iniciando um debate acerca de dinâmicas que metamorfosem o espaço urbano, consideramos necessário, nesse momento, concentrarmos, mesmo que brevemente, a nossa atenção para a apresentação e discussão do conceito de reestruturação. Tendo em sua etimologia o sentido de construção, é tão somente no século XIX que a reestruturação é elevada a uma categoria da análise espacial. Todavia, os debates acerca da reestruturação não surgiram no campo dos estudos sobre os fenômenos urbanos. Inicialmente, as discussões estavam nas mãos dos economistas, localizando-se a origem do conceito dentro das ciências econômicas. Posteriormente, no final da década de 1980, a discussão chegou até o campo da Geografia Econômica, principalmente com a obra do geógrafo inglês David Harvey (2008 [1989]), através do debate sobre a chamada reestruturação produtiva. Somente mais tarde, já na década de 1990, o conceito adentrou mais especificamente os estudos acerca do urbano pela ótica geográfica, sobretudo, com o geógrafo estadunidense Edward Soja e a sua obra “Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica”, de 1993.

Sucintamente, avaliando-se a conjuntura global da época, foi a crise deflagrada na década de 1970 o grande estopim da reestruturação produtiva vista a nível mundial. Harvey (1996, p. 50) diz haver “uma concordância generalizada de que a mudança [nos paradigmas da acumulação e da urbanização] tem algo a ver com as dificuldades que atingiram as economias capitalistas desde a recessão de 1973”. O autor elenca alguns aspectos desse processo como a desindustrialização, o desemprego, a austeridade fiscal em nível local e nacional, o crescimento do neoconservadorismo e um apelo muito mais forte às privatizações e à “racionalidade” do mercado. Entretanto, esta é apenas a gota d’água de um

processo que tem a sua origem a partir do pós-II Guerra Mundial, com a retomada econômica empreendida pelo Japão. Nesse cenário, esta reestruturação não se fez presente apenas na economia, mas sim em todo o modo de vida.

A reestruturação, que foi iniciada no Japão, teve impactos nos Estados Unidos da América, principalmente na costa Oeste do país, e mais especificamente no estado da Califórnia. Em nenhum momento isto significa que a costa Leste, sobretudo o Nordeste do país, tenha deixado de ter grande importância na economia estadunidense. Por exemplo, as indústrias de base não foram para a costa Leste; estas permaneceram no Nordeste do país. Porém, com a dinamização da forma de produção capitalista, juntamente aos vultosos investimentos em formação de mão de obra qualificada nas universidades da costa Oeste, cidades como São Francisco e Los Angeles assumiram um alto grau de importância.

Realizamos esta brevíssima contextualização para chegarmos até a obra de Edward Soja (1993). O autor figura como um dos mais importantes estudiosos do modelo de reestruturação urbana densamente visto em Los Angeles, cidade que pesquisou e onde trabalhou por décadas. O trabalho figura, a nosso ver, como o grande marco sobre os estudos das reestruturações em face do espaço urbano. Soja (1993) examina com maestria a dinâmica retratada anteriormente, principalmente o caso da cidade de Los Angeles. Mas engana-se quem pensa que o trabalho do autor é “apenas” empírico; o autor realizou um louvável esforço para assentar as bases teóricas acerca da temática. Dessa forma, ele define preliminarmente a reestruturação do seguinte modo:

Em sua hierarquia de manifestações, a reestruturação deve ser considerada originária de e reativa a graves choques nas situações e práticas preexistentes, e desencadeadora de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle das forças que configuram a vida material. Assim, ela implica fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, e uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança. Como tal, a reestruturação se enquadra entre a reforma parcial e a transformação revolucionária, entre a situação de perfeita normalidade e algo completamente diferente (Soja, 1993, p. 194).

Avançando no debate quanto ao conceito de reestruturação, Soja (1993) registra que, nas reestruturações, tradições seculares já não se sustentam e acabam por sofrer “desmoronamento e reconstrução”. Nas palavras do autor:

A reestruturação, em seu sentido mais amplo, transmite a noção de uma “freada”, senão de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. Evoca, pois, uma combinação sequencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstituição, proveniente de algumas deficiências ou perturbações nos sistemas de pensamento e ação aceitos. A antiga ordem está suficientemente esgarçada para impedir os remendos adaptativos convencionais e exigir, em vez deles, uma expressiva mudança estrutural (Soja, 1993, p. 82).

O geógrafo argumenta que a reestruturação não pode ser vista como mecânica ou até mesmo automática. Para o autor, o processo é resultante de situações de bruscos movimentos que abalam a ordem social pré-existente. Destacamos na obra de Soja (1993) a importância que a análise dos processos espaciais ganha dentro da teoria social de cunho marxista. Ao longo do século XX, diversos autores, incluindo o filósofo francês Henri Lefebvre, apontaram uma possível ausência do aporte espacial nas análises críticas da sociedade. Soja (1993) identifica como o tempo comumente possuía uma relevância maior do que o espaço nos estudos sociais. Segundo o autor, isto se configuraria como uma forma equivocada de apreensão do real, e nas “geografias pós-modernas” (após o declínio do fordismo e do aumento da importância da produção do espaço para a acumulação capitalista) teríamos a mais importante tarefa de reafirmar a relevância da análise espacial.

Todavia, é importante destacar que não se trata de uma negação do tempo em detrimento do espaço, configurando-se em uma espécie de “determinismo geográfico”. Soja (1993) tem por objetivo estabelecer um arcabouço teórico que resgate a dimensão espacial em abordagens que, direta ou indiretamente, trabalharam a noção de espaço na interpretação da realidade social. Dessa maneira, o autor discorre sobre três grandes aspectos que permitem nos municiarmos teoricamente para uma análise espacial da realidade social: o espaço dentro da teoria social crítica; as mudanças no padrão de acumulação capitalista; e a dimensão cultural associada à economia política urbana e regional.

No desenrolar desta discussão, Sposito (2007, p. 2-3), ancorada em Soja (1993), registra que faz uso do conceito de reestruturação, pois avalia que já vivenciávamos (à época do texto) um momento com um “amplo e profundo conjunto de mudanças, no que concerne aos processos de estruturação urbana e das cidades”. Por seu turno, Souza (2006, 2013) traz uma fundamental ressalva acerca da diferenciação entre processos de reestruturação e refuncionalização. Segundo o autor (2013, p. 69):

Refuncionalizar um espaço material significa atribuir novas funções a formas espaciais e objetos geográficos pré-existentes [...] reestruturar um espaço material quer dizer alterá-lo muito significativamente, modificando a sua estrutura.

Ou seja, a reestruturação implica transformações de ordens escalar e conceituais maiores. Reestruturar significa mais do que apenas dar novas funções a antigas formas, é ir além e impactar até mesmo a estrutura de um determinado espaço.

Na esteira da mencionada discussão, Teixeira (2018) desenvolve com nitidez como a combinação de certos fatores faz com que as reestruturações espaciais assumam naturezas distintas e se diferenciem de simples modificações no espaço. O autor (2018, p. 43) apresenta os seguintes pontos que influenciam nas reestruturações: a espacialidade herdada sobre a qual incidem as intervenções; os agentes que as protagonizam; as intenções que as motivam; os recursos (econômicos, políticos e simbólicos) mobilizados para a sua execução; sua escala de incidência e a capacidade de transformar os usos, as formas, as funções, os significados e até mesmo alguns aspectos da estrutura urbana. A combinação em maior ou menor número desses constituintes, bem como a maior ou menor

mobilização dos atores sociais, implicará determinados direcionamentos aos projetos. O geógrafo resume a ocorrência das reestruturações urbanas da seguinte forma:

Ao modificarem as formas, funções e significados espaciais de modo profundo, tais intervenções tendem a transformar a relação das áreas impactadas com o restante da cidade, podendo, inclusive, alterar aspectos da estrutura urbana. Em síntese, aquilo que classificamos como intervenções de reestruturação do espaço urbano são intervenções de grande escala de incidência (relativamente às dimensões da aglomeração), que mobilizam recursos de vulto, sendo concebidas e executadas por agentes poderosos e capazes de alterar, ao menos potencialmente, aspectos da estrutura urbana. Acreditamos que, por meio dessa definição, torna-se possível agrupar fenômenos que geralmente são tratados como diferentes e, até certo ponto, concorrentes (Teixeira, 2018, p. 43-44, grifos do autor).

Percorrendo por este prisma, de acordo com Smith (2007), cabe destacar que, embora os processos de reestruturações urbanas não sejam novidade, há de se considerar uma certa “inovação” nos processos mais recentes (a partir da década de 1970): a intensidade na execução. A reunião dos elementos citados anteriormente acarreta a complexidade dessas intervenções urbanas contemporâneas que caracterizam parcela significativa do chamado “empreendedorismo urbano”, amplamente discutido por Harvey³ (1996, 2005). Nas palavras de Smith (2007, p. 20):

[...] a reestruturação do espaço urbano não é, estritamente falando, um fenômeno novo. Todo o processo de crescimento e desenvolvimento urbano consiste em um constante arranjo, estruturação e reestruturação do espaço urbano. O que é novo, hoje, é a intensidade em que esta reestruturação do espaço se apresenta como um componente imediato de uma ampla reestruturação social e econômica das economias capitalistas avançadas. Determinado ambiente construído expressa uma organização específica da produção e reprodução, do consumo e da circulação, e conforme esta organização se modifica, também se modifica a configuração do ambiente construído.

Além disso, Smith (1988, 2007) reflete sobre as reestruturações do espaço urbano e o dito “desenvolvimento desigual”. Na obra de 2007, o autor enfatiza como a reestruturação geográfica da economia espacial é sempre executada

³ David Harvey, que orientou Neil Smith, define o termo como “o padrão de conduta na governança urbana que combina poderes estatais (local, metropolitano, regional, nacional, ou supranacional), diversas formas organizacionais da sociedade civil (câmaras de comércio, sindicatos, igrejas, instituições e de pesquisas, grupos comunitários, ONGs etc.) e interesses privados (empresariais e individuais) formando coalizões para fomentar e administrar o desenvolvimento urbano/regional de um tipo ou outro” (Harvey, 2005, p. 230). Indo além, ele traça três características principais para aquilo que chama de empreendedorismo urbano: a formação de coalizões de poder estruturadas, sobretudo, nas parcerias público-privadas; investimentos especulativos em que o setor público assume os riscos; e a importância dada à administração local, aquela que teve seu poder ressignificado quando passou a assumir a maior parcela da gerência dos projetos de reestruturações.

de maneira díspar. É então desse modo que “a reestruturação urbana em uma região da economia nacional ou internacional pode não ser acompanhada, tanto em qualidade ou quantidade, natureza ou intensidade, por uma reestruturação em outra região” (Smith, 2007, p. 20). Para exemplificar, Smith (2007) aponta as dicotomias entre os países centrais e periféricos, mas também discorre a análise a partir das diferenças regionais das economias mais “avançadas”. Em suma, o geógrafo evidencia que “há sobreposição de arranjos regionais e internacionais que complicam as configurações urbanas” (Smith, 2007, p. 20).

Ainda de acordo com o autor, as explicações acerca da reestruturação (e da gentrificação) só poderão ter um resultado coerente quando identificarem e analisarem as formas urbanas que resultam do processo, assim como as suas exceções. Para tal, Smith (2007) propõe uma análise que não leve em conta apenas uma lista de fatores, mas sim um exame integrado em que pese a localização e a época em que aconteceu o processo. Além disso, o geógrafo aponta que o mais importante é perguntar-se o porquê de alguns bairros interessarem ao capital para a reestruturação (e uma possível gentrificação) e outros não.

Nesse cenário, também nos compete analisar um processo que tem total ligação com o discutido até aqui: a metropolização do espaço. Dessa maneira, na seção abaixo, realizamos aquilo que chamamos de “aproximações iniciais” com o processo de metropolização do espaço.

3 | A METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO: APROXIMAÇÕES INICIAIS

Embora a nossa análise parta do real e os fenômenos espaciais independam de uma conceituação para existirem, acreditamos na importância de conceituar aquilo que estamos examinando. Sobre a própria natureza dos conceitos, Lencioni (2017, p. 198) identifica que eles “são concebidos e devem revelar universalidade, por assim dizer, expressar abrangência sem ter que expressar todas as particularidades do que está sendo considerado”. Ou seja, não é possível, através dos conceitos, capturar todas as nuances de um fenômeno, mas sim aquilo que há de generalidades. Nesse sentido, prossegue Lencioni (2017, p. 198):

O importante é que [os conceitos] deem conta de exprimir a essência do que está sendo referido. Isso significa que a pertinência de um conceito não é medida porque ele contém todas as propriedades, aspectos, características ou movimento do que está sendo considerado, mas porque ele exprime sua essência.

Em nossa contribuição à temática, apontamos que um conceito não é um retrato fiel da realidade, em que tudo do real estará posto, tampouco uma mera invenção, abstração ou produto do pensamento. O conceito deve estar ancorado na realidade, naquilo que está acontecendo no espaço, mas nunca dará conta de captar todo o fenômeno. Nesse sentido, ao tratar do caráter processual da gentrificação (um fenômeno espacial que tem relação direta com a metropolização), Ferreira (2021, p. 107) defende como um conceito não pode ser tornado uma “espécie de camisa de força, que contribui antes para ocultar do que revelar, ou passa a ter uma validade muito curta”.

Visto isto, podemos adentrar com maior nitidez a discussão sobre metrópole e metropolização do espaço. Primeiro, abordamos justamente o termo metrópole, pois, a nosso ver, não é possível mergulharmos no debate sobre metropolização do espaço sem antes sinalizarmos o que compreendemos enquanto uma metrópole.

Assim como diversos outros conceitos, o conceito de metrópole⁴ apresenta várias definições, a depender do método e/ou do(a) autor(a) com quem estejamos trabalhando. Neste artigo, caminhamos pelos mesmos trilhos de Lencioni. A autora (2017, p. 201) pontua que, mesmo com tal polissemia, há alguns pontos que são comuns dentre as conceituações. A saber: 1- uma forma urbana de tamanho expressivo, tanto no número de habitantes quanto na extensão territorial; 2- diversidade de atividade relativas à economia, tendo destaque os serviços relacionados ao circuito superior da economia urbana; 3- local de concentração das inovações; 4- uma grande concentração e difusão de informação e comunicação; e 5- um nó considerável de redes, que podem ser de transportes, informações, cultura, poder e até mesmo de cidades⁵.

Na atual quadra da discussão, após esta breve explanação sobre o que é uma metrópole, podemos dirigir nossos esforços para o conceito de metropolização do espaço. Aliás, esta última palavra, espaço, nos dá uma pista da primeira aproximação que podemos estabelecer em relação ao conceito. Segundo Lencioni (2017, p. 202), “embora o conceito de metrópole se relate ao de cidade, o de metropolização se relaciona ao de espaço”. Assim, prossegue a autora: “portanto, quando falamos em metropolização, estamos falando de um processo relativo ao espaço, e não à cidade”. Ancorada no pensamento do sociólogo francês François Ascher, um dos grandes pioneiros e expoentes nos estudos acerca da metropolização do espaço, Lencioni (2020, p. 34) colabora conosco quando afirma que a metropolização “incide também em espaços rurais, espaços vazios e demais espaços que são difíceis de nominar. Em suma, pode estar relacionado a um grande aglomerado urbano, ou não”.

Com grande inspiração nos estudos do geógrafo francês Bernard Kayser sobre uma distinção analítica entre espaços metropolizados e não metropolizados, Lencioni (2017, p. 42-43) revela como “é importante afirmar, então, que os espaços metropolizados e não metropolizados não constituem uma dualidade espacial, não são antagônicos, não são excludentes e nem contrapostos”. O que podemos ver no espaço são transformações não tão estanques, mas sim, graduais, ao longo de áreas que guardam características tanto da cidade quanto do campo⁶. Avançando no debate, Lencioni (2017, p. 43) traz uma certa definição do fenômeno quando evidencia que:

4 Neste trabalho, não faremos tal debate, entretanto é imperioso ressaltar que, com as exponenciais transformações espaciais das últimas décadas, muitos(as) autores(as) acreditam que o termo metrópole já não dá mais conta da complexidade que essas grandes cidades assumiram. Termos como “exopolis”, “cidade difusa”, “cidade-região”, “megarregião”, “cidade neoliberal”, “privatópoles”, dentre outros tantos, podem ser vistos em diversas discussões. Para mais sobre o tema, consulte-se, dentre outros, Toro (2016), Soja (2013) e Lencioni (2015).

5 Para uma explicação sobre os pontos e as suas imbricações, ver Lencioni (2017, p. 201-202).

6 Uma interessante discussão sobre esta questão, através da conjuntura de urbanidades (e ruralidades), pode ser encontrada em Rua (2005).

[...] os espaços metropolizados são espaços que assumem aspectos e características similares, mesmo que em menor escala, aos da metrópole, quer dizendo respeito aos investimentos de capital, ao desenvolvimento das atividades de serviços com sua correlata concentração de trabalho imaterial, ou, ainda, relacionados ao desenvolvimento das atividades de gestão e administração. Podem, também, apresentar outros aspectos, como a tendência ao desenvolvimento de vários centros comerciais e de serviços, a forma de consumir e viver semelhante à da metrópole, bem como uma densidade significativa de redes imateriais e a presença bastante visível dos socialmente excluídos. Isso significa dizer que podemos encontrar espaços metropolizados fora das metrópoles instituídas pela administração pública. Em outros termos, o espaço metropolizado não é exclusivo da metrópole e nem se confina nas fronteiras de uma região metropolitana. Eles tendem a se apresentar mais intensamente junto a um núcleo metropolitano, mesmo sendo esse de porte regional. O que a paisagem revela, de fato, são mosaicos de espaços metropolizados confundidos com o de espaços ainda não metropolizados e, à medida que se vai distanciando das áreas de maior densidade de pessoas, mercadorias e fluxos, os espaços não metropolizados vão se impondo aos metropolizados.

Ao abordar a metamorfose social e espacial acarretada pelo processo de metropolização, Lencioni (2017, p. 30-31) agrupa oito características do fenômeno em discussão:

A primeira é que seu fundamento não diz respeito apenas à transição do rural para o urbano, muito embora o processo possa contê-la; porque seu núcleo é a urbanização. A segunda é a de que a metropolização do espaço conforma uma região de grande escala territorial, com limites extremamente dinâmicos e difusos. A terceira característica é a de essa região expressar ao mesmo tempo uma nítida e intensa fragmentação territorial e transparente segregação social, até então nunca vistas, ao lado de espaços com aspectos bastante homogêneos. A quarta característica deve-se à redefinição das antigas hierarquias entre as cidades da região e da rede de relações entre elas. A quinta diz respeito ao expressivo número de cidades conurbadas com incrível polinucleação e intensa e múltipla rede de fluxos. A sexta característica está relacionada à diminuição relativa do crescimento demográfico da cidade central, acompanhada de expansão demográfica e desenvolvimento do ambiente construído de outros municípios da região. A sétima característica se pauta pela redefinição das pequenas cidades dessa região, conformando um novo tipo de integração dessas pequenas cidades com os espaços polinucleados. A oitava diz respeito à intensidade dos

expressivos movimentos pendulares entre algumas cidades da região, consagrando uma expressiva estrutura regional em rede.

Posto isto, acreditamos que essas aproximações iniciais com o conceito de metropolização do espaço podem dar a sustentação que necessitamos para avançar em nosso pensamento. Desse modo, na seção logo a seguir, realizamos o movimento de girar nossa lupa analítica para as áreas centrais das metrópoles.

4 | A METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO ANALISADA A PARTIR DAS ÁREAS CENTRAIS

Como ressalta Lefebvre (2006, p. 449), “a questão da centralidade em geral, da centralidade urbana em particular, não é das mais fáceis. Ela atravessa de parte em parte a problemática do espaço”. O filósofo francês pontua ainda que, “se é necessário aceitar a idéia de uma centralidade dialética ou de uma dialética da centralidade, é porque há uma conexão entre o espaço e a dialética”. Através desse movimento dialético, enxergamos as áreas centrais das metrópoles a partir de sua centralidade. Em princípio, tal afirmação pode parecer pleonástica. Contudo, a partir do fato de que nos apoiamos no pensamento lefebvriano, podemos afirmar a existência da área central enquanto forma espacial, que contém um conteúdo. Ou seja, a sua centralidade. Como veremos, essa centralidade não é indiferente ao que reúne tampouco ao espaço onde acontece essa reunião.

Avançando no debate sobre a centralidade, Lefebvre (2006, p. 450) aponta uma certa definição para o que comprehende como tal: “Primeiramente, a centralidade (mental e social) se define pela identificação e pelo encontro daquilo que coexiste em um espaço. Que é que coexiste então? Tudo o que pode se nomear e se numerar.” Para o autor, no conceito visto a partir de uma maneira geral, a centralidade estabelece a conexão entre o que chama de pontual, que vemos como o local, e o global. Assim, “cada época, cada modo de produção, cada sociedade particular engendrou (produziu) sua centralidade: centro religioso, político, comercial, cultural, industrial, etc.” (Lefebvre, 2006, p. 450).

Nesse sentido, é possível falarmos em centralidade, e centro, antes mesmo da implosão e explosão da cidade. Entretanto, trataremos aqui de um momento específico desta dinâmica, momento este que começa a ser desenhado a partir da industrialização da economia capitalista. É justamente a partir do avanço do modelo industrial que o centro das cidades passa por uma profunda reestruturação. Nesse processo, é possível observar o volumoso adensamento desse centro, que passa a contar com uma certa proximidade e coesão entre diversos setores, e em uma área potencialmente maior.

À discussão, acrescenta-se que não estamos tratando da área central típica da primazia da indústria. Como já ressaltado em seção anterior, nossa análise debruça-se em outro momento, mais contemporâneo, em que a produção do espaço e todas as suas esferas possuem para a acumulação capitalista maior centralidade do que a indústria. Dessa forma, em diálogo com a já também referida ideia de cidade-região, a área central que nos propomos a analisar já passou por outros processos, como é o caso da descentralização. Dentro dessa conjuntura, podemos pensar, inclusive, em metrópoles com duas ou mais grandes centralidades.

Dessa maneira, salientamos que as metrópoles podem dividir-se em multicêntricas ou policêntricas. Para realizar a distinção entre os dois termos, apoiamo-nos na obra de Lencioni (2017). A geógrafa aponta que, “em política, o vocábulo poli tem o sentido de direção” (p. 52). Dessa forma, podemos apreender que uma metrópole policêntrica tem pelo menos mais de uma “direção”, no sentido de comando e gestão do capital. Já as multicêntricas, embora tenham duas ou mais centralidades, apenas uma delas cumpre o papel de comando, de direção. Um exemplo dado por Lencioni (2017, p. 57) são as cidades de São Paulo e Buenos Aires. Segundo a autora, essas duas cidades são:

[...] metrópoles com várias centralidades. No entanto, a primeira [São Paulo] é policêntrica, uma vez que mais de uma centralidade desempenha as funções de direção. Já Buenos Aires se constitui como uma metrópole multicêntrica, com vários centros. Isso porque o centro de comando e direção das atividades econômicas, da gestão do capital, está circunscrito a uma só área. [...] Com mais precisão, podemos dizer que ambas são metrópoles desconcentradas, metrópoles difusas, mas diferem no que diz respeito à questão da centralidade. Enquanto Buenos Aires é uma metrópole difusa multicêntrica, São Paulo se constitui numa metrópole difusa policêntrica (Lencioni, 2017, p. 52).

Parece-nos considerável apontar o seguinte: essas centralidades, típicas da urbanização capitalista, se propõem mais àquilo que Lefebvre (2006) denominou como uma “centralização” que se quer e se faz “totalizante”. Para o autor:

Por essa razão, ela [centralidade] pretende (implicitamente ou não) definir uma racionalidade superior, política – estatista, “urbana”. O que tentam em seguida justificar as pessoas da tecnoestrutura, os planificadores. Eles desdenham da dialética; essa centralidade expulsa, com uma violência inerente ao espaço ele mesmo, elementos periféricos (Lefebvre, 2006, p. 451).

Nesse sentido, julgamos extremamente importante a afirmação de que:

Malgrado as tendências adversas, umas subversivas, outras toleradas (sob nomes diversos: afrouxamento, flexibilização), o centro condensa riquezas, meios de ações, conhecimentos informações, a “cultura”. Tudo. A essas capacidades e poderes, ele superpõe o poder supremo, a concentração dos poderes: a Decisão. O sistema decisional se diz (abusivamente) racional (Lefebvre, 2006, p. 451).

Para continuarmos a discussão aqui, cabe uma importantíssima ressalva. Como bem destaca Souza (2011), ainda que seja importante disputar as atuais áreas centrais das metrópoles, como feito pelos movimentos sociais de moradia, a obra lefebvriana nos aponta para uma produção do espaço outra. Ou seja, para uma outra cidade e, consequentemente, para centralidades outras. É por estes trilhos que podemos enxergar, diferentemente do período atual, de metrópoles com poucas centralidades cada vez mais hipertrofiadas, um urbano com centralidades diversas, que levem em conta as especificidades de cada território,

gerando a reunião da diferença, dos encontros, das trocas, das práticas culturais, da festa etc. (Lefebvre, 1991). Ou seja, do encontro entre o ser humano e a sua obra.

A partir disso, podemos voltar a Lefebvre (2002, p. 110) quando o autor sinaliza que:

Descobrimos o essencial do fenômeno urbano na centralidade. Mas na centralidade considerada com o movimento dialético que a constitui e a destrói, que cria ou a estilhaça. [...] A centralidade não é indiferente ao que ela reúne, ao contrário, pois ela exige um conteúdo.

Retomando o pensamento, como dito, a centralidade necessita de um conteúdo, não sendo aquela indiferente daquilo que centraliza. Por isso, no presente artigo, não trabalhamos com a centralidade e a metropolização do espaço em qualquer área das metrópoles, mas com essas dinâmicas vistas especificamente nas áreas centrais (do popularmente chamado “centro da cidade”). Na atual quadra do debate, é importante que se tenha algo em mente. Mesmo que estejamos trabalhando mais especificamente com a metropolização vista a partir das áreas centrais, não podemos perder de vista a noção do todo ou da totalidade. Ao discutir o método materialista histórico-dialético, proposto por Karl Marx, Moraes e Costa (1987, p. 51) contribuem ao debate quando afirmam que:

[...] serão possíveis estudos específicos de objetos que possuam uma identidade própria (o que não implica autonomização absoluta) e que se manifestem no real como específicos. Lukács argumenta que são passíveis de serem feitos todos os recortes que não mutilem a realidade, isto é, que delimitem objetos que sejam um “todo” (mesmo que inservíveis, como tudo o mais, numa totalidade maior). Nesse sentido, podemos dizer, numa metáfora, que é possível estudar-se uma laranja, uma laranjeira e um laranjal, e nunca meia laranja ou um galho da laranjeira.

É nesse sentido que podemos estudar uma área central, ou até mesmo um trecho dela, como é o caso de uma zona periférica do centro (Horwood; Boyce, 1959). Analiticamente, uma área como esta já se configura como um todo, mas que, por sua vez, também está inscrita em uma totalidade maior. Para dar prosseguimento a esse debate, lançamos mão do escrito de Lencioni (1998). Em um valoroso trabalho sobre a noção de reestruturação e a sua importância para os estudos metropolitanos, a autora debate com precisão e maestria a questão da totalidade. Ao criticar o estruturalismo, Lencioni (1998, p. 1) registra como: “A totalidade foi concebida como uma totalidade fechada; como uma totalidade estruturada pela soma de suas partes, bem como existindo antes dessas partes”. Ainda segundo a autora, isto faz:

[...] crer que ora existem as partes e, depois, o todo, ou, inversamente, existe o todo e depois as partes. Mais do que isso, é formulada em termos de causa e efeito, exprimindo uma maneira incompleta e unilateral de perceber a relação entre o

todo e as partes, não enxergando o movimento proveniente da ação recíproca entre eles que permitiria esclarecer a ambos (Lencioni, 1998, p. 1).

De maneira extremamente didática, a autora observa como, a partir do método dialético, o todo é muito mais que a soma das partes:

No primeiro caso, em que a totalidade é proveniente da soma das partes, cada parte se constitui numa totalidade fechada que se esgota em si mesma. Como as partes são simples soma do todo, o todo não poderia ter qualidades diferentes das partes. Mas, um simples exemplo pode dizer melhor o que estamos pretendendo dizer: a soma do número 1 e do número 5 é 6. O número 1, como sabemos, não é divisível por 3, tampouco o 5, mas a soma de 1 e 5, que é 6, é divisível por 3 e por 2. A soma, tem, portanto, qualidades diferentes das partes que a compôs. Constitui um todo que é mais que uma simples soma das partes. No segundo caso, em que a totalidade parece preceder às partes, cabe a indagação: donde vem a totalidade? Quais são as fontes internas de seu desenvolvimento e movimento? Questão que denuncia no pensamento estruturalista a idéia de que a totalidade parece ser um todo já pronto que se recheia com um conteúdo. Como observou o poeta seiscentista brasileiro, Gregório de Matos, “O todo sem a parte não é o todo/A parte sem o todo não é parte...” (Lencioni, 1998, p. 1-2).

Dentro dessa perspectiva, ressalta-se que o todo e as partes só podem ser entendidos como uma unidade, mesmo que diversa e conflituosa, desde o ponto de vista do método dialético, “que concebe a totalidade como uma totalidade aberta e em movimento, uma totalidade infinita de totalidades parciais, igualmente abertas que se relacionam entre si” (Lencioni, 1998, p. 2). Na mesma obra, Lencioni (1998) realiza esse movimento para desembocar na tríade lefebvriana de forma, função e estrutura. Aqui, mesmo entendendo que todas as tríades e os seus respectivos elementos “conversam” entre si a todo instante, daremos maior foco a outra tríade: homogeneização, fragmentação e hierarquização (do espaço).

Antes de entrarmos no exame da tríade propriamente dita, é importante destacar o porquê de Lefebvre (e Marx) trabalhar(em) com tríades, “as quais permitem compor um universo de infinitas totalidades” (Lencioni, 2017, p. 12). Esse número de elementos não se dá sem motivo. Basicamente, é possível destacar como Lefebvre rompeu com um esquema dualista de enxergar o mundo. Segundo Lencioni (2017, p. 18):

Essa visão dualista, binária, contrapõe dois princípios antagônicos e irredutíveis e resvala com frequência para o maniqueísmo. Essa forma de ver impregnou a visão marxista, concorrendo para a sua vulgarização. Contra essa vulgarização é que Lefebvre se rebela, contra o simplismo deletério é que ele se indispõe. Ao recuperar Hegel, Marx e Nietzsche para a compreensão da modernidade, o faz trazendo à luz a forma de pensamento em tríades. Por exemplo, em Hegel temos a natureza, a ideia e o conceito; em Marx, o trabalho, o capital e a terra; e, em Nietzsche, as três metáforas do espírito.

Ademais, e aquilo que julgamos ser de grande importância para os estudos das ciências da sociedade, o esquema triádico abre a possibilidade de novos começos. Ou seja:

Essa posição, de um caminho novo, é que marca sua produção intelectual que jamais deixará de entrever o devir, jamais deixará de conter o possível, jamais deixará de vislumbrar a possibilidade de um novo começo. Persegue, assim, as trilhas de Marx, um pensador do possível (Lencioni, 2017, p. 19).

Assim, temos total condição de melhor penetrar na tríade homogeneização, fragmentação e hierarquização do espaço (Lefebvre, 2009). Cabe destacar que tal tríade pode ser observada em Marx, não para tratar do espaço, mas para o trabalho. Já em Lefebvre (2009, p. 212), o primeiro termo: “É à escala mundial que se reproduz o espaço nascido na segunda metade do século XX: aeroportos, autoestradas, cidades verticais de concreto, cidades horizontais de moradias isoladas” (tradução nossa). Mesmo que as singularidades espaciais sejam vistas como rentáveis, a produção capitalista do espaço tende a uma homogeneidade. Grandes edifícios espelhados, *shopping centers*, áreas centrais reestruturadas, grandes aparelhos culturais, redes de lojas internacionais dos mais diversos setores, metropolização do espaço etc. compõem uma certa “urbanização banalizada” e “banalização do espaço” (Ferreira, 2016, 2021). Sobre isto, Ferreira (2016, p. 444) diz o seguinte:

No início do século XXI, percebe-se que cada vez mais os governantes procuram construir uma marca para suas cidades; contudo, o “sucesso” de uma determinada cidade acaba provocando um movimento que objetiva copiar aquilo que teria dado certo, levando à homogeneização das formas-contéudo, pois acreditam que assim atrairiam investidores. Contradição que aponta uma espécie de urbanização banalizada e consequentemente para a banalização do espaço.

No âmago dessa condição, aponta Lencioni (2017, p. 25): “As soluções, projetos e intervenções urbanas repetem umas às outras. A criatividade fica enredada nos liames do homogêneo, que sufocam as diferenças em potencial”. Recorrendo-se a Lefebvre (2013, p. 58), vale ressaltar algumas características que levam a tal homogeneidade: “fabricação de elementos e materiais, demandas semelhantes dos envolvidos, métodos de gestão, controle, vigilância e comunicação”. Em razão disso, as classes mais abastadas se assemelham cada vez mais, mesmo internacionalmente, enquanto:

[...] na mesma cidade, as classes sociais se distanciam. A distância entre as classes sociais não é e nunca foi exclusivamente topográfica, ela é, sim, social. As cidades do Brasil, em especial as grandes metrópoles, são um exemplo nítido, no qual as habitações de renda alta se avizinham dos mais pobres, das inúmeras favelas, mas guardam anos-luz de distância social (Lencioni, 2017, p. 25).

Com esta situação se estendendo ao longo do tempo, esse espaço, mesmo passando por alto grau de homogeneização, torna-se cada vez mais fragmentado. Para Lefebvre (2013), à medida que o mundo se urbaniza, em uma urbanização

capitalista, o espaço é tornado segregado, loteado, parcelado, quantificável e vendável. Assim, segundo o autor, assistimos “a uma das grandes contradições produzidas pelo capitalismo: a coexistência e combinação da homogeneização e fragmentação do espaço, a sua totalização e a sua atomização” (Lefebvre, 2013, p. 15). Essa fragmentação produz espaços cada vez mais segregados, sejam eles guetos, favelas, condomínios privados etc. A noção de totalidade é perdida, propagandeiam-se e vendem-se as partes como se fossem o todo. Sem tal fragmentação, a sociedade capitalista não funcionaria. Ou seja, a fragmentação, juntamente aos outros dois componentes dessa tríade, é inerente ao capitalismo. Nas palavras de Lefebvre (2009, p. 214):

O espaço é desmembrado em espaços separados, ocupados por funções que são exercidas nesses espaços distintos: trabalho, moradia, lazer, trânsito e transporte, produção, consumo. [...] A separação de elementos e componentes é ao mesmo tempo fictícia, porque não podemos separar completamente essas funções e “amenidades” [equipamentos] (embora cada função localizada seja representada e mesmo efetuada em si e por si, como diriam os filósofos), e em outro sentido real (porque todos os fragmentos de espaço e suas funções, divididos à maneira de tarefas dentro de uma empresa, adquirem e mantêm assim uma autonomia). [...] Rigorosamente quantificado, medido em metros quadrados e também em dinheiro, esse espaço compartimentado é entregue justamente para a troca (compra e venda), muitas vezes em parcelas muito pequenas. Outro tanto sagrado e mesmo inalienável como bem patrimonial e coletivo, o espaço torna-se uma mercadoria como qualquer outra, sem nenhum privilégio particular que não o de estar sujeito a formalidades destinadas a proteger a propriedade (escrituras notariais, contratos de hipoteca) (tradução nossa).

Nesse sentido, “no espaço social, suporte simultaneamente ‘material’ e ‘imaterial’ das relações sociais, a fragmentação é um instrumento de poder político; divide e separa para governar” (Lefebvre, 2009, p. 215, tradução nossa). Partindo-se desta premissa, podemos compreender melhor o terceiro elemento da tríade, a hierarquização. O espaço, homogeneizado e fragmentado é também hierarquizado, visto o seu valor de troca. Dessa maneira, há uma espécie de dominação, e consequente subordinação, entre os diversos fragmentos. Para Lencioni (2017, p. 26), a hierarquia é como “um cimento que amalgama os fragmentos garantindo a unidade pela relação dominação-subordinação”. A respeito disso, em diálogo direto com Lefebvre, prossegue a geógrafa (2017, p. 26-27), “esse terceiro termo da tríade significa a expressão da espacialização do poder e, também, da economia e da política”.

Para que possamos realizar a ponte do discutido até aqui para a realidade urbana, lançamos mão novamente das contribuições de Henri Lefebvre. Para nós, a conexão entre a tríade homogeneização, fragmentação e hierarquização e as discussões sobre a metropolização nas áreas centrais pode ser realizada através da noção de colonização em Lefebvre (1976, 1978). Para Lefebvre, a colonização não está apenas nas relações entre os países, mas também nas relações intraurbanas hierarquizadas. De acordo com Kipfer e Goonewardena (2016), inicialmente, Lefebvre realizou conexões frágeis entre a colonização no nível dos Estados-nação

e na escala urbana, apenas apontando uma transferência na escala da acumulação. Entretanto, assim como fizera Marx, ao observar as lutas travadas na realidade e reformular o seu pensamento-teoria (Tible, 2014), o filósofo francês articulou mais solidamente a colonização com a produção do espaço homogeneizado, fragmentado e hierarquizado através das classes e territórios subalternizados⁷. Para Lefebvre, houve uma conexão direta entre a colonização e a acumulação nas cidades, acarretada pelo papel de centralidade da produção do espaço na acumulação de forma geral. É nessa direção que podemos observar determinados processos intraurbanos, como os de reestruturações de áreas centrais, contendo diversos elementos que contribuem para o controle, dominação, homogeneização, fragmentação e hierarquização (de raça, gênero, classe, etnia, sexualidade etc.) de populações tidas de alguma forma como perigosas (Kipfer e Goonewardena, 2016). A metropolização nas áreas centrais, vista por nós através das reestruturações, concentra cada vez mais esses elementos, além de mais serviços, renda, opções de lazer e cultura, capitais, investimentos etc. Os modelos de reestruturações de áreas centrais, pelo máximo que guardem singularidades, tendem a concentrar as “fórmulas” que deram “certo” ao redor do globo. Assim, eles trazem consigo a já debatida banalização do espaço ou a sua homogeneização. Carregam também a fragmentação, tendo a segregação e a diferenciação espacial como inerentes aos projetos. Além disso, hierarquizam o espaço, pois além da dificuldade de acesso por conta dos preços exercidos na área reestrutura, seja de acesso à terra ou a serviços, as áreas centrais após processos de reestruturação são vistas como mais modernas, funcionais, “civilizadas” etc. Tendo isso em vista, a nosso ver, a colonização serve justamente para pensar e executar uma produção do espaço homogeneizada, fragmentada e hierarquizada dentro das metrópoles e, mais especificamente, a metropolização em suas áreas centrais, através dos processos de reestruturação. Esse caráter político (e racial) de controle, dominação e hierarquização (remoções, gentrificação, expulsão de pobres e negros da área central, por exemplo) é justamente no que Kipfer e Goonewardena (2016) se apoiam para pensar os processos espaciais dentro das metrópoles enquanto uma colonização da vida cotidiana.

Dessa maneira, conforme visto no conjunto de fatores até aqui discutidos, o espaço está em uma profunda metamorfose. Os modelos clássicos de conceituação e análise das metrópoles já não dão mais conta de tamanhas mudanças, lógica que serve para as áreas centrais. Dessa maneira, buscar atualizações, como é o caso do conceito de metropolização do espaço e de seus desdobramentos, é essencial para que possamos melhor interpretar a realidade, a fim de transformá-la.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegarmos em nossas reflexões finais, podemos traçar algumas considerações acerca da temática em tela. Como buscamos evidenciar ao longo do texto, embora isto não faça, pelo menos não diretamente, com que a realidade se transforme, a formulação de conceitos nos permite, caso realizada de maneira adequada, dar conta da análise das profundas transformações (espaciais) em curso. Posto isso, percebemos como o conceito de metrópole é fundamental para

7 De acordo com kipfer e Goonewardena (2016), tal transformação no pensamento de Lefebvre ocorreu após as lutas de maio de 1968.

examinar a conjuntura espacial. Não aquele de origem, mas sim uma conceituação que dê conta de capturar a complexidade das transformações ocorridas ao longo do espaço-tempo. Para tal, foi fundamental recorrer ao pensamento da geógrafa Sandra Lencioni. Apesar das variadas definições que as metrópoles possuem, a autora jogou luz à discussão quando elencou algumas características que são essenciais quando pensamos nesse tipo de forma urbana.

Na esteira dessa discussão, chegamos com maior embasamento para examinar a metropolização do espaço. A investigação desse fenômeno espacial nos parece de fundamental relevância para compreendermos as metrópoles contemporâneas. A metropolização, que é do espaço como um todo, e não apenas da cidade, permite um “mergulho” na maneira como o espaço é produzido e organizado. Consequentemente, é possível compreender a profunda diferenciação espacial existente na sociedade capitalista. Em nosso estudo, voltamos nosso olhar para esta diferenciação através da averiguação das áreas centrais das metrópoles, sobretudo, a partir da tríade lefebvriana da homogeneização, fragmentação e hierarquização.

Portanto, foi salutar diferenciar as cidades policêntricas das multicêntricas, pois a questão da gestão e comando do capital é fundamental para compreendermos o papel da centralidade e, consequentemente, das áreas centrais. Embora a metropolização do espaço se dê também fora das metrópoles, e até mesmo fora das cidades, nos pareceu muito importante refletir como isso acontece dentro da própria metrópole, mais especificamente, nas áreas centrais (tudo sem perder do horizonte a noção de totalidade). Assim como toda a metrópole, as áreas centrais também passaram por grandes metamorfoses.

Na esteira desse debate, chegamos até uma das diversas tríades lefebvrianas. Antes, contudo, foi salutar assimilar o porquê da escolha de Lefebvre de trabalhar com tríades. A fuga de uma visão dualista de mundo, em que elementos se opõem e se dão de maneira maniqueísta, juntamente à possibilidade de abertura de novos caminhos a partir da tensão dialética dos termos das tríades, nos trouxe uma ampliação da possibilidade de interpretação e transformação do mundo. Com isso, a tríade de homogeneização, fragmentação e hierarquização ganhou centralidade em nosso exame. Essa tríade, sem nos esquecermos da conexão com as diversas outras e a questão da abertura de infinitas totalidades, nos possibilitou evidenciar a práxis de um espaço que se dá contraditório e conflituoso em sua produção. Por fim, realizamos a ponte entre a tríade trabalhada e a metropolização nas áreas centrais das metrópoles através do conceito de colonização em Lefebvre e dos projetos de reestruturação de áreas centrais. ■

Recebido em: 06-09-2024

Aceito em: 07-03-2025

REFERÊNCIAS

- FERREIRA, Alvaro. Caminhando em direção à metropolização do espaço. *Geousp – Espaço e Tempo*, v. 20, n. 3, p. 441-450, 2016.
- FERREIRA, Alvaro. *A cidade que queremos: produção do espaço e democracia*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021.
- HARVEY, David. *Do gerenciamento ao empresariamento à transformação da administração urbana no capitalismo tardio*. *Espaço e Debates*, n. 39, jun. 1996.
- HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 17. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- HORWOOD, Edgar and BOYCE, Ronald. *Studies of the central business district and urban freeway development*. In: *The urban American city*. Seattle, Washington: University of Washington Press, 1959.
- LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). 2006.
- LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- LEFEBVRE, Henri. *State, space, world: selected essays*. Minnesota, USA: University of Minnesota Press, 2009.
- LEFEBVRE, Henri. *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.
- LENCIOMI, Sandra. *Reestruturação: uma noção fundamental para o estudo das transformações e dinâmicas metropolitanas*. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 6., 1998. Anais... Egal: 1998.
- LENCIOMI, Sandra. *Redes, coesão e fragmentação do território metropolitano*. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2010, vol. XIV, nº 331. p. 1-10.
- LENCIOMI, Sandra. *Urbanização difusa e a constituição de megarregiões*. In: e-metropolis: *Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais*. Rio de Janeiro, p. 6-15, 2015.
- LENCIOMI, Sandra. *Metrópole, metropolização e regionalização*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.
- LENCIOMI, Sandra. *Concepções da metamorfose metropolitana*. In: Metropolização, governança e direito à cidade: dinâmicas, escalas e estratégias [recurso eletrônico] / orgs. Lucia Bóguis, Suzana Pasternak, Luís Felipe Aires Magalhães. - São Paulo : EDUC : PIPEq, 2020. p. 31-50.
- MORAES, Antônio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia crítica a valorização do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. *Revista da ANPEGE*, v. 2, n. 02, p. 45-65, 2005.
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SMITH, Neil. Gentrificação, a Fronteira e a Reestruturação do Espaço Urbano. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, n. 21, p. 15-31, 2007.

SOJA, Edward Willian. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOJA, Edward William. Para além de Postmetropolis. *Revista UFMG*, v. 20, n. 1, p. 136-167, jan./jun. 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a ágora*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O direito ao centro da cidade. Publicado em: 03/04/2011. Disponível em: <<http://passapalavra.info/?p=37960>>. Acesso em: 21 ago. 2024.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista*. *Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, n. 11, 2007.

KIPFER, Stefan; GOONEWARDENA, Kanishka. Henri Lefebvre and ‘colonization’: from reinterpretation to research. In: STANEK, Lukasz; SCHMID, Christian (Ed.). *Urban Revolution Now: Henri Lefebvre in Social Research and Architecture*. Londres: Routledge, 2016. p. 109-126.

TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. *A antítese da reforma urbana e sua atualização na operação consorciada Porto Maravilha*. 2018. 288 p. Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

TIBLE, Jean. Marx e os outros. *Lua Nova*, n. 91, p. 199-228, 2014.

TORO, Pedro Martín Martínez. La metropolización afectada por la globalización: reflexión epistemológica sobre la nueva revolución urbana. *Revista Colombiana de Geografía*, v. 25, n. 2, p. 77-105, dez. 2016.

MARGEAR: EXIGÊNCIAS ÉTICO-POLÍTICAS E CO-EMERGÊNCIAS METODOLÓGICAS PARA PENSAR COM OS TERRITÓRIOS¹

DANIELE CARON

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

daniele.caron@ufrgs.br

ANA CABRAL RODRIGUES

Universidade Federal Fluminense

acrodrigues@id.uff.br

RESUMO

A percepção de uma maior presença de saberes e atores até então elididos ou invisibilizados dos espaços centrais de produção do conhecimento exige uma análise capaz de reconhecer a diferença de conjuntura que se afigura no presente e, igualmente, aquilo que se evidencia como desafio para a práxis científica que se vê interrogada desde sua matriz colonial. Adentrando a problemática das políticas urbanas articuladas aos processos de subjetivação, e adotando uma perspectiva transdisciplinar e situada, este artigo busca focalizar os saberes sobre ou com as margens urbanas no contexto do que, recentemente, tem se chamado de giro periférico no planejamento urbano e em áreas correlatas. Objetivou-se problematizar aspectos epistemológicos da pesquisa urbana ante a persistente dicotomia centro-periferia, implicando na realização de dois gestos dentro de uma metodologia orientada pela montagem benjaminiana: uma reflexão teórica a partir de uma abordagem decolonial e contracolonial, para recolher exigências ético-políticas concernentes a uma mudança de posicionalidade da margem e do centro na realidade latino-americana; e o uso de imagens-lampejo construídas por processos de coemergência junto às ocupações urbanas com as quais desenvolvemos trabalhos de pesquisa e extensão. O que se conclui é a urgência de um deslocamento do sujeito pesquisador como testemunha das produções de cidade que se inscrevem à margem, bem como de uma disponibilidade e posicionalidade no pesquisar-fazer-pensar com os territórios, a qual nomeamos margear.

PALAVRAS-CHAVE: Margear; Margens Urbanas; Co-emergências; Processos de Subjetivação; Giro Periférico; Planejamento Urbano.

¹ O presente artigo foi escrito e aceito durante o período em que a Profa. Dra. Daniele Caron esteve como Professora Visitante no Exterior pelo edital CAPES PRINT/UFRGS com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, que coincide com o período de pós-doutoramento da Profa. Dra. Ana Cabral Rodrigues, no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).



Esta revista está licenciada sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

**BORDERING:
REQUIREMENTS AND CO-EMERGENCIES FOR THINKING WITH THE TERRITORIES**

**ETHICAL-POLITICAL
METHODOLOGICAL**

**BORDEAR: REQUISITOS ÉTICO-POLÍTICOS Y
COEMERGENCIAS METODOLÓGICAS PARA PENSAR
CON LOS TERRITORIOS**

ABSTRACT

The perception of a greater presence of forms of knowledge and actors hitherto suppressed or made invisible in the central spaces of knowledge production requires an analysis capable of recognizing the specificity of the present and, likewise, what rises as a challenge for scientific praxis that finds itself interrogated in respect to its colonial matrix. Entering the issue of urban policies and their link to subjectivation processes, while adopting a transdisciplinary and situated perspective, this article seeks to focus on knowledge about or with the urban margins in the context of what has recently been called in urban planning and correlated areas the peripheral turn. The objective is to problematize epistemological aspects of urban research in the face of the persistent center-periphery dichotomy. As an implication, two gestures within a methodology oriented by Walter Benjamin's montage are made: a theoretical reflection based on a decolonial and counter-colonial approach, in order to collect ethical-political requirements concerning a change of positionality of the margin and of the center in the Latin American reality; and the use of flash-images constructed by processes of co-emergence alongside urban occupations with which we develop research and extension work. What is concluded is the urgency of a displacement of the researching subject as a witness to city productions of the city that are inscribed on the margins, and of an availability and positionality in researching-doing-thinking with the territories, which we name bordering.

KEYWORDS: Bordering; Urban Margins; Peripheral Turn; Co-Emergencies; Subjectivation Processes; Urban Planning.

RESUMEN

La percepción de una mayor presencia de conocimientos y actores hasta entonces suprimidos o invisibilizados en los espacios centrales de producción de conocimiento, requiere un análisis capaz de reconocer la especificidad de la coyuntura que se presenta en la actualidad e, igualmente, lo que se pone en relieve como un desafío para la praxis científica interrogada desde su matriz colonial. A partir de la articulación entre políticas urbanas y procesos de subjetivación, y desde una perspectiva transdisciplinaria y situada, este artículo busca discutir el conocimiento sobre y con los márgenes urbanos en el contexto del denominado giro periférico en el planeamiento urbano y disciplinas relacionadas. El objetivo es problematizar aspectos epistemológicos de la investigación urbana frente a la persistente dicotomía centro-periferia, implicando en dos gestos dentro de una metodología guiada por el montaje de Walter Benjamin: una reflexión teórica desde un enfoque decolonial y contracolonial, para recolectar exigencias ético-políticas relativas a un intercambio de posicionalidad entre el margen y el centro en la realidad latinoamericana; y el uso de imágenes-centella construidas por procesos de coemergencia junto a ocupaciones urbanas con las cuales desarrollamos trabajos de investigación y extensión. Lo que se concluye es la urgencia de un desplazamiento del sujeto de investigación como testigo de las producciones de la ciudad que se inscriben en los márgenes, además de una disponibilidad y posicionalidad en el investigar-hacer-pensar con los territorios, lo que llamamos bordear.

PALABRAS CLAVE: Bordear; Márgenes Urbanos; Coemergencias; Procesos de Subjetivación; Giro Periférico; Planeamiento Urbano.

1 | INTRODUÇÃO

Por mais que seja reconhecido nas luzes dos holofotes que iluminam e adornam o sonho da felicidade prometida e exigida na imagem do mais novo empreendimento imobiliário, o capitalismo não é exatamente o outdoor. Ele é antes o amontoado de escombros e a força produtora de destroços que se avolumam sem cessar por detrás de toda sua parafernália onírica. É essa força que, feita de luzes, bala e trator, nina a casa grande (Evaristo, 2017) e os “comedores de terra”¹, e interrompe sonhos que sustentam o céu (Kopenawa; Albert, 2015). A quintessência de sua condição, em sua indelével relação colonialista, é esta: a invenção de seus avessos, despojos e rebotalhos, os quais são feitos e refeitos de modos de subjetivação que se interpõem à força desse empuxo que engolfa a tudo (Benjamin, 1996). A sustentação e ampliação desse empuxo não pode prescindir do amálgama entre a indesejável imagem desses restos e os corpos que, então, se mostram como entraves à sua (inexorável) direção.

A criação desse amálgama na composição dos espaços urbanos é uma produção em série e ininterrupta de tecnologias e saberes: a hierarquização e biologização da diferença na ideia inventada de raça; a binarização de gêneros que despolitiza as relações socioespaciais; o fluxo ininterrupto de discursos produtores da normalização dos corpos e suas sexualidades; a incansável construção da imagem da falta naqueles que devem ser tutelados e controlados. Naturaliza-se a derrota, identificam-se os derrotados, capilarizam-se

subjetividades; e, para o que ainda restar, tudo há de concorrer para as guerras travadas cotidianamente (Segato, 2022).

A cidade fundada na construção da ideia de Ocidente ora é efeito deste amálgama, ora é causa que também o engendra, perseguindo desde a modernidade a imagem do sorriso no outdoor, imagem sempre igual a si mesma, sob o ar da novidade, numa injunção, sem pausa, sem escansão, à satisfação, à fruição, ao gozo (Costa-Moura; Silva, 2012). Na história do pensamento social e urbano brasileiro e latino-americano, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, produziram-se políticas e discursos que apresentam aquilo que resta desse modelo como chagas, problemas sociais a serem sanados com um maior avanço da urbanidade, na expectativa de que um Brasil arcaico pudesse ser superado (Maricato, 2000).

Mas, como toda maquinaria (De Certeau, 1994), o capitalismo produz ruídos, fricções, engasgos que nos sinalizam a necessidade de acionar os saberes e tecnologias na direção do reconhecimento de que não são os corpos e vidas que não se encaixam em suas promessas os verdadeiros destroços deste regime aniquilador do capital. É na fala de Carolina Maria de Jesus, que reside uma pista: “Não digam que eu fui rebotalho, Que vivia à margem da vida. Digam que eu procurava por trabalho. Mas sempre fui preterida” (Jesus, 1960, s/p). A artista e mulher negra se apresenta: favelada, periférica; porém não rebotalho; e, assim como aqueles/as que hoje disputam o signo periferia e se dizem sujeitos/sujeitas periféricos (D’Andréa, 2020), sua voz amplifica os ruídos que colocam em risco tal

¹ “urihi wapopé”, termo traduzido por Kopenawa e Albert (2015) como “comedores de terra, comedores de floresta”.

amálgama entre os rejeitos do pacto colonial-moderno-capitalista e as vidas que se veem para além dos contornos das fantasmagorias da cidade (Benjamin, 2007).

Vozes como as de Carolina nunca estiveram ausentes, tampouco estão aí para serem recolhidas desde um lugar que as objetifica; ao contrário, operam recusa e contragolpe ao longo projeto de descredibilidade, descartabilidade, subalternização de letramentos, gramáticas e formas de existência (Rufino, 2018). Implicadas nas complexas construções e lutas por outros mapas teóricos e epistemológicos, elas ganham hoje, para os centros de produção do conhecimento, um relevo e proeminência inegáveis.

Nos estudos urbanos, num cenário global, algumas formas de compreender as mudanças históricas mais recentes, tanto nas dinâmicas e configurações sociais das periferias urbanas quanto no que se entende por uma maior atenção à periferia da teoria (Ren, 2017), têm convergido para uma formulação analítica e propositiva da efetivação de um «giro periférico» (Ren, 2017; Bueno; Teixeira; Strecker, 2022). Se essa específica formulação – da qual não estamos nem perto de tirar todas as suas consequências – é recente, por outro lado, não é menos verdadeiro que os sentidos, fundamentos e tensionamentos que têm orientado o próprio entendimento de margem e centro (conceitos intrinsecamente aí implicados) não são novidades e têm amparado os lugares de onde os saberes científicos se propõem a protagonizar e narrar tais mudanças.

Na América Latina, na segunda metade do século XX, a ideia de marginalidade passa a configurar uma noção importante para tratar dos efeitos heterogêneos e desiguais

originados nos processos de industrialização e desenvolvimento que surgem depois da Segunda Guerra, diante do aparecimento de grandes núcleos de população vivendo em condições precárias nas periferias das cidades (Quijano, 1978). É na esteira da comparabilidade entre o que ocorria na Europa e na América Latina que se evidencia a necessidade de revisar a ideia de que o suposto atraso civilizatório dos países latino-americanos poderia ser resolvido com políticas de desenvolvimento, colocando-se em evidência aspectos estruturais que viriam a configurar uma certa disputa entre a teoria da modernização como vertente cultural e a teoria da dependência como vertente econômica-estrutural (Delfino, 2012).

A ideia de marginalidade surge sob o signo da falta e da precariedade, inicialmente vinculada a geografias periféricas, para mais tarde acolher também localidades situadas em espaços centrais que também apresentavam matizes de exclusão e vulnerabilidade social. Ainda assim, o marginal se constitui como dissenso e oposição daquilo que é central e civilizado, acionando uma perspectiva relacional. A perspectiva da marginalidade possibilitava abordar, entre outras questões, a problemática que resulta de modelos que se oferecem como resposta ou solução aos problemas do mundo contemporâneo, tanto em áreas centrais como periféricas, colocando em evidência a falta de participação de determinados grupos sociais nas esferas em que deveriam estar incluídos (Germani, 1980).

Se, para a teoria da modernização, a marginalidade é entendida como um estado, para a tradição marxista vinculada à teoria da dependência, é um processo

vinculado às leis de acumulação capitalista. O que nos interessa aqui é o deslocamento da problemática de uma esfera supostamente técnica de perseguição do progresso e desenvolvimento para uma perspectiva que se assumia política e que demandava romper com o imperialismo e com a burguesia nacional, dando a ver um sujeito histórico que poderia protagonizar uma transformação social (Delfino, 2012). Mais recentemente, Delgado e Benach (2022) comentam que a teoria da dependência pode ganhar outros matizes diante da ascensão do capitalismo neoliberal que faz aumentar a polarização espacial em todas as escalas geográficas: a evidência da interdependência visceral entre o centro e a margem aciona uma perspectiva relacional na qual coexistem conexões e responsabilidades entre os espaços.

Aproximando este debate das cidades brasileiras, Thais Rosa (2018) revisita teorias e contextos que constroem a dicotomia centro-periferia, apresentando a margem como perspectiva analítica que possibilita adentrar processos constitutivos de cidade, para assumir uma responsabilidade epistemológica e política que busca produzir conhecimento desde as margens. A razão de operar no sentido contrário das dicotomizações é que, na última década do século XX, as relações entre trabalho, cidade e política se transformam e colocam em evidência uma “ampliada e crescente zona de indiferenciação entre o lícito e o ilícito, o direito e o não-direito, entre o público e o privado, a norma e a exceção” (Rizek, 2003 *apud* Rosa, 2018, p. 182). Quando fala sobre a intensificação dos debates sobre favelas e periferias nas décadas de 1990 e 2000, Rosa (2018, p. 187)

problematiza a interpretação das margens como representação da ausência de direitos, cidadania, ordem e planejamento e aciona uma posicionalidade epistêmica que entende a margem como uma “zona móvel, continuamente redefinida, não fixa, elástica, em constante formação, evidenciando sua dimensão processual e relacional”.

A este debate agregamos o entendimento de que a produção desigual do espaço a partir do regime capitalista possui uma lógica colonial subjacente, que se relaciona com os aspectos culturais, econômicos e políticos e explica a situação de domínio e conflito permanente entre as centralidades e as margens urbanas. Essa dominação territorial e econômica produz assujeitamentos extremamente violentos pautados na raça e na etnia, oblitera usos e atividades que não servem ao regime do capital, explora a força de trabalho de grupos considerados menos relevantes, expropria recursos e aciona a imagem de espaços segregados e estigmatizados (Delgado; Benach, 2022).

O aspecto relacional entre centro e margem urbana, portanto, se fortalece na medida em que entendemos o modo como a invenção de um Outro, selvagem e incivilizado, tem expressão no espaço. Lefebvre, em 1972, já apontava que somente o uso e a produção do espaço poderiam explicar a sobrevivência do capitalismo ao longo do tempo e, ainda, que a colonização é aplicável a qualquer escala: “quando um espaço dominado é gerado e submetido por outro espaço dominante, quando há periferia e centro, há colonização” (Lefebvre, 2002, p. 95). A lógica colonial de opressão e submissão de um espaço a outro, aciona o entendimento de que as

margens urbanas possuem uma tripla funcionalidade para áreas centrais: definem seu valor (econômico, social, simbólico), acolhem usos e atividades consideradas inadequadas para o bem-estar social urbano e configuram uma fronteira física e simbólica que atua como barreira para que os espaços centrais não sejam contaminados por lógicas não capitalistas (Delgado; Benach, 2022). Ao mesmo tempo, estas mesmas margens, sobretudo quando analisadas desde uma ótica feminista interseccional e/ou decolonial, apresentam-se como espaços onde se agrupam forças, táticas e estratégias que não só escancaram a violência do regime capitalista, principalmente a posição do Estado, como constroem um tecido de relações comunitárias e solidárias pautadas por saberes deliberadamente ofuscados e reprimidos.

Em Porto Alegre/Brasil, à semelhança de diversas outras cidades latino-americanas, as duas últimas décadas da gestão pública municipal, cada vez mais voltadas à especulação imobiliária e aos grandes empreendimentos, atualizam o pacto moderno-colonial em ações que vão do campo legislativo ao executivo, incidindo diariamente na aniquilação dos modos de vida desencaixados neste regime. A produção da margem é possível tanto através da expulsão de tecidos sociais das áreas centrais para zonas periféricas – dando passagem a um tipo de cidade homogênea e globalizada –, como da produção de um discurso que a qualifica ainda como expurgo, apontando para a “vigência de um projeto de dominação nas dimensões do ser/saber/poder” (Rufino, 2018, p. 72).

Nesta perspectiva, desde o início de 2020, o Grupo de pesquisa, ensino e extensão *Margem_Laboratório de*

narrativas urbanas (Propur/UFRGS) desenvolve suas investigações por meio do projeto *Narrativas à margem: a dimensão pública e comum da paisagem na cidade de Porto Alegre/RS*, através de processos colaborativos extensionistas com ocupações urbanas que reivindicam o direito e acesso à cidade e às suas próprias existências. Essas ocupações² são aqui entendidas como movimentos de reposicionamento das margens urbanas, tanto no que concerne às suas geografias e territorialidades, como no confronto ao assujeitamento discursivo produzido pelo Estado, pelo mercado e também pela academia.

Compreendemos as margens urbanas contemporâneas (Caron et al., 2020) no entrelaçamento de duas perspectivas: como espacialização das práticas do sistema-mundo capitalista que aciona a precarização e vulnerabilização de grandes contingentes populacionais em contextos urbanos; e como conjunto de modos de organização capazes de subverter os imperativos modernos pautados pela privatização da terra e da vida. A importância de tal temática para uma reflexão teórico-prática relacionada aos aspectos sociais, históricos, éticos e políticos das cidades na contemporaneidade reside no privilégio epistêmico que as margens oferecem sobre o centro (Tsing, 1993), manifestando sentidos de posições globais que fazem ver a obsolescência das dicotomias centro-

2 De 2020 a 2024

acompanhamos, em diferentes períodos, a Ocupação Ksa Rosa, Okupa Kalissa, Casa de Referência Mulheres Mirabal, Centro de Referência Indígena do RS e Casa do Estudante Indígena (CEI/UFRGS), cuja luta pelo direito à cidade e existência se dá em meio à ampliação da crise econômica, social e política que toca todas as esferas da vida no país.

periferia, formal-informal, legal-ilegal para os estudos urbanos na atualidade. Mais do que isso, a margem como perspectiva de análise dos estudos urbanos nos exige como planejadores e operadores do conhecimento uma revisão da posicionalidade (Haraway, 2009) e da coemergência com saberes situados. As margens urbanas e as exigências ético-políticas que convocam em termos epistêmicos e metodológicos configuraram o objeto desta investigação no campo dos estudos urbanos.

2 | DOS OBJETIVOS E DOS GESTOS

Propomos aqui apontar para uma lógica colonial subjacente ao capitalismo que opera do ponto de vista econômico, cultural e político na configuração dos espaços centrais e periféricos (Delgado; Benach, 2023). Objetivamos também – distintamente de querer atestar ou não qualquer efetivação de um possível giro periférico – reconhecer que exigências ético-político-epistemológicas estão implicadas em um câmbio de posicionalidade da margem e do centro na realidade latino-americana, como deslocamento, ruptura ou recolocação do saber e de seus lugares de enunciação. O trabalho junto a uma perspectiva decolonial (Quijano, 1992; Segato, 2020; Kilomba, 2019) ou mesmo contracolonial (Santos, 2023) é fundamental para tal análise desde a produção de instrumentais conceituais, metodológicos e problematizações concernentes aos territórios com os quais construímos nossas práticas de pesquisa e extensão, colocando em evidência que “talvez não seja possível voltar atrás diante de algo que se nos apresenta, nos captura e reestrutura nosso modo de estar no mundo” (Segato, 2022, p. 210).

Assumindo tal inescapabilidade e apostando, como dirá Isabelle Stengers (2023), no “experimento do encontro”³ como forma de produzir ciência desde outras alianças que não aquelas que têm sido feitas e que ameaçam a própria possibilidade de vida nas cidades e no planeta, realizaremos, neste artigo, dois gestos:

O gesto de recolher exigências ético-políticas concernentes ao reconhecimento dos aspectos coloniais que desenham a relação margem-centro latino-americana. Isso nos conduz por uma revisão ontológica e epistêmica ao modo de um passo atrás para, então, caminhar conjuntamente na produção de um conhecimento situado. É desta revisão que partimos ao colocarmos uma certa política de atenção no foco de uma análise racializada e pela qual indagamos: de que atenção se fala quando somos convocados ao reposicionamento de nossos saberes, modos de produzir cidades e fazer pesquisa a partir das periferias? Sem o recolhimento de tais exigências compreendemos que, por mais que se convoquem complexas formulações do conceito de margem, dificilmente se abre mão de seguir tomando-as como um outro do discurso e objeto a ser perscrutado.

E, realizaremos também, o gesto de fazer uso de imagens-lampejo construídas nos encontros com ocupações incrustadas nos espaços mais centrais da cidade de Porto Alegre com as quais temos construído nossos campos de pesquisa e extensão.

Essas imagens operam como estratégia metodológica de instaurar campo, texto, corpo de pesquisa e re-dizer seus processos (Rodrigues; Tavares; Souza, 2022). O sentido de imagem é proposto através da estética do fragmento (Seligmann-Silva, 2003) como dispositivo narrativo de produzir visibilidades e dizibilidades para além das dualidades estanques parte/todo, particular/universal, local/global e daquela que tão visceralmente nos apela em nossas práticas: a de sujeito do conhecimento/objeto do conhecimento.

³ Segundo Stengers (2023, p. 17) “o experimento para os pesquisadores consiste em não estar no centro do encontro, aceitar serem situados por estes outros [e não apenas nos outros campos disciplinares], aprender com eles aquilo que negligenciam e eliminam, sem usar como proteção categorias como objetividade ou racionalidade”.

Desse segundo gesto, cabe-nos ressaltar que o uso proposto dessas imagens não se dá, portanto, como ato de exemplificarmos ou falarmos SOBRE esses coletivos e atores sociais. E sim como esforço de narrarmos artesanias do pesquisarCOM, conforme Moraes e Tsallis (2016) propõem, e do pensarCOM os territórios, em expertises compartilhadas, e que trazem indagações às posicionalidades e condições de possibilidade da construção do conhecimento e da garantia do direito à cidade e do direito à existência.

São imagens que emergem dos/nos fazeres ordinários conjuntos e que se tecem como pontos de constituição de um mínimo comum (Despret, 1999) muitas vezes provisório, evanescente. As próprias imagens-lampejo se mostram assim e dizem de instantes privilegiados. Esses que, em meio às urgências, ajeitos e desajeitos dos encontros, perpassam velozes. E mesmo que narrem histórias que ocorrem apenas uma vez, elas têm, por outro lado, a potência de compor com outras imagens, do modo a formar uma constelação, apontando chances e configurações analíticas insuspeitas. Sua condição fragmentária, como estilhaço de uma totalidade, tensiona com as fantasmagorias (Benjamin, 2007) da cidade do capital (Rolnik, 2015), abarrotada de si e de imagens que se querem totais. Nada mais avesso ao direito à cidade do que a impossibilidade de imaginarmos e fabularmos coletivamente cidades que não sejam elas mesmas violência (Harvey, 2013).

O que nos caberá será adentrar a instância e o instante das co-emergências de um pensar/fazer cidades; elas nos evidenciam a urgente necessidade de transformar um modo de produzir conhecimento que já não se sustenta na fixidez dos lugares ou nem mesmo da indagação de quem estuda quem (Tuxá, 2023). Dar lugar às co-emergências em nada diz respeito à destituição da singularidade do saber científico e, muito menos, da responsabilidade da academia na produção do conhecimento. Pois implicada nos processos coemergentes, colocam-se em jogo as relações de poder, privilégios, institucionalidades presentes nas políticas sociais e urbanas (coloniais, racistas, patriarcas, capacitistas) das quais elas próprias—a academia e a ciência—são também tecidas e, muitas vezes, signatárias. Compreendemos que assim se pode gerar um processo de ruptura do regime de autorização discursiva centralizado e estático, possibilitando conhecimentos e configurações urbanas pautados na diferença como potência de ressignificação junto e desde os territórios à margem.

Durante os anos do projeto de pesquisa e ações de extensão (2020-2024) temos aprendido a construir e a sustentar um sentido de margear (Caron, 2024, p. 224-225) através de exercícios da escuta como ato de disponibilidade, intervenção, composição e de abrir passagem àquilo que emerge em meio aos embates/entrelaçamentos de saberes científicos, populares, técnicos, políticos, originários, afro-diaspóricos e ancestrais junto às ocupações com as quais dialogamos. Em todas elas se vive e se luta cotidianamente por corpo, memória, cidade e território; e em recusa (Clastres, 2003) à lógica colonial que fundou e perdura a exploração e expropriação dos recursos sociais, como a mão de obra e as matrizes de conhecimento populares e ancestrais que esses mesmos corpos desenvolvem e têm carregado historicamente (dos Santos, 2021). É apenas por uma escuta conjunta que temos podido olhar para nossos lugares, em distanciamentos e pertencimentos, em relação a essas vidas e lutas que trazem experiências sempre entrelaçadas nos reiterados processos exploratórios, racistas e patriarcas na cidade de Porto Alegre, aos quais seus corpos são resistência.

Como autoras em co-labor deste escrito – mulheres, brancas, mães, professoras e pesquisadoras –, vemo-nos movidas pela responsabilidade de sermos testemunhas (Gagnebin, 1999) dessas vidas, saberes e lutas pela terra e pela existência. Mas, conforme Silva (2023, p.) indica: “Não [nos] é possível, principalmente como pessoas brancas, trabalhar o legado dessas matrizes, sem assumir a responsabilidade de evidenciar que esses conhecimentos sobreviveram e sobrevivem apesar da branquitude”.

3 | RECOLHER: EXIGÊNCIAS ÉTICO-POLÍTICAS DESDE AS MARGENS

Eu fui formado pela minha geração avó justamente pra fazer isso, pra tentar analisar o pensamento dos colonialistas, o saber dos colonialistas. Não no sentido de mudá-los, mas no sentido de não deixar que eles nos mudem. Analisar esse pensamento para elaborar nossa defesa, não para elaborar nossos ataques [...].

Nêgo Bispo em 2021 (Itaú Cultural, 2021).

Não nos demanda muito esforço reconhecer nas produções acadêmicas mais recentes dos estudos urbanos uma ampliação da presença de temáticas e interesses nos saberes periféricos e das experiências cotidianas das vidas e corpos denegados da História e interditados dos centros de produção do conhecimento. Saberes, sujeitos e povos historicamente invisibilizados parecem ocupar cada vez mais espaço nos debates atuais e proeminentes, sugerindo uma mudança em curso, a que alguns autores têm chamado de giro periférico (Ren, 2021; Bueno; Teixeira; Strecker, 2022) – um movimento do conhecimento de maior atenção e interesse pelas periferias urbanas e periferias da teoria.

Há, diversamente, um esforço necessário e uma exigência ético-estético-político-epistemológica para que não se passe dessa constatação a uma leitura conservadora – nada ingênua – pela qual se pode permanecer preso ao espelho narcisista (Segato, 2022, p.87). Pois atribuir tal transformação a uma maior atenção da academia configura um equívoco; e essa falta de rigor é tanto instrumental quanto ética. Conferir primazia à atenção dispensada pela academia – que, então ou finalmente, estaria oferecendo lugar ao que hegemonicamente foi por ela mesma, ao longo de muitos anos, milimetricamente classificado, esquadinhado e conceituado como desvio e anomalia⁴ – aponta na direção contrária ao giro efetivo que possa vir operando no pensamento e na ordem social. O equívoco está – ao focalizar numa mudança de disposição/postura das pesquisas – em

⁴ Um exemplo é o termo “aglomerado subnormal” difundido por anos pelo IBGE para referir-se à diversidade dos assentamentos irregulares existentes no país. Recentemente (2024), modificou-se essa nomenclatura: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/ibge-muda-denominacao-dos-aglomerados-subnormais-para-favelas-e-comunidades-urbanas/>. As ocupações urbanas, comumente denominadas pelo Estado, pela mídia e pelo mercado como invasão, também poderiam formar parte desse gesto de desconstituir paisagens de vida em favor de paisagens da renda, como aponta, em diferentes obras, Raquel Rolnik.

corroborar com o entendimento de que tal estado ou capacidade de atenção é fruto de uma progressiva e paulatina conquista das vicissitudes da racionalidade do pensamento, a avançar seus constructos e a iluminar espíritos de boa vontade.

Afinal, realizar tal atribuição significa operar um movimento autorreferenciado que apenas faz reencontrar a superfície do espelho, de onde “o olhar atento para o outro não costuma diferir da vigilância, da desconfiança e do controle”⁵. Pois, de algum modo, é sabido que uma mudança no lugar ou condição reservada a esse outro do discurso transforma a percepção sobre o centro, sobre os modos de produzir conhecimento e fazer ciência (D’Andrea, 2020, p. 34).

O empenho em focar nas periferias globais e urbanas ou nas relações que centro e periferia entretêm entre si nem sempre é o mesmo dispensado para se tomar como problema uma outra dimensão relacional. Aquela que diz da produção do liame que une e separa os lugares de observador e observado; do que enuncia o problema e daquele que costuma ser amalgamado a ele; de quem faz a pergunta e de quem deve oferecer informação para preencher lacunas e fazer avançar conhecimentos produzidos desde uma centralidade geopolítica, econômica e epistêmica.

Não por acaso alguns estudos apontam justamente para a necessidade de mais atenção às culturas periféricas, aos modos de vida que se modificam e que permitem “obter uma compreensão mais profunda da mudança social que envolve estas comunidades” (Ren, 2021). Algo que em absoluto é desprovido de importância no cerne de demandas concretas e pertinentes ao campo diante das complexas relações que operam nos/pelos territórios locais-globais. Porém, isso não nos escusa da responsabilidade das relações de poder concernente às pesquisas que, muitas vezes, se mostram inseparáveis da manutenção de lógicas coloniais que submete o outro a um escrutínio dentro de um “modelo ocidental como a única saída aos desafios do nosso tempo” (Amin, 1988, p. 8). Não rato, nem mesmo se tem instrumentais para reconhecer os tempos, letramentos e mundos diversos que coexistem nos territórios. Se essas indagações nos acompanham, são para oferecer subsídios no reconhecimento de quais práticas nas pesquisas de nosso campo, e suas transversalidades, compõem e acionam essas centralidades.

Cientes da extensa capacidade plástica da branquitude e do capitalismo, compreendemos que não se responde a outras demandas candentes com mera absorção de novos conteúdos ou mimetismos de teorias até então tomadas como marginais. Observamos em alguns estudos (Limulja, 2022; Tuxá, 2023; Rosa, 2018; Moraes; Tsallis, 2016; Silveira; Buti, 2020) que o que está candente são demandas urgentes por outras alianças, outras formas de dizer e sustentar quais são as mudanças em curso a serem pensadas; a partir de quais projetos societários que as leituras de mundo são feitas; e, portanto, que problemas a se formular. Estas outras alianças, antes de tudo, dizem sobre “aceitar o experimento do encontro” com protagonistas que respondem de modo distinto ao fazer-mundo (Stengers, 2023, p. 17) em meio à tragédia capitalista.

Como um movimento histórico para além do mito da democracia racial e de uma sociedade capacitista, as políticas afirmativas nas universidades públicas brasileiras são, inegavelmente, uma força que deveria despertar mais o interesse

⁵ Fala extraída a partir do diálogo com José Geraldo da Costa, Mestre Geraldinho, historiador, educador e mestre do Jongo di Volta (Volta Redonda/RJ/Brasil).

de pesquisas interessadas em reconhecer os sentidos da radicalidade de uma mudança em curso, e ampliar o entendimento de um giro como ruptura de um modus operandi do pensamento científico moderno. Pois, mesmo que ainda sejam demasiadamente precárias as condições de acesso e permanência a populações historicamente excluídas das universidades, a presença (intelectual, estética e política) de coletivos, estudantes e professores desde esse lugar, demarca a inescapabilidade de um trabalho conjunto por “condições políticas que di(gam) respeito à constituição de campos científicos, com a devida ênfase nos desafios de romper com os aspectos da cultura (ou habitus) [...] em voga nas universidades e entre os nossos pares” (Tuxá, 2023, p. 63). Aponta-se, assim, não para uma necessidade de atenção aos habitus e culturas desses outros, mas para o que mantém “de um lado, [...] um ‘nós’ irreflexivo e, de outro, um ‘eles’ compósito ‘alterizável’” (Tuxá, 2023, p. 63).

A “Outremização” (Morrison, 2017) – processo que quase invariavelmente hierarquiza as diferenças e as faz saltar por essencialismos⁶ – é a maquinaria de confirmar aquele que a opera como normal, e que está sempre no lugar certo, na mesma medida em que atribui à diferença uma estrangeiridade capaz de destituir a humanidade de determinados corpos e de fazer deste outro alguém/ algo sempre fora do lugar (Kilomba, 2019). No que toca diretamente às forças coloniais e de branquitude (Bento, 2022) da academia, confrontar os processos de Outremização implica, antes de tudo, no estilhaçamento da construção da imagem vaidosa da ciência; e igualmente no esforço de ruptura do sistema hierárquico desses processos, produtores do distanciamento, da subjugação e objetificação. O que significa colocar em risco os privilégios epistêmicos, políticos e ontológicos conferidos aos que se localizam na “zona do ser” (Fanon, 2008).

Morrison (2019) nos auxilia a pensar que um giro não passará de uma rotação em torno do próprio eixo se a visada mantém incólumes a própria maquinaria da produção desses lugares dentro de uma ordem político-epistêmica-colonial. E isso se faz tão mais evidente quanto se puder reconhecer que um «degradê da atenção» é uma prerrogativa do lugar de centro. Só a ele é facultada a possibilidade de estar mais ou menos atento a esse outro; e até mesmo deixar de estar. Por outro lado, os coletivos e atores sociais que se dizem por suas interseccionalidades nos atestam que jamais puderam estar desatentos. Nem a eles nem a seus antepassados foi permitido estarem alheios aos procedimentos, às maquinarias e maquinações dos coronéis, dos senhores de engenho, dos conquistadores; aos modos de calar e transformar em números e entulhos seus corpos; às técnicas e burocracias de labirintos impossíveis; aos tratores sobre laços e modos de morar; à lógica de conquistar e colonizar as almas, surrupiar os saberes, impossibilitar as línguas e letramentos; à privatização da experiência e à mercantilização da vida e dos territórios. O preço de tal distração sempre foi suas próprias vidas, suas memórias e daqueles que ainda estariam por nascer (Santos, 2020).

Entre a margem e o centro, a artista e intelectual Grada Kilomba (2019) situa-se junto aos saberes de corpos negros que precisaram, ao longo da experiência da ocidentalização do mundo, aprender a ver a realidade tanto “de fora para

6 Segato (2022, p. 236) ressalta a manobra colonial eurocêntrica – inapelavelmente racial – do essencialismo biológico.

dentro” quanto “de dentro para fora”. Dirá ela: “focamos nossa atenção tanto no centro como na margem, pois nossa sobrevivência depende dessa consciência” (Kilomba, 2019 p. 68).

Ressaltando o lugar de uma política de atenção desde as margens, a autora aponta para uma zona de passagem, um limiar (Gagnebin, 2010), uma instância feita de trânsitos – geográficos, políticos e epistêmicos –, tensões e movimentos ininterruptos entre o lugar a que se pertence ou que lhe foi imposto e o lugar que lhe é negado ou que só lhe é possível de modos estritos. Dessa forma, esses movimentos de passagens vão se mostrando eles mesmos como margem e como uma indagação à dicotomia centro/periferia que efetivamente só serve às centralidades. Kilomba oferece subsídios que recolhemos para um trabalho intelectual e ético que nos cabe.

Reconhecemos margem enquanto um *ethos* – um modo de habitar, de ser e indagar o tempo – e um caminho para, a cada vez, se adentrar a história como sujeito e não como objeto. Assim o dizem as mulheres em coletivos que disputam a palavra “periferia” desde seus corpos e territórios: “Nós, mulheres da periferia, estamos em todos os espaços. Ultrapassamos e destruímos fronteiras. Somos diáspora. Somos ponte em qualquer rio. Estamos em travessia, em movimento” (Manifesto, 2019, s/p.). Uma travessia pretérita que se atualiza nas estruturas de violência e nas marcas de resistência, pois o corpo negro, “ao se deslocar [...], suporta dois continentes de memória. Aqui ele teve que inventar sua própria história e ela passa pelo corpo, porque, além de ser guardião da memória, o corpo foi a matéria a ser utilizada e buscada” (Reis, 2020, p. 21)⁷.

Nas táticas dessas travessias entre a margem e o centro, têm-se produzido infiltrações na dinâmica dos territórios e igualmente nos saberes e conceitos que se mostram estanques, estáticos. Movimentos que, fortalecidos nos legados de outras cosmopercepções, espacialidades e temporalidades, aparecem na condição de resistência como força primeira. Assim o dizem as mulheres indígenas que entre cidades e florestas carregam as histórias e lutas de tempos imemoriais em seus corpos e em fundamentos comunitários como princípio e finalidade a serem resgatadas e inventadas (Paredes, 2020). Reconhecendo, com isso, suas forças e seus corpos em continuidades com o território, com a terra que guarda todo conhecimento e que guarda esses mesmos corpos, capazes de povoar a terra com outras vidas e passar esse conhecimento adiante (Luta, 2024). Assim o diz o gesto que, em reunião, traça lentamente os grafismos que vão burlando e se antepondo ao tempo ansioso dos pesquisadores, ao mesmo tempo que restaura a urgência de problemas, cujos caminhos, esperanças e dissoluções não são encontradas senão por esses traços que contam histórias ancestrais e por vir.

Muitas são as respostas possíveis às infiltrações que têm sido produzidas por esses corpos e saberes: o tamponamento, o rechaço, o cinismo, a apropriação, a empatia, o acolhimento... E apenas nessa última o protagonismo não está no centro. O “acolhimento” aqui não deve se confundir com um gesto complacente que manteria o protagonismo do ato naquele que acolhe. Acolher é antes um

7 Aqui o historiador Rodrigo Reis dirige-se ao pensamento de Beatriz Nascimento ao sustentar um sentido corporificado dos quilombos e aquilombamentos.

gesto de reconhecimento da existência de uma partilha, cuja “oferta” é feita por outrem. É a própria margem que é partilhada, com tudo o que ela carrega junto: o lastro da violência, as contradições, e igualmente a potência de se dizer para além do local, do anedótico, por onde, junto a outras territorialidades, “podemos imaginar perguntas que não poderiam ter sido imaginadas antes; perguntas que talvez não fossem feitas antes” (Kilomba, 2019).

Tsing (2019), em seus estudos sobre as ruínas do Antropoceno, focaliza o entrelaçamento local-global. Ela destaca a margem como um espaço de exclusão da ocidentalização por onde as centralidades podem ser questionadas. A margem é também uma borda indisciplinada, de onde se tem notícia de que o controle e a padronização monocultora da vida biológica e social, que quer manter a margem na marginalidade, têm limites e hiatos. Nesse espaço, o amontoado de diversidade e a heterogeneidade imprevisíveis continuam a se multiplicar e a se tornar visíveis como uma força.

A consistência de (se) reconhecer (n)a realidade do giro é estreita à capacidade de nossas pesquisas recolherem os efeitos do desassossego que têm tirado as coisas de lugar⁸ (Machado, 2022) e efetivamente desestabilizado modos de pensar. Pois qualquer enunciação de um giro não pode fazê-lo correlato ao movimento de uma valsa, uma concertação entre dois. O que há é um arrasto. Uma força que desloca e prolifera, ampliando as margens, infiltrando-se e multiplicando-se por heterogeneidades. Eis a força estético-política do ato de ocupar a cidade desde seus bairros urbanizados. Ato que advém como irrupção – tais como os cogumelos de que fala Tsing – de uma intrincada e múltipla rede de conexões que também se dizem ali, que também disputam um dizer-cidade (Araujo, et al. 2016) em meio à catástrofe (Benjamin, 1996).

O que isso demanda da pesquisa é um descentramento de protagonismos antes intocáveis, um movimento de disponibilidade às urgências, saberes e embates dos encontros que atestam ao mesmo tempo os limites e as potências de um pesquisar com. Consequentemente, trata-se de “estar em risco junto com”, uma convocação à *respons-hability* – como enfatiza Haraway (2023). O que significa efetivamente um caráter tateante por instrumentais inscritos em outros regimes de atenção: atenção forrageira (Tsing, 2019) que, distinta “dos modelos comuns, dividindo o mundo em ‘seu espaço’ e ‘meu espaço’” (Tsing, 2016, s/p), conduz-nos por delicados e potentes fios de histórias onde as vidas em suas alianças insurgem em fricções e florescimentos mútuos. Nisso está nosso esforço teórico-metodológico de margar.

8 Em referência ao título do livro de Dionísia Machado, mulher periférica, criadora da Casa da Sopa.

4 | MARGEAR: IMAGENS DE CO-EMERGÊNCIAS

É raro, mas às vezes acontecem, em uma pesquisa de campo, certos momentos que são como lampejos. Breves, ínfimos. Detalhes. Mas que se destacam do fluxo da experiência. E fazem com que a vida, o curso da pesquisa tomem um rumo decisivo.

Nastassja Martin em “A leste dos sonhos” (2023, p. 13).

Margem era como nomeávamos nossos interlocutores de pesquisa. A cidade racista e patriarcal era o centro, a qual nossa práxis reconhecia criticamente e a partir da qual entendíamos possíveis composições com os coletivos dos quais nos aproximávamos. Ainda que de algum modo percebêssemos, não tínhamos colocado efetivamente em jogo em nossos encontros que também pertencemos ao centro, e que o reconhecimento desse lugar mudaria completamente os caminhos a percorrer com a pesquisa. Eram os próprios limites que haveriam de nos movimentar e não aquilo que supúnhamos possível e superável. Desde o princípio, havia um desejo de uma pesquisa feita junto a essas margens – ainda que fossem incipientes nossos entendimentos sobre seus significados, especialmente quanto saber dialogado e rasurado por esses mesmos encontros. Aproximamo-nos das diferentes ocupações com as quais fomos construindo um caminho de trabalho como pessoas que pesquisam juntas, como extensionistas, docentes, estudantes, mas também como militantes do direito à cidade. Ainda que farejássemos dificuldades no *front*, pois falamos desde a posição historicamente hierárquica do saber científico em relação aos demais saberes que povoam as ocupações urbanas, não tínhamos a dimensão da desconstrução epistêmica que deveríamos operar em nós mesmos.



Naquele dia, levamos uma câmera conosco. Depois de algumas conversas prévias sobre ações de pesquisa junto ao projeto de extensão que trabalhávamos conjuntamente com a ocupação urbana Kalissa, pactuamos uma prática narrativa em forma de roda de conversa, tendo como dispositivo uma pergunta geradora sobre a produção de comum e o direito à cidade para as pessoas que habitavam a ocupação. Entretanto, ao posicionarmos a câmera no tripé em uma das esquinas do pátio que fazia divisa com a calçada (com o objetivo de registrar a conversa e dispormos desse arquivo para futuras atividades com o coletivo), desencadeamos uma obstaculização da prática narrativa esperada fazendo emergir um diálogo inesperado. Isto é: o oposto de uma vinculação, de uma troca, de uma partilha, acionando tons acusatórios sobre a universidade como instituição branco-cêntrica e patriarcal com práticas invasivas nos grupos vulnerabilizados ou entendidos como margem.

A câmera funcionou como um dispositivo involuntário que se sobrepôs à pergunta geradora, trazendo novamente a necessidade de compreender as posicionalidades ativadas na interlocução de processos investigativos com a

margem. Efetivamente, as pactuações se dão em um processo de vinculação lento, onde se realiza uma troca de modos de estar/fazer mundo, onde quem pesquisa se permita responder perguntas, mais do que ser quem detém o lugar de fazê-las.



A neutralidade científica é uma falácia. Ela se desmonta quando a interpelação ao centro chega como uma lâmina afiada para quem não assume o legado histórico da branquitude. Tudo parece se mover sobre nossos pés, acostumados a pisar o chão firme do centro. Atentemos então para o entendimento de que as margens não são restos de um centro, como nos conta a antropóloga Anna Tsing (1993), mas os próprios lugares onde se manifestam os sentidos das posições globais. Se a margem é lugar de exclusão, ela também é lugar onde as estruturas, as categorias e os pressupostos do centro podem ser vistos com mais clareza por ocuparem este lugar de quase fora. A margem não é objeto local (Tsing, 1993) encerrado em si que exige identificação, classificação e caracterização; ela é a própria manifestação das intrusões de ordem global, perspectiva analítica que nos permite compreender o jogo de forças que compõe o centro, por isso seu privilégio epistêmico.

Roy (2011) situa também as margens urbanas como espaços periféricos vinculados ao centro, cujo desenvolvimento se dá em torno a situações emergenciais que os habilita à criação de alternativas de vida diferenciadas e experimentações políticas. Quando pensada a partir da lógica da colonização dos espaços, a margem urbana é onde se desenham outras estruturas, códigos simbólicos e diversas formas de resistência (Delgado; Benach, 2022) com as quais temos que operar a fim de compreender suas dinâmicas e estratégias. Sobretudo se, como investigadoras, queremos compor suas formas de luta por direitos.

Se a margem é territorialidade movente que responde e se reinventa taticamente e cotidianamente em relação ao centro, margear opera por um desmoronamento da norma, do fixo. Exige que compareça a responsabilidade ética e histórica de quem pesquisa como centro, para a partir daí iniciar um deslocamento político que dê passagem a uma produção do conhecimento pautada no espaço-tempo da margem como berço de uma linguagem comum, que se faz a partir do encontro de saberes e da tessitura das alianças, nem dentro nem fora, mas “no vórtice caótico dos entremundos” (Bona, 2020, p. 69). Margear é uma aposta em formas de organização capazes também de acolher pesquisa, onde podem haver alianças tão improváveis como auspiciosas capazes “de sabotar a ordem humanitária e policial da assistência controlada” (Bona, 2020).



As frutas e pães que levamos estavam ali dispostos para partilharmos. Era o primeiro encontro com o coletivo da Casa do Estudante Indígena da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Um de nossos interlocutores da etnia Xokleng (2022) nos trouxe uma narrativa fundante sobre os processos dolorosos de colonização e apagamento das culturas dos povos originários no Brasil. E contou-nos sobre o modo de funcionamento do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), instituído em 1910 pelo Decreto nº 8.072, que visava, acima de tudo, “pacificar e sedentarizar”

os povos indígenas, a fim de inseri-los na cultura ocidental e na lógica do trabalho assalariado. Nesse modo de funcionamento, o referido serviço operava com estratégias de atração das comunidades indígenas, utilizando, muitas vezes, a distribuição de alimentos.

A travessia pelo desconforto é um tipo de formação inescapável para quem pensa a pesquisa na perspectiva do engajamento e da colaboração. E foi exatamente nesse contexto de desconforto da branquitude que a discussão sobre o que poderíamos construir juntos se abriu.

Ao final desse encontro, nós nos preparávamos para concluir a conversa e nosso interlocutor propôs um reposicionamento ético-político para quem quer trabalhar com povos originários: segundo seu relato, os espíritos Xokleng são como sementes e, como tal, podem voar através do vento, e, quem sabe, cair em um corpo branco ocidentalizado. Foi ali, naquele encontro, que nosso interlocutor iniciou nosso acolhimento como parte de uma comunidade de luta pelo direito ao território, à memória e à ancestralidade dos povos originários em contexto urbano. É preciso compor esse sujeito coletivo “nós” diariamente em nossas ações de ensino, pesquisa e extensão através da implicação e do engajamento com as demandas urgentes destas comunidades.



A noção do outro e da própria margem na América Latina se edifica na interdição aos saberes, pautas estéticas, universo de subjetividade e autopercepção dos povos que aqui estavam antes da intrusão colonial. A assimetria entre pesquisador e interlocutor de territórios reconhecidos como margem é histórica. A pesquisadora indígena maori Linda Smith afirma que “a pesquisa tem sido o encontro entre o Ocidente e o Outro” (Smith, 2018, p. 19). O modo de estar com este outro da pesquisa tem sido pautado por uma vontade de decodificação dos aspectos que engendram seus modos de vida, situando-o em uma posição marginal que o desautoriza a fazer perguntas sobre o centro.

Isso também se refere ao papel do centro na constituição das margens urbanas. Ao invés de perguntar sobre a margem, deveríamos buscar, conforme Delgado e Benach (2022, p. 85), “impugnar a normalidade a fim de repolitizar as causas das desigualdades espaciais e sinalizar a responsabilidade dos espaços centrais em relação à criação das mesmas”, acionando o que Massey (2012) chama de “geografia da responsabilidade”.

Se a margem é encruzilhada de saberes que podem convocar comunidade, margear requer o contágio com epistemologias que acionam processos de compreensão urgentes sobre modos de fazer cidade, modos de fazer-mundo. Margear são forças em implicação. Nessa disputa desigual entre o outro e eu, é possível construir um “nós” sem que isso seja um lugar de resolução ou alisamento das diferenças? Para alçar-nos ao que Segato (2020, p. 11) chama “perspectiva teórica política que expõe as aspirações e valores próprios de um projeto histórico alternativo e disfuncional ao capital” (tradução nossa), é necessário construir uma posicionalidade em processos de pesquisa que autorize a este outro-margem a interpelar esse eu-centro. Quando busca, através de sua antropologia

por demanda, contribuir para o desenvolvimento de uma sensibilidade ética, a antropóloga faz uma provocação: não mais olhar o outro para conhecê-lo, senão conhecer a nós mesmos no olhar do outro.



Apresentar a oficina, um caminho de trabalho e a nós mesmos; esse era o fio. Na Oficina Multicultural dos povos da Casa do Estudante Indígena da nossa universidade, iniciamos contando um pouquinho sobre nosso processo de acompanhamento do coletivo na efetivação da moradia estudantil, sustentando a premissa de que a universidade é também território originário e, como tal, deve responder a processos de territorialização indígena capazes de inscrever suas epistemes e cosmologias no espaço universitário. O objetivo desse espaço de oficina é dar passagem ao processo de concepção/construção de um centro multicultural indígena na universidade, entendido como Casa Ancestral. Ao iniciarmos as apresentações na grande roda, nossa interlocutora da etnia Baré propôs que, ao invés de uma apresentação de si, apresentássemos uns aos outros, tecendo uma outra camada de vinculação para o grupo de trabalho daquela tarde. O conhecido momento de falar de si foi substituído por um contar do outro: o que sabemos, o que podemos reconhecer no outro, de que cuidados dispensamos para apresentar quem (des)conhecemos... Estendemos um primeiro fio de conversa que faz rede, que faz riso, que abre uma intimidade feita daquela tarde coletiva. Uma memória de sustentação da coemergência daquelas diferenças nos trabalhos que vierem a seguir.



Um movimento de reposicionamento da margem se manifesta na medida em que se afasta do espelhamento com o centro, para habitar o progresso como ruína (Tsing, 2019). Habitar as ruínas do antropoceno é recuperar agenciamentos que insistem na vida, em tessituras capazes de estabelecer novos contágios, novas colaborações que se dão na composição heterogênea do local/global que reside nas margens urbanas. A invenção, pois, de táticas colaborativas que nos impelem em direção a este outro-margem em uma atitude de correspondência (Ingold, 2015) abre passagem para uma polifonia que acolhe diferentes ritmos deste agenciamento (Tsing, 2019). Um exercício de “empatia radical”, como explica Valverde (2015), dedicado a olhar para nossa própria vulnerabilidade – centro – a partir da perspectiva desse outro – margem.

Se a noção da margem nos remete a uma diferença em devir, o margear nos empurra para um fluxo, um sombreado inquietante, ondas, amplitude e esgarçamento, inscrevendo um trabalho de coemergência com/no território. Ao compreender que as alianças nas margens urbanas são sempre instáveis em função do próprio movimento político de posicionalidades em disputa, acionamos a noção de coemergência como movimento de acompanhamento dos ritmos e temporalidades que animam a heterogeneidade da margem. Margear também nos exige atenção forrageira (Tsing, 2019), como forma de percebermos nos territórios suas composições, companheirismos produzidos, diferenças e a urgência das histórias a serem contadas.



Os tempos eram difíceis – pandemia –, as disponibilidades e os recursos eram escassos; mas uma abertura deu passagem àquelas histórias que ansiavam por se dizer. Durante a construção do curso de extensão “Corpo, Território, Memória e Ancestralidade: resistências da população indígena em contextos urbanos” com o Centro de Referência Indígena do RS (CRIA/RS), decidimos não restringir o número de inscrições em formulário online divulgado nas redes sociais, a fim de captar também como se daria o interesse pela temática. Entre outras informações, o formulário possuía uma pergunta aberta sobre as razões de interesse pelo curso. Para nossa surpresa, recebemos 193 narrativas que vieram de todas as regiões do território brasileiro. Os relatos compuseram uma cartografia que vai desde a vizinhança do centro, demarcando a importância desse movimento originário em um bairro violentamente afetado pelo processo de gentrificação, até estados do norte do país em diversas etnias, dando a ver o alcance, a força, a urgência e a multiplicidade dos processos de retomada do corpo-território dos povos originários e afro-diaspóricos. Decidimos ler cada uma delas. Decidimos lê-las em voz alta. Em uma grande roda, fizemos uma escuta conjunta de todas estas correspondências, fazendo comparecer ali nosso testemunho de que está em curso um processo improrrogável de recuperação da conexão corpo-terra para dar seguimento à nossa existência social, ambiental, urbana, territorial, planetária. A nós, desde o que a academia tem de força no laço social, cabe-nos participar de uma chancela social e fazer reverberar uma noção política de território pautada no reconhecimento do corpo como instância de luta e resistência sempre em movimento.



No campo dos estudos urbanos, desde as teorias sobre gentrificação e periferização nas grandes metrópoles, a margem é habitualmente descrita como espaços de reserva, espaços extremos, espaços cinzas (Benach; Tello, 2013; Yiftachel, 2009), os quais acumulam uma série de problemas sociais, ambientais e urbanos e cujo estigma justificaria sua eliminação. Ao pensarmos na margem na condição expectante ou, como diz o geógrafo Oren Yiftachel, espaços sob uma “temporalidade permanente”, novamente estamos olhando a margem a partir de um centro, cuja temporalidade se quer linear, cronológica, progressiva.

Não obstante, ao implicar-nos com a margem, ao construirmos modos e fazeres para pensarmos com essas territorialidades, seja em processos de produção da cidade seja em investigação, ensino e extensão, somos mobilizadas/os por outras premissas. A margem deixa de ser espaço transitório e a permanência ganha outros matizes. Já não vem da espera de um projeto de renovação urbana e sim de um corpo-território⁹ que faz política no agora a partir de sua ancestralidade.

É no fazer com as margens urbanas, onde deixamos um pouco de lado nossas insígnias acadêmicas para atuar em correspondência, que começam a emergir possibilidades de vínculo – nos quais é importante destacar a emergência de uma outra temporalidade, que nada tem a ver com o tempo linear e teleológico forjado na modernidade/colonialidade. É como diz Bona (2020, p. 36): “a dissidência sempre decorre de uma ruptura do continuum temporal”. É essa temporalidade que permite a emergência de uma luta ancestral e urgente e, ao mesmo tempo, de um modo de estar com a outra e o outro para contar histórias, para a troca de olhares, para a conversa desinteressada, para o cafezinho, para a fogueira. Esse

⁹ Para a aproximação com a ideia de corpo-território dialogamos com o pensamento de Lorena Cabral, Julieta Paredes e Veronica Gago.

tempo curto do margear que dura, que faz ponte entre os saberes, que faz brotar modos de fazer-mundo próprios dos territórios marginais atravessados pelas dinâmicas do capital.

5 | CONSIDERAÇÕES

No decorrer deste artigo, buscamos situar e discutir as margens urbanas contemporâneas a fim de problematizarmos práticas e metodologias da pesquisa urbana ante as dicotomias centro-periferia. Para tanto, realizamos dois gestos: o recolhimento de exigências ético-políticas convocadas pela presença do giro decolonial e contracolonial concernentes à realidade latino-americana; e o uso de imagens-lampejo construídas por processos de coemergência junto às ocupações urbanas que demandam um deslocamento do sujeito pesquisador, no sentido de dar testemunho das fabulações de cidade que inscrevem a margem como invenção efetiva de possibilidades de um mundo porvir: mundos latentes, interrompidos ou inauditos.

Nos exercícios do encontro junto aos territórios, temos compreendido que compor um “nós” é uma tarefa sempre por se fazer em nossas ações de pesquisa, ensino e extensão. Não está dado e nem é visível o caminho a percorrer. Retomando a noção de margem, fomos percebendo, acima de tudo, o modo como nossos corpos compõem o centro durante a maior parte das interlocuções iniciais, e que as travessias pelo desconforto foram nos apresentando outros matizes que dizem que a margem é movente, emergente, insurgente, e que implica um esforço de implicação e engajamento com as demandas urgentes das comunidades.

As imagens que aqui comparecem como lampejos – esses instantes do oportuno e das co-emergências – dizem de uma política de partilha que não luta pela inclusão desses corpos desviantes neste sistema colonial e heteronormatizado, mas por uma mudança no próprio sistema, na ética do habitar a cidade. Um processo de abertura a modos de ser/fazer/existir na cidade pautados por uma ancestralidade composta da heterogeneidade, do reconhecimento de todos os seres como parte de um mesmo habitar (Ingold, 2015). O comum, desse modo, não está pautado por uma perspectiva de inclusão ou de equalização, mas de reconhecimento da diferença e da interdependência entre os seres e destes com o planeta.

Producir comunidade como forma de produzir conhecimento: está nisso a aposta político-metodológica que temos aprendido desde as margens, de onde se faz indispensável dizê-la enquanto territórios de conhecimento, atualizando os modos investigativos do urbano em proposições menos hierárquicas e mais situadas. Nisso está reconhecer as margens urbanas em chave relacional com o centro, não como referente a ser seguido, mas como instância a ser perguntada e investigada, açãoando uma “geografia da responsabilidade” (Massey 2012). Se as margens se sublevam de tanto em tanto tempo, não é porque estão hierarquicamente abaixo do centro, mas porque o centro, em uma atitude moralista, entende que ela “não deveria existir porque não cabe” (Delgado; Benach, 2022, p. 128). Nossa papel como planejadoras e operadoras do conhecimento que entendem a ancestralidade como

conjunto de saberes e práticas obliteradas pelo colonialismo, e como condição de possibilidade para o futuro, é prestar atenção ao urbanismo como máquina de guerra contra o conflito (Lefebvre, 1972; Delgado; Benach, 2022).

Na medida em que os gestos e imagens aqui apresentados não possuem qualquer intenção de se fazer modelo a ser seguido, resta-nos o estudo continuado sobre essas incidências em nossas práticas de pesquisa, ensino e extensão e a lembrança de um fazer pesquisa que deve inventar outros começos, outros modos de partilha e, sobretudo, aceitar ser perguntado.

Nêgo Bispo (Saron, 2020), do seu lugar de fala e autoridade ancestral, nomeia a academia como máquina produtora de mercadoria. O incômodo que isso nos causa, desde o lugar de educadoras, pesquisadoras e servidoras públicas, é inegável. Porém, compreendemos que à provocação não nos cabe responder com qualquer revide ou relativização apontando que haveria exceções. Escolhemos, antes, fazer deste texto parte do modo como hoje atestamos a partilha das violências e da urgência que com isso ele enuncia. E igualmente tomar sua interpelação como problema com o qual queremos caminhar e, mais uma vez, redizer nossas práticas e os estudos urbanos.■

Recebido em: 04-09-2024

Aceito em: 07-10-2024

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de et al. Caosgrafias cidade. *Cadernos Metrópole*, v. 18, n. 37, p. 899-920, set./dez. 2016
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2007.
- BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Cia. das letras, 2022
- BONA, Dénètem Touam. *Cosmopoéticas do refúgio*. Florianópolis: Ed. Cultura e Barbárie, 2020.
- BUENO, Arthur; TEIXEIRA, Mariana; STRECKER, David. *De-centering global sociology: the peripheral turn in social theory and research*. Londres: Routledge, 2022.
- CARON, Daniele. Verbete Margear. In: ROCHA, Eduardo; BELTRAME, Thais (Org.). *Verbolário da Caminhografia Urbana*. Pelotas: Ed. Caseira, 2024, p.224-225.
- CARON, Daniele; ISOPPO, Rodrigo Schames; OLIVEIRA, Katia; PERSEU, Gianluca Mascali. Narrativas à margem: deslocar epistemes para uma metodologia do comum. *V!RUS*, n. 20, 2020.
- CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- COSTA-MOURA, Fernanda; SILVA, Marcos. Eichler de Almeida. Do mundo fechado... ao desuniverso do discurso. In: SANTOS, Tania Coelho dos (Org.). *De que real se trata a clínica Psicanalítica?* Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2012, p. 271-294.
- D'ANDREA, Tiaraju Pablo. *A formação das sujeitas e dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. São Paulo: Dandara Editora, 2020.
- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994. V. 1.
- DELFINO, Andrea. La noción de marginalidad en la teoría social latinoamericana: surgimiento y actualidad. *Universitas humanística*, n. 74, p. 17-34, jul./dic. 2012.
- DELGADO, Manel; BENACH, Nuria. *Márgenes y umbrales: revuelta y desorden en la colonización capitalista del espacio*. Barcelona: Virus Editorial, 2022.
- DESPRET, Vinciane. *Ces émotions que nous fabriquent*. Paris: Lês empecheurs de penser en rond, 1999.
- EVARISTO, Conceição. “Não escrevemos para adormecer os da casa-grande”, diz Conceição Evaristo sobre escritoras negras [canal da TV Brasil no YouTube]. *YouTube*. 8 jun. 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6pCq9E-d8_o. Acesso em jul. 2024.
- FANON, Franz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Entre a vida e a morte. In: OTTE, Georg et al. (Org.). *Limiares e passagem em Walter Benjamin*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010, p. 14.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e Narração em Walter Benjamin*. 1999.
- GERMANI, Ginno. *El concepto de marginalidad: significado, raíces históricas y cuestiones teóricas, con particular referencia a la marginalidad urbana*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1980.
- HARAWAY, Donna. *Ficar com o problema: fazer parentes no Chthluceno*. São Paulo: N-1 edições, 2023.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 7-41, 2009.

- HARVEY, David. A Liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia *et al.* (Org.). *Cidades rebeldes*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2013, p. 27-34.
- INGOLD, Tim. *Estar vivo. Ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2015.
- ITAÚ CULTURAL. *Nêgo Bispo*: vida, memória e aprendizado quilombola. YouTube, 15 mar. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gLo9ZNdgJxw>. Acesso em: abr. 2024
- JESUS, Maria Carolina de. *Quarto de despejo*: diário de uma favelada. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1960.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação*: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu*. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.
- LEFEBVRE, Henri. *La revolución urbana*. Madrid: Alianza, 1972.
- LEFEBVRE, Henri. *La survie du capitalisme*: la reproduction de rapports de production. Paris: Anthropos, 2002.
- LUTA. *Corpo-território*: a luta de mulheres indígenas pela preservação de terras e ancestralidade. Disponível em: <https://jornal.usp.br/diversidade/corpo-territorio-a-luta-de-mulheres-indigenas-pela-preservacao-de-terras-e-ancestralidade>. Acesso em: 1 ago. 2024.
- MACHADO, Dionísia. *Dionísia mudou as coisas de lugar*. Viamão: Ed. Hortélias, 2022
- MANIFESTO. *Manifesto Nós Mulheres das Periferias*. [S.I.]: [S.n.], [2019]. Disponível em: <http://nosmulheresdaperiferia.com.br/manifesto>. Acesso em: 1 dez. 2024.
- MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. *São Paulo em perspectiva*, v. 14, n. 4, p. 22-33, 2000.
- MARTIN, Nastassja. *A leste dos sonhos*. São Paulo: Editora 34, 2023.
- MASSEY, Doreen. Espacio, tiempo y responsabilidad política en una era de desigualdad global. In: ALBET, Abel., BENACH, Núria (Org.). *Doreen Massey: un sentido global del lugar*. Barcelona: Icaria, 2012. p. 197-214.
- MORAES, Marcia; TSALLIS, Alexandra. Contar histórias, povoar o mundo: a escrita acadêmica e o feminino na ciência. *Revista Polis Psique*, v. 6, n. 1, p. 39-51, jan. 2016.
- MORRISON, Toni. *A origem dos outros*: seis ensaios sobre racismo e literatura. São Paulo: Cia. das letras, 2019.
- PAREDES, Julieta. Ativista boliviana Julieta Paredes fala sobre feminismo comunitário. *A pública*. 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/05/temos-que-construir-a-utopia-no-dia-a-dia-diz-a-boliviana-julieta-paredes>. Acesso em: 1 dez. 2024.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidad y modernidad-racionalidad. In: BONILLA, Heraclio (Org.). *Los conquistados: 1492 y la población indígena de las Américas*. Quito: Tercer Mundo, 1992, p. 437-447.
- QUIJANO, Anibal. Notas sobre o conceito de marginalidade. In: PEREIRA, Luiz (Org.). *Populações marginais*. São Paulo: Duas Cidades, 1978, p. 13-71.
- REIS, Rodrigo Ferreira dos. *Beatriz Nascimento vive entre nós*: pensamentos, narrativas e a emancipação do ser (anos 70/90). 2020. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) –Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

REN, Xuefei. The peripheral turn in global urban studies: theory, evidence, sites, *South Asia Multidisciplinary Academic Journal*, v. 26, p. 1-8, 2021.

RODRIGUES, Ana Cabral; TAVARES, Alice; SOUZA, Eliana. Recordar o presente: memória em ensaios renitentes. In: MONTEIRO, Ana Claudia Lima (Org.). *Processos psicológicos: perspectivas situadas*. Niterói: EdUFF, 2020, p. 75-109.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROSA, Thaís Troncon. Pensar por margens. In: JACQUES, Paola. Berenstein; PEREIRA, Margareth da Silva (Org.). *Nebulosas do pensamento urbanístico: modos de pensar*. Salvador: EDUFBA, 2018.

ROY, Ananya. Slumdog cities. Rethinking subaltern urbanism. *International Journal of Urbanism and Regional Research*, v. 35, n. 2, p. 223-238, 2011.

RUFINO, Luiz. Pedagogia das encruzilhadas. *Periferia*, v. 10, n. 1, p. 71-88, abr. 2018.

SANTOS, Antonio Bispo dos. ITAÚ CULTURAL. Nêgo Bispo: vida, memória e aprendizado quilombola. YouTube, 15 mar. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gLo9ZNdgJxw>. Acesso em: abr. 2024

SANTOS, Antonio. Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SEGATO, Rita. *Cenas de um pensamento incômodo: gênero, cárcere e cultura em uma visada decolonial*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

SEGATO, Rita. *La crítica de la colonialidad en ocho ensayos. Y una antropología por demanda*. Buenos Aires: Prometeo, 2020.

SELIGMANN-SILVA, Marcio (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. São Paulo: Ed. da Unicamp, 2003.

SMITH, Linda. *Descolonizando metodologias: pesquisas e povos indígenas*. Curitiba: Editora UFPR, 2018.

STENGERS, Isabelle. *Uma outra ciência é possível: manifesto por uma desaceleração das ciências*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.

TSING, Anna. *In the realm of the diamond queen: marginality in an out-of-the-way place*. New Jersey: Princeton University Press, 1993.

TSING, Anna. *Margens Insubordinadas: cogumelos como espécies companheiras*. Noosfera, 22 jun. 2016.

TSING, Anna. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no antropoceno*. Brasília: Ed. IEB Mil Folhas, 2019.

TUXÁ. Felipe. Antropologias indígenas e a questão da posicionalidade. *Anuário Antropológico*, v. 48 n. 1, p. 61-66, jan./abr. 2023.

A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E A GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES: UMA ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS DE ESTRELA E LAJEADO/RS

CAROLINE MARIA CADORE BORGES

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

carolgeo.ufsm@gmail.com

LUIS EDUARDO DE SOUZA ROBAINA

Universidade Federal de Santa Maria

lesrobaina@yahoo.com.br

ANDERSON AUGUSTO VOLPATO SCOTTI

Universidade Federal de Santa Maria

ascscoti2@gmail.com

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar uma discussão sobre a política brasileira de enfrentamento do risco a partir da legislação nacional, do estado do Rio Grande do Sul e dos municípios de Estrela e Lajeado, mostrando, por meio da análise documental específica, os marcos e avanços da legislação em suas respectivas esferas. As inundações e enxurradas, juntamente com os movimentos de massa, são os tipos de desastres naturais que mais causam mortes no território brasileiro. Após a implantação da Lei 12.608/2012 a gestão de riscos teve grandes avanços com a aplicação de programas, medidas e centros de monitoramento, sendo um marco para a gestão de riscos e desastres no país. Nos municípios de Estrela e Lajeado, os desastres originários de processos hidrológicos são recorrentes, apesar das diretrizes legais relativas ao planejamento urbano e à legislação ambiental. Fatores como a impermeabilização dos solos e canalização dos rios tendem a agravar o problema. Como resultado tem-se que ambos os municípios abordam questões relativas à gestão de riscos e desastres em suas legislações, porém a maioria o faz de forma indireta, com questões relativas à drenagem urbana, ao uso do solo e ao zoneamento urbano, limitando as moradias em áreas de risco. Uma legislação de qualidade, especialmente em âmbito municipal, é essencial para impor ações eficazes que diminuam os riscos e tenham como foco seu gerenciamento. É através das políticas públicas e da legislação urbana e ambiental, com ênfase na ordenação territorial, que a política de proteção e defesa civil pode avançar na mitigação dos riscos existentes nas cidades.

PALAVRAS-CHAVE: Legislação; Gestão de riscos e desastres; Inundação.



Esta revista está licenciada sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

LÉGISLATION BRÉSILIENNE ET GESTION DES RISQUES ET CATASTROPHES : UNE ANALYSE DES MUNICIPALITÉS D'ESTRELA ET LAJEADO/RS

RÉSUMÉ

Cet article vise à présenter une discussion sur la législation nationale pour faire face au risque, ainsi que celles de l'état de Rio Grande do Sul et des municipalités d'Estrela et de Lajeado, en montrant, à travers une analyse documentaire spécifique, les étapes et les avancées de la législation dans leurs sphères respectives. Les inondations et les mouvements de masse sont les types de catastrophes naturelles qui causent le plus de décès sur le territoire brésilien. Après la mise en œuvre de la loi 12 608/2012, la gestion des risques a fait de grands progrès avec l'application de programmes, mesures et centres de surveillance, constituant une étape importante pour la gestion des risques et des catastrophes dans le pays. Dans les municipalités d'Estrela et de Lajeado, les catastrophes provenant de processus hydrologiques sont récurrentes, malgré les directives légales relatives à l'urbanisme et à la législation environnementale. Des facteurs tels que l'imperméabilisation des sols et la canalisation des cours d'eau tendent à aggraver le problème. En conséquence, les deux municipalités abordent les questions liées à la gestion des risques et des catastrophes dans leur législation, cependant, la majorité le fait indirectement, avec des questions liées au drainage urbain, à l'utilisation des terres et au zonage urbain, limitant le logement dans les zones à risque. Une législation de qualité, notamment au niveau municipal, est essentielle pour imposer des actions efficaces qui réduisent les risques et se concentrent sur leur gestion. C'est grâce aux politiques publiques et à la législation urbaine et environnementale, en mettant l'accent sur l'ordre territorial, que la protection civile et la politique de défense peuvent progresser dans l'atténuation des risques existants dans les villes.

MOTS-CLÉS: Législation ; Gestion des risques et catastrophes ; Inondation.

LEGISLACIÓN BRASILEÑA Y GESTIÓN DE RIESGOS Y DESASTRES: UN ANÁLISIS DE LOS MUNICIPIOS DE ESTRELA Y LAJEADO/RS

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo presentar una discusión sobre la política brasileña de enfrentamiento del riesgo a partir de la legislación nacional, del estado de Rio Grande do Sul y de los municipios de Estrela y Lajeado, mostrando, a través de análisis documental específico, los hitos y avances de la legislación en su respectivas esferas. Las inundaciones causadas por lluvias intensas, junto con los movimientos en masa, son los tipos de desastres naturales que causan más muertes en el territorio brasileño. Después de la implementación de la Ley 12.608/2012, la gestión de riesgos tuvo grandes avances con la aplicación de programas, medidas y centros de monitoreo, siendo un hito para la gestión de riesgos y desastres en el país. En los municipios de Estrela y Lajeado, los desastres provenientes de procesos hidrológicos son recurrentes, a pesar de las disposiciones legales en materia de urbanismo y legislación medioambiental. Factores tales como la impermeabilización del suelo y la canalización de los ríos tienden a agravar el problema. Como resultado, ambos municipios incluyen en su legislación la gestión de riesgos y desastres, aunque de forma indirecta, con temas relacionados con drenaje urbano, uso de suelo y zonificación urbana, limitadas a la vivienda en zonas de riesgo. Una legislación de calidad, especialmente a nivel municipal, es fundamental para imponer acciones efectivas que reduzcan los riesgos y se centren en su gestión. Es a través de políticas públicas y legislación urbana y medioambiental, con énfasis en el ordenamiento territorial, que la política de protección y defensa civil puede avanzar en la mitigación de los riesgos existentes en las ciudades.

PALABRAS CLAVE: Legislación; Gestión de riesgos y desastres; Inundación.

1 | INTRODUÇÃO

As inundações e enxurradas, juntamente com os movimentos de massa, são os tipos de desastres naturais que mais causam mortes no território brasileiro; esse fato é explicado pela união da configuração do ambiente com as características do espaço urbano (Ceped/UFSC, 2013). Além disso, as cidades continuam se expandindo e moradias vulneráveis são estabelecidas em áreas suscetíveis a eventos hidrológicos em diversos municípios brasileiros fazendo imprescindível a gestão de riscos e desastres no país.

Outro fator que está no cerne da problemática é a baixa articulação entre governos e academia, pois as universidades trabalham nesses domínios, sendo imprescindível que os trabalhos de pesquisa sejam integrados de um modo progressivo e articulado nas políticas e nas práticas de gestão de risco e desastres (Goulart; Cunha; Gimenes, 2020).

Dessa forma, o presente trabalho tem por objetivo apresentar uma discussão sobre a política brasileira de enfrentamento do risco a partir da legislação nacional, do estado do Rio Grande do Sul e dos municípios de Estrela e Lajeado. As inundações do rio Taquari são frequentes e nos últimos anos resultaram em enormes prejuízos e perda de vidas devido à magnitude dos eventos, especialmente nas áreas urbanas desses dois municípios que se localizam nas margens desse importante recurso hídrico (Borges; Robaina; Scconti, 2024).

2 | A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E OS RISCOS DE DESASTRES NATURAIS

A legislação que trata da gestão de risco e desastres no Brasil pode ser compreendida a partir de duas categorias. A primeira se refere à legislação que indiretamente contempla a gestão de riscos e desastres e a segunda são as leis que versam especificamente sobre o tema.

De acordo com Oliveira (2014), a primeira proposta de implementar uma estrutura governamental que tivesse foco nos desastres, principalmente na assistência e reconstrução, ocorreu em 1966, no então estado da Guanabara. Foi somente em 1988 que se institui, e é organizado, o Sistema Nacional de Defesa Civil através de Decreto após a promulgação da Constituição Federal (CF).

Antes mesmo da CF, a Política Nacional do Meio Ambiente, Lei nº 6.938 de 1981, caracteriza, em seu Art. 2º, o meio ambiente como um patrimônio público a ser assegurado e protegido, tendo em vista seu uso coletivo (Brasil, 1981).

Abordando diretamente a temática, temos o Art. 21 da CF de 1988, que, no inciso XVIII, estabelece a competência da União em: “planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações” e, de forma indireta em seus Art. 23 e 225, destaca a competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios de: “IV – proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; e IX – promover programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico”; e que “cabe ao Poder Público garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado” (Brasil, 1988).

Segundo a CF, o ambiente é um bem jurídico essencial à vida e compete à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, segundo o Art. 23, garantir a proteção do meio ambiente e o combate à poluição, preservar as florestas, a fauna e a flora e garantir a sadia qualidade de vida do ser humano (Brasil, 1988).

Outra lei fundamental na perspectiva da gestão de riscos e desastres é relacionada ao planejamento urbano. A Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade, regulamenta os Art. 182 e 183 da CF e é, desde 1988, um dos principais instrumentos de ordenamento do território urbano brasileiro (Brasil, 2001).

O Estatuto da Cidade é a representação de décadas de luta da sociedade civil organizada por uma política urbana que assegure o direito a uma cidade para todos, incluindo um ambiente saudável e moradia digna para a população (Oliveira, 2014).

As principais leis federais que tratam diretamente dos desastres foram criadas nos anos de 2010 e 2012 e complementadas por dois decretos e duas instruções normativas. A primeira lei dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil, o Sindec. A Lei nº 12.340 possui dezenove artigos e entrou em vigor no dia 12 de dezembro de 2010, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Além de ordenar o Sindec, ela trata sobre transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastres. Juntamente com outras

providências, a Lei nº 12.340 estabelece as normas para o Fundo Especial para Calamidades Públicas, que antes era regido pelo Decreto-Lei nº 950, de 13 de outubro de 1969, o Funcap (Brasil, 2010).

Apesar de um grande avanço em termos legislativos, a Lei nº 12.340 não foi suficiente para tratar a complexidade da temática. Assim, a Lei nº 12.608 passa a vigorar no ano de 2012, alterando a Lei 12.340 de 2010, com um cunho mais abrangente, preventivo e completo no sentido de aliar os poderes com as entidades públicas e privadas e com a comunidade para trabalharem juntos promovendo as medidas necessárias para a redução dos riscos e desastres.

A lei entrou em vigor no dia 10 de abril de 2012 e instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, PNPDEC. Também alterou leis e dispôs sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, o Sinpdec, que anteriormente era somente Sistema Nacional de Defesa Civil, o Sindec. A mesma lei também instituiu o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil, o Conpdec, e autorizou a criação de sistemas de informações e monitoramento de desastres (Brasil, 2012b). Essa nova legislação estabelece que atividades de gestão e gerenciamento são fundamentais para analisar e solucionar a questão das áreas de risco nos municípios brasileiros (Oliveira; Robaina, 2015).

Com 31 artigos, a Lei nº 12.608 traça as diretrizes, objetivos e competências desses três importantes pilares da prevenção e mitigação de riscos e desastres no país: a PNPDEC, o Sinpdec e o Conpdec. Esse se tornou o novo marco legal que passou a orientar a Defesa Civil em todo o território brasileiro, com ênfase na prevenção e tornando dever de cada ente federado adotar medidas para reduzir os riscos de desastre, conforme a lei:

Art. 1º- Esta Lei institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC, dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC, autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres e dá outras providências.

Parágrafo único. As definições técnicas para aplicação desta Lei serão estabelecidas em ato do Poder Executivo federal.

Art. 2º É dever da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios adotar as medidas necessárias à redução dos riscos de desastre (Brasil, 2012b).

Em seu terceiro artigo, a lei destaca que a PNPDEC deve integrar-se às políticas de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente, mudanças climáticas, gestão de recursos hídricos, geologia, infraestrutura, educação, ciência e tecnologia e demais políticas setoriais. Dessa forma, integra as duas políticas, a Urbana e a de Proteção e Defesa Civil, para que tenham sinergia na redução dos riscos de desastres (Reani et al., 2020).

A Instrução Normativa nº 36 de 2020 complementa a PNPDEC, estabelecendo critérios e procedimentos para o reconhecimento federal e declaração de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública. Ainda no parágrafo único do Art. 1º define proteção e defesa civil como “conjunto de ações de prevenção,

mitigação, preparação, resposta e recuperação destinadas a evitar desastres e minimizar seus impactos sobre a população e a promover o retorno à normalidade social, econômica ou ambiental” (Brasil, 2020b).

A partir da legislação atual, temos a Defesa Civil como o órgão responsável pela elaboração de ações que vão desde a formulação de estratégias para a redução de desastres até as de reconstrução. O que se percebe no Brasil é que, na maioria dos casos, a Defesa Civil, em muitos municípios, atua principalmente no auxílio, durante e na reconstrução, após o desastre (Oliveira, 2014).

Na escala municipal, é a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (Compdec) que possui o papel de acessar legalmente o Poder Executivo Municipal nas atividades de Defesa Civil de forma permanente e integral, existindo ou não evento adverso.

A participação das organizações comunitárias de caráter voluntário, ou outras entidades, aparecem na legislação como importantes colaboradores que podem atuar significativamente nas ações locais de proteção e defesa civil incluídas no Sindec. Nesse sentido, Goulart, Cunha e Gimenes (2020) destacam como um fator limitante à governança pública de redução de riscos de desastres uma assimetria de poder e destacam que:

Apesar de o marco regulatório das ações de defesa civil preconizar a participação da sociedade civil, o papel do cidadão é vago e pouco específico por falta de uma melhor compreensão sobre as possibilidades e a amplitude dessa participação e da percepção do capital político com que essa participação pode/deve ser exercida, basicamente limitado à discussão de princípios e diretrizes dentro dos ritos conferências regulares e que ainda carecem de uma evolução de base cultural (Goulart; Cunha; Gimenes, 2020, p. 341).

Muitos programas, medidas e centros de monitoramento foram resultado da implantação da lei 12.608/2012 auxiliando grandemente na gestão de riscos no país, isso significa que essa Política foi um marco no Brasil. Por ser de caráter preventivo, a lei foi muito bem recebida pelos profissionais que atuam com o estudo das áreas de risco e dos agentes de defesa civil.

Outro aspecto positivo foi a implantação do Centro de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais, o Cemaden, no ano 2020, e o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres, o Cenad, pelo Ministério da Integração Nacional, colocando em foco a necessidade de criar metodologias para mapear os riscos, as suscetibilidades e as vulnerabilidades referentes às populações e áreas em risco de desastres no país.

Os objetivos da PNPDEC compreendem desde a prestação de socorro e assistência às populações atingidas por desastres até o monitoramento de eventos meteorológicos, hidrológicos, geológicos, biológicos, nucleares, químicos e outros que possam ocasionar desastres. A Lei estabelece o que cada um dos entes federativos deve cumprir para a redução de desastres e para a assistência à população atingida, assim como as competências atribuídas a cada ente da federação.

Ainda em 2012, é instituída a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (Cobrade), através da instrução normativa nº 1 de 24 de agosto, substituindo a Classificação dos Desastres (Codar). Elaborada a partir da classificação utilizada pelo Banco de Dados Internacional de Desastres (EM-DAT) do Centro de Pesquisas sobre Epidemiologia de Desastres (CRED) e da Organização Mundial de Saúde (OMS/ONU), a Cobrade teve como o objetivo adequar a classificação brasileira às normas internacionais (Brasil, 2012a).

Na prática, a Cobrade possui um código para cada subgrupo, tipo ou subtipo que é utilizado para que os municípios possam registrar todas as ocorrências de desastres, mesmo aquelas que não necessitem de apoio quanto à homologação de decretos de Situação de Emergência (SE) ou de Estado de Calamidade Pública (ECP) que serão reconhecidos pelo governo federal. Dentro da Cobrade, os desastres de origem hidrológica pertencem à classe dos desastres naturais, dentro do grupo dos desastres naturais hidrológicos. Este conjunto – Desastres Naturais Hidrológicos – contém três subgrupos: 1. Inundações; 2. Enxurradas; e 3. Alagamentos. Segue a definição de cada um dos subgrupos:

1. Inundações: Submersão de áreas fora dos limites normais de um curso de água em zonas que normalmente não se encontram submersas. O transbordamento ocorre de modo gradual, geralmente ocasionado por chuvas prolongadas em áreas de planície.
2. Enxurradas: Escoamento superficial de alta velocidade e energia, provocado por chuvas intensas e concentradas, normalmente em pequenas bacias de relevo acidentado. Caracteriza-se pela elevação súbita das vazões de determinada drenagem e transbordamento brusco da calha fluvial. Apresenta grande poder destrutivo.
3. Alagamentos: Extrapolação da capacidade de escoamento de sistemas de drenagem urbana e consequente acúmulo de água em ruas, calçadas ou outras infraestruturas urbanas, em decorrência de precipitações intensas.

Para dar estrutura aos avanços significativos que a Lei nº 12.608/12 trouxe na gestão dos desastres naturais no Brasil, no ano de 2020 foi instituído o Decreto nº 10.593 que trata da organização e funcionamento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil, assim como dispõe sobre o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil e o Sistema Nacional de Informações sobre Desastres. O decreto traz a organização, a composição, as competências e os objetivos do Sinpdec e do Conpdec e, no Capítulo IV, traz o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil (Art. 24) como o “conjunto de princípios, diretrizes e objetivos que nortearão a estratégia de gestão de risco e desastres a ser implementada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, de forma integrada e coordenada”.

As legislações somam melhorias ao longo do tempo e, apesar de fornecer a base para que medidas estruturais e não estruturais possam ser tomadas, com a criação, por exemplo, de sistemas de informação e monitoramento de desastres, ainda persiste a gestão de emergência em grande parte do país, fazendo com que o cenário atual se caracterize em uma transição entre os dois tipos de gestão. Os sistemas, a partir de 2010, são apresentados com alguns destaques a partir de suas respectivas legislações (quadro 1):

Quadro 1 - Resumo das legislações que tratam riscos e desastres no Brasil

Lei nº 12.340 de 1º de dezembro de 2010	Sindec – Objetivo de planejar, articular e coordenar as ações de defesa civil em todo o território nacional. Composto pelos órgãos e entidades da administração pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e pelas entidades da sociedade civil responsáveis pelas ações de defesa civil; Condec é o Conselho Nacional de Defesa Civil – Integra o Sindec, de natureza consultiva e deliberativa, responsável pela formulação e deliberação de políticas e diretrizes governamentais.
Lei nº 12.608 de 10 de abril de 2012	PNPDEC – Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Artigo 3º do Capítulo II). Abrange as ações de prevenção, Wmitigação, preparação, resposta e recuperação voltadas à proteção e defesa civil, tendo em vista a promoção do desenvolvimento sustentável. Sinpdec – é constituído pelos órgãos e entidades da administração pública federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e pelas entidades públicas e privadas de atuação significativa na área de proteção e defesa civil. Conpdec – órgão consultivo do Sinpdec/PNPDEC; cria o sistema de informações e monitoramento de desastres.
Instrução Normativa nº 1 de 24 de agosto de 2012	Cobrade – Classificação e Codificação Brasileira de Desastres; divide os desastres naturais e tecnológicos de acordo com uma codificação internacional trazendo especificidades dos desastres no Brasil.
Instrução Normativa nº 36 de 4 de dezembro de 2020	Declaração de SE (situação anormal provocada por desastre que impliquem o comprometimento parcial da capacidade de resposta do poder público que demande a adoção de medidas administrativas excepcionais para resposta e recuperação) ou ECP (situação anormal provocada por desastre que causa danos e prejuízos que impliquem o comprometimento substancial da capacidade de resposta do poder público que demande a adoção de medidas administrativas excepcionais para resposta e recuperação).
Decreto nº 10.593 de 24 de dezembro de 2020	Trata da organização e funcionamento do Sinpdec, Conpdec e sobre o PNPDEC – Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil e o Sistema Nacional de Informações sobre Desastres.
Decreto nº 11.219 de 5 de outubro de 2022	Regulamenta a transferência de recursos financeiros da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios para execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e recuperação em áreas atingidas por desastres.

Fonte: Sistematizado pelos autores (2023).

Considera-se que o cenário de gestão de riscos avançou após a implantação da lei 12.608/2012, através da criação de programas e medidas e da manutenção de centros de monitoramento, essa lei foi um marco para a gestão de riscos e desastres no país. Ela trouxe, como benefício, um embasamento constitucional de cunho preventivo, auxiliando na aplicação de medidas que visam à prevenção, mitigação e preparação para desastres. Porém, para que a gestão de riscos esteja

completamente implantada no Brasil, é necessário mudar o modelo da gestão de emergência atuante. Investir na carreira dos profissionais, transformando a rotatividade grande de pessoas em um plano de qualificação para exercer os cargos dentro dos programas que tratam a gestão de riscos e desastres, trabalhando não apenas na gestão de emergência, mas na prevenção e nas ações não estruturais juntamente com as comunidades.

A partir da discussão sobre política urbana nas cidades, algumas ações preventivas começaram a ser implementadas através das Políticas Públicas. O Ministério das Cidades (Ministério do Desenvolvimento Regional a partir de 2019, e recentemente recriado), representou a possibilidade de mudança no cenário urbano brasileiro, pois foram criadas e implementadas políticas públicas voltadas para a intervenção no espaço urbano, principalmente no tocante às áreas de risco.

Alguns programas criados foram importantes para ações de mitigação de áreas de risco, destacando-se: Programa Terra Urbanizada para Todos; Programa Drenagem Urbana Sustentável; Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários, Programa Minha Casa, Minha Vida e a Ação de Apoio à Prevenção e Erradicação de Riscos em Assentamentos Precários (Quadro 2).

Quadro 2 - Programas criados pelo Ministério das Cidades em áreas de risco.

Programa Terra Urbanizada Para Todos (2009)	Objetivou apoiar os municípios na implementação do Estatuto da Cidade, ampliação do acesso, por parte da população de menor renda, à terra urbanizada.
Programa Drenagem Urbana Sustentável (2007)	Objetivou promover a gestão sustentável da drenagem urbana com ações estruturais e não estruturais dirigidas à prevenção, ao controle e à minimização dos impactos provocados por enchentes urbanas e ribeirinhas.
Programa Minha Casa, Minha Vida (2009)	Subsidia a aquisição da casa ou apartamento próprio para famílias com renda até 1,8 mil reais e facilita as condições de acesso ao imóvel para famílias que estejam em áreas de risco a desastres.
Planos Municipais de Redução de Risco (2012)	Objetivou erradicar, controlar e reduzir as situações de risco associadas aos processos da dinâmica superficial, que colocam em perigo a vida e os bens materiais das populações inseridas nas áreas de risco.

Fonte: Adaptado pelos autores a partir de Oliveira (2014).

3 | A LEGISLAÇÃO E AS QUESTÕES ASSOCIADAS AOS RISCOS DE DESASTRES NO ESTADO

De acordo com o Sedec/UFSC (2013), até a década de 1940 o Brasil não possuía nenhum órgão específico para atender à população nos casos de desastre. No ano de 1942, o governo brasileiro implementa seu primeiro serviço de defesa e, em 1943, ele se torna o Serviço de Defesa Civil, extinto em 1946. Duas décadas depois, o governo criou dispositivos para auxiliar os entes federados que precisavam de recursos em função de eventos extremos de secas no Nordeste e inundações na região Sul.

Assim, a partir da década de 1960 os estados brasileiros começaram a criar seus órgãos de Defesa Civil. No Rio Grande do Sul, é através da lei nº 20.357, de 09 de julho de 1970, que fica estabelecida a Defesa Civil do Estado e suas atividades organizadas sob a forma de Sistema, com um órgão central: a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Cedec) (Rio Grande do Sul, 1970). A implementação ocorreu após fortes chuvas históricas, causando inundações e deixando mais de sete mil pessoas desabrigadas somente na região metropolitana de Porto Alegre.

Em 2003, a Defesa Civil do Rio Grande do Sul teve sua atual estrutura definida através do Decreto Estadual nº 42.355. Está diretamente ligada à Casa Militar do Gabinete do Governador e tem sua sede no Palácio Piratini em Porto Alegre. Juntamente com a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, ela é responsável por coordenar as ações realizadas pela Defesa Civil nos municípios (Rio Grande do Sul, 2003).

O Decreto nº 51.547, de 2014, dispõe sobre o Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, o Siepdec, que integra o Sinpdec, composto por órgãos da administração pública, entidades privadas e a sociedade civil, sob a supervisão ou coordenação do Secretário Chefe da Casa Militar, o qual representa a Chefia do Poder Executivo nesta temática (Rio Grande do Sul, 2014). O Decreto também organiza a estrutura da Defesa Civil, o conselho e suas coordenadorias regionais, porém ainda é incipiente na participação da sociedade civil no processo de gestão.

A Defesa Civil Estadual monitora os eventos que podem desencadear desastres no Rio Grande do Sul numa sala equipada com computadores e telas de alta resolução onde podem ser observadas imagens de satélite disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Atualmente conta com dois sistemas de informações para apoio à gestão de situações de risco com o objetivo de oferecer subsídios à administração governamental e não governamental, para a previsão e gestão de riscos derivados de desastres: o Sistema Integrado de Informações Sobre Desastres (S2ID), sistema nacional, que abrange informações de todo território brasileiro, e o Sistema Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Desastres (Segird).

O S2ID integra diversos produtos da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil com o objetivo de qualificar e dar transparência à gestão de riscos e desastres por meio da informatização de processos e disponibilização de informações sistematizadas. O Segird é uma iniciativa da Defesa Civil do Rio Grande do Sul, que vem realizando a transição dos processos manuais para formatos eletrônicos de forma abrangente e multidisciplinar, promovendo o engajamento dos atores internos e toda população. Tem como objetivo otimizar os processos e reduzir a burocracia, garantindo a prestação do serviço público de forma mais rápida e transparente.

A Defesa Civil Estadual possui nove coordenadorias regionais (Figura 1), as Coordenadorias Regionais de Proteção e Defesa Civil (CREPDEC), que estão divididas em: Região Metropolitana e Litoral (Crepdec 1), Passo Fundo (Crepdec 2), Santa Maria (Crepdec 3), Pelotas (Crepdec 4), Santo Ângelo (Crepdec 5), Uruguaiana (Crepdec 6), Frederico Westphalen (Crepdec 7), Lajeado (Crepdec 8) e Caxias do Sul (Crepdec 9).

Figura 1 - Localização das Coordenadorias Regionais de Defesa Civil - RS



Fonte: Defesa Civil/RS, adaptado pelos autores.

A Crepdec 8, com sede em Lajeado, coordena 62 municípios com população total de aproximadamente 730 mil habitantes. Lajeado e Estrela são a terceira e quinta maiores cidades, respectivamente, e ambas fazem parte do programa do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, Construindo Cidades Resilientes, que tem como objetivo promover a resiliência frente aos desastres por meio dos governos locais.

4 | LEGISLAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DO RISCO NOS MUNICÍPIOS DE ESTRELA E LAJEADO

A área de estudo está representada na área urbana dos municípios de Lajeado e Estrela, situadas no Vale do rio Taquari. A bacia hidrográfica do rio Taquari-Antas apresenta as nascentes localizadas nos Campos de Cima da Serra e têm como características principais uma área superior a 26.000km², amplitude altimétrica superior a 1.000m e grandes declives na passagem do médio curso para a área do vale.

O rio Taquari foi a primeira via de transporte utilizada pelos colonizadores, dentre os quais alguns grandes fazendeiros possuíam suas próprias frotas de lanchões, canoas e caíques (HESSEL, 1983). Em Estrela, está situado o Porto

Fluvial de Estrela, inaugurado em abril de 1977, que funcionou na sua capacidade plena até a década de noventa. A partir da expansão do território, as cidades que se localizavam às margens dos rios usufruíram de seu benefício como via de transporte e esses rios foram sofrendo processos de intervenção. Posteriormente, as áreas inundáveis continuaram a receber parcela da população.

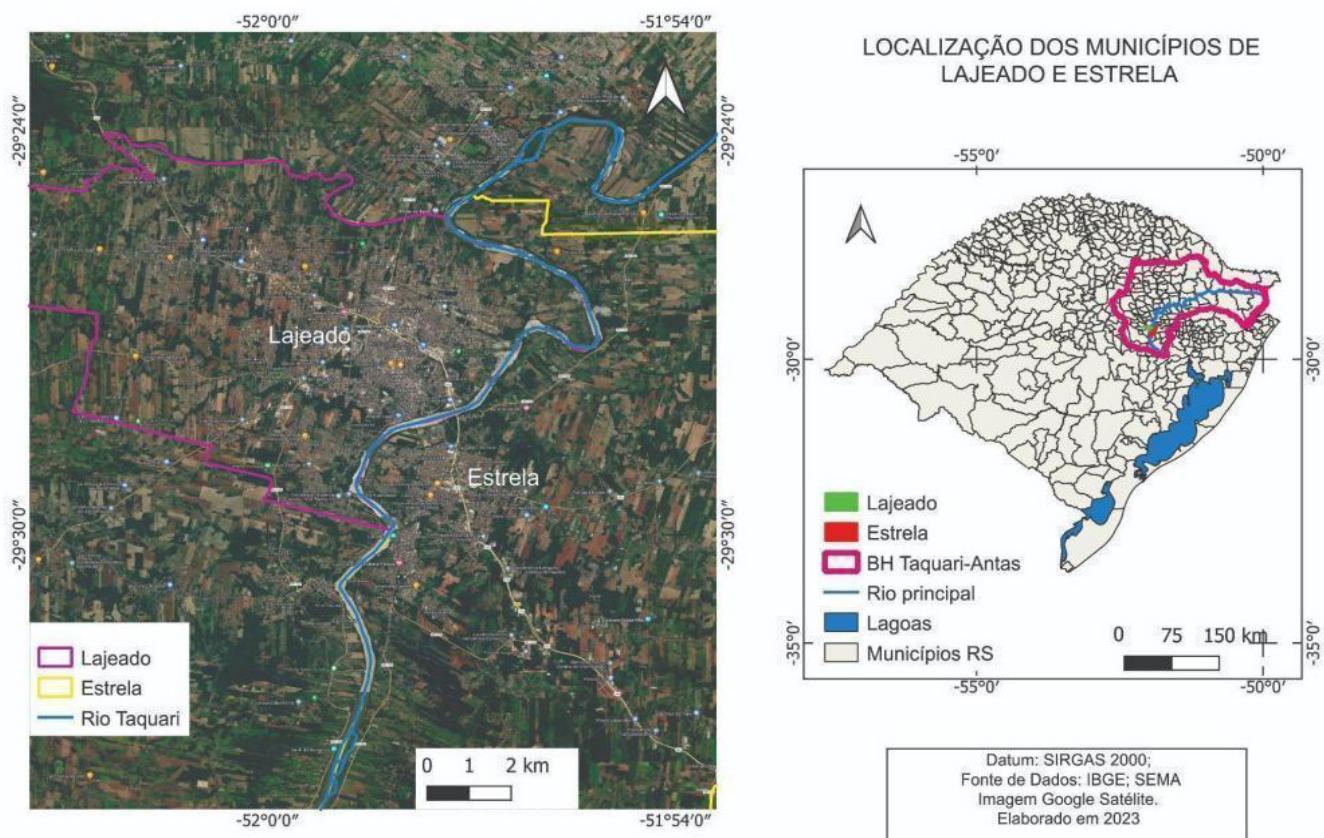
As áreas de risco devem ser consideradas, dessa forma, elementos historicamente construídos no espaço urbano das cidades, ao longo de sua ocupação, sendo “resultado da relação entre os elementos naturais e as relações sociais, permeadas pela desigualdade, as quais se materializam no espaço” (Robaina; Trentin, 2013, p. 592).

Nos municípios de Estrela e Lajeado, os desastres originários de processos hidrológicos são recorrentes, apesar das diretrizes legais, como delimitação do uso e ocupação do solo e o zoneamento urbano. Fatores como a impermeabilização dos solos e canalização dos rios tendem a agravar o problema.

Entre os anos de 2002 e 2022, observou-se que o município de Lajeado publicou Decretos de Situação de Emergência cinco vezes – em 2003, 2011, 2015, 2017 e 2020 – enquanto, no município de Estrela, além destes anos, também foram registrados Decretos de Situação de Emergência em 2013, 2014, 2016 e 2021, totalizando nove decretos (Borges; Robaina; Sccoti, 2024).

As áreas suscetíveis aos desastres de origem hidrológica encontram-se nos bairros ao longo da planície de inundação e naqueles associados aos arroios que compõem a drenagem urbana dos municípios.

Figura 2 - Mapa de localização dos municípios de Lajeado e Estrela



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

De acordo com o levantamento feito pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM), o município de Estrela possui aproximadamente 1.062 casas em áreas de risco de desastres e Lajeado, 831 residências, somando aproximadamente 4 mil pessoas expostas ao risco em Estrela e 3.324 mil pessoas nessa condição em Lajeado (CPRM, 2012; CPRM, 2013).

Através do Art. 8º da lei 12.608/2012, compete ao Município: incorporar ações de proteção e defesa civil no planejamento municipal; identificar e mapear as áreas de risco de desastres; promover a fiscalização das áreas de risco; e vedar novas ocupações nessas áreas. O Plano Diretor Municipal é um instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, com o objetivo de ordenação do território urbano, e deve definir qual será o uso e as características de ocupação em cada parte do território das cidades, a fim de que todos os imóveis cumpram sua função social (MDR, 2022).

4.1 | LEGISLAÇÃO NO MUNICÍPIO DE LAJEADO

Lajeado teve quatro Planos Diretores (1974, 1992, 2006 e 2020). A trajetória dos Planos Diretores de Lajeado, de acordo com Alves (2010), inicia com a criação e definição de critérios que valorizavam o positivismo ao planejar o espaço urbano. A partir da Lei nº 2.729, de 18 de março de 1974, que tinha como objetivo traçar a política de desenvolvimento urbanístico do município, foi instituído o primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Lajeado, marcado pelo autoritarismo político-militar da época, que preconizou os aspectos econômicos e imobiliários. Após a promulgação da CF de 1988, que restabeleceu o processo democrático e o federalismo, o segundo Plano Diretor começou a ser construído, trazendo a temática ambiental, que havia ficado de fora na sua primeira versão.

Em 1992, o novo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado é promulgado pela Lei nº 4.788, sendo bem diferente do anterior. Foi elaborado em uma fase de abertura política no Brasil e levou em consideração muitos aspectos da sociedade e do ambiente, como no Art. 131, quando se faz referência às inundações. Neste artigo, em seu inciso I, destaca-se que é vedado o parcelamento do solo para fins urbanos em terrenos propensos a alagamentos e sujeitos a inundações (PML, 1992). Nesse sentido, evidencia condições e limitações para o uso e ocupação do solo que convergem para ações de prevenção referente aos desastres. O mesmo artigo também acrescenta, no inciso IV, que não se edifique em terrenos onde as condições geológicas não permitam a construção. Relativamente aos imóveis sujeitos a cheias e inundações, eles são definidos como aqueles localizados em cota de nível inferior a 27,00m positivos em relação ao sistema de referência de nível do mar. Em sua segunda versão, temos a gestão de risco geológicos e hidrológicos contempladas no planejamento urbano de Lajeado.

Em 1996, o Código do Meio Ambiente é instituído pela Lei nº 5.835 que, em seu Art. 1º, estabelece o Meio Ambiente como patrimônio comum da coletividade e bem de uso comum do povo, sendo sua proteção dever do Município e de todas as pessoas e entidades. No Art. 2º, proíbe qualquer alteração que possa prejudicar a saúde, a segurança e o bem-estar da população, criar condições adversas às atividades sociais e econômicas e ocasionar danos relevantes à flora, à fauna, à paisagem e a outros recursos naturais (PML, 1966).

Em seu Art. 3º, destaca a competência do Poder Executivo, por meio do Departamento Municipal do Meio Ambiente, para executar as políticas, coordenar as ações, executar planos e projetos, identificar, implantar e administrar unidades de conservação e, no item V, reitera a importância em “estabelecer diretrizes específicas para a preparação e recuperação de mananciais e participar da elaboração de planos de ocupação de áreas de drenagem de bacias ou sub-bacias hidrográficas”. Dessa forma, o Plano Diretor de 1992 e o Código do Meio Ambiente de 1996 já demonstram preocupação em relação às questões de drenagem urbana e de manejo dos recursos hídricos, principalmente em relação à ocupação/preservação (PML, 1966).

Em 2006, é revogada a Lei nº 4.788, com a promulgação do novo Plano Diretor, pela Lei nº 7.650. Esse novo plano agrupa diversas informações ao antigo e inicia com a classificação das atividades dentro do município. Assim, no item 7 desta classificação, encontramos as áreas especiais, que contemplam áreas de interesse público e ambiental. Dentro das áreas especiais com potencial de ambiente natural, aparecem os leitos de cheias e os cursos d’água, além das áreas com potencial de parque natural e os parques urbanos. Ainda relativamente às atividades dentro do município, o item D destaca as atividades restritas para áreas inundáveis, ou seja, abaixo da cota 27m, onde fica proibido estocar produtos perecíveis ou tóxicos, instalar central de gás, transformador, casa de bombas, reservatórios ou quaisquer equipamentos ou instalações que ofereçam algum risco pessoal ou material. No Art. 135, o mesmo texto da Lei nº 4.788 de 1992 se repete ao trazer a referência às inundações em seus incisos I e IV (PML, 2006).

De acordo com Alves (2010), o Plano Diretor de 2006 tentou adequar-se ao Estatuto da Cidade, objetivando melhorar a qualidade de vida da população e o bem-estar da comunidade, além de ordenar o crescimento sem esquecer do patrimônio ambiental, da proteção e conservação ecológica e paisagística. A preocupação com o meio ambiente está presente no terceiro Plano Diretor através da delimitação do espaço urbano, que norteia a expansão com os cuidados necessários à preservação ambiental não observada anteriormente.

Em 2016, é promulgada a Lei nº 10.215, que dispõe sobre a determinação de área urbana consolidada localizada em perímetro urbano e áreas de preservação permanente (APP), no município de Lajeado. Estas novas legislações se fazem necessárias em função do crescimento urbano que acaba levando a assentamentos em áreas inadequadas acarretando problemas de degradação das margens, principalmente áreas ribeirinhas do rio Taquari (PML, 2016).

Logo no Art. 6º, consta que será expressamente proibida a continuidade e a instalação de qualquer obra, edificação ou atividade que: I - esteja abaixo da cota 24m, pois somente serão permitidas construções sobre pilotis da cota 24m a 27m; II - esteja em área de risco de alagamentos ou desmoronamentos; III - esteja em área com declividade superior a 45%; IV - infrinja diretrizes do Código Municipal do Meio Ambiente, do Plano Diretor Municipal, da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, do Código de Edificações e do Código de Posturas; e V - se enquadre em atividade industrial de alto potencial poluidor, conforme Instrução Normativa municipal específica (PML, 2016).

Em 2020, entra em vigor a Lei nº 11.052, que institui o Plano Diretor atual do município de Lajeado. Seu Art. 53 traz novamente a orientação quanto aos imóveis sujeitos a cheias e inundações, sendo “os que estiverem localizados em cota de

nível inferior a 27,00 metros positivos em relação ao sistema oficial de referência de nível do Mar". E, em seu parágrafo único, reitera que a atividade residencial será permitida somente acima da cota mencionada, sendo que garagens podem ser admitidas na cota 24,00 metros (PML, 2020).

O Art. 55 traz que as cotas de inundação referidas no artigo 54 não se aplicam à Zona de Controle Especial e, no parágrafo único, que a carta hidrológica municipal definirá as cotas e as áreas seguras de ocupação na Zona de Controle Especial (ZCE) (PML, 2020).

Novamente acerca da Zona de Controle Especial, referindo-se ao parcelamento do solo nessas áreas, o Art. 126 veda o parcelamento do solo para fins urbanos em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas de providências para assegurar o escoamento das águas ou a proteção para as cheias e inundações, conforme menciona o inciso I. Ainda neste artigo, o inciso IV veda também a edificação em terrenos onde as condições geológicas e hidrológicas não aconselham. Fica ainda vedada, no inciso VIII, a edificação em áreas de risco definidas como não edificáveis neste Plano Diretor ou em legislação dele derivada. O primeiro parágrafo acrescenta que os imóveis sujeitos a cheias e inundações são os que estiverem localizados em cota de nível inferior a 27,00m positivos em relação ao sistema de referência de nível do mar (PML, 2020).

O Art. 160 aborda a Zona de Controle Especial (ZCE), a qual busca garantir a integração equilibrada entre a ocupação humana e o meio ambiente, tendo como principais objetivos: reduzir os riscos geológicos e hidrológicos; promover a segurança e proteção permanente da população e do patrimônio frente à ocorrência de diferentes tipos de desastres; priorizar alternativas mais eficazes e de menor impacto socioambiental; coibir o surgimento de ocupações urbanas nas áreas suscetíveis a desastres; promover a aproximação/integração da população com a paisagem natural e o rio Taquari, buscando uma ocupação sustentável; e garantir ocupação de baixa densidade (PML, 2020).

4.2 | LEGISLAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ESTRELA

O município de Estrela traz duas leis importantes dentro da temática. A primeira delas trata indiretamente dos desastres, isto é, a Lei nº 3.294, instituída no ano de 1999, que promulga o Código do Meio Ambiente do Município de Estrela e tem por objetivo assegurar a melhoria da qualidade de vida dos habitantes considerando o meio ambiente como um patrimônio público. Esta é uma lei que versa sobre os temas do meio ambiente, da degradação ambiental, da poluição e do impacto ambiental, que estão indiretamente relacionados com a própria gestão das áreas de risco (PME, 1999).

Conforme seu Art. 10, fica ao encargo do poder executivo, por meio do Órgão Municipal do Meio Ambiente: executar a política ambiental; coordenar ações e executar planos, projetos e atividades de preservação e recuperação ambiental; estudar, definir e expedir normas técnicas visando a proteção ambiental do município; identificar, implantar e administrar unidades de conservação; e, em seu item V, "estabelecer diretrizes específicas para a preparação e recuperação de mananciais e participar da elaboração de planos de ocupação de áreas de drenagem de bacias ou sub-bacias hidrográficas" (PME, 1999).

Instituída em 2006, a Lei nº 4.314 cria o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do município e revoga o Plano Diretor de 1979.

No Art. 26, os parágrafo 3º e 4º destacam que somente serão permitidas construções novas em áreas inundáveis respeitando a cota 26 metros e as diretrizes do Código do Meio Ambiente do Município e que as construções existentes nessas áreas somente poderão efetuar melhorias, reformas ou reconstruções desde que estejam acima da cota 24m e estas serão sobre pilotis, permitida a taxa de ocupação de 30% no nível térreo, permanecendo o restante da área aberta ou coberta, elevando-se acima da cota 26m (PME, 2006).

A Lei nº 6.614, de 02 de setembro de 2015, institui o Plano de Zoneamento Ambiental e Urbanístico das Áreas Especiais de Interesse Ambiental, incluindo as Áreas de Preservação Permanente em Perímetro Urbano no Município de Estrela. No inciso I, a regularização fundiária de interesse específico dos assentamentos inseridos em área urbana de ocupação consolidada e que ocupam Áreas de Preservação Permanente não identificadas como áreas de risco terão a regularização ambiental admitida por meio da aprovação do projeto de regularização fundiária, na forma da Lei 11.977, de 2009 (PME, 2015).

No Art. 3º, a lei define alguns conceitos, entre eles as áreas de risco:

1. Área de Especial Interesse Ambiental: são porções de território com características culturais ou naturais diferenciadas que estruturam a paisagem ou constituem ecossistemas importantes, atribuindo-lhes identidade, com repercuções em nível macro na cidade, incluindo as Áreas de Preservação Permanente, estabelecidas pelo inciso I do caput do Art. 4º da Lei Federal 12.651/2012, bem como pelo Art. 155 da Lei Estadual nº 11.520/2000, e as áreas inundáveis ou de risco ambiental estabelecidas no Plano de Zoneamento Ambiental e Urbanístico das Áreas Especiais de Interesse Ambiental;

2. Área de Preservação Permanente (APP): área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas, além das seguintes funções:

- Proteção do solo prevenindo a ocorrência de desastres associados ao uso e ocupação inadequados de encostas e topos de morro;
- Proteção dos corpos d'água, evitando enchentes, poluição das águas e assoreamento dos rios;
- Manutenção da permeabilidade do solo e do regime hídrico, prevenindo contra inundações e enxurradas, colaborando com a recarga de aquíferos e evitando o comprometimento do abastecimento público de água em qualidade e quantidade;
- Função ecológica de refúgio para a fauna e de corredores ecológicos que facilitam o fluxo gênico de fauna e flora, especialmente em áreas verdes situadas no perímetro urbano e nas suas proximidades;
- Atenuação de desequilíbrios climáticos intraurbanos, tais como o excesso de aridez, o desconforto térmico e ambiental e o efeito de ilha de calor.

3. Áreas de risco: são áreas consideradas impróprias ao assentamento humano por estarem sujeitas a riscos naturais ou decorrentes da ação antrópica, como margens de rios sujeitas a inundação, taludes fluviais, florestas sujeitas a incêndios, áreas de alta declividade (encostas ou topos de morros) com risco de desmoronamento ou deslizamento de terra, áreas contaminadas por resíduos tóxicos e outras devidamente delimitadas em pertinentes procedimentos técnicos;

5 | ANÁLISE INTEGRADA DA LEGISLAÇÃO EM LAJEADO E ESTRELA A PARTIR DA GESTÃO DO RISCO

O objetivo dessa pesquisa foi mostrar – por meio da análise documental, bibliográfica e da legislação específica ao planejamento urbano, aos riscos e aos desastres – os marcos e avanços na esfera nacional, do estado do Rio Grande do Sul e dos municípios de Estrela e Lajeado. Por meio da pesquisa, observou-se que as legislações avançaram na atuação frente à redução de riscos e desastres e, nos casos municipais estudados, percebeu-se o Plano Diretor como ferramenta fundamental para incorporar ações de planejamento que diminuam a probabilidade da ocorrência de desastres.

Ambos os municípios pesquisados abordaram questões relativas à gestão de riscos e desastres em suas legislações, porém isso ocorre de forma indireta, com questões relativas à drenagem, ao uso do solo e ao zoneamento urbano, limitando as moradias em áreas de risco. As inundações, por serem recorrentes nos municípios, aparecem nos Planos Diretores desde a década de 1990, porém não eram temas de programas ou ações específicas de gerenciamento de risco até meados de 2012, quando a CPRM realiza o estudo das áreas de alto e muito alto risco de movimentos de massa e enchentes em Estrela (2012 e 2020) e Lajeado (março de 2013).

Os Núcleos Comunitários de Defesa Civil aparecem na legislação brasileira no Decreto nº 5.376 de 2005, revogado pelo Decreto nº 7.257 de 2010. Em seu Art. 5º, coloca o Núcleo Comunitário de Defesa Civil (Nudec) como um dos órgãos municipais, juntamente com a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (Comdec) a integrar o Sindec. No mesmo decreto, Os Art. 10, 11 e 13 destacam que, entre as competências da Secretaria Nacional de Defesa Civil, dos órgãos regionais e da Comdec, está promover e apoiar a implementação dos Nudec. O Art. 14 destaca que estes núcleos, ou entidades correspondentes, funcionam como centros de reunião e debate entre a Comdec e as comunidades locais para o planejamento, promoção e coordenação de atividades de defesa civil, como avaliação de riscos de desastres, promoção de medidas preventivas estruturais e não estruturais, elaboração de planos de contingência e de operações, treinamento de voluntários e de equipes técnicas para atuarem em circunstâncias de desastres, articulação com órgãos de monitorização, alerta e alarme, com o objetivo de otimizar a previsão de desastres, e a organização de planos de chamadas, com o objetivo de otimizar o estado de alerta na iminência de desastres.

A Lei nº 12.608/2012 não indica especificamente os Nudec, porém, em seu Art. 8, coloca como competência dos municípios estimular a participação civil, as associações de voluntários, de classe e comunitárias, entre outras, e promover o treinamento de associações de voluntários para atuar em conjunto com as comunidades (Brasil, 2012b).

O Decreto nº 10.593 de 2020 coloca, em seu Art. 4º, as organizações da sociedade civil como integrantes do Sinpdec e, no Art. 8º, caracteriza essas organizações como comunitárias de caráter voluntário, assim como entidades sem fins lucrativos com relevância na atuação de proteção e defesa civil (Brasil, 2020a).

Dessa forma, a organização de núcleos de defesa civil em diferentes grupos comunitários, povoados, bairros, quarteirões, edificações de grande porte, escolas e distritos industriais aparece como parte da composição do Órgão Municipal de Proteção e Defesa Civil. Porém, apesar de a legislação municipal de ambos os municípios apresentar condições legais de intervenção nas áreas de risco a desastres, não se observa uma participação popular efetiva que poderia estar constituída nos Nudec. A instalação destes núcleos nos municípios serve como um elo entre a comunidade e o governo municipal que pode participar desde a avaliação de riscos de desastres, promoção de medidas preventivas estruturais e não estruturais e elaboração de planos de contingência. Além disso, mantém na comunidade um histórico da ocorrência dos processos de risco que permite articulação com órgãos de monitorização, otimizando o estado de alerta e alarme.

Outra questão que deve ser observada na gestão do risco é o papel dos agentes da Defesa Civil. De acordo com Oliveira (2014), as atividades que consistem em monitorar a possibilidade de ocorrência de um evento adverso, bem como a existência de um banco de dados estruturado, padronizado e de fácil acesso, é fundamental para os agentes responsáveis pela gestão e gerenciamento de riscos. Nesse sentido, além de melhorias no monitoramento e nos bancos de dados, pode-se mencionar que um dos problemas ainda enfrentados pela Defesa Civil, em todas as esferas, é a ausência de uma carreira própria, pois, quando um gestor realiza um curso de capacitação, se ocorrer alguma mudança política, ele logo poderá ser substituído por outro agente que terá que receber a capacitação necessária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A legislação contempla algumas medidas estruturais e não estruturais e busca embasar a tomada dessas ações em um sistema de informação e monitoramento de riscos e desastres. A nova política para a gestão dos desastres articula as políticas públicas de defesa civil com os órgãos federais, estaduais e municipais, objetivando criar ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação frente aos desastres no Brasil.

Nesse sentido, Goulart, Cunha e Gimenes (2020) ressaltam que outro fator limitante é a insuficiência de integração entre políticas públicas nas diferentes escalas de gestão. Apesar de as diretrizes conversarem com o princípio da prevenção ao risco de desastre “uma brutal carga de atribuições é administrada pela municipalidade, o ente mais diretamente relacionado com o cidadão e o território, mas que apresenta menor capacidade relativa de investimento” (Goulart; Cunha; Gimenes, 2020, p. 343).

Apesar dos esforços, a gestão de emergência persiste no país e a efetiva gestão de riscos ainda não está implementada como um todo. Isso ocorre em função da reduzida educação em prevenção de riscos para a população, ou seja, ações não estruturais que colaborem para gestão de riscos e, também, da falta

de capacitação de agentes, assim como a falta de profissionais que atuem na área de interpretação e levantamentos relativo às áreas de risco. Tanto a política administrativa quanto a legislativa precisam melhorar no país, principalmente no âmbito da prevenção (Carvalho; Damacena, 2013), pois os desastres podem ser causados ou agravados justamente por falhas na proteção ambiental (Farber; Carvalho, 2019).

A ligação entre a gestão de risco e a lei reguladora é fundamental nessa problemática, pois a gestão do meio ambiente urbano é uma das tarefas centrais da administração pública e o gerenciamento de riscos ambientais é essencial nessa tarefa (Nogueira, 2002).

Uma legislação de qualidade com imposição eficaz é fundamental para a diminuição da gravidade dos desastres, porém o sistema deve priorizar a gestão de risco, ao invés da gestão de desastres com foco em setores dedicados aos riscos e seu gerenciamento por meio de políticas públicas e legislação urbana e ambiental com ênfase na ordenação territorial sob a ótica dos riscos.

Por meio dessa pesquisa, pudemos observar que as legislações avançaram consideravelmente nos últimos anos, assim como a atuação frente à redução de riscos e desastres que derivaram de suas promulgações, especialmente quanto à Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. No caso dos municípios de Estrela e Lajeado, temos nos Planos Diretores a principal ferramenta que transforma o planejamento urbano em ações concretas para a diminuição da probabilidade da ocorrência de desastres.

Por meio de uma legislação eficiente, é possível contribuir para mitigar os enormes prejuízos e perda de vidas desencadeados pelos desastres, especialmente em se tratando das áreas de risco dos municípios estudados. Apesar do crescimento urbano e das carências de políticas sociais para a aquisição de moradias fora das áreas de risco, é possível, via elaboração de planos diretores direcionados à redução de riscos, ordenar a ocupação para locais seguros, impedindo que habitações continuem a se instalar em áreas impróprias. ■

Recebido em: 24-06-2023

Aceito em: 12-02-2025

REFERÊNCIAS

- ALVES, A. W. *Planejamento e crescimento urbano: um estudo sobre os planos diretores da cidade de Lajeado, Rio Grande do Sul*. 2010. 159 p. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – Centro Universitário Univates, Lajeado, 2010.
- BORGES, C. M. C.; ROBAINA, L. E. de S.; SCCOTI, A. A. V. Estudos dos processos hidrológicos causadores de desastres que ocorrem nos municípios de Estrela e Lajeado, Vale do Taquari/RS. *Geografia Ensino & Pesquisa*, v. 28, e83744, p. 1-19, 2024.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Presidência da República, 1988.
- BRASIL. *Decreto nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005*. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil – Sindec e o Conselho Nacional de Defesa Civil e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/D5376impressao.htm. Acesso em: 10 maio 2023.
- BRASIL. *Decreto nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020*. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil e sobre o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil e o Sistema Nacional de Informações sobre Desastres. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.593-de-24-de-dezembro-de-2020-296427343>. Acesso em: 16 dez. 2022.
- BRASIL. *Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022*. Regulamenta o art. 1º-A, o art. 3º, o art. 4º, o art. 5º e o art. 5º-A da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para dispor sobre as transferências obrigatórias de recursos financeiros da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e recuperação em áreas atingidas por desastres. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.219-de-5-de-outubro-de-2022-434393357>. Acesso em: 11 maio. 2023.
- BRASIL. *Instrução Normativa nº 1, de 24 de agosto de 2012*. Estabelece procedimentos e critérios para decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e pelo Distrito Federal, e para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federativos e dá outras providências. Disponível em: <https://www.defesacivil.rs.gov.br/upload/arquivos/201511/04145538-livro-s2id-unidade-1-final-06nov2012-1i1.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2022.
- BRASIL. *Instrução Normativa nº 36, de 4 de dezembro de 2020*. Estabelece procedimentos e critérios para o reconhecimento federal e para declaração de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos municípios, estados e pelo Distrito Federal. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-36-de-4-de-dezembro-de-2020-292423788>. Acesso em: 15 dez. 2022.
- BRASIL. *Lei nº 6.938, de 310 de agosto de 1981*. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 11 jan. 2023.
- BRASIL. *Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001*. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: Acesso em: 10 fev. 2023.
- BRASIL. *Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012*. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistemas de informação e monitoramento de desastres; altera as leis nºs 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239 de 4 de outubro de 1991 e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm. Acesso em: 10 dez. 2022.
- BRASIL. *Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010*. Regulamenta a Medida Provisória nº 494 de 2 de julho de 2010, para dispor sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC. Brasília: Diário Oficial da União, 2010.

CARVALHO, D. W.; DAMACENA, F. D. L. *Direito dos desastres*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2013.

CEMADEN – *Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais*, 2015. Disponível em <http://www.cemaden.gov.br>. Acesso em: 16 nov. 2022.

CEPED – Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. *Atlas brasileiro de desastres naturais 1991 a 2012: volume Brasil*. Florianópolis: CEPED/UFSC, 2013.

CPRM – SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. Ministério de Minas e Energia, Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, Departamento de Gestão Territorial. *Setorização de Áreas de Alto e Muito Alto Risco a Movimentos de Massa, Enchentes e Inundações: Estrela – Rio Grande do Sul*. Brasília: CPRM, 2012.

CPRM – SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. Ministério de Minas e Energia, Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, Departamento de Gestão Territorial. *Setorização de Áreas de Alto e Muito Alto Risco a Movimentos de Massa, Enchentes e Inundações: Lajeado – Rio Grande do Sul*. Brasília: CPRM, 2013.

DEFESA CIVIL DO RIO GRANDE DO SUL. *Legislação Geral de Defesa Civil*. Porto Alegre/RS: Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, [s.d.]. Disponível em: <https://www.defesacivil.rs.gov.br/legislacao-geral-de-defesa-civil>. Acesso em: 16 nov. 2022.

DEFESA CIVIL DO RIO GRANDE DO SUL. *Coordenadorias Regionais de Proteção e Defesa Civil*. Porto Alegre/RS: Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, [s.d.]. Disponível em: <https://www.defesacivil.rs.gov.br/regionais-da-defesa-civil>. Acesso em: 16 nov. 2022.

FARBER, D. A.; CARVALHO, D. W. *Estudos aprofundados em direito dos desastres: interfaces comparadas*. 2. Ed. Curitiba: Appris, 2019.

FERRI, G.; TOGNI, A. C. *A História da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas*. Lajeado: Editora Univates, 2012.

FURTADO, J. et al. *Capacitação básica em Defesa Civil*. 3. Ed. Florianópolis: CAD/UFSC, 2013.

GOULART, A. C. O.; CUNHA, L. J. S.; GIMENES, A. C. W. Desafios e possibilidades estratégicas para uma política de redução de risco de desastres. *Geosul*, v. 35, n.76, p. 326-351, set./dez. 2020.

HESSEL, L. F. *O município de Estrela: história e crônica*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1983.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2010: resultados divulgados no Diário Oficial da União em 04.11.2010*. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_du/SC2_010.pdf> Acesso em: 08 out. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *População estimada 2021: População estimada [2021]*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/>. Acesso em: 19 dez. 2022.

LEITÃO, M. P. *Desastres ambientais, resiliência e a responsabilidade civil*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

MDR – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. *Guia para elaboração e revisão de Planos Diretores*. Brasília: Instituto Pólis, 2022.

NOGUEIRA, F. R. *Gerenciamento de riscos ambientais associados a escorregamentos: contribuição às políticas públicas municipais para áreas de ocupação subnormal*. 2002. 200 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2002.

OLIVEIRA, E. L. A. *Análise do gerenciamento de riscos geomorfológicos em cidades do Rio Grande do Sul: situação atual e contribuições para elaboração de estratégias de prevenção*. 2014. 235 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

OLIVEIRA, E. L. A.; ROBAINA, L. E. S. Gerenciamento de áreas de risco em cidades brasileiras: projetos e programas. *Ciência e Natura*, v. 37, n. 4, p. 366-384, 2015.

PME – PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA. *Lei Municipal nº 3294, de 22 de dezembro de 1999.* Institui o Código do Meio Ambiente do Município e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/e/estrela/lei-ordinaria/1999/330/3294/lei-ordinaria-n-3294-1999-institui-o-codigo-do-meio-ambiente-do-municipio-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 10 abr. 2022.

PME – PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA. *Lei Municipal nº 4.314, de 10 de outubro de 2016.* Cria o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município e revoga o Plano Diretor - Lei Municipal 1.620, de 28 de dezembro de 1979. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/e/estrela/lei-ordinaria/2006/432/4314/lei-ordinaria-n-4314-2006-cria-o-plano-diretor-de-desenvolvimento-integrado-do-municipio-e-revoga-o-plano-diretor-lei-municipal-1620-de-28-de-dezembro-de-1979>. Acesso em: 21 mar. 2022.

PME – PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA. *Lei Municipal nº 6.614, de 02 de setembro de 2015.* Institui o Plano Ambiental e Urbanístico das Áreas Especiais de Interesse Ambiental, incluindo as Áreas de Preservação Permanente em Perímetro Urbano no Município de Estrela e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/e/estrela/lei-ordinaria/2015/662/6614/lei-ordinaria-n-6614-2015-institui-o-plano-de-zoneamento-ambiental-e-urbanistico-das-areas-especiais-de-interesse-ambiental-incluindo-as-areas-de-preservacao-permanente-em-perimetro-urbano-no-municipio-de-estrela-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 10 mar. 2022.

PML – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO. *Lei Municipal nº 5.835, de 12 de dezembro de 1996.* Institui o Código do Meio Ambiente. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/l/lajeado/lei-ordinaria/1996/584/5835/lei-ordinaria-n-5835-1996-institui-o-codigo-do-meio-ambiente>. Acesso em: 10 mar. 2022.

PML – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO. *Lei Municipal nº 11.052, de 26 de agosto de 2020.* Institui o Plano Diretor de Lajeado. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/l/lajeado/lei-ordinaria/2020/1106/11052/lei-ordinaria-n-11052-2020-institui-o-plano-diretor-de-lajeado>. Acesso em: 10 mar. 2022.

REANI, R. T. et al. Interfaces legais entre planejamento urbano e redução de riscos e desastres. *Caminhos de Geografia*, v. 21, n. 76, p. 116-133, 2020.

RIO GRANDE DO SUL. *Decreto nº 20.357, de 09 de julho de 1970.* Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=33450&hTexto=&Hid_IDNorma=33450. Acesso em: 19 dez. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. *Decreto nº 42.355, de 18 de julho de 2003.* Dispõe sobre o Sistema Estadual de Defesa Civil do Estado e dá outras providências. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=46531&hTexto=&Hid_IDNorma=46531. Acesso em: 19 dez. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. *Decreto nº 51.547, de 3 de junho de 2014.* Dispõe sobre o Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil do Estado. Disponível em: <https://www.defesacivil.rs.gov.br/upload/arquivos/201511/04115321-dec-51547.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2022.

ROBAINA, L. E. S. Espaço urbano: relação com os acidentes naturais no Brasil. *Ciência e Natura*, v. 5, n. 2, p. 93-105, 2008.

ROBAINA, L. E. S.; TRENTIN, R. Áreas de risco por processos de dinâmica geomorfológica no Rio Grande do Sul: fundamentos e conceitos. *Geografia*, v. 38, n. 3, p. 589-607, 2013.

SEDEC – SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. *Capacitação básica em Defesa Civil*. 2. Ed. Florianópolis: CAD/UFSC, 2013.

DO LADO DE DENTRO DOS MUROS: UMA ANÁLISE DOS ESPAÇOS RESIDENCIAIS FECHADOS E CONTROLADOS DE ANGRA DOS REIS/RJ*

ELIANE MELARA

Universidade Federal Fluminense

melara_eliane@id.uff.br

LUCAS FERREIRA ANDRADE

Universidade Federal do Rio de Janeiro

lfandrade.geo@gmail.com

RESUMO

Contextualizando pelo viés da reestruturação produtiva e urbana, buscarmos analisar neste artigo os eventos econômicos que contribuíram para a expansão urbana de Angra dos Reis, corroborando com os processos de segregação e fragmentação do seu espaço urbano. Além disso, em razão de suas belezas naturais e da facilidade que seu litoral proporciona para o turismo náutico, a cidade vem se destacando pela influência do capital turístico-imobiliário, com uma quantidade expressiva de espaços residenciais fechados. Entretanto, é também uma cidade marcada por conflitos fundiários, pela pobreza e pela desigualdade social. Neste texto, pretendemos destacar os processos de autossegregação evidenciados na cidade, dando ênfase para a análise dos espaços residenciais fechados, destacando três complexos de loteamentos residenciais fechados do município, devido a sua extensão e importância turístico-imobiliária: os complexos Porto Bracuhy, Porto Frade e Portogalo. Segurança, conforto e muros são as características principais desses empreendimentos, sendo que a maioria dos proprietários dos imóveis não reside fixamente na cidade em estudo. Para concluir, devemos destacar que Angra dos Reis é bastante fragmentada e desigual, fazendo-se necessário a urgência de políticas públicas voltadas para as populações menos favorecidas.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdade Urbana; Segregação e Fragmentação socioespacial; Espaços residenciais fechados.

* Para a realização desta pesquisa contamos com o financiamento do CNPq.



Esta revista está licenciada sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

INSIDE THE WALLS: ANALYSIS OF CLOSED AND CONTROLLED RESIDENTIAL SPACES IN ANGRA DOS REIS/RJ

ABSTRACT

Contextualizing from the perspective of productive and urban restructuring, we will seek to analyze in this article the economic events that contributed to the urban expansion of Angra dos Reis, corroborating the processes of segregation and fragmentation of its urban space. Furthermore, due to its natural beauty and the ease that its coastline provides for nautical tourism, the city has stood out for the influence of tourist-real estate capital, with a significant number of closed residential lots. However, it is also a city marked by land conflicts, poverty and social inequality. In this text, we intend to highlight the processes of self-segregation evidenced in the city, placing emphasis on the analysis of closed residential spaces, highlighting three complexes of closed residential subdivisions in the municipality, due to their extension and tourist-real estate importance: the Porto Bracuhy, Porto Frade and Portogalo complexes. Security, comfort and walls are the main characteristics of these projects, with the majority of property owners not permanently residing in the city under study. To conclude, we must highlight that Angra dos Reis is quite fragmented and unequal, making it necessary to urgently implement public policies aimed at less favored populations.

KEYWORDS: Urban inequality; Socio-spatial segregation and fragmentation; Closed residential spaces.

DENTRO DE LOS MUROS: UN ANÁLISIS DE LOS ESPACIOS RESIDENCIALES CERRADOS Y CONTROLADOS EN ANGRA DOS REIS/RJ

RESUMEN

Contextualizando desde la perspectiva de la reestructuración productiva y urbana, buscaremos analizar en este artículo los eventos económicos que contribuyeron a la expansión urbana de Angra dos Reis, corroborando los procesos de segregación y fragmentación de su espacio urbano. Además, por su belleza natural y la facilidad que brinda su litoral para el turismo náutico, la ciudad se ha destacado por la influencia del capital turístico-inmobiliario, con un importante número de lotes residenciales cerrados. Sin embargo, también es una ciudad marcada por conflictos territoriales, pobreza y desigualdad social. En este texto pretendemos resaltar los procesos de autosegregación evidenciados en la ciudad, dando énfasis al análisis de espacios residenciales cerrados, destacando tres complejos de fraccionamientos residenciales cerrados en el municipio, por su extensión e importancia turístico-inmobiliaria: el Porto Bracuhy, complejos Porto Frade y Portogalo. Seguridad, confort y muros son las principales características de estos proyectos, siendo la mayoría de los propietarios no residentes permanentes en la ciudad objeto de estudio. Para concluir, debemos resaltar que Angra dos Reis se encuentra bastante fragmentada y desigual, por lo que es necesario implementar urgentemente políticas públicas dirigidas a las poblaciones menos favorecidas.

PALABRAS CLAVE: Desigualdad urbana; Segregación y fragmentación socioespacial; Espacios residenciales cerrados.

1 | INTRODUÇÃO

Conhecidos como *gated communities* nos EUA, os primeiros espaços residenciais fechados surgiram no país norte-americano durante os anos 1960, apesar de serem idealizados ainda na década de 1920, baseados nas *city gardens* da Inglaterra. No Brasil, a produção desses espaços ganhou força a partir dos anos 1970, sendo denominados como condomínios fechados, loteamentos murados, enclaves fortificados, espaços residenciais fechados, entre outras nomenclaturas (McKenzie, 1994; Blakely; Synder, 1999; Caldeira, 1997; 2000; Souza, 2008; Sposito e Góes, 2013).

Em geral, esses espaços fechados são preferencialmente destinados às classes médias e altas da população, se utilizam de aparatos de segurança e, em alguns casos, apresentam infraestruturas de lazer e serviços diversos, visando promover uma sensação de segurança e convívio entre os “iguais”. Esse tipo de produção imobiliária tem se expandido pelo mundo e adentrado principalmente nos países ditos semi-periféricos, aonde as transformações econômicas das metrópoles, assim como das cidades médias¹, vêm acentuando os processos de segregação e fragmentação socioespacial em diferentes contextos urbanos.

Conforme observado, essas transformações estão relacionadas à passagem da economia fordista para a economia flexível, que, especialmente a partir da década de 1970, promoveu muitas mudanças na divisão internacional do trabalho (DIT), das

¹ Sobre o conceito de cidade média, é interessante pesquisar trabalhos produzidos pela Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe), que vem se dedicando desde 2007 aos estudos sobre essa escala de cidade.

quais têm acarretado em processos de reestruturação produtiva e urbana em muitos países. Nesse contexto, a ideologia neoliberal também passou a acompanhar essa nova fase de organização econômica e política, tanto através de privatizações como da redução da presença do Estado na economia. No Brasil, esses processos vêm se intensificando a partir dos anos 1990, resultando numa constante interiorização das plantas produtivas e em modificações nos índices populacionais e econômicos de cidades com diferentes tamanhos e funções, influenciando diretamente na produção de seus espaços inter e intraurbano, com destaque para as cidades médias (Singer, 1978; Harvey, 1992; Amorim Filho; Serra, 2000).

Em razão dessas novas dinâmicas, o que temos evidenciado, a partir da segunda metade do século XX, é uma alteração das formas de estruturação espacial das cidades, dando origem a morfologias urbanas que revelam a sobreposição de cidades mono e multicêntricas por estruturas multi(poli)cêntricas². Essas novas estruturas têm ampliado e intensificado desigualdades sociais e espaciais que não se aprofundam apenas no âmbito residencial, mas incluem, progressivamente, todas as esferas da vida social, sobretudo no que se refere ao consumo de bens e serviços, com ênfase para aqueles atinentes ao lazer (Whitacker, 2007; Sposito, 2007; 2013; Sposito, Góes, 2013).

² Ao prefixo “multi”, tomemos o no sentido de muitos, quando há uma multiplicação dos setores que concentram atividades, pessoas e fluxos na cidade; já o prefixo “poli” se detém a muitos no sentido de diversos ou diferentes entre si, ou seja, quando há uma diversificação dessas múltiplas áreas (Sposito, M., 2013).

Nas metrópoles brasileiras, a produção de espaços altamente empobrecidos e o escapismo da elite para espaços exclusivos é uma realidade bastante consolidada, principalmente nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro. No caso das cidades médias, este processo vem se intensificando nas últimas décadas, uma vez que o crescimento econômico dessas cidades pode vir a contribuir para um acelerado crescimento populacional, que, sem o acompanhamento de políticas públicas voltadas para o âmbito social, refletem na produção de espaços cada vez mais segregados e fragmentados (Souza, 2008; Melara, 2016).

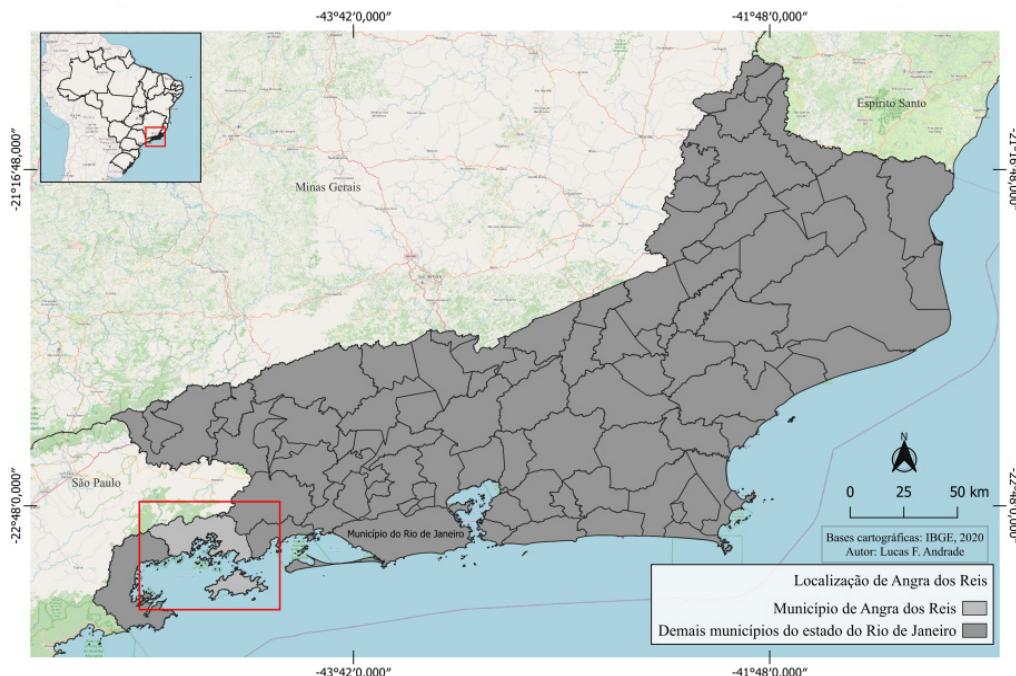
Nesses termos, para o presente estudo temos como recorte espacial e analítico a cidade de Angra dos Reis (Figura 1), que, nos últimos 50 anos, tem apresentado um significativo crescimento demográfico em virtude das mudanças econômicas ocorridas na cidade. Tais fatores têm contribuído para um processo crescente de separação e

segmentação de diferentes classes sociais, que também tem intensificado problemas relacionados à violência e à insegurança urbana na delimitação em estudo.

Pretendemos, portanto, realizar uma contextualização sobre a reestruturação urbana ocorrida em Angra dos Reis e dos processos de segregação e fragmentação urbana evidenciados na cidade a partir da expansão de seu espaço urbano, tendo como foco principal a produção de espaços residenciais autossegregados, iniciada ainda nos anos 1970.

Metodologicamente, foi realizado um estudo bibliográfico e documental sobre as temáticas, conceitos e teorias presentes nesta pesquisa, associados a vários trabalhos de campo em cerca de 40

Figura 1 – Localização de Angra dos Reis/RJ



Fonte: IBGE(2020). Org.: Lucas Ferreira Andrade.

loteamentos fechados³ destinados ao uso residencial em Angra dos Reis, sendo estes nomeados como condomínios, edifícios ou loteamento residenciais. Além disso, realizamos a coleta de dados primários através de entrevistas (semiestruturadas e não estruturadas)⁴ com atores sociais considerados relevantes para o desenvolvimento deste trabalho: a) Moradores de espaços autossegregados (4 entrevistados/as); b) Trabalhadores ligados a espaços residenciais autossegregados (12 entrevistados/as); c) agentes imobiliários (3 entrevistados/as); d) Líderes comunitários (3 entrevistados).

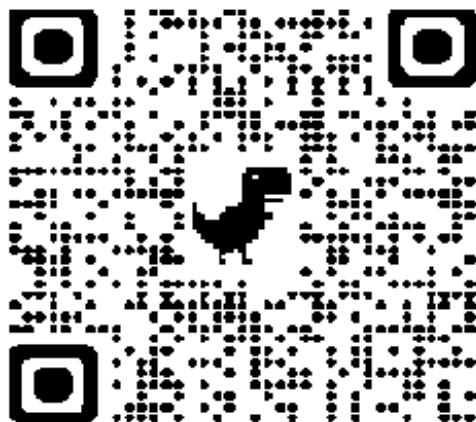
Ademais, houve a coleta de dados secundários disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Prefeitura Municipal de Angra dos Reis (PMAR), dos quais nos auxiliaram para o mapeamento de informações importantes para nossas análises espaciais, sendo a ferramenta QGIS 2.33.8 utilizada para tal finalidade. Como base cartográfica, utilizamos a delimitação dos bairros de Angra dos Reis disponibilizada pelo IBGE (2020), sendo necessário utilizarmos o critério de numeração para identificá-los devido à grande quantidade apresentada (121).

³ A adoção do termo “loteamento” se dá por esses espaços estarem enquadrados juridicamente na Lei 6.766/79, podendo haver edificações verticais ou horizontais. No caso do complemento “fechado”, este se justifica pela maioria dos loteamentos em Angra dos Reis cercear ou impossibilitar o acesso a áreas de uso comum (ruas de acesso, espaços de lazer etc.), o que pela legislação não seria permitido, já que seu enquadramento jurídico se detém apenas a compra da área referente ao(s) lote(s).

⁴ É preciso destacar que a maioria das entrevistas não pôde ser gravada, logo, as suas transcrições se tratam de aproximações das respostas obtidas em campo.

Desse modo, tornou-se necessário elaborarmos um quadro e um mapa base para entendermos o número que se refere a cada bairro, dos quais podem ser verificados através da leitura do *QrCode* abaixo (Figura 2) ou pelo link: <https://gebig.org/gruss/>.

Figura 2 – *QrCode* referente ao quadro e ao mapa base dos bairros de Angra dos Reis/RJ



Fonte: IBGE (2020). Org.: Lucas Ferreira Andrade.

2 | REESTRUTURAÇÃO URBANA EM ANGRA DOS REIS

Para introduzirmos nossas reflexões a respeito das mudanças econômicas ocorridas em Angra dos Reis, iniciaremos nosso recorte de análise temporal a partir da Era Vargas, embora seja importante salientar que os ciclos da cana-de-açúcar, do ouro e do café também fizeram parte do histórico econômico do município. Dito isso, cabe mencionar que Angra dos Reis foi marcada por três momentos distintos de investimentos patrocinados pelo Estado ao longo do século XX, dos quais propiciaram tanto a re-inserção da cidade no processo de avanço do capitalismo no Brasil como marcaram profundamente a produção e expansão de seu espaço urbano (Guanziroli, 1983; Abreu, 2005; Chetry, 2018; Monteiro, 2018).⁵

No primeiro momento, durante a Era Vargas (1930-1945), ocorre a ampliação do porto de Angra e a construção da rodovia estadual RJ-155, sendo essa uma importante rota que liga Angra dos Reis ao município de Rio Claro, em direção ao Vale do Paraíba Fluminense. Neste período, evidencia-se uma reestruturação do núcleo urbano original da cidade, processo este que deu início a ocupação de morros e encostas periféricas em seu entorno. Num segundo momento, quando ocorre a construção do Estaleiro Verolme em 1959 (atual Estaleiro BrasFELS), resultado da política nacional desenvolvimentista de Juscelino Kubistcheck (1956-1961), inaugurando a indústria naval no país, inicia-se então o processo de expansão urbana da cidade, sobretudo em direção ao bairro Jacuecanga (15), onde se encontra localizado o referido empreendimento.

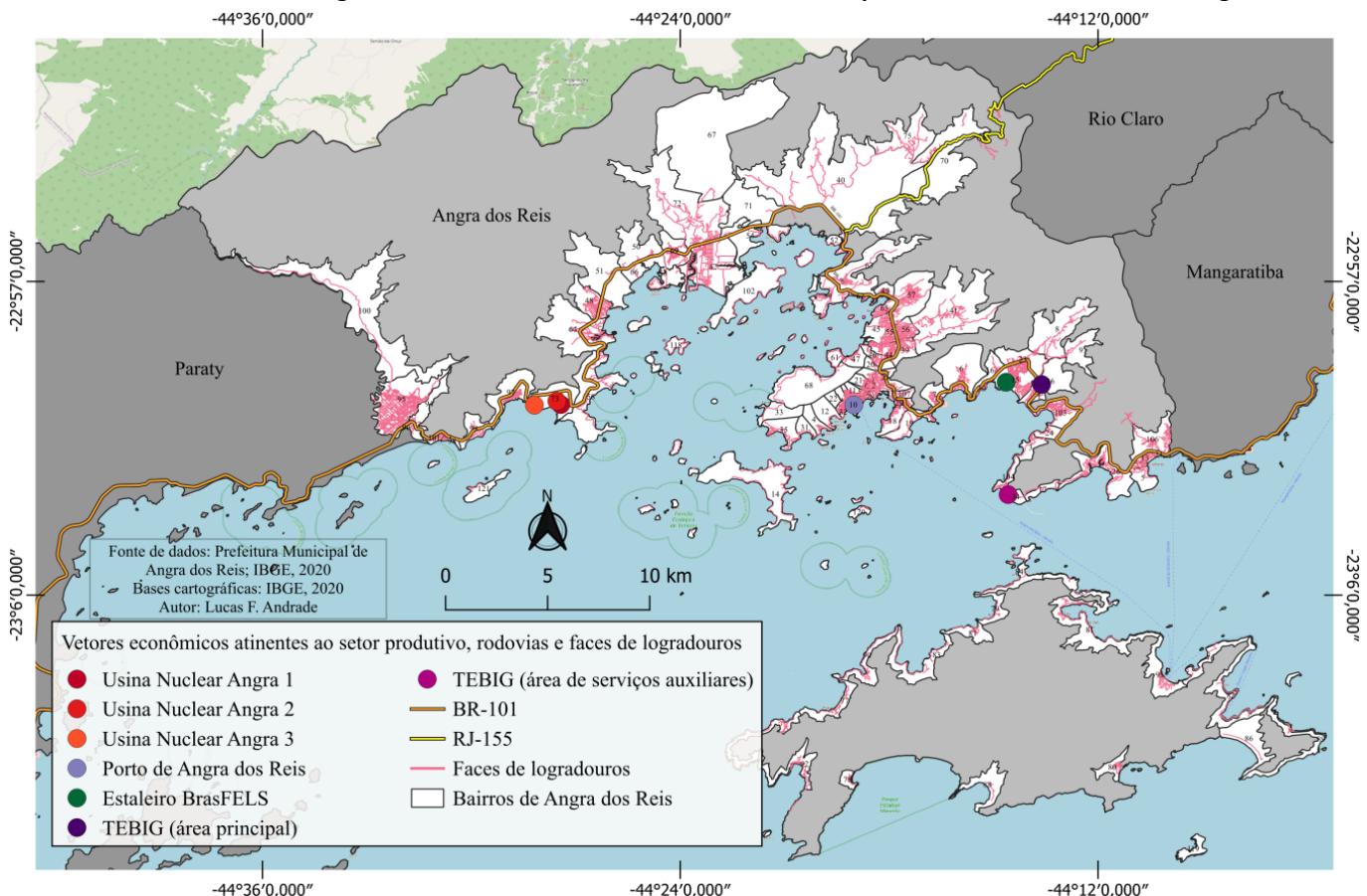
No terceiro momento, já durante a ditadura militar (1964-1985)⁶, o que se observa é uma expansão urbana ainda mais expressiva da cidade, principalmente em razão das seguintes inserções econômicas ocorridas a partir da década de 1970: 1) Inauguração da rodovia BR-101(trecho Rio-Santos) no início dos anos 1970; 2) Construção da Usina Nuclear Angra I a partir de 1972; 3) Implantação do Terminal Petrolífero da Baía da Ilha Grande (TEBIG) em 1977; 4) Construção da Usina Angra II a partir de 1982; 5) Início das obras da Usina Angra III, em construção desde a década de 1980 (Abreu, 2005).

Ao relacionarmos os investimentos referidos acima com a base de dados geoespacial referente às linhas que representam graficamente os arruamentos das áreas urbanas e dos aglomerados rurais em Angra dos Reis (Figura 3), podemos verificar a influência que essas inserções econômicas tiveram para a formação de aglomerados populacionais no município e, consequentemente, para a expansão de seu espaço urbano – com destaque para a rodovia BR-101, a qual propicia fluxos inter e intraurbanos que vêm modificando a lógica de acumulação e produção do espaço da cidade.

5 O termo “re-inserção” se torna plausível de utilização em função do longo período de recessão econômica enfrentada pelo município de Angra dos Reis entre a segunda metade do século XIX e o primeiro quartel do século XX, quando a região entra em decadência devido a diferentes fatores, como: a proibição do comércio de escravos decorrente da Lei Eusébio de Queirós, de 1850; a queda de produção cafeeira; e pela construção da linha férrea D. Pedro II, que ao ligar os estados do Rio de Janeiro e São Paulo pelo Vale do Paraíba, isolava Angra de uma importante rota comercial (Abreu, 2005; Chetry, 2018; Monteiro, 2018).

6 É preciso destacar que, durante a ditadura militar, Angra dos Reis se encontrava sob a Lei de Segurança Nacional, tendo em vista os complexos industriais instalados em sua delimitação e o valor estratégico que o município possuía para o governo ditatorial. Dessa forma, os prefeitos do município eram nomeados pelos militares, não havendo eleições municipais durante esse período (Ribeiro, J., 2007).

Figura 3 – Vetores econômicos atinentes ao setor produtivo, rodovias e faces de logradouros.



turístico-imobiliário⁷, o que resultou, por vezes, em diversos conflitos por terra com povos tradicionais da região, especialmente quilombolas, caiçaras e indígenas que ali viviam (Guanziroli, 1983; Abreu, 2005; Siqueira, 1989).⁸

Segundo Amaro Jr., Alentejano e Silva (2022), os primeiros registros de conflitos fundiários na região ocorreram a partir dos anos 1960, sendo esses casos ainda mais intensificados durante a década seguinte. De acordo com um ex-líder comunitário do Quilombo do Bracuí, tais ocorrências tiveram início a partir do planejamento da BR-101, que, assim como diversos empreendimentos ligados ao turismo-imobiliário no município, teria sido construída sobre processos de grilagem e de expropriação de terras. Conforme relatado pelo entrevistado:

A rodovia foi construída entre os anos 1970 e 1980, mas “eles” chegaram um pouco antes, a partir da década de 1950. Quando vieram, começaram a aliciar as pessoas da região, pegavam pessoas analfabetas e falavam para assinar alguns documentos, dizendo que era para passar suas terras para o próprio nome. Quando a Rio-Santos veio sendo construída, “eles” chegavam e mandavam essas pessoas embora, já que tinham assinado um documento. Também houve casos em que pessoas foram ameaçadas de morte. (Entrevista realizada com um ex-presidente da Associação de Moradores do Quilombo do Bracuí em 14/07/22).

Ainda segundo o entrevistado supracitado, bem como observado nas entrevistas com os líderes comunitários dos bairros Lambicada (16)⁹ e Nova Angra (56)¹⁰, a ocorrência desses impasses permanece sendo uma preocupação que se perpetua até os dias atuais, sobretudo em razão da beleza natural da região e das possibilidades que seu litoral proporciona para o desenvolvimento de atividades voltadas ao turismo náutico. Corroborando tais argumentos, através das contribuições de Amaro Jr., Alentejano e Silva (2022) podemos analisar que, durante a década de 2010, a região do estado do Rio de Janeiro que mais apresentou conflitos fundiários foi a Sul, principalmente nos municípios de Angra dos Reis e Paraty.

Nesse contexto, temos analisado que há uma intensa articulação entre o capital privado externo, a elite fundiária local e o Estado. Muitas vezes, a elite local faz parte da política do município, e isso tem se mostrado determinantes

7 Por mais que atores sociais da pesquisa ligados ao capital imobiliário não estejam totalmente associados às atividades turísticas, a adoção do termo “turístico-imobiliário” representa bem o caso de Angra dos Reis, uma vez que o turismo está bastante presente nesses espaços (Abreu, 2005).

8 Um exemplo bastante emblemático desses conflitos é o caso da comunidade quilombola do Bracuí, que, especialmente entre os anos 1970 e 1980, foi ameaçada de expropriação pelo empreendimento Porto Bracuhy, que tinha como objetivo expandir seus negócios para toda a região da antiga fazenda Santa Rita (Feitosa; Silva, 2015). Recentemente, no ano de 2022, as paredes da escola localizada próximo ao Quilombo foram pichadas com ameaças às lideranças locais, mostrando que esses conflitos permanecem sendo uma grande preocupação para os povos tradicionais da região(Amaro Jr.; Alentejano; Silva, 2022).

9 Entrevista realizada em 20/12/2021.

10 Entrevista realizada em 21/12/2021.

para as decisões que ocorrem nas diferentes escalas geográficas em que a cidade está inserida, do local ao global, favorecendo políticas públicas e de planejamento urbano que vão ao encontro aos seus interesses.¹¹

Em campo, temos observado que Angra dos Reis apresenta um delineamento urbano fortemente marcado pelo aproveitamento turístico-imobiliário, o qual se mostra condicionado às análises territoriais apresentadas no Projeto Turis. Como visto, as orientações descritas neste projeto para o município aparentam se mostrar determinantes tanto para as antigas e novas escolhas locacionais como para os diferentes níveis de empreendimentos ligados ao turismo-imobiliário, com destaque para o elevado número de loteamentos destinados ao uso residencial¹², especialmente próximos ao mar e à BR-101.

Em meio a este cenário, é preciso destacar que as mudanças econômicas até aqui mencionadas também contribuíram decisivamente para um crescimento populacional considerável de Angra dos Reis, especialmente em razão dos fluxos intermitentes de pessoas em direção à cidade devido às significativas flutuações na disponibilização dos postos de trabalho, sobretudo no setor industrial e da construção civil (Chetry, 2018; Monteiro, 2018). Com base nos Censos demográficos realizados pelo IBGE, podemos notar que a população de Angra dos Reis passou de mais de 40 mil habitantes em 1970 para mais de 85 mil em 1991, alcançando cerca de 169 mil pessoas em 2010 e estando, atualmente, com 167 mil habitantes, segundo o censo de 2022.¹³

Perante o exposto, cabe acrescentar que em razão da dificuldade de crescimento horizontal observada em Angra dos Reis, devido a sua posição de confinamento entre a Serra do Mar e o Oceano Atlântico, grande parte dos imigrantes com baixo grau de instrução e qualificação, que vieram para a cidade em razão das mudanças econômicas ocorridas, assim como muitos nativos expulsos de suas terras (especialmente quilombolas, caiçaras e indígenas), se viram obrigados a ocupar áreas suscetíveis e/ou com riscos de desastre natural, como por exemplo, os morros que circundam o Centro da cidade (Figuras 4 e 5).

11 Em meio a essas articulações, três famílias da elite local se destacam em meio a esse processo. A primeira seria a do atual Prefeito de Angra dos Reis (família Jordão), que, entre 1908 e 1988, já possuía grandes parcelas de terras nas regiões de Mambucaba e Ilha Grande, além de muitas pessoas escravizadas (aproximadamente 7.500) que trabalhavam em suas fazendas (Vasconcellos, 2006). O segundo exemplo seria o caso da família Borges, que, durante a década de 1960, comprou e expropriou terras no município, construindo os primeiros hotéis na cidade a partir da década seguinte(Ribeiro, I., 2017);no livro Frade: histórias de um paraíso em Angra dos Reis, verificamos que a família Borges frequenta a região do Frade desde a década de 1950, e, em 1958, o patriarca da família, Carlos Borges, teria comprado a antiga fazenda do Retiro, que veio a se tornar a sede da fazenda do Frade (Mendonça, 2017) onde hoje se encontra o complexo de loteamentos fechados Porto Frade. O terceiro exemplo seria o caso de membros da família responsável pela empresa Valle Sul, que, apesar do histórico de problemas na justiça (Diário do Grande ABC, 1999; 2000; Jornal Extra, 2007; G1, 2010) permanece em ganhando licitações de obras e prestando serviços importantes à Prefeitura de Angra dos Reis, como o de pavimentação do município e o de auxílio a desastres naturais.

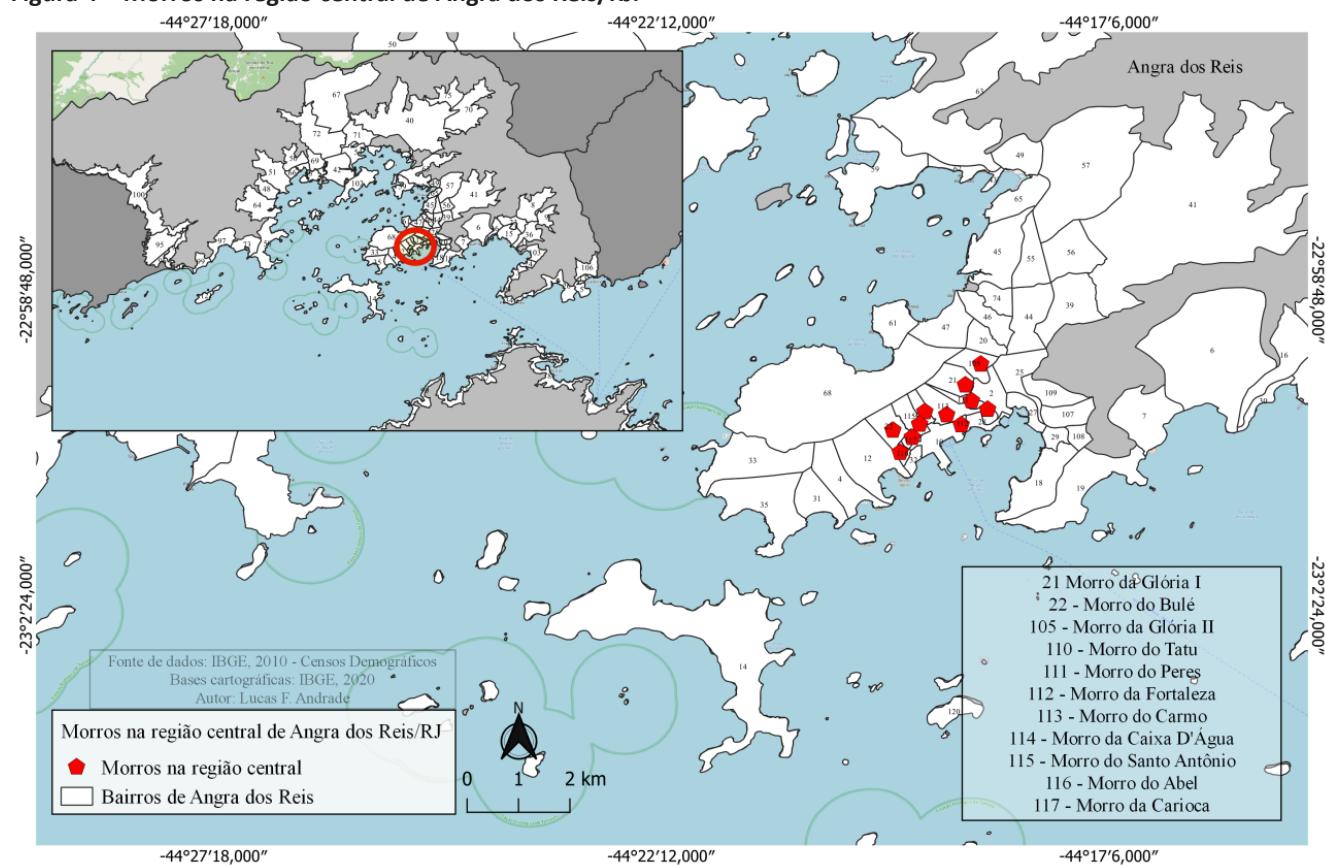
12 Loteamentos de uso comercial, hoteleiros e voltados à prestação de serviços foram excluídos de nosso mapeamento, assim como loteamentos implementados por meio de programas governamentais. É importante salientar que a maioria dos imóveis localizados nesses empreendimentos é utilizada apenas como segunda residência e/ou para possíveis locações temporárias destinadas a turistas que visitam a cidade, sendo utilizados, portanto, mais em períodos de veraneio.

13 Apesar de necessitarmos de um maior aprofundamento teórico-metodológico para compreendermos as causas da estabilização populacional em Angra dos Reis entre 2010 e 2022, o que não cabe a este trabalho em razão de nossos objetivos temáticos, verifica-se que as flutuações constantes de emprego advindas de contratos temporários e das crises nos setores naval e petrolífero nos últimos 10 anos podem ser alguns dos principais indicativos para o registro desse padrão.

Reforçando tais constatações, que se mostraram evidentes ao longo de nossas entrevistas e trabalhos de campo, no último Censo do IBGE (2010) Angra dos Reis aparecia na 10ª posição entre os municípios do país com maior proporção de domicílios classificados como favelas e comunidades urbanas, com 34,2% das residências localizadas nesses espaços¹⁴. Ao relacionarmos essas delimitações com os dados relativos à renda média por domicílio classificada pelo Censo do IBGE em 2010, podemos observar, através da Figura 6, que as favelas e comunidades urbanas não são exclusivas das áreas com menor renda, estando situadas por toda a cidade. Além disso, é possível verificar que a maioria dos domicílios da cidade apresenta rendimentos entre zero a dois salários mínimos, ao passo que a parcela mínima dos domicílios possui rendimentos acima de dez salários¹⁵. Isto é, a maioria das pessoas da cidade vive com uma média salarial baixa.

Ainda sobre o mapeamento referido acima, é preciso acrescentar que a média salarial apresentada se mostra relativa na medida em que muitas pessoas pertencentes aos extratos de rendas mais abastadas não residem fixamente na cidade, o que não contabilizaria na análise do censo realizado pelo IBGE. Apesar disso, através de nossas observações de campo foi possível evidenciar que grande parte da população da cidade vive em condições bastante precárias, tanto no que se refere às médias salariais como em relação à infraestrutura urbana, que é precária em muitas localidades.

Figura 4 – Morros na região central de Angra dos Reis/RJ.



Fonte: IBGE (2010). Org.: Lucas Ferreira Andrade.

14 De acordo com os resultados preliminares disponibilizados pelo IBGE (2020), entre 2010 e 2019 a taxa relativa às favelas e comunidades urbanas em Angra dos Reis teria subido de 34,2% para 39,8%.

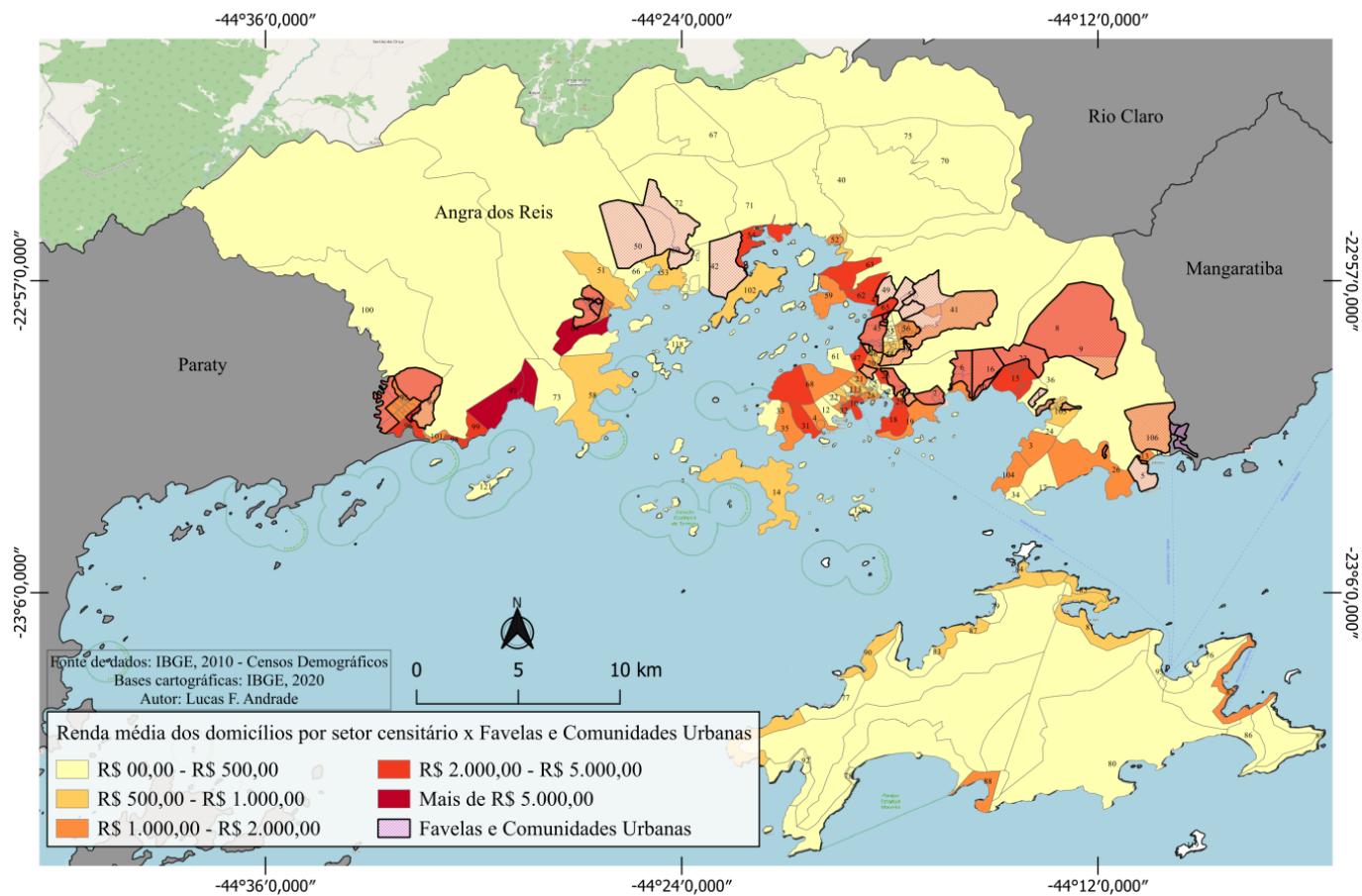
15 O salário mínimo em 2010 era de R\$ 510,00.

Figura 5 – Vista do Morro da Glória 1 para o Morro do Tatu (à esquerda) e Morro do Peres (à direita)



Fonte: Trabalhos de campo 2021/2024. Organizado pelos autores.

Figura 6 – Renda média dos domicílios por setor censitário x Favelas e Comunidades Urbanas em Angra dos Reis/RJ.



Fonte: IBGE (2010). Org.: Lucas F. Andrade.

Em alguns casos, essas áreas eram/são territorializadas por facções do tráfico de drogas¹⁶, fato este que reflete nos problemas relacionados à criminalidade violenta na cidade. Tomando cuidado para não associarmos criminalidade à pobreza, é justamente nesse conjunto de violências causada pela aliança formada entre o capital e o Estado que os grupos de indivíduos socialmente mais frágeis ficam expostos às desigualdades urbanas e se tornam mais suscetíveis ao aliciamento de práticas criminosas, seja por necessidade financeira ou qualquer outro motivo, especialmente quando falamos dos crimes relacionados ao tráfico de drogas. É importante destacar que, Angra chegou a ocupar a 22º posição entre os municípios mais violentos do país com mais de 100 mil habitantes, conforme apontado em estudos divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2023.

No caso da população de renda média, notamos que estes se encontram preferencialmente em áreas com maiores ofertas de serviços e bens de consumo, com destaque para a região central e para os bairros Japuíba (55), Jacuecanga (15) e Parque Mambucaba (95). Com relação às classes mais abastadas, verificamos que estes se concentram majoritariamente nas áreas mais planas e com boas condições de habitação, especialmente em loteamentos fechados localizados próximos ao mar, onde muitas áreas de praia têm sido “privatizadas” em razão de seu acesso ser praticamente impossível. Segundo Irene Ribeiro (2017), em 1984 a Comissão Contra a Privatização de Praias já apontava que 70% das praias de Angra dos Reis possuíam o seu acesso privatizado; atualmente, mais de 30 anos se passaram e o cenário permanece o mesmo.

Tal situação reflete bem os estudos de Corrêa (1989; 2013), já que a dinâmica econômica da cidade de Angra dos Reis vem interferindo na sua organização espacial, promovendo diferentes tipos de segregação a partir dos investimentos de capital externo e interno, dos conflitos territoriais e migrações subjacentes a essas inserções, que resultaram (e ainda resultam) na produção do espaço pelos excluídos, e da interferência do Estado. De maneira muito resumida, temos: 1) a segregação imposta, relacionada aos estratos mais pobres da população, que se alocam ou se realocam de modo não espontâneo (na maioria dos casos) em espaços com acessos deficitários à infraestrutura urbana; 2) a segregação induzida, que afeta mais a população de renda média, proporcionando algumas escolhas de onde morar e o que fazer em relação às práticas espaciais de consumo e lazer e 3) a autossegregação, praticada pelas classes mais abastadas na medida em que podem efetivamente escolher para si as melhores áreas da cidade, excluindo-as do restante da população ao se fecharem em espaços controlados de habitação e consumo, buscando se alocar entre seus pares.

Sposito (2013) analisa que os diferentes tipos de segregação mencionados acima (assim como outras dinâmicas de exclusão e diferenciação adjetivadas como urbanos, espaciais, territoriais, socioespaciais etc.) compõem um quadro ainda mais amplo e complexo de investigação, processo este denominado de fragmentação socioespacial, o qual pode incluir todos esses fenômenos numa mesma reflexão, sem que isso possa superá-los ou descartá-los.

16 Devido a limitação de espaço, não aprofundaremos as discussões sobre a problemática da criminalidade. Informações sobre a dinâmica da violência urbana em Angra dos Reis podem ser encontradas no artigo publicado nos Anais do SIMPURB de 2022(Pereira; Andrade; Melara, 2022).

Segundo a autora, os processos de fragmentação e segregação são processos que se sucedem no tempo, sendo o conceito de segregação mais antigo, construído desde a perspectiva da Escola da Chicago, em espacial na elaboração de Robert Park e nos inúmeros estudos sobre a separação de usos e moradias nas cidades. Assim, a fragmentação socioespacial é “mais recente e mais abrangente, visto que resulta de um arco amplo de dinâmicas, envolvendo diferentes usos e apropriações do espaço”. (Sposito, M., 2013, p. 84). Baseando-se em Prévôt Schapira (1999), Vasconcelos (2013) afirma que o processo de fragmentação é a ausência de um funcionamento global em prol de pequenas unidades, com quarteirões de pobreza e também de riqueza no meio urbano, sendo um processo vinculado às lógicas da globalização e à existência do automóvel. Sposito e Sposito (2020, p. 8), afirmam que:

[...] a fragmentação “tem sempre dupla determinação e expressão: espacial e social” (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 303), tanto do ponto de vista material quanto em sua dimensão simbólica, revelando as práticas constituídas pelas novas formas de separação na cidade. Essa perspectiva se reforça pelo fato de que a cidade dispersa (em qualquer escala considerada, seja a metrópole ou a cidade média), é condição de “novos conteúdos e práticas” (SPOSITO, 2011, p. 140). Assim, além de dupla determinação e expressão, a fragmentação é constituída por movimentos que se articulam dialeticamente, o que reforça a ideia de processo.

Angra dos Reis é uma cidade dispersa, formada por fragmentos de pobreza e fragmentos de riqueza, que pouco interagem. As barreiras, muitas vezes são físicas e muitas vezes são simbólicas. Os espaços residenciais fechados da cidade são exemplos desse processo de fragmentação urbana.

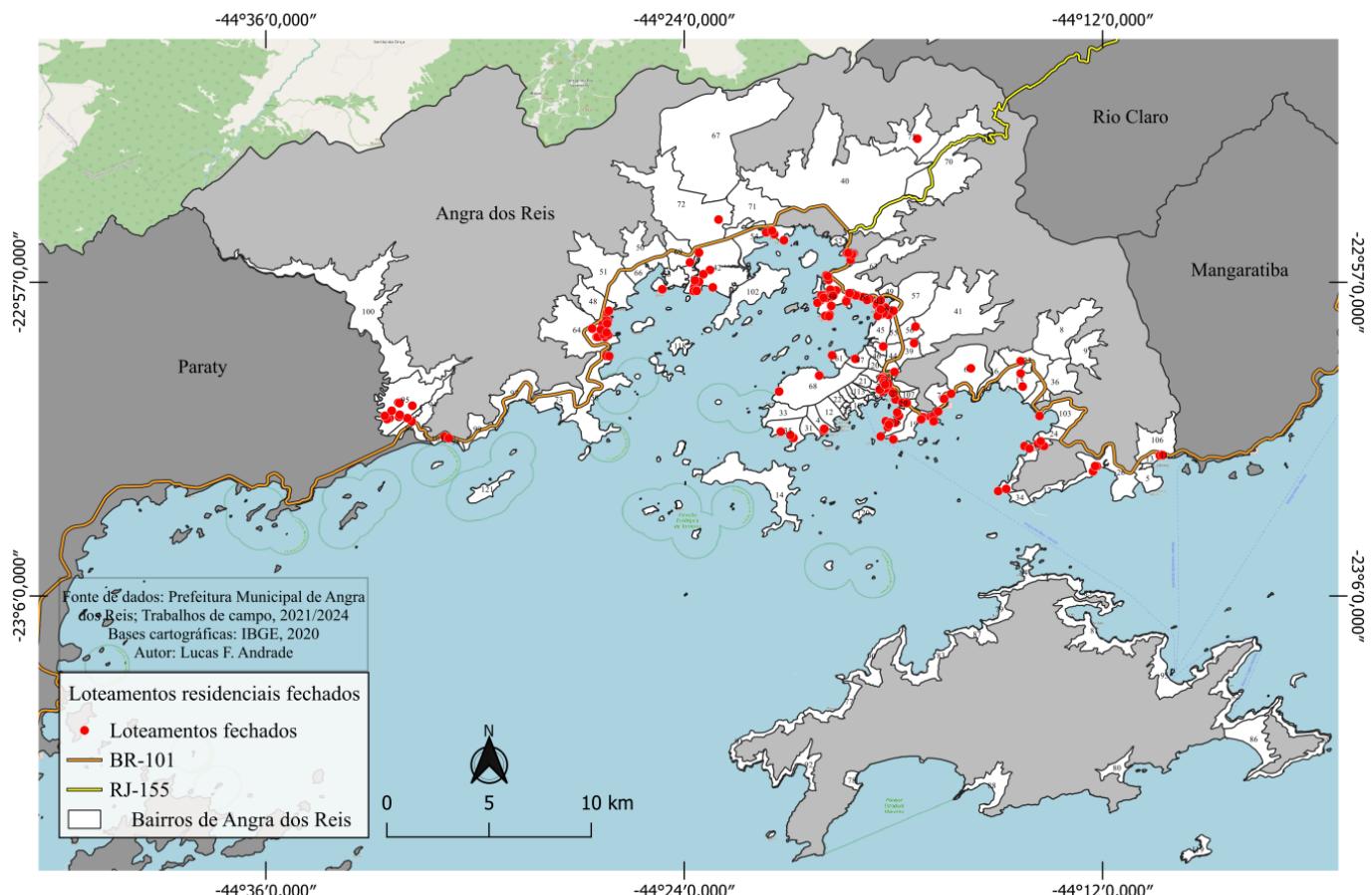
3 | A PRODUÇÃO DE UMA CIDADE SEGREGADA E FRAGMENTADA: ESPAÇOS RESIDENCIAIS FECHADOS EM ANGRA DOS REIS

Nas áreas planas e litorâneas com belas praias e paisagens, encontram-se localizados os espaços residenciais exclusivos destinados à população de média e alta renda. A partir do cruzamento de dados obtidos em campo com a base disponibilizada pela prefeitura de Angra dos Reis, identificamos 177 loteamentos residenciais fechados na cidade, sendo estes nomeados como condomínios (163), edifícios (9) e espaços residenciais (5) (Figura 7).

Além disso, é preciso considerar que Angra dos Reis possui uma faixa litorânea com mais de 80 km de extensão, o que reflete na distância entre a maioria dos loteamentos fechados localizados nessas áreas. Tal fato faz com que cada grupo frequente o seu próprio espaço e se exclua da realidade vivida do lado de fora dos muros, sobretudo em loteamentos de alto padrão, onde as lógicas de fragmentação são facilitadas tanto pelas rodovias, com o uso de automóveis, como também por infraestruturas que permitem a chegada e permanência de veículos marítimos e aéreos, como marinas e/ou helipontos privados (Figuras 8 e

9) localizados principalmente em loteamentos à beira-mar. Em todo o município, identificamos 32 helipontos privados e 2 aeroportos, sendo um público e um privado (Figura 10).

Figura 7 – Loteamentos residenciais fechados em Angra dos Reis/RJ.



Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis; Trabalhos de campo 2021/2024. Org.: Lucas Ferreira Andrade.

Figura 8 – Marina privada localizada no condomínio Marbella.



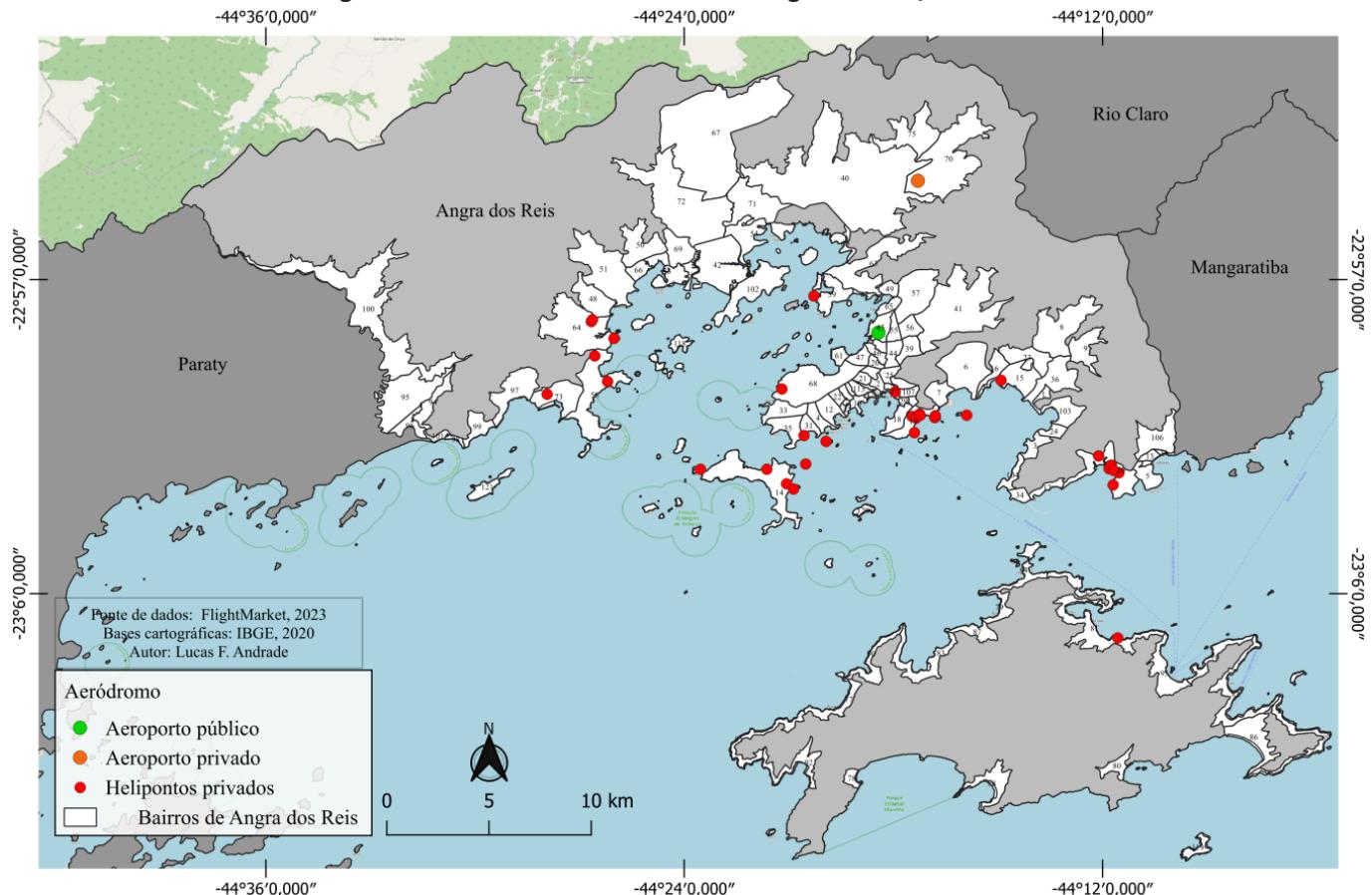
Fonte: Trabalhos de campo 2021/2024. Organizado pelos autores.

Figura 9 – Heliporto privado localizado no condomínio Praia das Araras



Fonte: Trabalhos de campo 2021/2024. Organizado pelos autores.

Figura 10 – Aeródromos localizados em Angra dos Reis/RJ



Fonte: FlightMarket (2023). Org.: Lucas Ferreira Andrade.

Em campo, verificamos que os loteamentos voltados às classes mais abastadas restringem suas práticas sociais e espaciais as suas residências e espaços de lazer e consumo. Em geral, grande parte deste público não conhece o centro da cidade, tampouco frequenta os *shopping centers* ou os supermercados da região, já que muitas vezes quem realiza suas compras são os/as caseiros/as do imóvel. Nesses espaços, a segregação também ocorre do lado de dentro

dos muros: os caseiros, por exemplo, têm moradias separadas dentro do lote da residência, vestindo-se, muitas vezes, com uniformes diferenciados, prevalecendo uma separação social e espacial em todo tempo de convívio. Além disso, observou-se que, nos imóveis com acesso ao mar, praticamente todos possuem o seu próprio píer particular para eventuais deslocamentos; quando é necessária a utilização de marina, o proprietário ou locatário do imóvel também deve pagar o aluguel referente à vaga disponibilizada (seja esta vaga seca ou molhada), mesmo que a pessoa não tenha nenhum tipo de veículo marítimo.

Como já mencionado anteriormente, visitamos cerca de 40 loteamentos residenciais fechados em Angra dos Reis, onde foi possível observar uma ampla diversidade de imóveis disponíveis no que se refere a valores e tamanhos das residências, atendendo estratos da população de rendas médias (mais de 10 mil reais por domicílio) até estratos populacionais de rendas extremamente elevadas, como milionários e bilionários. Em nossas observações de campo, também verificamos que a maioria dos loteamentos visitados é composta por construções horizontais, apesar de também haver algumas poucas edificações verticais. Em todos esses espaços, notamos a presença de barreiras físicas (muros e/ou grades) e câmeras de segurança, além de guaritas e vigilantes em grande parte desses empreendimentos. Em loteamentos onde há a presença de guaritas e vigilantes, foi preciso se identificar e justificar a necessidade de entrar no local – em alguns desses casos, tivemos acesso aos espaços internos do loteamento alegando interesse em alugar ou comprar algum imóvel.

Ainda nesse sentido, cabe salientar que a maioria dos imóveis localizados nos loteamentos visitados não é utilizada como primeira residência por seus respectivos proprietários, sobretudo naqueles que possuem acesso ao mar. Este fato reforça nossas reflexões sobre a influência e a dinâmica do turismo-imobiliário na cidade, uma vez que a maior parte desses imóveis é utilizada apenas para veraneio, possíveis locações ou investimento.

Nos loteamentos de alto padrão, as condições criadas para manter o isolamento de seus residentes ou frequentadores e o distanciamento destes para com os “outros” do lado de fora dos muros se mostra ainda mais evidente em razão das ofertas de atividades voltadas ao turismo náutico, de espaços de bens de consumo (restaurantes, mercados, lojas de roupas e acessórios etc.) e daqueles atinentes ao lazer (praças, espaços esportivos etc.). Apesar da criação desses espaços de convívio, nem mesmo a relação entre vizinhos de um mesmo empreendimento pôde ser notada durante nossas entrevistas e observações realizadas em campo, circunstância esta que se alinha aos estudos de Caldeira (1997; 2000) e Sposito e Góes (2013), dos quais sinalizam que a produção desses espaços não promove o desenvolvimento de relações coletivas, mas de exclusão dos indesejáveis e de socializações superficiais com pessoas de sua própria bolha social.

No caso dos loteamentos de padrão mediano, nota-se que os moradores desses espaços participam um pouco mais das atividades cotidianas da cidade, como verificamos no condomínio Praia do Jardim II(Figura 11), situado próximo ao centro da cidade¹⁷, onde a síndica do condomínio¹⁸ nos relatou que maioria dos condôminos deste empreendimento reside e trabalha em Angra dos Reis.

17 O condomínio Praia do Jardim II está localizado no bairro Praia do Jardim (29).

18 Entrevista realizada em 20/10/2021.

Figura 11 – Condomínio Praia do Jardim II



Fonte: Trabalhos de campo 2021/2024. Organizado pelos autores.

Em vista da dificuldade de analisar detalhadamente os 177 loteamentos residenciais fechados de Angra dos Reis, nos aprofundaremos sobre uma análise preliminar dos complexos de loteamentos fechados Porto Frade, Porto Bracuhy e Portogalo (Figura 12)¹⁹, que se destacam pela maior notoriedade quando comparados a outros empreendimentos turístico-imobiliários da cidade, considerando sua extensão territorial e infraestrutura ofertada, bem como em relação ao público que frequenta esses espaços, como pessoas de alto poder aquisitivo conhecidas pela grande mídia²⁰. Sobre a utilização do termo “complexo”, este se dá em razão desses empreendimentos apresentarem três ou mais loteamentos residenciais em um mesmo espaço fechado, além da ampla oferta de espaços e atividades destinadas ao consumo e lazer.

Desse modo, ao relacionarmos os dados disponibilizados pela Prefeitura de Angra dos Reis com os nossos trabalhos de campo, verificamos que no Porto Frade existem 13 loteamentos residenciais localizados em um mesmo espaço fechado; já no Porto Bracuhy identificamos 8 (oito) empreendimentos com as mesmas características; e no Portogalo apenas 3 loteamentos. Ainda segundo os dados concedidos pela Prefeitura, tanto no Porto Frade como no Porto Bracuhy os primeiros loteamentos tiveram o seu habite-se aprovado no início dos anos 1980, como no caso do condomínio Fra-Domênico (1980), no Porto Frade, e do condomínio Studios Marina (1980), no Porto Bracuhy. No caso do Portogalo, as primeiras habitações foram registradas no condomínio Village I, com habite-se do ano de 1997. Ao pesquisarmos um pouco sobre a história de cada um dos três empreendimentos, verificamos que esses espaços foram planejados muito antes

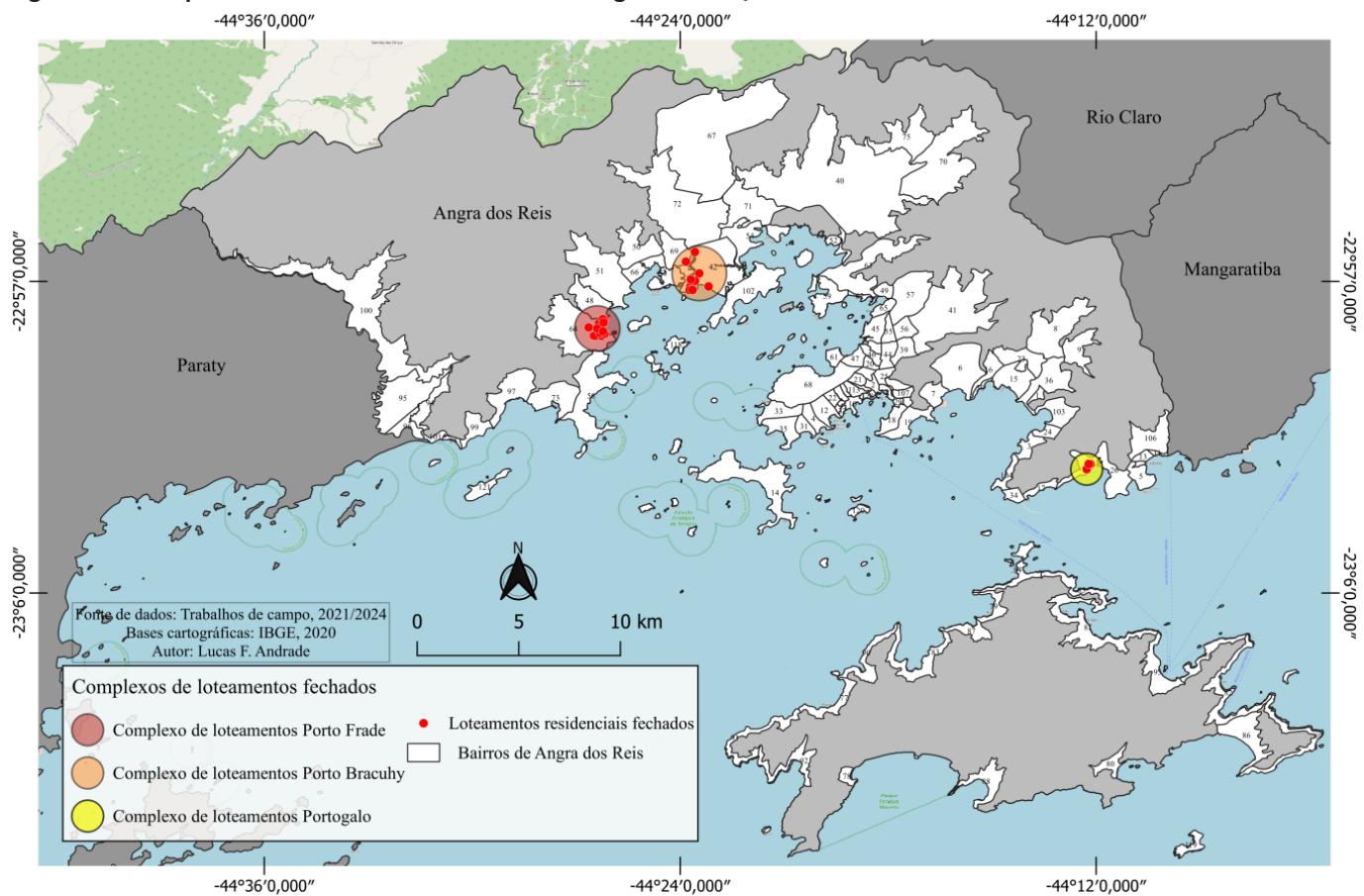
¹⁹ Salienta-se que o termo “residencial” não se adéqua a definição geral destes complexos em razão de dois destes empreendimentos (Porto Frade e Portogalo) também apresentarem, em sua delimitação, loteamentos destinados ao uso hoteleiro, bem como veremos no decorrer deste trabalho.

²⁰ Famosos possuem propriedades, ou já frequentaram esses espaços, como Roberto Justos, Felipe Massa, Gustavo Lima, Luciano HuCK etc.

do início de suas primeiras construções, com destaque para os complexos Porto Frade e Porto Bracuhy, idealizados em meados dos anos 1950 e 1960, a partir do planejamento inicial da rodovia BR-101.

Cabe ainda enfatizar que todos os três empreendimentos possuem um sistema sofisticado de segurança baseado em câmeras e guardas de vigilância, além de muros, cancelas e guaritas no entorno de sua delimitação. Por estarem localizados à beira-mar, fica evidente que essas dinâmicas resultam no cerceamento e/ou na privatização total ou parcial de praias situadas dentro de suas dependências, dificultando bastante a entrada para banhistas ou possíveis visitantes.

Figura 12 – Complexos de loteamentos fechados em Angra dos Reis/RJ



Fonte: Trabalhos de campo 2021/2024. Org.: Lucas Ferreira Andrade.

Além disso, notamos que todos os três complexos se encontram próximos a áreas empobrecidas da cidade, onde as barreiras físicas fazem a separação entre os “ricos e pobres”, embora as barreiras simbólicas sejam ainda mais profundas. Conforme observado, tal proximidade ocorre devido à necessidade de mão-de-obra para a realização de serviços no interior desses empreendimentos, como serviços domésticos, de jardinagem, construção civil etc. Caldeira (1997, p. 156) já chamava atenção para essa questão quando apontou que: “Nos anos 90, as distâncias físicas entre ricos e pobres diminuíram, ao mesmo tempo em que os vários mecanismos para separá-los tornaram-se mais óbvios e complexos”.

Prosseguindo com nossas análises, mencionamos na seção anterior, que o complexo Porto Frade está localizado na antiga fazenda do Retiro. De acordo com Mendonça (2017), foi comprada pela família Borges em 1958, recebendo o nome

de fazenda do Frade. Nesse sentido, verificamos que a primeira construção voltada ao turismo-imobiliário neste espaço se deu através da fundação do antigo Hotel do Frade (atual Hotel Fasano) em 1972, sendo este o primeiro hotel construído em Angra dos Reis.

Ainda segundo a autora supracitada, o diferencial do empreendimento Porto Frade está na exclusividade dos serviços ofertados em sua delimitação (sejam estes voltados ao âmbito residencial, consumo ou lazer), sobretudo quando comparados aos serviços ofertados no empreendimento Porto Bracuhy. Em um relato de Roberto Bonfim, considerado por Mendonça (2017, p. 120) como um grande colaborador para implantação dos loteamentos localizados no Porto Frade, pôde ser observado, de maneira mais intrínseca, essa diferenciação em relação ao Porto Bracuhy; conforme apontado Roberto:

O condomínio do Bracuhy tinha um projeto arrojado, um canal maravilhoso, marina para 500 barcos e toda a infraestrutura para ser o melhor condomínio da região, mas teve uma venda maciça que não se sustentou. Sérgio Dourado²¹ lançou uma quantidade absurda de apartamentos, vendeu muito para os argentinos e, quando fluxo cambial se inverteu, aquilo ficou abandonado. Uma pena!

De acordo com Irene Ribeiro (2017), Roberto Bonfim foi um ex-funcionário da EMBRATUR – responsável pela elaboração do Projeto Turis – e chegou à Angra dos Reis durante os anos 1970, sendo colocado pela empresa à disposição do empresário Carlos Borges, que comprou e expropriou terras e construiu os primeiros hotéis na cidade. Antes de seu falecimento, Roberto era administrador do complexo de loteamentos fechados Portogalo, sendo uma pessoa bastante influente no setor turístico-imobiliário da região e que acompanhou a implantação de diversos “condomínios” localizados em Angra dos Reis.²²

Ainda sobre o empreendimento Porto Frade, notamos que para além dos espaços destinados ao uso residencial, dos quais em sua maioria não são habitados fixamente pelos proprietários dos imóveis, mas utilizados para locação e/ou veraneio²³, há, neste mesmo espaço fechado, um centro comercial (Figura 13) com lojas de grife, imobiliárias, restaurantes e uma joalheria. Também identificamos outras imobiliárias fora deste centro comercial, além de um clube náutico (late Clube de Santos), uma marina privada para uso dos condôminos (Marina Porto Frade) e diferentes espaços destinados ao lazer, com destaque para um campo de golfe e um ambiente destinado à prática de hipismo.

21 Falaremos mais adiante sobre o Sérgio Dourado.

22 De acordo com o site transparência, Roberto possuía participação em dois CNPJ's: Pousada de Paraty, aberta em 04/10/78; e Hotel Portogalo SA., aberta em 06/08/91. Disponível em: <https://transparencia.cc/dados/socios/546057/roberto-bomfim/>

23 Tais informações foram obtidas através de entrevistas com moradores e trabalhadores desses espaços.

Figura 13 – Centro comercial localizado no complexo de loteamentos Porto Frade



Fonte: Trabalhos de campo 2021/2024. Organizado pelos autores.

Outro destaque deste conjunto de loteamentos se refere ao Hotel Fasano (Figura 14), categorizado conforme os dados da Prefeitura de Angra dos Reis como um loteamento destinado ao uso hoteleiro²⁴. Situado ao lado do centro comercial mencionado no parágrafo anterior, o Hotel Fasano apresenta um alto nível de serviços e de infraestrutura, oferecendo até mesmo serviços de massagem, SPA e piscinas (quentes e frias) (Figura 15) em um clube privado de suas dependências (*MareaClub*), o qual pode ser utilizado exclusivamente por seus hóspedes ou por pessoas externas que venham a pagar a sua taxa de utilização²⁵. Para se hospedar neste hotel, a diária pode variar em relação ao tipo de suíte e a baixa e alta temporada, podendo esses valores variar entre 2 mil e 40 mil reais.²⁶

Em campo, verificamos que esses investimentos têm alcançado esferas internacionais de capitalização, já que 70% do Hotel Fasano pertenceria à empresa JHSF²⁷, líder no setor imobiliário de alta renda no Brasil²⁸, e os outros 30% à família Fasano, descendentes de italianos que vieram para o Brasil no início do

24 Importante lembrar que em nossos mapeamentos não incluímos loteamentos destinados à hotelaria, deixando apenas aqueles destinados ao uso residencial.

25 Em campo, verificamos que hóspedes do Fasano podem utilizar as dependências do *MareaClub*; já proprietários e locatários de outros loteamentos não teriam tal permissão, a não ser se pagarem pelo título do clube, que custa 25 mil ao ano. A única exceção do pagamento desta taxa se dá para hóspedes do loteamento Vila Verde (conhecido como Frade Villas), que podem pagar 5% sobre o aluguel do imóvel para sua utilização.

26 Os valores aqui apresentados foram obtidos através da entrevista realizada com a correta de imóveis citada na nota de rodapé número 24 (Entrevista realizada em 21/07/2022).

27 Fundada em 1972, a JHSF possui expressiva atuação nos mercados de shopping centers, fashionretail, hospitalidade e gastronomia, desenvolvimento imobiliário e outras atividades associadas (JHSF, 2023).

28 As ações da JHSF fazem parte da bolsa de valores brasileira, possuindo participação no Índice Bovespa (IBOV).

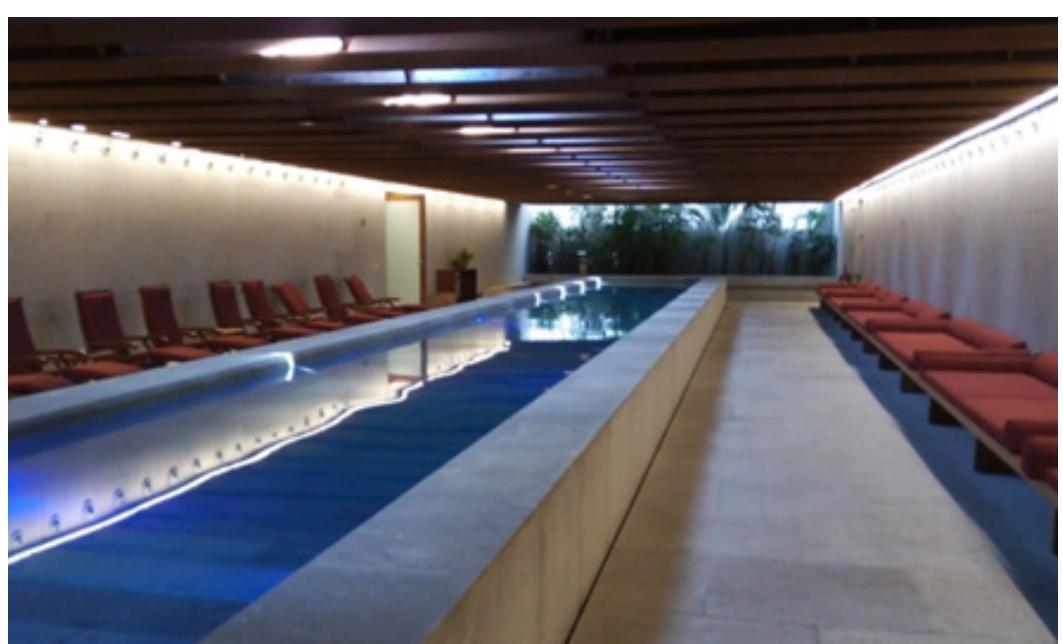
século XX. Tais relações econômicas reforçam, portanto, o argumento levantado anteriormente sobre a influência interna e externa à cidade de atores ligados a esses empreendimentos e a dinâmica de atração de capital externo utilizada pelos mesmos, bem como demonstram o privilégio “turístico-locacional” desses espaços em relação a outros situados próximos ao mar.

Figura 14 – Parte do Hotel Fasano, localizado no complexo de loteamentos Porto Frade



Fonte: Trabalhos de campo 2021/2024. Organizado pelos autores.

Figura 15 – Área de SPA e piscinas (quentes e frias) do Marea Club



Fonte: Trabalhos de campo 2021/2024. Organizado pelos autores.

Passando para nossas análises atinentes ao complexo de loteamentos Porto Bracuhy, verificamos que a localidade em que o empreendimento se situa corresponde a terras que, no passado, pertenciam ao comendador José de Souza Breves, um fazendeiro escravocrata que mantinha grandes parcelas de terras por onde hoje se encontram os bairros Bracuí (42), Gamboa do Bracuí (50), Santa Rita do Bracuí (69) e Sertão do Bracuí (72).²⁹

Segundo Pessoa (2011), mesmo após a abolição da escravidão no Brasil, a família Breves continuou praticando o tráfico ilegal de pessoas por muito tempo, no entanto, após serem impossibilitados de manter essas atividades, passaram a ter problemas econômicos devido aos baixos lucros extraídos de suas propriedades na região. Por possuir terras em outras regiões do estado do Rio de Janeiro e também espalhadas pelo país, José Breves teria abandonado as suas terras em Angra dos Reis, deixando-as como doação para as pessoas que foram escravizadas por ele e sua família.

Não obstante, entre as décadas de 1960 e 1970, com o planejamento e construção da BR-101, parte desse território passou a ser ocupado pelo empreendimento Porto Bracuhy, fato este que resultou (e ainda resulta) em intensos conflitos fundiários com os povos tradicionais da região, sobretudo com a população do Quilombo Santa Rita do Bracuí. Em vista disto, temos observado que apesar da doação dessas terras terem sido ofertadas em sua totalidade aos povos quilombolas da região, atualmente a delimitação do Quilombo corresponde, no âmbito jurídico, apenas a uma parte do bairro Santa Rita do Bracuí³⁰, reconhecido como território quilombola pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) apenas no ano de 2023.³¹

Entre os grandes agentes responsáveis pelo desdobramento desses conflitos, está Sérgio Dourado, que, entre os anos de 1970 e 1975, possuía uma das maiores fortunas do país, advinda principalmente da especulação no mercado da construção civil (Jornal Opinião, 1976). Utilizando-se da grilagem de terras, processos de aliciação ou até mesmo de ameaças, muitas pessoas que viviam nessas áreas foram coibidas a sair de suas casas, sendo obrigados a viver em espaços mais afastados com precárias condições de infraestrutura urbana.

No caso da população que permaneceu nos arredores do complexo Porto Bracuhy, estes se viram obrigados a trabalhar dentro do próprio empreendimento devido às mudanças econômicas, sociais e culturais trazidas através da implantação de imóveis de luxo na região. Numa entrevista realizada com o síndico do condomínio geral do Bracuhy³², que também é dono de uma imobiliária localizada dentro do próprio complexo Porto Bracuhy, notamos que sua opinião

29 Um fato curioso e importante de ser mencionado é que o complexo de loteamentos Porto Bracuhy se utiliza de uma nomenclatura diferente do bairro em que está localizado (Bracuí), o que demonstra a diferenciação que este empreendimento pretende transmitir em relação ao restante da cidade.

30 Outro fato curioso e cabível de ser salientado é que o codinome Rita, presente tanto no nome do bairro como no nome do Quilombo, corresponde ao nome da esposa de José de Souza Breves.

31 Disponível em: <https://direitoshumanos.dpu.def.br/remanescentes-do-quilombo-de-santa-rita-do-bracui-tem-territorio-reconhecido-pelo-incra/>

32 Entrevista realizada em 17/07/2021.

converge com o exposto, já que o mesmo teria afirmado que o “desenvolvimento econômico” trazido pelo tal empreendimento proporciona empregos para toda população ao redor, inclusive para os moradores do quilombo.

Por outro lado, temos o relato concedido pelo ex-líder comunitário do Quilombo do Bracuí, que aponta que:

Antigamente não tinha essa “coisa” de “eu preciso ter uma casa assim e tal”, o que existia aqui era um modelo de vivência. A partir do momento que entra a Rio-Santos, ela chega com todo esse conceito de “progresso”, dizendo que aquela casa de pau a pique era ruim, que viver na cidade era melhor, que as pessoas viviam melhores na cidade etc. Aí a especulação imobiliária começou a tomar o território, passaram a ter processos de grilagem e as pessoas foram perdendo suas terras. As pessoas começaram a ter que ganhar a vida trabalhando nesses empreendimentos que foram surgindo através da Rio-Santos, que é a Usina Nuclear, o Estaleiro, que já existia nessa época, e os condomínios (Entrevista realizada em 14/07/22).

Ao compararmos os bairros situados no entorno do complexo Porto Bracuhy com o padrão social e econômico evidenciado dentro deste empreendimento, podemos perceber a difusão de um processo de segregação espacial muito evidente, o qual contribui diretamente para o aprofundamento da fragmentação do tecido urbano desta zona e de todo o conjunto da cidade. Com exceção dos bairros Ilha do Jorge (53), Itanema (54) e Ilha Comprida (102), todos os outros bairros localizados no entorno do Bracuí (42)³³ – inclusive o próprio bairro do Bracuí – apresentam uma renda média por domicílio correspondente à faixa de zero a um salário mínimo, com destaque para as áreas classificadas pelo IBGE como favelas e comunidades urbanas nesta área do município³⁴.

Já no conjunto de loteamentos fechados Porto Bracuhy, pelas informações relativas ao aluguel e venda de imóveis neste espaço podemos notar que seus frequentadores – sejam estes proprietários ou locatários – pertencem aos estratos da população de média e alta renda, já que os aluguéis das casas podem variar de 3 mil a 70 mil reais por mês (não incluindo a taxa condominial), podendo ultrapassar a faixa dos 50 milhões de reais quando colocados para venda, similar aos valores do Porto Frade. Além dos empreendimentos residenciais, neste complexo também há um hotel (Hotel Samba) com piscinas e quadras de tênis, um centro comercial (com imobiliárias e lojas de roupas e acessórios), um salão de festas e uma marina privada, que se destaca pela grande quantidade de vagas ofertadas (1000 vagas) e pelo suporte marítimo prestado, podendo comportar embarcações com mais de 135 pés.

33 Bairros localizados no entorno do bairro do Bracuí (42): Gamboa do Bracuí (50), Santa Rita do Bracuí (69), Sertão de Itanema (71) e Sertão do Bracuí (72).

34 Tais informações podem ser observadas graficamente na Figura 7, exposta e analisada na seção anterior.

De acordo com dois corretores da imobiliária Porto Bracuhy³⁵, a maior parte do público atendido pela empresa procura por imóveis neste complexo em virtude do “apoio náutico” prestado no local, seja pela abrangência da Marina Porto Bracuhy ou pelos imóveis que possuem acesso a canais fluviais dentro deste empreendimento (Figura 16). Para esses corretores, os barcos também estão cada vez maiores: se antes uma embarcação de 50 pés era considerada grande, hoje em dia as maiores chegam a ter entre 115 e 135 pés. Em outras palavras, isso quer dizer que os imóveis com potencial para ancorar esses tipos de barcos tendem a valorizar ainda mais, pois começam a ficar escassos os locais que comportam embarcações deste tamanho.³⁶

Baseando-se na fala de um dos corretores referidos acima, é preciso destacar que, em meio a essa dinâmica, muitos proprietários de imóveis deste empreendimento não enxergam esses espaços como locais de moradia, mas como um investimento. Conforme relatado:

É um tipo de público que chega a ter cinco, seis, sete casas espalhadas por todo o Brasil. Então para eles não é apenas uma casa, mas um negócio. Esse público não compra o imóvel visando o próprio imóvel de fato, mas o que pode agregar valor nele. Por exemplo: tem casas que não são boas, mas custam três milhões de reais só por estar de frente para um canal que comporta uma embarcação de 120 pés, então o proprietário pede esse valor não pela casa, mas pela sua localização. (Entrevista realizada com um corretor de imóveis da imobiliária Porto Bracuhy em 21/07/22, grifo nosso).

Figura 16 – Imóveis localizados próximos a um canal fluvial no complexo Porto Bracuhy



Fonte: Trabalhos de campo 2021/2024. Organizado pelos autores.

35 Entrevistas realizadas em 21/07/2022, em imobiliárias dentro do complexo.

36 Entrevistas realizadas em 21/07/22.

Nessa mesma perspectiva, através da entrevista realizada com o síndico do condomínio Geral Porto Bracuhy pôde ser verificado que, em todo o complexo Porto Bracuhy, apenas 20% dos imóveis seria habitado fixamente, ao passo que os outros 80% seriam utilizados apenas para momentos de lazer, seja por seus proprietários ou locatários.³⁷

Nossas considerações sobre o complexo de loteamentos fechados Portogalo podem ser iniciadas a partir da dificuldade encontrada para adentrarmos neste empreendimento, que, para além dos aparatos de segurança, só concedem a entrada para automóveis mediante a um convite realizado por algum morador local. Para frequentar a praia, por exemplo, os visitantes devem adentrar nas dependências do empreendimento caminhando, sendo o caminho até o mar bastante extenso (aproximadamente 2 km).

Assim, para adentrar este espaço, tivemos a permissão concedida por uma moradora – que já trabalhou como caseira no complexo Portogalo – da vila de (antigos) pescadores que existe dentro deste empreendimento, conhecida como Vila Portogalo (Figura 17). Em nosso trabalho de campo, entrevistamos essa moradora e sua amiga que não mora mais na vila, mas que também já foi caseira em um imóvel situado no Portogalo.³⁸

De acordo com as duas entrevistadas, no passado essa vila era ocupada por povos tradicionais da região, que se utilizavam da pesca como principal meio de subsistência. Entretanto, após a chegada da empresa responsável pelos primeiros loteamentos desta área, este território acabou sendo “agregado” ao espaço que atualmente corresponde ao complexo Portogalo, acarretando em diversas mudanças nas práticas sociais e espaciais das pessoas que ali viviam. Segundo nossas entrevistas, essa empresa teria comprado o terreno de muitos moradores, porém, permitiu a permanência dos mesmos dentro de sua delimitação, embora nenhuma casa da vila tenha acesso ao mar ou para algum canal fluvial.

Figura 17 – Vila Portogalo.



Fonte: Trabalhos de campo 2021/2024. Organizado pelos autores.

Devido ao impedimento de continuar se mantendo da pesca, muitas famílias oriundas desta vila, bem como muitos imigrantes que passaram a vir para esta zona da cidade a procura de melhores condições de vida, se viram induzidos a trabalhar

37 Entrevista realizada em 17/07/2021.

38 Entrevistas realizadas em 10/06/2021.

como caseiros/as nos imóveis de alto padrão ali construídos, desencadeando circunstâncias um tanto quanto parecidas com àquelas descritas sobre a população que reside no entorno do complexo Porto Bracuhy.

No que diz respeito ao trabalho executado pelo/as caseiros/as do empreendimento Portogalo, pôde ser observado, através da entrevista com a ex-caseira e atual moradora da vila Portogalo, que o serviço era bastante intenso nos dias em que os proprietários do imóvel iam para a residência, não tendo tempo para comer nem ao menos tomar água. Durante sua fala, a entrevistada aparentou estar bastante frustrada com os antigos “patrões”, pois apesar de ter trabalhado por 16 anos no local, não recebeu nenhuma ajuda dos antigos donos quando precisou de assistência médica devido a complicações renais, que resultaram posteriormente na necessidade de um transplante de rins.³⁹

Na opinião da outra entrevistada, que não reside mais na vila, muitos caseiros/as até compram carro e vivem bem, já que os salários podem chegar a 2.500 reais e não há a necessidade de pagar luz, água e condomínio. Apesar disso, através da sua fala também foi destacado a excessiva carga de trabalho que deveria ser prestada quando os donos dos imóveis vinham para o Portogalo, bem como podemos notar através do seguinte relato:

Quando a família toda e os amigos vinham para a casa do condomínio, às vezes era necessário até contratar uma ajudante, já que eu precisava cozinhar enquanto a pessoaia fazendo outras coisas. Quando os proprietários estavam na casa, eu trabalhava praticamente o dia todo, até umas 21h mais ou menos. Quando não tinha ninguém, meu trabalho ia das 9h às 15h, eu tinha que limpar a casa e mantê-la limpa, além de cuidar dos animais que eles possuíam(Entrevista realizada com uma ex-caseira do empreendimento Portogalo em 10/06/2021).

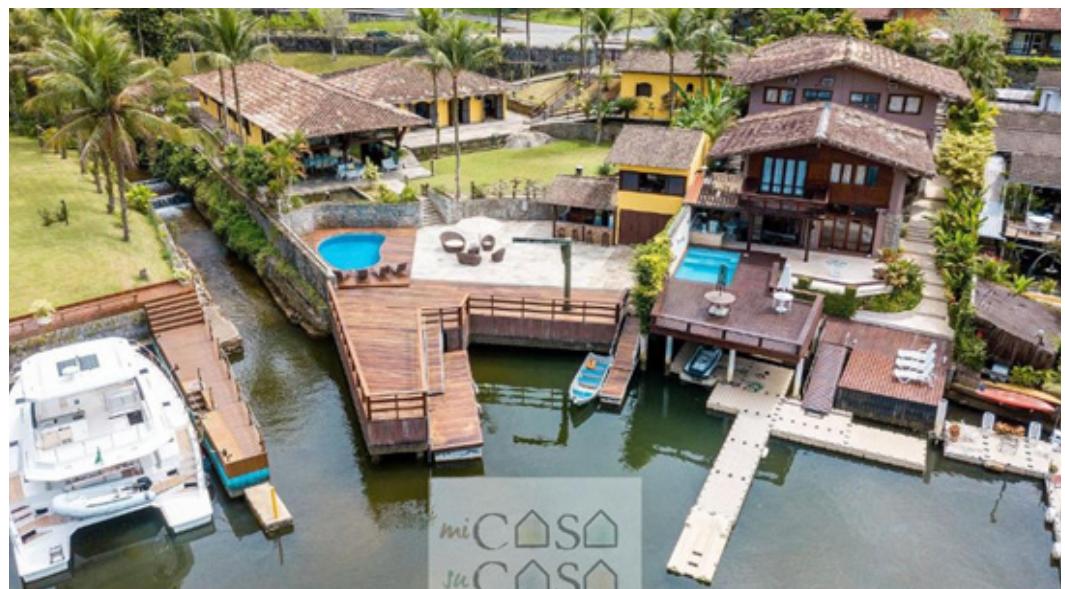
Ainda nesse sentido, temos evidenciado uma disparidade enorme tanto no que se refere ao padrão imobiliário observado como no modo de vida daqueles que vivem na vila em relação aos demais freqüentadores do empreendimento Portogalo, já que alguns destes não podemos nem chamar de “moradores”. Nessa vila, podemos ver pequenos comércios, bares, escola, posto de saúde e pessoas andando pelas ruas, sendo possível perceber algum tipo de convívio social e espacial em suas práticas cotidianas. Por outro lado, nas ruas que dão acesso aos imóveis de alto padrão quase não há movimento, a não ser de caseiros que fazem a manutenção dessas casas.

Conforme as entrevistas realizadas, nos finais de semana e feriados os imóveis de luxo seriam mais utilizados, apesar do convívio entre seus frequentadores não ser algo muito notado, já que além de não existir nenhum espaço de uso coletivo no entorno, cada um desses terrenos possui sua própria área de lazer, geralmente com piscinas, quadra de jogos, píeres particulares e até helipontos privados

39 No momento da entrevista, realizada em junho de 2021, essa entrevistada tinha 40 anos e já estava aposentada por problemas de saúde. Segundo ela, seus problemas renais podem ter sido agravados em virtude do trabalho excessivo, já que não tinha tempo nem para tomar água ao longo de sua jornada de trabalho.

(Figura 18). Em alguns casos, nesses lotes também há casas para os caseiros/as que trabalham no local, sendo este espaço separado da residência principal do terreno.

Figura 18 – Imóvel de luxo localizado no complexo Portogalo



Fonte: Booking.com. Adaptado pelos autores.⁴⁰

Em meio a esse contexto, pôde ser verificado que os proprietários dessas residências de alto padrão são, em geral, empresários, médicos e advogados bem sucedidos financeiramente, sendo a maioria residente do estado do Rio de Janeiro, especialmente da capital e região metropolitana. A título de exemplo, na entrevista concedida pela ex-caseira e antiga moradora da vila Portogalo, pôde ser constado como viviam seus antigos “patrões” através do seguinte depoimento:

Meu ex-patrão é proprietário de uma construtora – que herdou do pai – e dono de vários postos de gasolina, acho que uns oito postos. Já a esposa dele trabalhava como gerente de banco, mas agora administra as residências da família, sendo uma cobertura na Barra da Tijuca, onde a família reside, essa casa do Portogalo e outra em Cabo Frio. Todos possuíam carros, inclusive os filhos. Eles tinham muito dinheiro, não tinha como mensurar. A casa daqui [do Portogalo], por exemplo, têm sete suítes, sauna, quadra de tênis e uma quadra de jogos com mesa de sinuca. Na cobertura na Barra tem cinco suítes, com sauna e piscina. E a casa em Cabo Frio também é grande, só não sei quantos cômodos possui (Entrevista realizada com uma ex-caseira do empreendimento Portogalo em 10/06/2021).

⁴⁰ Disponível em: <https://www.booking.com/hotel/br/6-suites-em-angra-com-deck-privativo-condominio-portogalo.pt-br.html>

Por meio desta descrição, podemos ter uma ideia do tamanho das residências e do nível econômico dos proprietários de imóveis de luxo situados no complexo Portogalo, dos quais podem chegar à faixa de 20 milhões de reais quando destinados para a venda.

Além dos loteamentos de uso residencial, cabe salientar que no Portogalo também há um loteamento voltado à hoteleira: o Portogalo Suíte. Conforme observado, este hotel oferece alguns espaços gastronômicos (pizzaria, restaurante e *lobby bar*) e também oferta atividades de lazer, principalmente passeios de barco para toda a região de Angra dos Reis. Em seu *site* oficial, verificamos que o preço da diária para um hóspede pode variar em torno de 600 a 1.100 reais, sem nenhum tipo de benefício incluso neste valor.⁴¹

No complexo Portogalo, verificamos que, a fragmentação ocorre sem nenhum tipo de barreira física, havendo um “enclave” de pessoas desfavorecidas economicamente no meio de loteamentos de alto padrão. As barreiras simbólicas, no entanto, predominam de maneira ainda mais constante e intensa, já que os moradores da vila mencionada trabalham e vivem no local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecida por suas belas praias e paisagens exuberantes, Angra dos Reis é uma cidade fortemente marcada pela inserção do capital turístico-imobiliário, com destaque para o número expressivo de espaços residenciais fechados destinados à população de alta renda e aos estratos superiores da classe média. Uma característica fundamental é que os proprietários não residem na cidade, cujas residências são usadas como segunda, terceira residência; para locação ou investimento. Por outro lado, Angra dos Reis é um dos municípios brasileiros que mais possuem domicílios em áreas classificadas como favelas e comunidades urbanas pelo IBGE, apresentando precárias condições de infraestrutura urbana. É também uma cidade marcada por graves conflitos fundiários entre a elite e os povos tradicionais da região, onde a maior parte da população está empregada em trabalhos precarizados, recebendo renda inferior a um salário mínimo.

Angra dos Reis revela um desenvolvimento turístico altamente elitista, que ocorre por meio de uma intensa articulação entre o capital privado externo e a elite fundiária local, além da participação do Estado, privatizando inclusive os espaços públicos de lazer, como as praias. Por outro lado, a maioria dos habitantes da cidade se encontra em condições subalternizadas, já que não possuem o direito de participar efetivamente de decisões que afetam constantemente as suas práticas sociais e espaciais. Nesse sentido, como destacado no texto de Vivas (2012) que analisa a situação das ilhas caribenhas, Angra dos Reis segue esse padrão de influência externa prevalecendo “não somente nos sistemas político e econômico, mas, sobretudo, nos ‘corações e mentes’ da sociedade periférica” (Vivas, 2012, p. 77, grifo da autora).

Conforme analisado por Sposito e Sposito (2020), podemos considerar que Angra dos Reis apresenta processos fragmentadores bastante complexos, caracterizando-se como uma cidade dispersa, onde a fragmentação está expressa tanto por elementos objetivos quanto subjetivos. Apesar das singularidades locais,

41 Disponível em: <https://portogalosuite.com.br/portogalo-suite/>

as distâncias entre os ricos e os pobres ocorrem nas práticas sociais e espaciais estabelecidas a partir da criação de barreiras materiais ou simbólicas, seja na formação dos bairros que circundam os loteamentos residenciais fechados ou dentro desses próprios empreendimentos, onde os menos favorecidos trabalham para a manutenção dos privilégios das classes mais abastadas, prevalecendo uma ordem separatória entre àqueles que “pertencem” e os que “não pertencem” ao lado de dentro dos muros.

Por final, é preciso enfatizar a urgente necessidade de mudanças socioespaciais em Angra dos Reis, objetivando um planejamento urbano que mescle crescimento econômico com equidade social. É importante que haja uma união dos movimentos sociais (como instituições de ensino, comunidades tradicionais da região, associações de moradores etc.) na busca pelo direito à cidade para toda a população, gerando um posicionamento crítico e efetivo perante as decisões tomadas por atores externos à cidade e pela elite local. ■

Recebido em: 24-02-2024

Aceito em: 07-05-2025

REFERÊNCIAS

- ABREU, Cássio Veloso de. *Urbanização, apropriação do espaço, conflitos e turismo: um estudo de caso de Angra dos Reis*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- AMARO JR., Jurandir; ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo; SILVA, Lucas Gentil Dias da. Luta por Terra e Reforma Agrária no Rio de Janeiro (1950-2018). *GEOgraphia*, v. 24, n. 52, p. 1-21, 2022.
- AMORIM FILHO, Oswaldo; SERRA, Rodrigo Valente. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (Org.). *Cidades Médias Brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, p. 1-34, 2000.
- BLAKELY, Edward James; SNYDER, Mary Gail. *Fortress America: gated communities in the United States*. Lincoln Institute of Land Policy, Cambridge, Massachusetts: Brookings Institution Press, Washington, D.C., 1999.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. Tradução de Heloísa Buarque de Almeida. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 47, p. 155-176, 1997.
- _____. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.
- CHEYTRY, Michael. Crescimento demográfico e espacial de uma cidade média: Angra dos Reis. *Revista Cadernos do desenvolvimento Fluminense*, n. 14-15, p. 23-34, 2018.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. Segregação Residencial: Classes Sociais e Espaço Urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). *A Cidade Contemporânea: Segregação Espacial*. São Paulo: Contexto, p. 39-60, 2013.
- DIÁRIO DO GRANDE ABC. Região Sul do Rio tem 6 pistas de pouso clandestinas. 30 nov. 1999. Disponível em: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/272767/regiao-sul-do-rio-tem-6-pistas-de-pousos-clandestinas>
- _____. *Angra dos Reis está na mira da CPI do Narcotráfico*. 28 fev. 2000. Disponível em: https://www.dgabc.com.br/Noticia/380093/angra-dos-reis-esta-na-mira-da-cpi-do-narcotrafico_
- EMBRATUR. *Turis: Desenvolvimento Turístico do Litoral Rio-Santos*. Brasília: EMBRATUR, 1975.
- FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 17, 2023.
- FEITOSA, Annagesse; SILVA, Iby Montenegro de. Conflitos por Terra e Repressão no Campo na Região da Costa Verde, Litoral Sul Fluminense. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Org.). *Conflitos por Terra e Repressão no Campo no Estado do Rio de Janeiro (1964-1988)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2015.
- G1. Acusada de fraude atua em trabalho emergencial no Rio. 7 jan. 2010. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1437831-5598,00-ACUSADA+DE+FRAUDE+ATUA+EM+TRABALHO+E+MERGENCIAL+NO+RIO.html>
- GUANZIROLI, Carlos Henrique. Contribuição à reflexão sobre o processo de produção de um espaço regional: o caso de Angra dos Reis. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa Sobre as Origens da Mudança Cultural*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

IBGE. Aglomerados Subnormais 2019: Classificação Preliminar e Informações de Saúde Para o Enfrentamento à COVID-19. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

_____. *Censos Demográficos (1970-2022)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

JORNAL EXTRA. Operação prende 19 pessoas acusadas de lavagem de dinheiro em Angra dos Reis. 24 out. 2007. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/operacao-prende-19-pessoas-acusadas-de-lavagem-de-dinheiro-em-angra-dos-reis-719722.html>

JORNAL OPINIÃO. As tramas de Sérgio Dourado, um jogador em apuros. 14 mai. 1976. Disponível em: <https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=123307&pagfis=4243>

MCKENZIE, Evan. Privatopia: Homeowner Associations and the Rise of Residential Private Government. New Haven, CT and London: Yale University Press, 1994.

MELARA, Eliane. Espaços fechados e insegurança urbana: Loteamentos e condomínios em Resende e Volta Redonda (RJ). Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MENDONÇA, Luciana Vasconcellos Pessôa de. Fraude: história de um paraíso em Angra dos Reis. Santo André/SP: Ipsilon Gráfica, 2017.

MONTEIRO, Fabiano Dias. Diagnóstico de Segurança Pública e Social do Município de Angra dos Reis. Angra dos Reis/RJ: Universidade Federal Fluminense, 2018.

PEREIRA, Luan de Sousa; ANDRADE, Lucas Ferreira; MELARA, Eliane. Análise da dinâmica da violência criminal no espaço urbano de Angra dos Reis – RJ. Anais do XVII Simpósio Nacional de Geografia Urbana - SIMPURB, 2022.

PESSOA, Thiago Campos. O Complexo Souza Breves e o tráfico ilegal de africanos no litoral sul do Rio de Janeiro: Anais do XXVI do Simpósio Nacional de História - ANPUH, 2011.

RIBEIRO, Irene Chada. Contradições Entre o Públco, o Privado e o Comum: Lutas Pelo Direito à Praia Contra Processos de Privatização em Angra dos Reis/RJ. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

RIBEIRO, José Rafael. Meio Ambiente, Desenvolvimento e Democracia: SAPE, A Difícil Trajetória do Movimento Ambientalista em Angra dos Reis. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Erminia (Org.). A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial. São Paulo: Alfa-Omega, p.21-36, 1978.

SIQUEIRA, Priscila. Os caiçaras e a Rio/Santos. São Paulo em Perspectiva, vol. 3, n. 4, p. 62-64, out/dez, 1989.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Fobópole: O Medo Generalizado e A Militarização da Questão Urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Fragmentação Socioespacial. Mercator, v. 19, p. 1-13, 2020.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Cidades Médias: Reestruturação das Cidades e Reestruturação Urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). Cidades Médias: Espaços em Transição. São Paulo: Expressão Popular, p. 233-253, 2007.

_____. Segregação Socioespacial e Centralidade Urbana. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). *A Cidade Contemporânea: Segregação Socioespacial*. São Paulo: Contexto, p. 61-93, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Eda Maria. *Espaços Fechados e Cidades: Insegurança Urbana e Fragmentação Socioespacial*. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

VASCONCELLOS, Márcia Cristina. Famílias escravas em Angra dos Reis, 1801-1888. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). *A Cidade Contemporânea: Segregação Socioespacial*. São Paulo: Contexto, p. 17-38, 2013.

VIVAS, Lívia Maria Bastos. Turismo e desenvolvimento social no Caribe: o lugar do outro. *Revista Iberoamericana de Turismo*, v. 2, n. 2, p. 74-88, 2012.

WHITACKER, Arthur Macon. *Uma discussão sobre a morfologia urbana e a articulação de níveis diferentes de urbanização*. In: Sposito, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, p. 139-156, 2007.

PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES DO CENTRO EM CIDADES MÉDIAS: CAMPINA GRANDE/PB E CARUARU/PE*

DORALICE SÁTYRO MAIA

Universidade Federal da Paraíba

doralicemaia@hotmail.com

LETÍCIA BARBOSA BOMFIM

Universidade Federal da Paraíba

lebomfim@gmail.com

RESUMO

Os estudos sobre as cidades médias permitiram evidenciar os processos de conformação das áreas centrais das cidades pesquisadas pela Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe). Tais áreas constituem, mesmo com algumas dissonâncias espaço-temporais, o que se denominou de centro principal, pois é onde se concentram as atividades de comércio e de serviços, bem como destacada densidade na ocupação do solo. O artigo refere-se à pesquisa que elegeu duas cidades do Nordeste brasileiro: Caruaru em Pernambuco e Campina Grande na Paraíba. A escolha deu-se pela consonância nos seus respectivos processos de urbanização, por integrarem a mesma formação socioespacial, bem como representarem importantes centralidades na rede urbana brasileira. O objetivo principal é recuperar o processo histórico de constituição das áreas centrais das duas cidades e analisar a sua dinâmica atual, observando as permanências e as transformações das suas respectivas áreas, bem como as particularidades e singularidades entre tais realidades. A metodologia utilizada recorreu à observação empírica, pesquisa documental, análise de mapas e imagens de satélite e elaboração de representação cartográfica. Constatase que apesar do surgimento de “novas” centralidades, a área central mantém-se como aquela para onde converge a população dos mais diferentes bairros, a correspondência com os marcos históricos, bem como a sua importância enquanto principal centralidade intraurbana. Porém, há singularidades em cada um dos processos de conformação dos seus centros e da dinâmica destes espaços na atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Área central; Centro principal; Centralidade; Campina Grande/PB; Caruaru/PE.



Esta revista está licenciada sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

PERMANENCE AND TRANSFORMATION OF THE CITY CENTER IN MEDIUM-SIZED CITIES: CAMPINA GRANDE/PB AND CARUARU/PE

ABSTRACT

The studies on medium-sized cities have allowed highlighting the processes of shaping the central areas of the cities researched by the Network of Researchers on Medium-Sized Cities (ReCiMe). These areas constitute, even with some space-time dissonances, what has been termed as the main center, as it is where commerce and service activities are concentrated, as well as a notable density in land occupation. The article refers to research that selected two cities in the Northeast of Brazil: Caruaru in Pernambuco and Campina Grande in Paraíba. The choice was made due to the consonance in their respective urbanization processes, their integration into the same socio-spatial formation, as well as their representation as important centralities in the Brazilian urban network. The main objective is to recover the historical process of constitution of the central areas of the two cities and to analyze their current dynamics, observing the continuities and transformations of their respective areas, as well as the particularities and singularities between such realities. The methodology used involved empirical observation, documentary research, analysis of maps and satellite images, and elaboration of cartographic representation. It is noted that despite the emergence of "new" centralities, the central area remains the one where the population from different neighborhoods converges, in correspondence with historical landmarks, as well as its importance as the main intra-urban centrality. However, there are singularities in each of the processes of shaping their centers and the dynamics of these spaces today.

KEYWORDS: Central Area; Principal Center (CBD); Centrality; Campina Grande/PB; Caruaru/PE.

*As pesquisas foram desenvolvidas com recursos da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba - Fapesq- Processo 013/2019, Projeto Urbanização Contemporânea: Reestruturação e Desigualdades socioespaciais, Edital PRONEX/FAPESq/CNPq; do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Recursos para pesquisa e Bolsa); e apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES (Bolsa de pesquisa).

PERMANENCIA Y TRANSFORMACIÓN DEL CENTRO EN CIUDADES DE TAMAÑO MEDIO: CAMPINA GRANDE/PB Y CARUARU/PE

RESUMEN

Los estudios sobre ciudades intermedias han permitido poner de relieve los procesos de conformación de las áreas centrales de las ciudades investigadas por la Red de Investigadores sobre Ciudades Medianas (ReCiMe). Estas áreas constituyen, aunque con algunas disonancias espacio-temporales, lo que se ha dado en llamar el centro principal, ya que es donde se concentran las actividades comerciales y de servicios, así como una alta densidad de ocupación del suelo. El artículo se refiere a un estudio que eligió dos ciudades del noreste de Brasil: Caruaru, en Pernambuco, y Campina Grande, en Paraíba. Fueron elegidas porque sus respectivos procesos de urbanización son coherentes, porque forman parte de la misma formación socioespacial y porque representan centralidades importantes en la red urbana brasileña. El objetivo principal es recuperar el proceso histórico de constitución de las áreas centrales de las dos ciudades y analizar su dinámica actual, observando las permanencias y transformaciones de sus respectivas áreas, así como las particularidades y singularidades entre estas realidades. La metodología utilizada fue la observación empírica, la investigación documental, el análisis de mapas e imágenes de satélite y la representación cartográfica. Se observa que a pesar de la aparición de "nuevas" centralidades, el área central sigue siendo aquella en la que confluye la población de los barrios más diversos, la correspondencia con hitos históricos, así como su importancia como principal centralidad intraurbana. Sin embargo, existen singularidades en cada uno de los procesos de conformación de sus centros y en la dinámica de estos espacios en la actualidad.

PALABRAS CLAVE: Área Central; Centro Principal; Centralidad; Campina Grande/PB; Caruaru/PE.

1 | INTRODUÇÃO

Nos estudos urbanos, os escritos sobre a área central das cidades não são novidade. Porém, a sua importância permanece nas mais diferentes perspectivas teórico-metodológicas, afinal elas são ou representam o core da cidade. No Brasil, pesquisas foram realizadas na geografia, no urbanismo, no planejamento, na antropologia, dentre outros campos do conhecimento, tendo como objeto empírico, principalmente as grandes cidades e metrópoles, o que é “previsível”, pois foram nestas cidades que os processos de transformação e de efervescências da vida urbana eclodiram. Contudo, no campo da Geografia, já nos anos 1950, Milton Santos publica um artigo no Boletim Paulista de Geografia que deriva da sua tese de doutorado, em que trata do centro da cidade de Salvador.

No campo da geografia, uma outra contribuição que se tornou leitura básica é “Espaço Urbano” de Roberto Lobato Correa dos anos 1980. Apesar de não se tratar de uma obra que aborde especificamente o centro da cidade, o autor apresenta de forma sintética e clara como se dão os processos de centralização e descentralização no espaço urbano. A discussão mais geral fundamentada em clássicos da literatura urbana conduz o leitor para a compreensão desses processos na realidade brasileira.

Essas duas obras tantas vezes lidas e utilizadas na nossa prática em sala de aula, nas orientações e nas pesquisas que vêm sendo desenvolvidas, pode-se dizer que são as principais responsáveis pelo nosso interesse em analisar os centros das cidades brasileiras, particularmente, das cidades médias. Cidades médias entendidas nos termos já

apresentados e discutidos por vários autores. (Corrêa, 2007; Sobarzo, 2008; Sposito *et al.*, 2007; Sposito, 2007; Maia, 2010).

A ideia do texto ora produzido por quatro mãos surge de produções anteriores, desde a escrita dos capítulos que compõem a coletânea Centro e Centralidade (Maia, Silva, Whitacker, 2017), uma das produções da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias, à publicação de artigos resultantes das pesquisas que trataram dos centros das cidades médias e das reflexões realizadas a partir de resultados das investigações das autoras.

No conjunto das cidades médias brasileiras, observa-se que o núcleo antigo das cidades ainda apresenta uma forte centralização e que se constitui como principal área de consumo, como também continua como centro religioso e político, além de se manter como lugar de encontro e das festas. Para a análise ora pretendida foram eleitas as cidades de Campina Grande na Paraíba e Caruaru em Pernambuco. A escolha da área central destas duas cidades como recorte espacial deu-se sobremaneira pela constatação de que nestas, apesar da constituição de outras centralidades, a área central continua a exercer o papel de principal centralidade. Além disso, observa-se que nestas mesmas áreas, nos últimos anos foram introduzidas outras dinâmicas imobiliárias, promovendo transformações na morfologia, na tipologia e nos usos. Há, portanto, um movimento aparentemente contraditório, em que por um lado tem-se a saída de alguns serviços e estabelecimentos comerciais para outros espaços de consumo, a exemplo do shopping

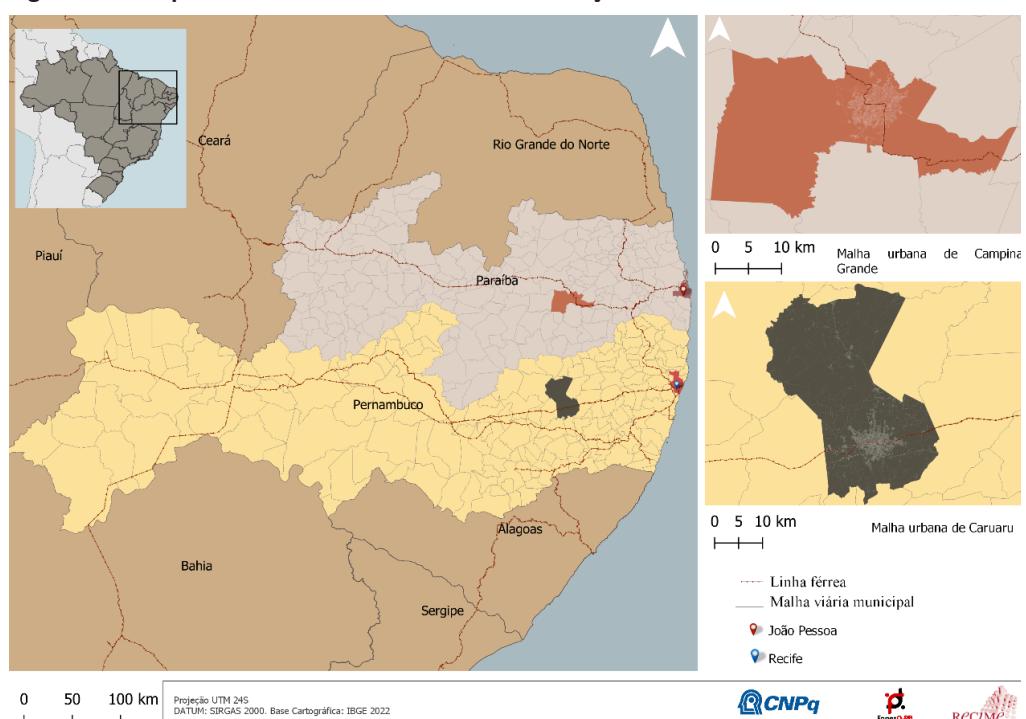
center, constituindo muitas vezes o que se evidencia em tantas outras realidades brasileiras, e, por outro lado, há a construção de novos empreendimentos imobiliários se não no core da área central, no seu entorno, predominantemente residenciais. Tais movimentos evidenciam, por sua vez, as disputas e os conflitos políticos, entre o investimento imobiliário e as normativas urbanas vigentes.

Dado o exposto, o objetivo principal do artigo é analisar a área central ou o Centro das duas cidades, Caruaru em Pernambuco e Campina Grande na Paraíba no Nordeste brasileiro (Figura 1), recuperando o processo de formação, e a sua dinâmica atual, considerando as atividades, a morfologia e o como se dá o uso desta área, verificando ainda as normativas que regem estas áreas. Para a compreensão e análise da temática, A escolha das duas cidades deu-se não somente pela constatação da importância dos seus centros, mas também por algumas convergências

na sua história: as duas cidades estão situadas no Agreste nordestino, as suas origens derivam da atividade pecuária e do estabelecimento de um local de pouso, ambas possuem historicamente importantes feiras, além de representarem o que se denominou de Bocas de Sertão (Maia, 2017).

Para além das convergências nos processos de urbanização, algumas observações feitas quanto exercício metodológico, reforçam as consonâncias entre as duas realidades: forte dinâmica comercial na área central, constituição de novas centralidades no processo de expansão urbana e a importância das festas de São João no mês de junho que promovem a atividade turística e os investimentos na estrutura urbana. Estamos falando, pois, das particularidades destas cidades na realidade urbana brasileira. Contudo, há singularidades que precisam ser assinaladas. Assim, pode-se deduzir que se trata de um estudo

Figura 1 – Campina Grande-PB e Caruaru-PE. Localização no nordeste brasileiro.



Fonte: Base de dados IBGE. Elaboração: Autoria própria, 2024.

comparativo, fundamentado nos princípios elucidados por Sposito (2022), mais especificamente: quantidade x qualidade; e universal, particular e singular, que por sua vez constituem o conjunto de fundamentos que Lefebvre apresenta ao escrever sobre a Lógica Concreta ou Dialética. (Lefebvre, 1991). Entretanto, como bem alerta Sposito, “a ideia de comparação não tem valor em si. Ela não pode ser tomada a priori como princípio de pesquisa, mas pode sim ser ferramenta importante, na medida em que a construção do problema e a definição do objeto (dois planos associados, ainda que diversos entre si) assim o ensejarem.” (Sposito, 2022, p. 186).

A convergência de similaridades nos processos de urbanização dessas cidades foi registrada em obras clássicas, como os textos de Maria Francisca Teresa Cardoso publicados na Revista Brasileira de Geografia (Cardoso, 1963; Cardoso 1965), como também foi objeto de discussão em algumas produções anteriores da ReCiMe, a exemplo de Maia e Xavier (2022). A constituição das respectivas áreas centrais apresenta consonâncias que definem as particularidades, mas também se percebem singularidades que merecem ser identificadas.

Para alcançar o objetivo proposto, partiu-se da relação entre o processo de urbanização brasileiro e a constituição da área central, considerando as universalidades, mas principalmente evidenciando as particularidades, algumas já registradas nas cidades estudadas pela ReCiMe, em especial as que se constituíram enquanto cidades Boca de Sertão, como também as singularidades de cada uma (Maia, 2017). Posteriormente, os centros dessas cidades são apresentados a partir de exercícios de observação.

Nessa perspectiva, o artigo estrutura-se em quatro momentos: em um primeiro, apresenta-se como se deu a origem das cidades no contexto da urbanização brasileira; o segundo trata da constituição das áreas centrais e a relação com a inserção dos equipamentos modernos nas mencionadas cidades, posteriormente, traz-se informações a respeito do surgimento de novas centralidades e, por fim, mostra-se registros das observações feitas em campo para subsidiar a discussão sobre a realidade dos seus centros.

2 | POUSO, FEIRA E PRIMEIROS INDÍCIOS DA MODERNIZAÇÃO: OS PRIMÓRDIOS DA URBANIZAÇÃO E DO PROCESSO DE CENTRALIZAÇÃO EM DUAS BOÇAS DE SERTÃO

No processo de conformação das cidades interioranas do Brasil colonial, a maior parte dos núcleos urbanos tiveram origem ao longo de cursos d'água ou mesmo em caminhos que se constituíram como rotas para as passagens de gado. O traçado e a configuração inicial desse espaço exaltavam a Igreja e a administração política. Esse traçado era marcado por lotes estreitos, alongados e edificações sem recuos, que no seu conjunto, ao longo de um eixo inicial formaram as primeiras ruas do núcleo urbano (Reis Filho, 2014).

A cidade era assim constituída pelo espaço da igreja, o largo/praca central e a área da feira, compondo uma morfologia compacta e uma vida urbana que acontecia de forma mais integrada (Maia, 2009). Essa conformação inicial passa a concentrar os serviços e as diferentes atividades exercidas no nucleamento urbano, sendo a zona mais disputada do povoamento, dada a concentração da administração pública, dos templos e das residências da elite local. Com o adensamento da cidade, a expansão da malha urbana e os ideais higienistas que determinam a implantação de lotes maiores, esse núcleo inicial se constitui enquanto uma área de serviços e comércio, ou seja, de forma bastante simplificada, vai se conformando a área central. (Corrêa, 2009).

O processo de centralização mostra-se por sua vez, associado ao de modernização analisado por muitos estudiosos do campo da História, da Geografia, da Arquitetura e Urbanismo, dentre outros. Como já discutido, tal processo está associado à Modernidade, temática também trabalhada com profundidade em obras clássicas, entre as quais destacamos: “Tudo que é sólido se desmancha no ar” de Marshal Berman e “A Modernidade” de Henri Lefebvre. Toma-se estas aqui, por comporem as bases do nosso entendimento e apresentadas em outros escritos sobre a cidade no século XIX e princípio do XX. (Maia, 2016; Maia, 2019). Como bem sintetiza Capel (2019), o processo de modernização inclui muitos aspectos, entre eles, alguns sociais e políticos: “el desarrollo económico, el crecimiento de la población y la transición demográfica, la diversificación social, la constitución de una sociedad con clases, la implantación del Estado liberal, o nuevas formas de vida social y de mentalidad”. (Capel, 2019, p. 8). Acrescenta o autor:

La modernización está vinculada a la aceptación del cambio como algo positivo, y la actitud favorable a él por parte de las élites, difundida luego a diferentes grupos sociales. Tiene que ver también con las consecuencias de la Primera y Segunda Revolución Industrial y está vinculada a la idea de progreso y la aceptación del avance científico y técnico. (Capel, 2019, p. 8)

Assim como em outros países da América do Sul, no Brasil, o processo de modernização se introduz no século XIX, mais propriamente nas últimas décadas. Tal período corresponde ao que Santos (2009) denominou de meio técnico, caracterizado pela inserção da mecanização, ou quando se observa a “emergência do espaço mecanizado”. Explica o autor: “Os objetos que formam o meio não são, apenas objetos culturais; eles são culturais e técnicos, ao mesmo tempo. Quanto ao espaço, o componente material é crescentemente formado do ‘natural’ e do ‘artificial’”. Mas o número e a qualidade de artefatos variam. “As áreas, os espaços,

as regiões, os países passam a se distinguir em função da extensão e da densidade da substituição, neles, dos objetos naturais e dos objetos culturais, por objetos técnicos." (Santos, 2009, p. 236).

No que diz respeito ao Brasil, Santos e Silveira (2010), observam que no século XIX, mais propriamente no final desta centúria, a mecanização é introduzida na produção, a exemplo do açúcar e depois no território com a navegação a vapor e as estradas de ferro. Tal período corresponde a uma transição marcada ainda pela herança colonial. É entre as primeiras décadas do século XX até os anos 1940 que, segundo os autores, identifica-se a consolidação do período técnico, quando "se estabelece uma rede urbana brasileira de cidades, com uma hierarquia nacional e com os primórdios da precedência do urbanismo interior sobre o urbanismo de fachada". (p. 37). Na compreensão dos mesmos, é nesta época que se dá o "começo da integração nacional e um início da hegemonia de São Paulo, com um crescimento industrial do país e a formação de um esboço de mercado territorial localizado no Centro-Sul". (id. ibd).

Destaca-se a observação feita nessa obra para o período, quando ocorre a mudança do tempo "natural" que ainda caracterizava o território brasileiro, passando a constituir "um novo mosaico: um tempo lento para dentro do território que se associava a um tempo rápido para fora". (Santos e Silveira, 2006, p. 37). Esta nova combinação de tempos que se contrapõem, se dá principalmente pela expansão do capitalismo, com a introdução do maquinário fabril, do telégrafo, das ferrovias e da modernização dos portos.

No decurso 1920 a 1950, conforme descreve Geiger (1963), alguns fatores caracterizam a urbanização brasileira: a industrialização que impulsiona o crescimento urbano; a instalação de novos ramais ferroviários e a abertura de novas rodovias favorecendo o mercado interno e a maior integração "do conjunto urbano"; maior diferenciação e hierarquização na rede urbana, "do pequenino centro local à capital regional"; maior diversificação de centros urbanos, particularmente em função da atividade industrial, concentrando-se na região Centro-Sul. Ainda conforme o autor, na Região Nordeste, "a estrutura urbana guardou maior quantidade de elementos da herança colonial", menor número de cidades médias e onde se guardam "os traços fisionômicos do passado". (Geiger, 1963, p. 105).

A inserção e a consolidação do meio técnico nos termos de Santos (2009), apresentados de forma genérica nos parágrafos anteriores, somados às caracterizações da rede urbana de Geiger (1963), condizem com o que se comprehende como o processo de modernização que se dá no território brasileiro de maneira mais abrangente, e, particularmente nas cidades como já indicado pelos autores. Lembrando que o processo de modernização está diretamente associado à introdução de novas técnicas, além das mudanças políticas e sociais mais abrangentes, como os novos sistemas de comunicação através dos jornais, dos correios, do telégrafo, e, vale repetir, do transporte ferroviário. Desta forma, fato é que, como expressa Capel, "El papel de las ferrovías fue muy importante en el proceso de modernización. Son numerosas las innovaciones que se aplicaron en ellas, y que tuvieron una fuerte incidencia sobre la sociedad y sobre el espacio urbano" e registra: o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, a iluminação, as instituições e serviços de educação e de saúde, além

dos transportes sobre trilhos. (Capel, 2019, pp. 8-9). Ressalta ainda o autor, que a modernização está vinculada a uma ideia e a aceitação de mudança por algo positivo, relacionada, portanto, ao progresso.

No Brasil, a aspiração pelos equipamentos e urbanismo modernos se concretiza inicialmente na capital do país, a cidade do Rio de Janeiro, onde se dá a primeira grande operação de reforma urbanística inspirada no projeto de Paris, ou no modelo de haussmannização (Picon, 2001). A aspiração pelo moderno ou pela modernidade corresponde a um projeto de cidade burguesa, isto é, se “trata de un largo período histórico durante el cual se asiste a un proceso intenso de transformación territorial a la que es sometida la ‘ciudad tradicional’.” (Alvarez Mora, 2022, p. 83).

Corrêa (1989) conforme já mencionado apresenta o processo de centralização e a sua forma espacial resultante: a Área Central. A conformação da área central vai se dando desde o período pós Revolução Industrial e que no decorrer do século XIX vai se consolidando e se intensificando. Tal processo não se restringe às cidades europeias, como também já explicitado, instalando-se inicialmente nas grandes cidades dos países economicamente dependentes ou periféricos, como o Brasil.

Na Região Nordeste, nas primeiras décadas início do século XX, a economia ainda era predominantemente agropecuária e a economia do algodão continua sendo relevante, tornando-se o principal impulsionador do crescimento das cidades que apresentavam alguma centralidade na rede urbana, dentre estas, as aqui tratadas, quais sejam, Campina Grande e Caruaru. Neste período, ainda não se observa a conformação de uma área central, porém, a inserção dos denominados equipamentos modernos e alterações na morfologia e na estrutura da cidade que estimulam a concentração de atividades comerciais e de serviços, por conseguinte, a formação da área central.

3 | EQUIPAMENTOS MODERNOS, CONFORMAÇÃO DA ÁREA CENTRAL: CAMPINA GRANDE E CARUARU NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Campina Grande recebe incrementos “modernos” nos anos 1920, tais como a iluminação pública nas principais ruas e dois cinemas, e, nos anos 1930, este movimento de “modernização” prossegue com a construção de escolas públicas e o início das obras de abastecimento d’água, inaugurado somente em janeiro de 1940. Há, contudo, que se memorar que entre 1930 e 1945, a cidade passa por uma reforma urbanística também promovida pelo capital algodoeiro e a “expansão do espaço físico da cidade muito impressiona. O número de edificações, 731 em 1907, passou, nesse período, para 8.662 (1940). E a população, de 17.041 habitantes, saltou para 126.443 habitantes”. (Maia, 2017, p.118). É então quando se constata a concentração de atividades comerciais e de serviços nas ruas transformadas pela Reforma Urbanística, tais como a Maciel Pinheiro e a Praça João Pessoa, promovendo, por sua vez, a conformação de uma área central. Área esta que se expande até as ruas “Dr. João Leite, Marquês do Herval, Irineu Joffily e da República, passando pelo Açude Velho até chegar à estação ferroviária”. (Id. Ibdem). Além das modificações nas ruas já existentes, outras são abertas, no formato de uma larga avenida, como a avenida Floriano Peixoto (Figura 2).

Figura 2 – Campina Grande. Avenida Floriano Peixoto, 1942.



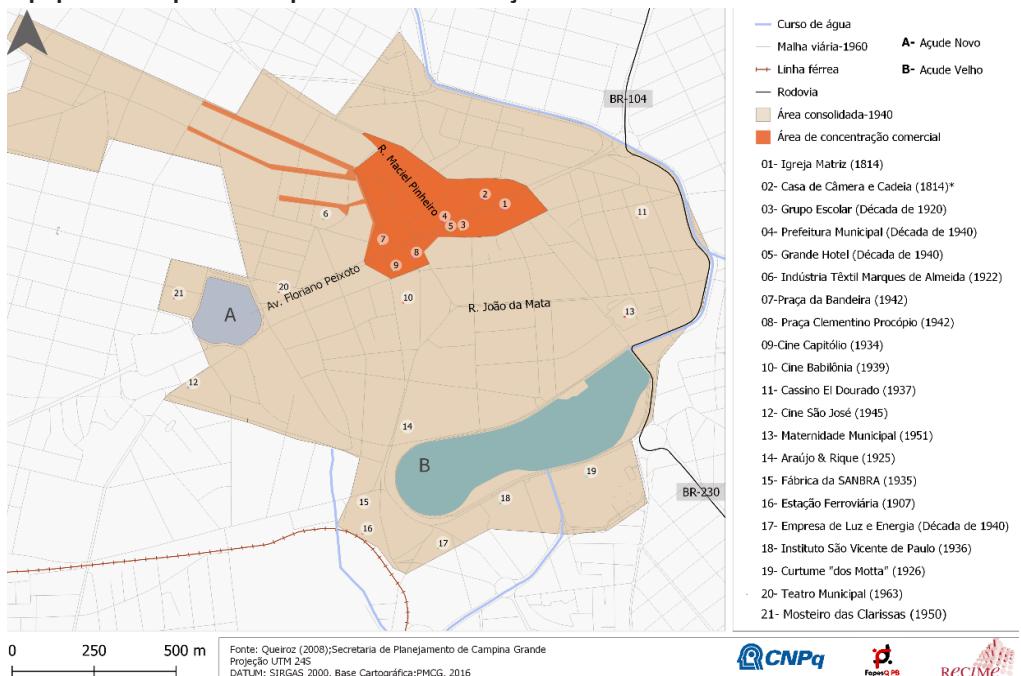
Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande. Disponível em: <https://cgretalhos.blogspot.com/search?q=centro+em+1942>

As modificações são estruturais, as ruas são alargadas, calçadas, iluminadas e, as edificações completamente substituídas por edifícios no estilo *art déco* com no mínimo dois pavimentos. De fato, esta operação urbanística, assim aqui denominada considerando o período ocorrido, foi não só um marco no processo de urbanização de Campina Grande, como se tornou um fator determinante para a consolidação da sua área central, conforme atesta Queiroz (2008):

Os sobrados construídos transformaram as principais ruas centrais em majoritariamente comerciais e de serviços, geralmente com loja embaixo e depósitos ou salas comerciais em cima, e foram o resultado dos esforços que agiram em prol da separação das funções urbanas no município. (Queiroz, 2008, p. 197).

O núcleo primaz de Campina Grande, como definiu Maia (2017), se insere na área onde foi havendo a concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços, bem como onde se realizava a feira semanal (Figura 3). Certamente que a Reforma Urbanística mencionada reforça o movimento que já vinha se constituindo desde o período de maior acúmulo de capital com a atividade algodoeira. A partir deste momento, observa-se alguns eixos de expansão, como a Rua João da Mata e seu entorno, que passam a ser locais das novas residências, onde “grande parte das construções novas e reformadas incorporou recuos, jardins, terraços, varandas, janelas em todos os ambientes, pátios e poços de iluminação” (Queiroz, 2008, p. 138).

Figura 3 – Campina Grande. Área Urbana consolidada em 1940 e a área de concentração equipamentos públicos e privados: Conformação da Área Central



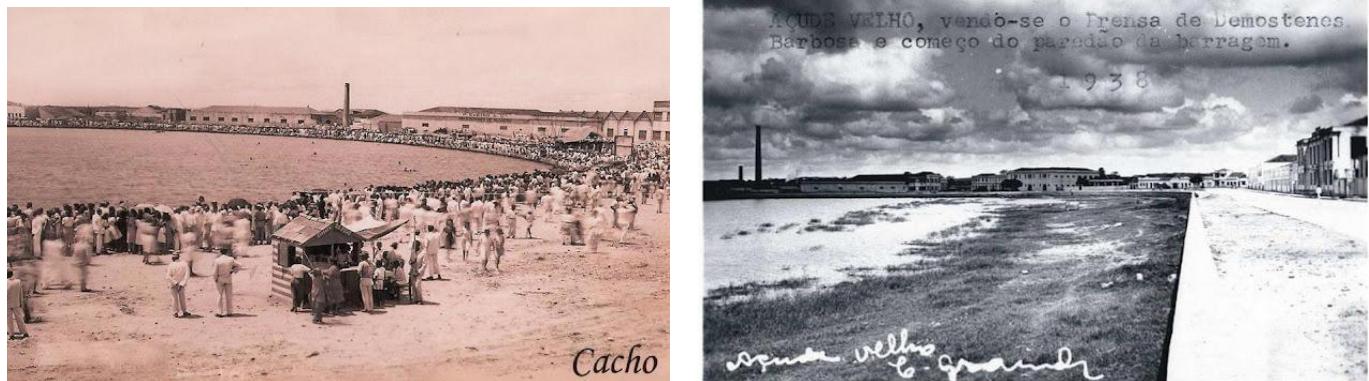
Elaboração: Autoria própria, 2024.

As intenções do poder público eram claras em suas normativas edilícias para a implementação da reforma. De acordo com o Decreto nº 49/1935, incentivos fiscais eram dados para os imóveis que possuíssem mais de 2 pavimentos nas principais vias da cidade localizadas no antigo núcleo primaz, incentivando, por sua vez, a concentração comercial. Ao mesmo tempo, o referido decreto, determinava a isenção de IPTU por 5 anos para os imóveis terreiros que ocupassem lotes maiores na Rua João da Mata e proximidades do Açude Velho.

O entorno do Açude Velho (Figura 4) abrigava atividades industriais em função da localização da estação ferroviária. Trata-se, pois, de uma área onde se encontravam as duas grandes indústrias algodoeiras, a Sanbra e a Anderson Clayton, armazéns, curtumes, dentre outros. O incentivo habitacional foi reforçado pela construção do cais circular no Açude Velho, tornando-se local de encontro, como afirma Santos (2018). Segundo o autor, desde então, o açude, além de ser utilizado para banho público, passa a ser “a ser palco de encontro da sociedade campinense” (Santos, 2018, p. 55). Nas novas áreas loteadas que compreendem o entorno da Rua João da Mata e o Açude Velho, na planta desses loteamentos faz-se menção a inserção de clubes que ocupavam lotes maiores, como o Aliança Clube, Campina Tênis Clube e Clube dos 200.

No entanto, o outro lado do Açude Velho, a porção Sul, continua a abrigar “atividades produtivas consideradas insalubres” como as fábricas, mas também recebe outras instalações como a Empresa de Luz - antes localizada na área da Praça Clementino Procópio - em 1940, já nas proximidades da estação ferroviária (Queiroz, 2008, p. 98).

Figura 4 – Campina Grande. Açude Velho em 1938 e em 1942, após a construção do Cais Circular.



43. Fábricas e prensas de algodão às margens do Açude Velho. Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega - Unipê (Acervo pessoal Francisco Sales Trajano Filho).

Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande. Disponível em: [Disponível em: https://cgretalhos.blogspot.com](https://cgretalhos.blogspot.com)

Nota-se que a estação ferroviária foi elemento importante na estrutura urbana ora tratada. Historicamente, tal edificação significou em muitas cidades, uma edificação de destaque. No Brasil há exemplos expressivos não só nas maiores aglomerações, a exemplo da Estação Central do Rio de Janeiro e da Estação da Luz em São Paulo, mas também as estações de Sorocaba (São Paulo), a de Poços de Caldas (Minas Gerais) e mesmo a da cidade do Crato no Ceará, cujas edificações se mostram imponentes considerando a escala das cidades. O destaque dessas edificações dava-se não somente pela grandeza do edifício, mas também pela sua significativa importância na estrutura e na dinâmica urbana, conformando muitas vezes centralidades.

Quando se trata das cidades bocas de sertão pesquisadas por Maia (2017), verifica-se que as estações ferroviárias exerceram papel significativo na expansão urbana, e ainda na constituição de áreas centrais. A autora, ao analisar a conformação das áreas centrais de Campina Grande, Uberlândia em Minas Gerais, São José do Rio Preto em São Paulo, Londrina no Paraná e Passo Fundo no Rio Grande do Sul, ressalta a importância não somente da implantação da ferrovia, mas, particularmente, das estações ferroviárias nestas cidades, enquanto elemento que favorece a formação das suas respectivas áreas centrais. Escreve:

Há, por conseguinte, implicações diretas da instalação da ferrovia sobre a morfologia da área do Núcleo Primaz, uma vez que, nos casos analisados, a linha férrea foi construída em área não coincidente com o seu núcleo original, mas nas proximidades dele¹, e impulsionou a conformação de uma Área Central, ou simplesmente Centro (Maia, 2017, p. 141).

Para além da ferrovia, vale reforçar que a dinâmica e a expansão urbana de Campina Grande, foram favorecidas pela feira, tanto de gêneros alimentícios e de utilidades diversas, como a feira de gado. Vários estudos já trataram da importância da feira para o seu crescimento econômico (Costa, 2003; Diniz, 2004). De fato, a feira não só constituiu uma atividade comercial de suma importância,

¹ Proximidades estas identificadas atualmente, uma vez que as distâncias se modificam com o processo de urbanização e com os incrementos das técnicas.

mas também da vida social, cultural e política. Se em Campina Grande, a feira articulada à pecuária, ao transporte ferroviário, ao comércio do algodão e à instalação de indústrias, representa um elemento impulsor da economia e do seu crescimento urbano, em Caruaru, tais atividades também constituem as forças que impelem a sua economia e a sua urbanização.

Caruaru, de modo similar à Campina Grande, teve seu crescimento associado diretamente à atividade pecuária e à economia algodoeira, esta última, mais dependente das oscilações do mercado internacional, apresentando momentos de alta e outros de declínio². Assim, nas primeiras décadas do século XX, mais precisamente no ano de 1929 tem-se a instalação da indústria Boxwell, uma fábrica de tratamento da fibra de caroá, que se soma a outras fábricas e usinas, muitas delas voltadas ao beneficiamento do algodão. Tais estabelecimentos se encontravam, em sua maioria, nas proximidades da estação ferroviária, fomentando o crescimento da cidade em sua direção (Maia, 2023). O impulso das atividades agrícolas, “como o algodão, couro, sisal, milho, café e fibra de caroá” promovem uma outra dinâmica urbana, nas palavras, de Veridiano dos Santos (2006):

um surto urbano e comercial a partir do qual certos grupos proprietários souberam se articular para fornecer a centros urbanos como Recife a produção local e, em contrapartida, adquirem daquela capital produtos e novidades a que as populações do interior pudessem ter acesso, ou prestar serviços que as condições econômicas e a vida citadina exigiam (Santos, 2006, p. 26).

Neste ínterim, com base no referido autor, são abertas “novas ruas, redesenhando a cidade, sobrados, casas comerciais, serviços de higiene, código de postura, associados a um conjunto de práticas sociais diversas” na primeira metade do século XX. (Santos, 2006, p. 26). Assim, apesar de Caruaru não ter passado por uma reforma urbanística, capaz de modificar radicalmente a morfologia e a estrutura do seu núcleo original, tal como ocorreu em Campina Grande, verifica-se uma maior intensidade de ações, inserção de novos processos e aspirações modernistas que também favorecem o seu crescimento e a conformação de uma área central.

Um dos elementos que marca essas mudanças, no sentido da cidade se modernizar, é o cinema. Na primeira metade do século XX, segundo Frank Junior, é inaugurado em 1922, o Cine Theatro Rio Branco, que nos anos 1930 é reformado, sendo reinaugurado com o nome de Theatro Avenida. Outros cinemas surgem neste período, como o Cine Theatro Cauaru em 1939 e, em 1947 o Cine Theatro Santa Rosa. Todos estes localizados nas principais ruas da cidade. O primeiro na Rua da Matriz, “ao lado da Pastelaria de João Ferreira”, o segundo na Praça José Martins, e o terceiro na Praça Pedro de Souza. Tais impulsos irão se intensificar nas décadas seguintes. (Figura 5).

2 Os períodos de maior alta da economia algodoeira no Nordeste brasileiro estão diretamente associados aos eventos internacionais, tais como: A Guerra Civil Americana (1861-1865), quando a produção de algodão daquele país foi interrompida, criando uma grande demanda por algodão em outros mercados; a Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918) já que a obtenção de algodão tornou-se difícil para a indústria europeia dada as interrupções no comércio internacional, e, embora com menor intensidade, a Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945), por também ter provocado grandes alterações na economia mundial e, mais fortemente europeia.

Figura 5 – Cine Theatro Rio Branco, Cine Theatro Caruaru e Cine Theatro Santa Rosa, respectivamente. Fonte: Um breve Histórico dos cinemas de Caruaru.



Fonte: <https://medium.com/a-ponte/um-breve-hist%C3%B3rico-dos-cinemas-de-caruaru-2b369a42ba48> [Acesso em 15 de novembro de 2023].

Entre 1930 e 1933, observa-se a formação do que se constituirá um eixo de expansão da referida cidade. A Avenida Agamenon Magalhães enquanto vetor de expansão que ultrapassa a linha férrea, foi se consolidando com a formação do Bairro Maurício de Nassau (Calado, 2023). O início da ocupação desse espaço se dá com o Hospital São Sebastião, inaugurado em 1939 e a implementação de infraestrutura, sobretudo na via principal, a mesma Agamenon Magalhães. Esta se projeta enquanto símbolo da modernidade, onde serão construídas instituições como o Colégio Diocesano, Estádio do Central, Rádio Difusora, Casa de Saúde Bom Jesus e o Hospital Santa Efigênia (Calado, 2023). Tais edifícios foram essenciais para o fortalecimento desse novo vetor de expansão e para a atração de mais serviços para a área, fortalecendo a centralidade dessa avenida no espaço intraurbano. Acrescenta-se, que assim como Campina Grande, os edifícios públicos construídos nas décadas de 1930 e 1940 seguirão o padrão arquitetônico art déco, considerado na época o estilo moderno. Os edifícios do Hospital São Sebastião, a Cadeia Pública e o Lactário Amélia de Pontes são alguns destes exemplares (Brasileiro *et al.*, 2019). (Figura 6).

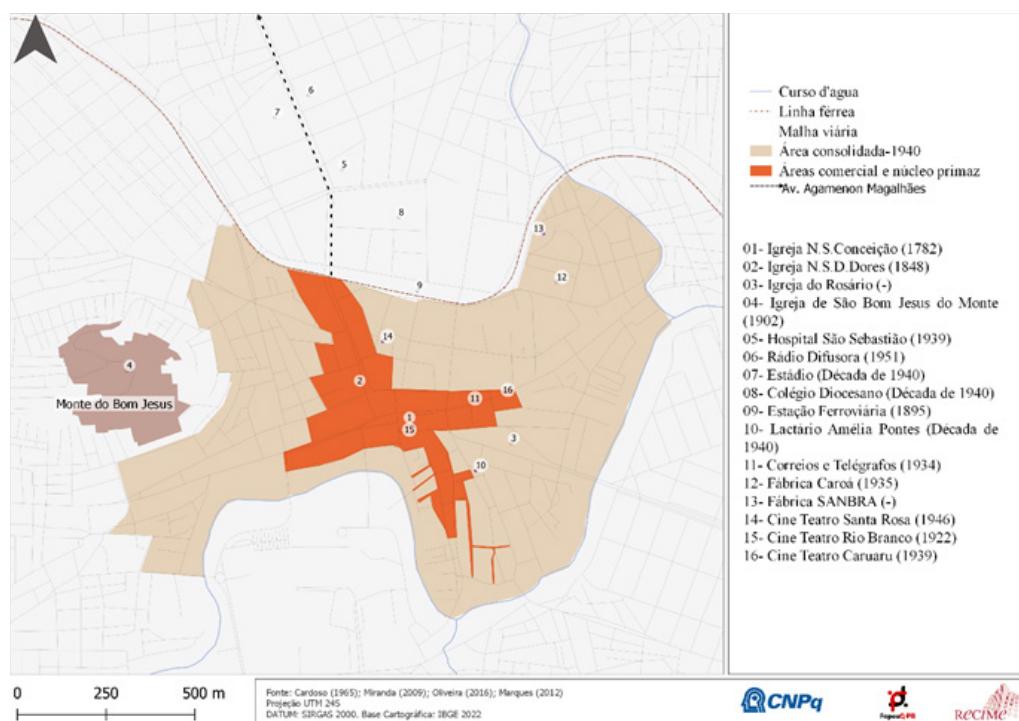
Figura 6 – Lactário Amélia Pontes na década de 1950.



Fonte: Brasileiro *et al.*, 2019.

À medida que se avança nas leituras e no conhecimento sobre o processo de urbanização de cada uma das cidades aqui tratadas, algumas singularidades se sobressaem. Uma delas oriunda da própria conformação geomorfológica, que, no caso de Caruaru se apresenta de forma peculiar, dada a presença do Morro Bom Jesus, que inicialmente se constitui enquanto um limite, e mesmo uma barreira para a expansão da cidade em sua direção, e que vai sendo ocupado pela população de baixa renda, de maneira similar a tantas outras cidades brasileiras. De acordo com Oliveira (2016), a área central de Caruaru estrutura-se em espaço delimitado por “quatro barreiras, sendo três barreiras naturais e uma artificial: o Rio Ipojuca ao sul, a Linha Férrea ao norte, o Morro Bom Jesus ao oeste, e um riacho afluente do Rio Ipojuca ao leste (Figura 7). Tais limites definem atualmente o Bairro Central, ou Nossa Senhora das Dores” (Oliveira, 2016, p. 60).

Figura 7 – Caruaru. Área consolidada em 1940 e distribuição de equipamentos públicos e privados.



Elaboração: Autoria própria, 2024.

As décadas subsequentes 1940 e 1950, como é de conhecimento geral, demarcam o período de grande impulso no processo de urbanização brasileira, em função da política direcionada à industrialização, ao movimento migratório rural – urbano, e à consolidação de um mercado nacional. Nas décadas de 1960 e 1970, a dinâmica urbana se intensifica, imprimindo no território brasileiro as discrepâncias regionais determinadas pela divisão territorial do trabalho (Santos, 1993). Se as cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, bem como as capitais dos estados recebem um incremento populacional grandioso, outras que já se constituíam enquanto centralidades regionais terão um crescimento populacional destacável e uma expansão do tecido urbano inusitada. Neste conjunto, se encontram Campina e Caruaru.

A partir das informações obtidas nas referências bibliográficas e nos documentos pesquisados, dentre estes os anuários estatísticos, catálogos das associações comerciais e alguns jornais, verifica-se que os anos 1950 representam um período de consolidação das áreas centrais das respectivas cidades. No

exemplar da Enclopédia dos Municípios (IBGE, 1960), registra-se que Campina Grande, apesar de apresentar um maior quantitativo da população ativa municipal no “ramo agricultura, pecuária e silvicultura”, esta “não é essencialmente agrícola, pois, como cidade mercado, sua função é múltipla.” Acrescenta:

É interessante observar, porém como gravita sua vida econômica em torno do algodão que tem sua importância na safra municipal; a indústria têxtil, a primeira da comuna, o usa como matéria-prima; o comércio desse produto contribui com parcela importante da renda do município, visto como este o recebe de várias localidades. (IBGE, 1960, p. 237).

Este mesmo texto ressalta o papel de “centro distribuidor e posto classificador, não só para os municípios paraibanos como de outros estados”. (Id. Ibid). Conforme este mesmo documento, em 1956, havia 256 estabelecimentos industriais em Campina Grande.

Ademais, as prestações de serviços, classificados em serviços de confecção, conservação e reparação; serviços de alojamento, alimentação, higiene pessoal e de diversão e radiodifusão também se sobressaiam. Contudo, é a atividade comercial que mais se destaca nesta urbe, concentrando a metade do comércio atacadista do Estado da Paraíba. Além dessas atividades, os denominados “estabelecimentos de crédito” constituídos não somente de filiais dos bancos nacionais e de outros estados – Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco da Lavoura de Minas Gerais, Banco do Nordeste do Brasil, Casa Bancária Magalhães Franco e Banco do Povo S.A; correspondiam “a 6 matrizes dos seguintes bancos e cooperativas: Banco do Comércio de Campina Grande S. A., Banco Auxiliar do Povo, Banco Industrial de Campina Grande S. A., Cooperativa Banco Mercantil Ltda., bem como 1 Metropolitana do Banco Industrial de Campina Grande S.A, localizada no bairro do Mercado.” (IBGE, 1960, p. 240).

Certamente todo este conjunto de estabelecimentos comerciais e de serviços somado ao setor bancário, e ainda impulsionado pela atividade industrial, promovem a consolidação da área central de Campina Grande, como bem expressa o volume da Enclopédia dos Municípios de 1960. As impressões registradas nessa publicação enaltecem as características da “cidade moderna”, com a sua “dinâmica progressista” e artérias “largas e bem traçadas” (IBGE, 1960, p. 242).

No que diz respeito a Caruaru, em 1950, a atividade econômica municipal predominante era ainda a agropecuária. Porém, setores como o da indústria de transformação, a indústria têxtil e a indústria química, além da de vestuário e calçados se destacavam na sua economia. O comércio, desde a feira, sempre foi relevante. Em 1950, nessa cidade havia 300 estabelecimentos de comércio varejista e 34 do atacadista. O setor bancário se fazia presente com filiais do Banco do Brasil S.A, Banco Auxiliar do Comércio S. A., Banco Nacional de Pernambuco S. A., como também matrizes dos bancos Cooperativa Banco Popular de Caruaru Ltda., Cooperativa de Crédito Rural, Ltda. e Cooperativa Agropecuária de Caruaru, Ltda. (IBGE, 1958, p. 91). Neste mesmo período, os equipamentos urbanos como “água, luz, calçamento e telefone” encontravam-se instalados nos principais logradouros. Contudo, o destaque maior que se faz é a feira que se realizava em frente à igreja matriz às terças-feiras e aos sábados. Descreve o IBGE (1958):

É o comércio do caboclo, a festa do matuto, que aí vende seus produtos agrícolas e compra roupas, calçados (geralmente alpercatas), e tudo o mais de que necessita no campo. Em toldos improvisam-se restaurantes, onde são servidos pratos típicos: sarapatel, buchada, mão-de-vaca, carne-de-sol, etc. O povo se diverte e faz negócio (IBGE, 1958, p. 92).

Em artigo publicado pela Revista Brasileira de Geografia (1965), Cardoso analisa a centralidade regional de Caruaru e dedica um subcapítulo para tratar da sua “organização interna”. A autora chama a atenção para a constituição do centro regional que provoca “a ampliação e diversificação das funções do centro urbano”, além da expansão do espaço urbano como um todo e do surgimento de setores especializados na cidade. (Cardoso, 1965, p. 604-605). Acrescenta: “Este desenvolvimento todo ocasiona o aparecimento de um ‘centro’ no qual se reflete com maior intensidade o fenômeno urbano, dado o seu maior dinamismo”. Neste mesmo artigo, ela observa modificações “bem sensíveis” nesta área que denomina “centro”. Tais mudanças se dão com a “construção de novos prédios e remodelação de alguns outros, onde casas de comércio de preferência se instalaram e, mais recentemente, novos bancos abrem suas portas.” (Cardoso, 1965, p. 605). O texto ainda nos fornece a delimitação desta área: “Este ‘centro’ compreende a área situada entre o morro Bom Jesus, os rios Ipojuca e Salgado, continuando-se do outro lado da linha férrea ainda pelo rio Salgado, ruas Prof. José Leão, São Paulo e Visconde de Porto Seguro” (Id. Ibid) (Grifo da autora). (Figura 6). Além de delimitar o contorno do que se constitui a área central de Caruaru nos anos 1960, registra as ruas de maior concentração comercial – Sete de Setembro, praça Coronel João Guilherme, Quinze de Novembro, Duque de Caxias, Martins Junior, rua da Conceição, Tobias Barreto, Guararapes, José de Alencar, praça Juvencio Mariz”. (Id. Ibid). E, para além dos estabelecimentos comerciais, nesta área também estão localizadas as agências bancárias, escolas de ensino médio, faculdades e os templos religiosos principais: a Catedral, a Igreja do Rosário e a da Conceição. (Cardoso, 1965, p. 69). Observe-se que nessa delimitação feita por Cardoso (1965), a linha férrea está inserida na área junto à estação, não coincidindo com o contorno apresentado por Oliveira (2016), como também este último autor não faz menção à Avenida Agamenon Magalhães, pois, como afirmado anteriormente, esta se constituía em um vetor de expansão.

No entendimento de Cardoso (1965), nesta mesma área observa-se uma “animação peculiar às cidades de certa categoria”, assim como uma maior circulação de ônibus, por ser o ponto inicial de várias linhas. E, por último, volta a registrar a importância da feira, para onde converge um número significativo não só de habitantes da cidade, como de pessoas provenientes das regiões próximas. Vale registrar que a feira neste período ocupava as ruas principais da cidade, como a Sete de Setembro, da Conceição, Tobias Barreto e a Praça Guararapes, coincidindo com aquelas anteriormente assinaladas como sendo as de maior expressão comercial e de serviços.

Atenta-se para a diferença nos direcionamentos da expansão da área que vai se consolidando enquanto área central. No caso de Campina Grande, verifica-se que, muito embora a estação ferroviária seja um atrativo para a expansão da sua malha, a estação e o pátio ferroviário não se incorporam à área central, estando próxima, mas à margem do seu perímetro. (Figura 7). A área onde estava a estação

ferroviária, como já registrado anteriormente, mais precisamente, a primeira estação³, concentrará estabelecimentos industriais, principalmente os destinados ao beneficiamento de algodão. A linha férrea demarcará muito nitidamente dois lados da cidade, antes e depois da via. Sendo esta última produzida de forma mais espontânea pelos trabalhadores que vão residir nas proximidades das indústrias, dada a possível oferta de trabalho.

Diferentemente, em Caruaru, já nos anos 1960, a área central expande-se em direção à estação ferroviária e ultrapassa a linha férrea, como explicita Cardoso (1965). Assim, muito rapidamente o tecido urbano ultrapassa a ferrovia, elemento que se constitui normalmente em um limite e/ou barreira para a expansão urbana (Santos y Ganges, 2011), mas que em Caruaru, de maneira peculiar se insere na área central. Assim, mesmo que tenha se constituído em um limite, este é superado, estabelecendo-se as passagens de linha.

As décadas subsequentes do século XX correspondem ao período de maior incremento no processo de urbanização brasileiro, promovido desde a política nacional de crescimento econômico, política habitacional conduzida pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) e, pelo domínio do transporte rodoviário. Desta forma, a partir das décadas 1970 e 1980, as cidades brasileiras estabelecidas enquanto centralidades regionais na rede urbana, passam por uma expressiva expansão da sua malha urbana e populacional (Quadro 1). O sistema rodoviário torna-se dominante, substituindo o transporte ferroviário, conduzindo, por sua vez, o crescimento das cidades. Conforme Villaça (2009), o transporte rodoviário é mais flexível do que o ferroviário, “pois, em qualquer ponto ao longo da via, o potencial pode concretizar-se, ou melhor, pode concretizar-se a acessibilidade ao centro da cidade, sem transbordo, inclusive através de um simples ponto de parada que um ônibus interurbano faça na área rural próximo à periferia urbana.” Esse ponto passa então a ser servido por transporte urbano. Assim, uma via interurbana transforma-se rapidamente em uma via intraurbana (Villaça, 2009, p. 82).

Quadro 1 – População de Campina Grande e Caruaru entre as décadas de 1940 e 1980.

	1940	1950	1960	1970	1980
Campina Grande	126.139	173.206	204.583	195.145	247.827
Caruaru	73.455	102.877	105.135	142.653	172.532

Fonte: Censos Demográficos- IBGE. Disponível em: biblioteca.ibge.gov.br/

O autor acima citado esclarece que à proporção que a cidade vai crescendo, ela absorve trechos das vias regionais, como ocorreu com as rodovias, cujos antigos traçados foram incorporados ao espaço urbano consolidado, transformando-se em vias urbanas. Tal fato pode ser observado tanto em Campina Grande com a absorção do traçado da BR 230 que, posteriormente é “desviado” com a construção de um anel viário, localmente denominado de “alça” e a BR 104 que ainda hoje corta a cidade no sentido norte – sul.

3 A referência aqui se faz à primeira estação ferroviária em Campina Grande, instalada pela Companhia Great Western Rail of Brazil, atualmente conhecida como Estação Velha. Esta foi a única estação no período de 1907 a 1961, quando se inaugura uma outra estação, a Estação Nova. Esta nova estação é construída em um terreno mais amplo pela Rede Ferroviária do Nordeste, para atender o ramal instalado em 1957 que interliga Campina Grande à Patos. <http://www.estacoesferroviarias.com.br/paraiba/campina.htm> [Acesso em 20 de janeiro de 2024].

Para além do crescente fluxo rodoviário, da política de estímulo à indústria especialmente a partir da política da SUDENE, o dinamismo comercial de Campina Grande permanece como sendo o maior responsável pelo seu crescimento. Há que se registrar a expansão provocada pela política habitacional promovida pelo BNH que constrói conjuntos habitacionais em áreas até então rurais, fragmentando o tecido urbano. Calixto *et al.* (2022) afirmam que entre as décadas de 1960 e 1980, grande parte dos conjuntos habitacionais do BNH foi erguida em áreas distantes do centro da cidade”, em áreas muito próximas ou mesmo à margem das vias que ligam Campina Grande a outros municípios paraibanos e a estados vizinhos, como Pernambuco, demarcando a relação centro-periferia. Alguns dos empreendimentos situavam-se próximos ao acesso para Massaranduba (PB-095), João Pessoa (BR-230) e Queimadas (BR-104) (Calixto *et al.*, 2022, p. 5).

Caruaru, também caracterizada como centro de convergência de rodovias – PE-95 ao norte, BR-232 ao sul e BR-104 ao oeste – terá uma expansão não muito diferente da ocorrida em Campina Grande. Conforme informações contidas no exemplar Caruaru (1977), desde os anos 1970, verifica-se expansão da malha urbana para além desses eixos rodoviários, processo que se intensifica na década de 1980 com os conjuntos habitacionais construídos pelo BNH nas áreas sul e oeste. Valença (2018), confirma o crescimento no padrão centro-periferia e sintetiza:

No caso da área urbana de Caruaru, os limites físicos que a enquadravam foram sendo transpostos, com uma expansão periférica descontínua, através de loteamentos que direcionam as expansões futuras e a consolidação dessas áreas dava-se pela força de equipamentos urbanos e serviços e conjuntos habitacionais promovidos pelo Banco Nacional de Habitação – BNH (Valença, 2018, p. 42).

Muito embora existam diferenças entre os processos de expansão das cidades aqui analisadas, há similaridades, dadas pela centralidade regional, pela importância da feira no dinamismo econômico e na vida urbana.

Como já ressaltado, a feira compõe o conjunto de atividades comerciais, como também é um evento, em outras palavras, é um mercado onde não só se realizam negócios, se adquire alimentos e utensílios, sendo um acontecimento social que caracteriza ambas as cidades aqui tratadas. Assim, vale trazer alguns registros sobre a sua localização nas respectivas cidades.

Em Campina Grande, a feira tem origem “no sítio das Barrocas, arruado que se formou a partir do aldeamento Ariú, na margem esquerda do riacho das Piabas”, e quando o povoado se consolida, com a construção da igreja matriz em um ponto mais elevado, a feira passa a se realizar no seu largo. Posteriormente, “a localização da feira passou a ser uma questão de disputa de poder”. (Costa, 2003, p. 106). Em 1925, constrói-se um mercado público, com uma entrada pela rua Maciel Pinheiro e outra pela rua Barão do Abiaí. No conjunto de transformações na década de 1940, a feira passa a ser dissonante com as edificações modernas e os estabelecimentos comerciais voltados para a elite. Assim, em 1941, um novo mercado público é construído no bairro “das Piabas ou bairro dos Currais”, área contínua ao espaço modernizado. (Costa, 2003, p. 110). A feira vai se expandindo

pelas ruas adjacentes até a década de 1970, mantendo seu dinamismo nos anos 1980. Dessa forma, mesmo que tenha sido deslocada de uma das principais vias da área central, a feira fixa-se em área que posteriormente se incorpora ao centro como atesta Costa: “O Bairro das Piabas foi depois incorporado ao Centro da cidade, tendo desaparecido inclusive da memória” (Costa, 2003, p. 110).

A localização da feira de Caruaru também representa o dinamismo da atividade comercial, além da sua relação com a área central. A feira marca o início do agrupamento que dará origem à cidade. Esta, desde o princípio, realizava-se defronte à igreja matriz, que vai crescendo “e por isso passou, aquele local, a se chamar Rua do Comércio, mais tarde recebendo o nome de Praça João Guilherme de Azevedo”. (IPHAN, 2006, p. 25). Neste mesmo dossiê produzido pelo IPHAN registra-se que: “Em 1966, a Feira ocupava dois quilômetros do centro da cidade. Em 1975, a Feira do Troca-Troca localizava-se na Rua São Sebastião” (IPHAN, 2006, p. 36). Na década de 1980, as feiras de artesanato, calçados e vestuário que integravam a grande feira, foram transferidas para uma área externa ao centro, e em 1992 toda a feira passa a ser realizada em espaço a este destinado, o Parque 18 de maio, ao sul do rio Ipojuca. (Valença, 2018, p. 42). Tal movimento de constituição de novos espaços centrais é então impulsionado.

4 | EXPANSÃO E NOVAS CENTRALIDADES: QUANDO OS SHOPPING CENTERS SÃO INSTALADOS NAS DUAS CIDADES

As leituras e as análises dos mapas produzidos nos trabalhos consultados e listados nas referências bibliográficas mostram que nos últimos decênios do século XX, dá-se o surgimento do que se irá constituir enquanto novas centralidades. Em Campina Grande (Figura 08), além da transferência do terminal rodoviário interestadual em 1985 para área afastada do centro e próxima à saída da BR-230, no sentido leste e em 1990, tem-se a construção do Shopping Center. Este inicialmente denominado Iguatemi, posteriormente Boulevard Shopping e mais recentemente Partage Shopping constitui-se em um equipamento capaz de impulsionar a expansão da cidade na sua direção e, em muitas cidades promovem a formação de novas centralidades. (Ribeiro Silva, 2017). A respeito das repercussões dos shopping centers nas cidades brasileiras, e, particularmente nas cidades médias, Ribeiro Silva (2017) ao reunir os resultados das pesquisas desenvolvidas pelo conjunto de pesquisadores da ReCiMe, constata que os Shopping Centers:

[...] constituem novos equipamentos urbanos de concentração de atividades comerciais e de serviços, com gênese e processos não necessariamente relacionados ao centro principal. Apresentam fortes influências sobre a expressão da centralidade, sobretudo nas cidades médias, pois promovem a modificação de vetores de expansão e valorização, bem como de usos do solo em diferentes áreas da cidade. (Ribeiro Silva, 2017, p. 219).

O autor nesta mesma obra cita o Shopping Center Partage em Campina Grande e o Caruaru Shopping fundado em 1997. Na sua análise, relaciona os shopping centers com seus padrões locacionais, distinguindo dois grupos de

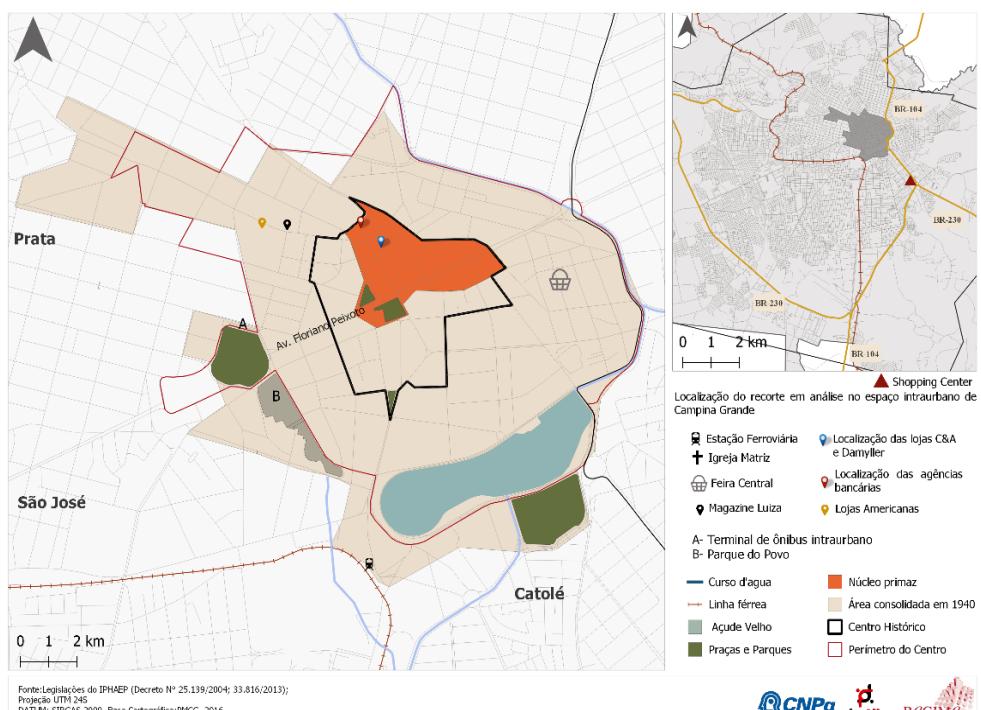
cidades, conforme a localização destes empreendimentos: as das Cidades Médias Tradicionais e a das Cidades Médias de Padrão Complexo. As cidades tradicionais correspondem às que:

[...] tradicionalmente desempenham funções de capital regional, embora todas tenham, de modo geral, significativos processos de mudanças nas lógicas comercial e de localização dos estabelecimentos comerciais, de serviços e de lazer. Os centros principais, no entanto, são ainda fortemente hegemônicos nas expressões de centralidades e na concentração comercial". (Ribeiro Silva, 2017, p. 260).

A respeito de Campina Grande, escreve:

A cidade possui um grande shopping center, localizado fora do centro principal, que não foi, porém, capaz de atrair uma gama de investimentos para constituir um subcentro regional. Assim, embora a cidade tenha recebido grandes investimentos, inclusive de capitais imobiliários de escala nacional, e tenha diversificado muito o consumo, em termos de estrutura urbana ainda conserva o padrão clássico de centralidade de forte densidade no centro. A localização do shopping center pode constituir um indício da formação de uma nova nucleação, mas ainda em gestação. Outro fator a ser destacado é que pertence a grupos locais, pelos quais é também administrado (Ribeiro Silva, 2017, p. 265).

Figura 8 – Campina Grande. Relação entre núcleo primaz-centro principal, centro histórico e shopping center.

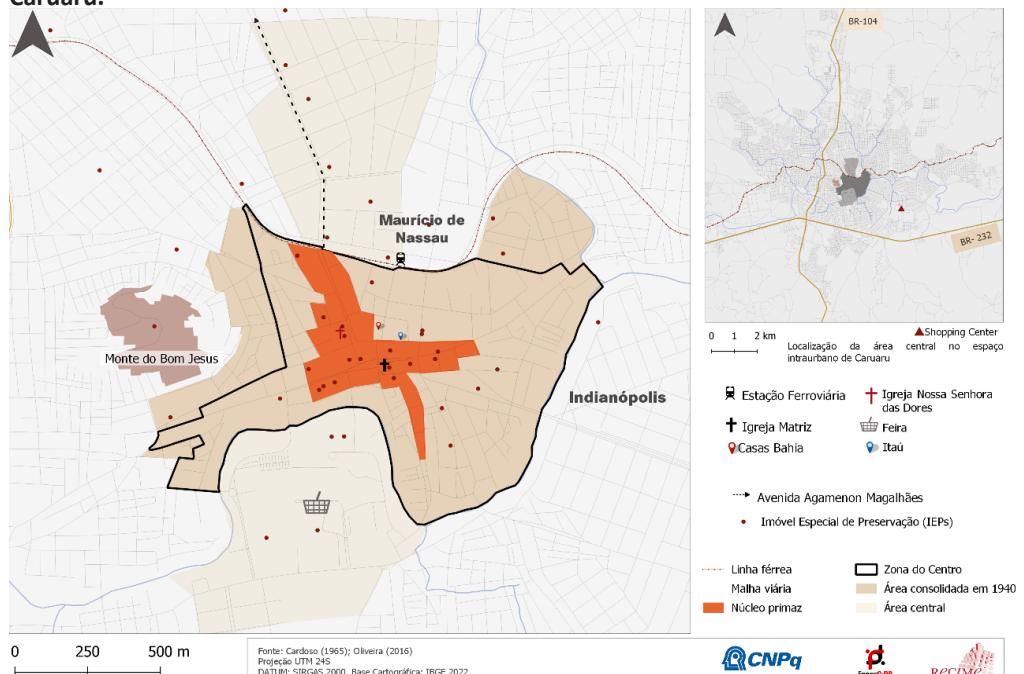


Elaboração: Autoria própria, 2024.

No que se refere à Caruaru (Figura 09), a despeito de não se ter resultados de análise mais apurada como os de Campina Grande⁴, pode-se a partir de alguns estudos tecer algumas constatações.

O Shopping Center Caruaru promove a expansão da cidade em sua direção, e, atrai a construção de empreendimentos residenciais verticais no bairro onde se localiza, o bairro Indianópolis. Oliveira (2016) ao delinear os setores de expansão da cidade, verifica que as “glebas à frente do shopping center fogem à regra, as que foram reparceladas para receberem equipamentos educacionais ou edifícios de alto padrão”. (p. 98). Este shopping, atualmente está integrado a um hotel (WA Hotel), “com perfil executivo”, além de um setor empresarial, o Caruaru Corporate, destinado a serviços médicos e educacionais⁵. Neste caso, muito embora não esteja no mesmo padrão dos shopping centers de Uberlândia e Ribeirão Preto analisados por Ribeiro Silva (2017), que condizem com o que o autor denomina de padrão complexo, ele difere-se do de Campina Grande que se mostra claramente como um exemplar tradicional. Em Caruaru, pelos estudos realizados por Oliveira (2016) e pelos levantamentos empíricos, o Shopping Center Caruaru promoveu alteração no padrão de loteamentos, impulsionando a construção de edifícios verticais de padrão mais elevado, como também possui a característica do que se denomina “Complexo”, reunindo outros grandes estabelecimentos como uma faculdade privada e um hotel, além de consultórios médicos e outros serviços.

Figura 9 – Relação entre núcleo primaz-centro principal, centro antigo e shopping center em Caruaru.



Fonte: Autoria própria, 2024.

As anotações aqui feitas - mesmo que de maneira genérica - a respeito da expansão das cidades e da possível constituição de outras centralidades, caracterizando o que Corrêa (1989) identifica como processo de descentralização, permitem afirmar que em ambas as cidades, a área central, ou o que também se

⁴ Campina Grande foi anteriormente estudada pela ReCiMe, tendo sido produzido um livro como resultado da pesquisa. (Sposito; Elias & Soares, 2013).

⁵ <https://www.caruarushopping.com/quem-somos/> [Acesso em 02 de fevereiro de 2024].

pode denominar de Centro Principal, ainda se constitui como sendo a principal centralidade.

5 | CENTRO PRINCIPAL: PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES

A exposição no subtítulo anterior permite entender como se deu a constituição das áreas centrais de Campina Grande e de Caruaru e identificar as consonâncias de ambos os processos. Nesta seção, tem-se como principal propósito, caracterizar tais centralidades na atualidade e apresentar os processos nelas encontrados, sejam as permanências, sejam as transformações, ou em outros termos, as continuidades e as descontinuidades.

Tal temática foi indicada por Corrêa (2009) como uma questão a ser enfrentada. Salgueiro (2013) destaca o processo de “avanço do centro para novas áreas” acarretando “o declínio das que são libertadas e abandonadas”, mas que do ponto de vista comercial pode haver mudanças nas áreas centrais, fomentando o surgimento de centros comerciais e galerias, além da possível “segmentação dos consumidores por estilos de vida e padrões de consumo.” (Salgueiro, 2013, p. 19). Tal processo também é analisado por Spósito (2013). A autora chama a atenção para as mudanças “importantes no processo de conformação” das centralidades urbanas das cidades médias, afirmando que: “O que se observa é que, no geral, as escolhas recaem sobre o centro principal ou sobre sua área de expansão imediata, não chegando a uma completa transformação efetiva na lógica centro-periférica”, reforçando, pois, as “suas estruturas monocêntricas”. Complementa observando que em algumas cidades, os centros principais passam por uma “renovação como decorrência do aumento do comércio de pequenos capitais, muitas vezes informal”, e ainda que nestas cidades muitos elementos do passado permanecem. (Spósito, 2013, p. 54).

Nos levantamentos de campo feitos em Campina Grande permitem afirmar a permanência de estabelecimentos comerciais significativos no centro da cidade, destacando-se as empresas varejistas de redes nacionais como C&A, Maísa, Arezzo, Hering, Damyller, Lojas Americanas e lojas de eletrodomésticos - Magazine Luiza, Casas Bahia e Laser Eletro -, além de outras de origem local. Observa-se também a permanência de supermercados nesta área, tanto na via principal, a avenida Floriano Peixoto, como outros pertencentes a redes locais nas imediações da feira livre. Acrescenta-se a continuidade da localização das sedes de instituições governamentais, como algumas secretarias municipais, de associações profissionais e a agência central dos Correios e Telégrafos. A igreja matriz (hoje Catedral Nossa Senhora da Conceição) permanece no lugar de origem, atual Avenida Floriano Peixoto, mas o seu largo, como anteriormente mencionado, foi ocupado por esta via no momento da reforma urbanística da década de 1935-1945. A convergência dos transportes coletivos também pode ser verificada⁶ além da transformação do antigo terminal rodoviário interestadual em terminal rodoviário intermunicipal atendendo os municípios mais próximos desde o ano 1985. Verifica-se também um grande número de agências bancárias – Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Santander, Itaú e Bradesco – tendo alguns

6 Várias são as linhas de ônibus que trafegam pela Floriano Peixoto: Linha Marrom; Linha Azul; Linha Verde; Linha Vermelha; Jardim Verdejante; Linhas Distritais; Linhas Transversais – Amarela, Laranja e Branca.

mais de uma agência como o Bradesco; estabelecimentos de saúde – clínicas, laboratórios, e consultórios médicos –; hotéis e restaurantes que se encontram nas ruas principais do centro da cidade (Figuras 10, 11, 12 e 13).

Figuras 10 – Campina Grande. Estabelecimentos Comerciais na Área Central. Loja C&A. Rua Maciel Pinheiro.



Fonte: Trabalho de campo. Foto das autoras em março de 2024.

Figuras 11 – Campina Grande. Estabelecimentos Comerciais na Área Central. Loja de vestuário Damyller. Rua Maciel Pinheiro.



Fonte: Trabalho de campo. Foto das autoras em abril de 2023.

Figuras 12 – Campina Grande. Agencia Bancária e Instituições Administrativas. Agencias Bancárias –Banco do Nordeste, Banco do Brasil. Rua Sete de Setembro.

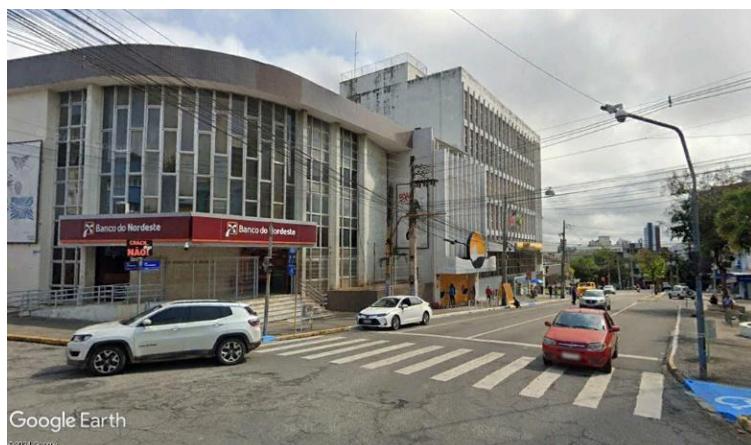


Foto: Google Street View. setembro de 2023

Figuras 13 – Campina Grande. Agencia Bancária e Instituições Administrativas. Cruzamento das Ruas Maciel Pinheiro e Floriano Peixoto. Biblioteca Municipal e Associação Comercial e Empresarial.



Foto das autoras em janeiro de 2023.

Há que se registrar, que apesar da concentração dos estabelecimentos comerciais e de serviços, constatou-se a presença de residências, não só as que são adaptadas no pavimento superior dos estabelecimentos comerciais, denotando a refuncionalização do edifício, mas também algumas casas antigas. Tal permanência pode ilustrar os resíduos do que se denomina de Cidade Tradicional ou Histórica com base nas leituras de Lefebvre (1974), ou seja, da cidade quando se constituía em uma única unidade. Outra observação importante é o fato de existirem poucos imóveis desocupados. Na verdade, o centro principal da cidade de Campina Grande não corresponde a uma área estagnada ou esquecida, mesmo que já se vislumbre as alterações provocadas pelo surgimento das novas centralidades em outras localidades, a exemplo do shopping center, como apresentado anteriormente.

O caminhar pelas ruas do centro de Caruaru é para um visitante, algo que surpreende dada a movimentação, o fluxo de pessoas, de automóveis e de ônibus. Este, portanto, se mostra enquanto um autêntico Centro, ou a principal centralidade intraurbana. O comércio da rede local e regional prevalece nas atividades e serviços ofertados, muito embora aí também se encontrem empresas varejistas de redes nacionais tais como: Magazine Luiza, Lazer Eletros, Lojas Emanuelle, Casas Bahia e Lojas Americanas. Verifica-se também a concentração de agências bancárias como Banco do Brasil, Itaú, Caixa Econômica Federal, Bradesco e Santander. (Figuras 14 e 15).

Figuras 14 – Caruaru. Área Central. Agencia Bancária e Estabelecimento Comercial. Agência Banco Itaú. Rua José Martins, Bairro Nossa Senhora das Dores, Caruaru.



Fonte: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/32/Caruaru. Acessado em: 08 de fevereiro de 2024.>

Figuras 15 – Caruaru. Área Central. Agencia Bancária e Estabelecimento Comercial. Empresa de rede nacional, na Rua 15 de novembro, Bairro Nossa Senhora das Dores, Caruaru.



Fonte: Yan Silva, 2024.

Nas áreas centrais de Campina Grande e de Caruaru, são visíveis as alterações no uso do solo e o interesse imobiliário. Como analisado por Bomfim et.al (2022), a concentração de edifícios de mais de 20 pavimentos na área de entorno do Açude Velho, em Campina Grande, vem modificando a morfologia, a estrutura e a dinâmica urbana, provocando uma alteração substancial no preço dos imóveis. Nas imediações da estação ferroviária uma chaminé e alguns galpões resistiram às demolições dos edifícios fabris e de residências que ocupavam lotes maiores, onde o aumento do número de residências em estado de abandono e de terrenos

vazios é visível. Em Caruaru, tais modificações também foram observadas por Calado (2023) no Bairro Maurício de Nassau, sobretudo no eixo de atividades múltiplas, a Avenida Agamenon Magalhães, que se constitui enquanto vetor de valorização para produção imobiliária verticalizada. No entanto, as transformações espaciais também vêm acontecendo nas proximidades da estação ferroviária, na área do centro antigo, em que pode ser percebido o aumento do número de estacionamentos e de alguns imóveis em estado de abandono.

Ainda a respeito dos centros das cidades na atualidade é importante registrar a preocupação com o patrimônio histórico. No que diz respeito à definição e regulamentação de uma área de preservação, ou centro histórico, verifica-se nas duas cidades diferentes reconhecimentos e gestão do patrimônio. Campina Grande possui um Centro Histórico e áreas de preservação do entorno protegidas no âmbito estadual e em Caruaru há o reconhecimento sobretudo de imóveis individuais no âmbito municipal, mas com um zoneamento atual que contribui para a sua preservação, ou permanência.

Em Caruaru, a concentração de atividades comerciais impulsionadas pela forte presença da feira, contribui para uma permanência intensa de comércio e serviços nessa área, onde se mantém a morfologia do traçado urbano de lotes estreitos e profundos. Característica esta reforçada pela legislação atual que proíbe o remembramento nessa área, favorecendo uma continuidade do comércio tradicional. No entanto, para além dessa proteção, a preservação do patrimônio histórico requer não apenas o reconhecimento da sua centralidade econômica e a delimitação isolada de seus bens considerados históricos, faz-se necessário considerá-lo enquanto lugar, espaço do encontro, portanto da manutenção da sua vida, para além do consumo e turismo. (Fernandes, 2013).

Apesar da ausência de delimitação de um centro histórico, o centro antigo concentra uma quantidade de imóveis reconhecidos no âmbito municipal protegidos pela Lei nº 5.837/2016, que define os Imóveis Especiais de Preservação (IEPs), estabelecendo condições para a sua preservação. Destaca-se entre esses exemplares, o reconhecimento de igrejas, edificações públicas, civis,抗igos armazéns e fábricas. Entre essas permanências espaciais, ao caminhar pelas ruas destacam-se exemplares que continuam a contar a história de Caruaru, tais como a atual loja comercial Martins Sá, onde foi “o mais alto prédio de Caruaru, com três pavimentos, situados na Rua da Frente em 1906” (Marques, 2012, p. 40). (Figura 16)

Outros IEPs também permanecem por meio da refuncionalização de seus espaços, a exemplo do antigo matadouro público que hoje funciona como centro gastronômico, o Mercado Cultural Casa Rosa (Figura 16, a direita) e o atual Memorial da cidade que abrigou o Mercado de Farinha de 1924 a 1992, ano da transferência da feira para o atual Parque 18 de maio.

Figura 16 – Antigo Banco Auxiliar do Comércio e antigo Matadouro Público



Fonte: Fotos Yan Silva, 2024

Algumas permanências industriais podem ser observadas em Caruaru, como é o caso da antiga Fábrica Caroá, inaugurada em 1935 e desativada em 1979. Após o decreto de falência, a edificação foi incorporada aos bens materiais do Banco do Brasil e cedida ao município, tornando-se o Espaço Cultural Tancredo Neves em 1988 (Silva e Teixeira, 2011). “O local abriga, além da Fundação de Cultura, o Museu do Barro, o Museu do Forró Luiz Gonzaga, o Espaço Elba Ramalho e o próprio Museu da Fábrica Caroá” (Marques, 2012, p. 195). Um outro edifício é o da antiga fábrica SANBRA. O pátio e a chaminé compõem a espacialidade do pátio de eventos Luiz Gonzaga, inaugurado em 1995, sendo este o espaço principal da tradicional festa de São João da cidade.

Em Campina Grande, o centro antigo consolidado para comércio e serviços também na década de 1960, permanece enquanto principal centralidade, apresentando a continuidade do seu traçado urbano dos anos 1930-1940. A permanência de atividades econômicas e administrativas se dá para além do polígono comercial. Edificações administrativas, institucionais, serviços de saúde, locais de evento e lazer se espalham nessa área central, dotada de infraestrutura, alta acessibilidade na malha intraurbana e ainda uma significativa carga simbólica. Apesar de possuir um reconhecimento legislativo pelo Instituto do Patrimônio Histórico da Paraíba de um centro histórico e seu entorno, as modificações na área central de Campina Grande denotam contradições entre a preservação e a atuação do mercado imobiliário.

No núcleo primaz, destaca-se a permanência dos sobrados em estilo art déco, onde permanece com o uso comercial, majoritariamente no pavimento térreo. Na avenida Floriano Peixoto, registra-se a antiga casa de câmara e cadeia, que posteriormente funcionou o prédio dos correios e telégrafos, abrigando hoje o Museu Histórico de Campina Grande. Encontra-se também o imóvel construído na década de 1920 que abrigou inicialmente o Mercado Público, e posteriormente serviu de uso educacional e hoje é utilizado como Museu de Artes administrado pela Universidade Estadual da Paraíba. Edificações como o antigo grande hotel e a prefeitura, datadas da década de 1940, atualmente abrigam funções administrativas e a biblioteca municipal, respectivamente.

Na área do Centro Histórico regulamentado, destacam-se: os galpões industriais na antiga área conhecida como Boninas-que em sua maioria permanece sem uso (Figura 17); antigos chalés e casas com varanda que hoje são utilizadas com serviços de saúde; e as edificações em lotes estreitos, alongados e sem recuos, que apesar de algumas permanências residenciais, continuam com o uso majoritariamente para comércio e serviços. Ainda no centro histórico, destacam-se as ruas Treze de Maio, Irineu Joffily, Solón de Lucena, Tiradentes (Figura 17, a direita), Major Juvino do Ó e Vidal de Negreiros, que são marcadas por um uso misto. No entanto, é notório o crescente número de estacionamentos e de imóveis em estado de abandono, principalmente nas ruas que não estão dentro da poligonal do centro histórico, e que se aproximam do local de eventos, o Parque do Povo.

Figuras 17– Galpões na Rua Félix de Araújo e permanências residenciais na Rua Tiradentes, Centro Histórico de Campina Grande.



Fonte: Fotos Yan Silva, 2024 e Letícia Bomfim, 2023

Essas transformações, tanto no entorno do Açude Velho como no do Parque do Povo, corroboram para uma modificação da área que se consolidou em 1940 com equipamentos e infraestrutura pública, com alta acessibilidade na malha intraurbana e que concentra fluxos de pessoas e mercadorias. No entorno dessas duas áreas citadas, visualiza-se a contínua substituição das edificações antigas por outras que não condizem com o regulamento, principalmente por se tratarem de edifícios verticais, pondo em cheque as normativas da preservação patrimonial (Figuras 18). Em Caruaru, as transformações tipológicas que acontecem no entorno também vêm avançando para a área do centro antigo, mesmo estando essa produção em desacordo com a legislação vigente.

Figura 18– Transformações espaciais em Campina Grande e em Caruaru, respectivamente.



Fonte: As autoras, 2024

Em ambos os casos, observa-se um interesse imobiliário amparado pelas gestões municipais em alterar substancialmente a área central. Cabe destacar que as transformações imobiliárias continuam a acontecer mesmo com a legislação urbanística e patrimonial restritiva, revelando que a produção de legalidades e irregularidades em áreas centrais não é algo singular ou particular das metrópoles brasileiras. Evidencia-se semelhanças no quadro de permanências e transformações, permeadas de contradições. Assim, as áreas centrais analisadas seguem a lógica predominante do mercado na produção espacial, seja com a permanência comercial e de serviços, seja com as transformações espaciais. Quanto ao quadro de transformações, destaca-se a oferta de novos produtos imobiliários, sobretudo, verticais que anunciam a ideia de um “novo centro” nas áreas de transição do centro antigo-centro expandido, tanto em Campina Grande como em Caruaru.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto elege como objeto de análise, duas cidades do interior do Nordeste brasileiro, quais sejam, Campina Grande na Paraíba e Caruaru em Pernambuco e, mais propriamente as suas áreas centrais. Tal estudo recupera a história dessas cidades para expor como se deram os processos de conformação e consolidação das suas respectivas áreas centrais, ou simplesmente centros. Contudo, não se restringiu à exposição desse movimento histórico, uma vez que o objetivo era apresentar o processo de conformação da área central e mostrar o uso destas na atualidade, buscando quiçá responder a algumas das indagações feitas por Corrêa (2009). Além das constatações feitas com as observações em campo, buscou-se relacionar estas dinâmicas às regulamentações municipais.

Pode-se afirmar, que em ambas as cidades, os seus centros não se mostram inertes, constituem uma dinâmica ainda marcante para as cidades, tanto econômica, como social. Contudo, diferenças entre elas também foram observadas. Em Campina Grande se constata um maior número de lojas de

vestuário e de calçados que também estão no shopping center. Já em Caruaru, isso não ocorre, predominando estabelecimentos de locais, em razão da sua maior expressão comercial e da sua polarização regional no setor do vestuário, como bem demonstra Xavier (2024).

Acrescenta-se a importância da feira enquanto elemento impulsor da centralidade intraurbana e também interurbana. Mesmo que o espaço onde esta se realiza em Caruaru já não corresponda ao centro antigo, não está distante deste, favorecendo inclusive a sua expansão nesta direção. Em Campina Grande, observa-se que a feira já não se apresenta como principal mercado da cidade, estando inclusive necessitando ser reestruturado. Um outro elemento que merece ser registrado é o local das festividades do São João, tanto em uma como em outra cidade, nas proximidades do seu centro principal.

Pelo exposto, reafirma-se a importância de se analisar os centros das cidades, pois estes acompanham a história da cidade, constituindo-se espaços carregados dos mais diversos processos econômicos, políticos e culturais e permanecem atraindo ações governamentais para mantê-los como áreas de interesse imobiliário, como ocorrido em tantas outras cidades do Brasil e de outros países. As contradições tão inerentes ao processo de urbanização se evidenciam nos centros das cidades, não só das realidades metropolitanas, como também das cidades que se constituem enquanto centralidades regionais, ou como aqui denominamos, cidades médias. Ademais, reitera-se a assertiva expressa na obra organizada por Fernandes e Sposito (2013): urge uma nova vida para o velho centro. ■

Recebido em: 24-02-2024

Aceito em: 07-05-2025

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ MORA, Afonso. *Urbanística comparada em los albores de la modernidade: burguesia, espacio urbano y proyecto de ciudad*. Valladolid: Instituto Universitario de Urbanística, 2022.
- BOMFIM, Letícia Barbosa; ANJOS, Kainara Lira dos; ALBUQUERQUE, Maria Catarina Brito. Os novos produtos imobiliários verticais nas áreas centrais: Um estudo sobre o mercado de habitação no entorno do Centro Histórico de Campina Grande - Paraíba. *XIX Encontro Nacional da ANPUR (ENANPUR)*. Evento online, 2022.
- BRASILEIRO, C. D. F. L., ALBUQUERQUE, C. C. S., GOMES, B. C., SILVA, K. N. L., & PIZZOLATO, P. P. B. Do reconhecimento à salvaguarda do patrimônio cultural da saúde em Caruaru-PE: Inventário de exemplares arquitetônicos do século XX. *13º Seminário DOCOMOMO Brasil*. Salvador, 2019.
- CALADO, Carolina Barreto. *Análise da legislação urbanística face à implantação de produtos imobiliários de habitação vertical em cidades médias: O caso de Caruaru-PE*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo, 2023.
- CALIXTO, M. J. M. S., DA HORA BERNADELLI, M. L. F., MAIA, D. S., & de ARAUJO, C. M. (2022). Do BNH ao PMCMV: O processo de conformação de novas periferias urbanas em cidades médias brasileiras. *GEOgraphia*, v. 24, n. 53, 2022.
- CAPEL, Horacio. Modernización, innovación e intereses económicos en las ciudades. In: MAIA, Doralice Sátiro; NIRVANA, L.A; DE SÁ, Rafael; COSTA, A. Ismael (org). *Trilhos, luzes e salubridade: inovações técnicas na cidade entre os séculos XIX-XX*. João Pessoa: Editora UFPB, 2019
- CARDOSO, Maria Francisca Thereza C. Campina Grande e sua função como capital regional. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 25, n. 4, p. 415-51, 1963.
- _____. Caruaru e sua área de influência. *Revista Brasileira de Geografia*, v.27, n. 4, p. 587-614, 1965.
- CORREA, Roberto Lobato. *Espaço Urbano*. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. Construindo o conceito de cidade média. In: Sposito, Maria Encarnação. B. *Cidades médias : espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 23-34.
- _____. Área Central – permanências e mudanças: Uma introdução. In: OLIVEIRA, José Aldemir de. *Cidades brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais*. Manaus: Ed. UFAM, 2009, p. 44-47.
- COSTA, Antônio Albuquerque da. *Sucessões e Coexistências do Espaço Campinense na sua Inserção ao Meio Técnico-Científico-Informacional: a feira de Campina Grande na interface desse processo*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2003.
- DINIZ, Lincoln da Silva. *As bodegas da cidade de Campina Grande: objetos de permanência e transformação do pequeno comércio no bairro José Pinheiro*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2004.
- FERNANDES, José Alberto Rio. Muitas vidas têm o centro e vários centros tem a vida de uma cidade. In: FERNANDES, José Alberto V. Rio; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *A nova vida do velho centro, nas cidades portuguesas e brasileiras*. CEGOT. Porto, 2013.
- FREIRE, Maria Emilia Lopes. *Patrimônio ferroviário: a preservação para além das estações*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, 2017.
- GEIGER, Pedro Pinhas. *A evolução da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Nacional de Pesquisas Pedagógicas, 1963.
- HARVEY, David. *Paris, capital da modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- LALANA SOTO, José Luis; SANTOS Y GANGES, Luis (2009). Las fronteras del patrimonio industrial. *Llámpara. Patrimonio industrial*, Valladolid, 2, 7-20. Disponível em: <http://issuu.com/cdmdsn/docs/revista2>

- LEFEBVRE, Henri. *La productión de l'espace*. Paris: Éditions Anthropos, 1974.
- _____. *Lógica formal, lógica dialética*. Rio de Janeiro: Editora Civilização brasileira, 1991.
- MAIA, Doralice SátYRO. De cidades tradicionais a centros históricos: o núcleo original e os centros históricos das cidades médias brasileiras. In: SANFELIU, Carmen Bellet; SPOSITO, Encarnaçao Beltrão. *Las ciudades medias o intermedias em un mundo globalizado*. Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2009.
- _____. Cidades médias e pequenas do nordeste: conferência de abertura. In: *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. / Diva Maria Ferlin Lopes, Wendel Henrique (orgs.). – Salvador: SEI, 2010, p. 13 - 42.
- _____. A ferrovia nas cidades bocas de sertão: alterações na morfologia urbana e no território brasileiro. In: RIBEIRO, Gladys Sabina; CAMPOS, Adriana Pereira. *Histórias sobre o Brasil no oitocentos*. São Paulo: Alameda, 2016.
- _____. Cidades Bocas de Sertão: sobre a origem e constituição do Núcleo Primaz e os primeiros inícios do processo de urbanização. In: MAIA, Doralice SátYRO; DA SILVA, William Ribeiro; WHITACKER, Arthur Magon. *Centro e centralidade em cidades médias*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2017.
- _____. Trilhos, luzes e salubridade: Inovações técnicas na cidade entre os séculos XIX- XX. In: MAIA, Doralice SátYRO; NIRVANA, L.A; DE SÁ, Rafael; COSTA, A. Ismael (org). *Trilhos, luzes e salubridade: inovações técnicas na cidade entre os séculos XIX-XX*. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.
- _____. “Ferrovia, estrutura e dinâmica de cidades feiras no interior do território brasileiro: Final do século XIX e início do século XX”, *TST. Transportes, Servicios y Telecomunicaciones 50*, 2023. p. 44-81.
- MAIA, Doralice SátYRO; XAVIER, Twane Maria Cordeiro. Cidades médias e centralidades na rede urbana do nordeste brasileiro: interações multiescalares. In: HENRÍQUEZ Cristian; DA SILVA, Willian Ribeiro; FERNANDES, Vicente Aprigliano; SALAZAR, Gonzalo. *Urbanização e cidades médias: territórios e espacialidades em questão*. Rio de Janeiro, 2022.
- MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: Alternativas para a crise urbana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- MARQUES, Josabel Barreto. *Caruaru, ontem e hoje: de fazenda a capital*. Recife, 2012.
- MIRANDA, Gustavo Magalhães Silva. *A feira na cidade: limites e potencialidades de uma interface urbana nas feiras de Caruaru (PE) e de Campina Grande (PB)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2009.
- OLIVEIRA, André Gustavo. *Crescimento urbano versus urbanidade: Estudossintáticos da espacialidade de Caruaru-PE*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2016.
- PASSOS, Karla Pereira dos. *Estudo sobre a gestão da conservação do patrimônio ferroviário de Caruaru*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2020.
- PICON, Antoine. Racionalização técnica e utopia: a gênese da haussmannização. In: SUANO, Marlen. *Cidades capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos*. São Paulo: Editora da USP, 2001.
- PORTAS, Nuno. *Velhos Centros Vidas Novas*. In: _____. *Os tempos e as formas. Vol. 1 A cidade feita e refeita*. Guimarães: Universidade do Miño, 2005.
- QUEIROZ, Marcus Vinícius Dantas de. *Quem te vê não te conhece mais: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930 – 1950)*. Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo- Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. São Carlos, 2008.
- _____. Art Déco em Campina Grande (PB): Valorização, patrimonialização e esquecimento. *Revista UFG*, ano XII, n. 8, p. 35-40, 2010.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. Editora Perspectiva, 2014.

- RIBEIRO SILVA, William. Centralidade, shopping centers e reestruturação das cidades média. In: MAIA, Doralice Sátiro; DA SILVA, William Ribeiro; WHITACKER, Arthur Magon. *Centro e centralidade em cidades médias*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2017.
- SALGUEIRO, Tereza Barata. Do centro às centralidades múltiplas. In: SPOSITO, M.E.B; FERNANDES, J.R. *A nova vida do velho centro nas cidades portuguesas e brasileiras*. Porto: CEGOT, 2013, p. 13-30.
- SANTOS, Milton. Contribuição ao estudo dos centros de cidades: o exemplo da cidade do Salvador. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 32, p. 17-30, 1959.
- _____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Editora de Humanismo, Ciência e tecnologia, 1993.
- _____. *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- SANTOS, José Veridiano dos; FERREIRA, Josué Euzébio (orgs). Caruaru, 150 anos: produção historico-literatura e seus escritores. Caruaru: Edições FAFICA. _____. *Falas da cidade: um estudo sobre as estratégias discursivas que construíram historicamente a cidade de Caruaru (1959 – 1970)*. Dissertação em História. Universidade Federal de Pernambuco, 2008.
- SANTOS Y GANGES, L. (2011). *Urbanismo y ferrocarril. La construcción del espacio ferroviario en las ciudades medias españolas*. Madrid: Fundación del Ferrocarriles Españoles.
- SILVA, George Pereira da; TEIXEIRA, Geyse Anne. *Fábrica de Caroá: história e memória*. Caruaru, 2011.
- SPOSITO, Maria Encarnação B. Cidades Médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: Sposito, Maria Encarnação. B. *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 233-255.
- _____. Centros e centralidades no Brasil. In: FERNANDES, José Alberto V. Rio; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *A nova vida do velho centro nas cidades portuguesas e brasileiras*. Porto: CEGOT, 2013.
- _____. Oportunidades e desafios da pesquisa urbana comparada. In: SPOSITO, M. Encarnação B.; SPOSITO, Eliseu S.. (Org.). *A construção de uma pesquisa em Ciências Humanas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2022, v. 1, p. 187-220.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão et al. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: Sposito, Maria Encarnação. B. *Cidades médias : espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 35 - 68.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz Ribeiro. *Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Campina Grande e Londrina*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SOBARZO, Oscar. As cidades médias e a urbanização contemporânea. *Revista Cidades*, v. 5, n. 8, 2008, p. 278-292.
- VALENÇA, Mariana Rabelo. *Os novos papéis e funções da cidade média de Caruaru-PE: uma análise a partir da expansão do ensino superior*. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Paraíba, 2018.
- VARGAS, Heliana C.; CASTILHO, Ana Luisa Howard. *Intervenções urbanas em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados*. Barueri: Manole, 2015.
- VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 2009.
- XAVIER, Twane. *Arranjo urbano-regional disperso do polo de confecções do agreste de pernambuco*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Pernambuco, 2024.

REZAGOS DE LOS INSTRUMENTOS DE PLANIFICACIÓN URBANA EN LAS DINÁMICAS DE CRECIMIENTO DE CIUDADES MEDIAS CHILENAS*

CRISTIAN HENRÍQUEZ

Pontificia Universidad Católica de Chile
cghenriq@gmail.com

FEDERICO ARENAS

Pontificia Universidad Católica de Chile
farenasv@uc.cl

ABRAHAM PAULSEN

Pontificia Universidad Católica de Chile
apaulsen@uc.cl

RESUMEN

La planificación urbana pareciera ir detrás de los rápidos procesos de urbanización, especialmente en los últimos años, considerando los fuertes impactos de la pandemia y la desaceleración económica, sobre los patrones de localización y migración de la población. Los actuales Instrumentos de Planificación Territorial (IPT) que operan en el espacio urbano, en particular los Planes Reguladores Comunales (PRC), de carácter vinculante, no han sido capaces de orientar, direccionar o enfrentar, a ninguna de las escalas urbanas -ni metropolitana, ni de ciudades medias o pequeñas-, el proceso de desarrollo urbano ni sus efectos negativos. A partir de una revisión de expedientes de IPT, específicamente de planes reguladores aprobados en ciudades chilenas, y de una lectura crítica de las dinámicas de mercado y socioespaciales, se analiza la incidencia de estos planes y de algunos instrumentos complementarios, en las dinámicas de crecimiento actual y proyecciones de las ciudades chilenas, con especial énfasis en las ciudades medias. A pesar de que existen instrumentos estratégicos de gran potencial, como la Evaluación Ambiental Estratégica (EAE), los resultados permiten avizorar un rápido proceso de urbanización global y de consolidación de un fenómeno mayor que se podría denominar Antropoceno Urbano, donde las ciudades medias jugarán un rol muy relevante.

PALABRAS CLAVE: Urbanoceno; Expansión urbana; Planes reguladores; Asentamientos irregulares; Parcelas de agrado.



Esta revista está licenciada sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.



DELAYS IN URBAN PLANNING TOOLS IN THE GROWTH DYNAMICS OF MEDIUM-SIZED CHILEAN CITIES

ABSTRACT

Urban planning seems to be behind the rapid urbanization processes, especially in recent years, considering the strong impacts of the pandemic and the economic slowdown on the location and migration patterns of the population. The current Territorial Planning Instruments (IPT) that operate in the urban space, particularly the Municipal Regulatory Plans (PRC), of a binding nature, have not been able to guide, direct, or confront, at any of the urban scales - neither metropolitan nor of mid-sized or small cities -, the urban development process nor its negative effects. Based on a review of IPT files, specifically of regulatory plans approved in Chilean cities, and a critical reading of market and socio-spatial dynamics, we analyze the impact of these plans and some complementary instruments on the current growth dynamics and projections of Chilean cities, with special emphasis on medium-sized cities. Despite the existence of strategic instruments of great potential, such as the Strategic Environmental Assessment (SEA), the results allow us to foresee a rapid process of global urbanization and the consolidation of a larger phenomenon that could be called the Urban Anthropocene, in which medium-sized cities will play a very relevant role.

KEYWORDS: Urbanocene; Urban expansion; Regulatory plans; Irregular settlements; Rural residential plots.

Proyecto FONDECYT 1220688 “¿Qué nos depara el Antropoceno Urbano?: Aportes de los modelos espaciales predictivos al sistema urbano chileno” y CEDEUS, ANID/FONDAP 1523A0004.

Los autores agradecen la participación de Ignacio Pozo y Diego Cantillana en el levantamiento de datos de planes reguladores, la colaboración de Guillermo Henríquez Olmedo en la elaboración y preparación de parte del material gráfico y la asistencia de Jorge Qüense, Diana Mustelier y Paulina Contreras en la asistencia de la geodatabase.

ATRASOS NOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO NA DINÂMICA DE CRESCIMENTO DE CIDADES MÉDIAS CHILENAS

RESUMO

O planejamento urbano parece estar atrasado em relação aos rápidos processos de urbanização, especialmente nos últimos anos, considerando os fortes impactos da pandemia e do abrandamento econômico na localização e nos padrões de migração da população. Os atuais Instrumentos de Planejamento Territorial (IPT) que operam no espaço urbano, em particular os vinculativos Planos Reguladores Municipais (PRC), não têm sido capazes de orientar, dirigir ou confrontar, em qualquer das escalas urbanas - nem metropolitana, nem de cidades médias ou pequenas — o processo de desenvolvimento urbano nem os seus efeitos negativos. A partir de uma revisão dos arquivos do IPT, especificamente dos planos reguladores aprovados nas cidades chilenas, e de uma leitura crítica das dinâmicas de mercado e socioespaciais, analisamos o impacto destes planos e de alguns instrumentos complementares nas dinâmicas e projeções atuais de crescimento das cidades chilenas, com especial ênfase nas cidades médias. Apesar da existência de instrumentos estratégicos de grande potencial, como a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), os resultados permitem antever um rápido processo de urbanização global e a consolidação de um fenômeno mais amplo que se poderia designar por Antropoceno Urbano, no qual as cidades médias desempenharão um papel muito relevante.

PALAVRAS CLAVE: Urbanocene; Expansão urbana; Planos de regulação; Assentamentos irregulares; Parcelamento do solo.

1 | INTRODUCCIÓN

Hay un relativo consenso a nivel global que estamos frente a un proceso de “urbanización extensiva” (Monte-Mór, 1996) o “urbanización planetaria” (Brenner; Schmid, 2014; 2015), que va configurando las relaciones entre el espacio urbano y el resto del territorio de manera vertiginosa e irreversible. Esta nueva “era urbana” (Derickson, 2015), según algunos autores, estaría dando pie al comienzo de una nueva “Época del Antropoceno” (Crutzen, 2005; Lewis; Maslin, 2015), donde la influencia humana sobre medio alcanza niveles planetarios, planteando enormes desafíos para la planificación, especialmente en países del Sur Global (Maturana; Sposito; Bellet; Henriquez *et al.*, 2017). Según Naciones Unidas (2019) la urbanización mundial alcanzó un 55,3% al 2018 y para el 2050 se proyecta que alcance el 68,4% de la población mundial. La mayor parte de este crecimiento será en países desarrollados con 86% de la población viviendo en ciudades. En la región latinoamericana, un país símbolo de este acelerado proceso lo constituye Chile, que alcanza más de un 85% de población viviendo en áreas urbanas, en las que se manifiestan muchos de los fenómenos hasta ahora asociados exclusivamente a las ciudades metropolitanas (Hidalgo; De Mattos; Arenas, 2009).

Las concepciones de Antropoceno Urbano o Urbanoceno se refieren a los efectos de macroescala del *anthropos* colectivo y a la microescala de lo urbano como forma de vida, sustento de los habitantes urbanos individuales y sus grupos (Chwałczyk, 2020); aluden el impacto de procesos productivos, económicos, demográficos, tecnológicos, entre otros, que caracterizan la influencia de

los espacios urbanos en la ocurrencia del Antropoceno, entendido como un fenómeno global.

Se postula, por una parte, que las economías urbanas producen externalidades significativas, en lo concerniente a tipologías y magnitud, que explican la ocurrencia del Antropoceno. Y por otra, que el proceso general que denominamos Antropoceno adquiere preocupantes peculiaridades a causa de la existencia de otros fenómenos y procesos que intensifican los impactos negativos que se presentan, tales como islas de calor, sequías, entre otros. De esta forma, la ciudad es considerada como una gran perpetradora de impactos y cambios caracterizada por complejas relaciones y transformaciones que tienen al epifenómeno del Antropoceno como telón de fondo de necropoderes responsables de necropolíticas, como por ejemplo, las referidas a transformaciones de lo rural como un continuo de lo urbano; o la existencia de urbanidades como fases entre lo suburbano a exurbano y neorural, versión de la desmaterialización del otrora *hinterland* y la consecuente instalación de una cadena de áreas metropolitanas interconectadas (Amin; Thrift, 2002; Swyngedouw; Ernstson, 2018).

En las ciudades, la existencia de áreas sociales segregadas, excluidas socioespacialmente, marginalizadas, deviene en la producción de una geografía desigual en materia de la distribución de bienes y servicios ambientales y, paradojalmente, quienes experimentarán un mayor menoscabo en sus niveles y calidad de vida, tienen y tendrán una menor responsabilidad en la ocurrencia del fenómeno global y cuentan con una

más baja resiliencia para enfrentar eventos climáticos extremos, pese a lo cual deberán realizar mayores sacrificios (Paulsen; Henríquez, 2025). La pregunta que subyace es: ¿Cuál es el rol del Estado y en particular las potencialidades y oportunidades que manifiestan los instrumentos de planificación para paliar las injusticias socioespaciales y ambientales, derivadas de los impactos netos del Antropoceno y enfrentar la intensificación de problemáticas urbanas preexistentes, como los procesos de periurbanización extensiva? En otro orden de cosas, es posible preguntarse acerca de la posibilidad de la implementación de necropolítica que, buscando el beneficio de un área social urbana, genere impactos negativos en el nivel y calidad de vida de otro sector socioespacial, como por ejemplo, el acceso a agua potable, la disponibilidad de áreas para el esparcimiento y recreación, la instalación de zonas de sacrificio, transformaciones indeseadas a causa de la implementación de obras de infraestructura urbana, entre otros aspectos.

Por lo anterior, si lo urbano está en todas partes, se desvanece en su misma ubicuidad, desapareciendo de la vista un límite discernible y sus elementos distintivos son invisibilizados por una proliferación de discursos y narrativas que condicionan la evolución de las ciudades. Tal como acontece por las presiones medioambientales orientadas a inhibir los impactos antropocénicos y por las transformaciones de los espacios, en tanto se originan en los márgenes de las ciudades nuevos centros que se convierten en fronteras desde los cuales eclosiona más ciudad. En este mismo orden de transformaciones, las regiones se convierten en

ciudades y lo urbano entonces se hace omnipresente, un fenómeno quasi ubicuo, sin límites discernibles (Roy, 2009) y con ello se incrementan los efectos del Urbanoceno en el epifenómeno global.

En el caso que nos interesa desarrollar, la planificación urbana chilena corre detrás de esta transición urbana y ha sido incapaz de orientarla, como lo demuestran los trabajos de Henríquez *et al.* (2012) para Chillán y para Los Ángeles (Henríquez; Arenas, 2016), en la Región del Biobío. Los actuales instrumentos de planificación territorial (IPT) de carácter urbano, en particular los Planes Reguladores Comunales (PRC), de carácter vinculante, no son capaces de orientar, dirigir o enfrentar, a ninguna de las escalas urbanas -ni metropolitana, ni de ciudades medias o pequeñas-, el proceso de desarrollo urbano ni sus efectos negativos.

Esta urbanización neoliberal ha estado reforzada por la migración por amenidades y, más recientemente, por el rol catalizador de la pandemia, acelerando los procesos de avance del frente urbano y de rururbanización. La inmigración, tanto interna como externa, también contribuye a este proceso: densificación y expansión de ciertos espacios urbanos centrales y, mayoritariamente, espacios pericentrales o periféricos, son ejemplos de dinámicas recientes en las ciudades chilenas.

En este contexto, una de las premisas fundamentales de la planificación urbana es que sea una herramienta que oriente el crecimiento urbano bajo un contexto de ordenamiento territorial integral. Este se entiende como un proceso técnico-político que orienta la toma de decisiones para la organización y expresión espacial de una visión de desarrollo del país. Para ello, se

deben definir y orientar la ocupación del territorio, junto con definir un conjunto de reglas y orientaciones que compatibilicen la relación entre desarrollo económico, social y ambiental (Ministerio del Interior, 2021).

Sin embargo, en un modelo económico neoliberal como el que caracteriza a Chile, muchas veces estas orientaciones no se cumplen, por lo que se produce un desacople entre los instrumentos de planificación que plantean una imagen objetivo de ciudad y las dinámicas del mercado, que van configurando una ciudad que dista bastante de esta visión planificada. Es decir, en el caso particular de ciudades chilenas, los planes reguladores van detrás de los rápidos procesos de urbanización, especialmente en los últimos años, considerando especialmente los fuertes impactos de la pandemia y la desaceleración económica que afectaron el empleo y han influido en los patrones de localización y migración de la población y en el rol de la producción de la ciudad como motor de la economía.

En consecuencia, hoy se requiere del concurso de otros instrumentos adicionales, para encauzar el proceso de urbanización que ha desvirtuado el propósito original de los IPT, en los que, además, es difícil incorporar los modelos predictivos que pudiesen ayudar en las definiciones estratégicas que requiere un desarrollo urbano tan acelerado como el que hemos descrito y en la construcción de nuevos IPT concebidos como un verdadero contrato social, esto es, un acuerdo estratégico básico respecto del porvenir de nuestros espacios urbanos.

Se sostiene que el débil control de los instrumentos de planificación en los acelerados procesos de

urbanización y de periurbanización de los espacios rurales, fundamentalmente por el aumento de loteos están generando grandes impactos sociales, ambientales, económicos y territoriales. Los efectos de los últimos incendios, inundaciones y otros problemas socioambientales demuestran la urgencia de unos de los principales desafíos para la planificación territorial en el país: tener instrumentos efectivos de planificación. En el caso chileno se observa el sesgo hegemónico de lo urbano en la escala regional y los espacios rurales y naturales; un ejemplo es el caso del Plan Regulador Metropolitano de Santiago (PRMS) que planifica toda la región, pero con una mirada urbana. El Decreto Ley DL 3.516 es otro elemento coadyuvante en la periurbanización fragmentada y difusa, pero desde una lógica encubierta. Todas estas evidencias muestran que el crecimiento urbano descontrolado y extensivo es un rasgo distintivo del Antropoceno Urbano, que a una escala mayor demostraría el impacto irreversible de la acción humana sobre el planeta.

Frente a este contexto, surge la pregunta acerca de: ¿qué tanto distan las disposiciones de la planificación territorial y las dinámicas reales de crecimiento en las ciudades medias chilenas? A partir de una revisión de expedientes de los IPT, específicamente de los planes reguladores aprobados en ciudades chilenas, y de una lectura crítica de las dinámicas urbanas y socioespaciales, se analiza la incidencia de dichos planes en las dinámicas de crecimiento actual y futuro de las ciudades chilenas, con especial énfasis en las ciudades medias, ya que estas cumplen un rol clave en la articulación de los sistemas urbanos y su conexión con el mundo rural.

2 | METODOLOGÍA

Para comprender el alcance espacial y temporal de los IPT se construyó una geodatabase en el sistema de información ArcGIS, con la información de 276 comunas de las 346 comunas que tiene el país. Para ello se consultó la base de datos del MINVU, desglosado en: 255 Planes Reguladores Comunales (PRC), 12 Planes Reguladores Intercomunales (PRI) y 3 PRM (Planes Reguladores Metropolitanos). Es importante mencionar que algunas comunas tienen PRC y a la vez son parte de un PRI o PRM.

Del total de comunas revisadas, se observa que solo 142 cuentan con información obtenida tanto por el Centro de Estudios de Ciudad y Territorio (MINVU, 2022: [https://centrodeestudios\[minv\].gob.cl/planes-reguladores/](https://centrodeestudios[minv].gob.cl/planes-reguladores/)) o desde las páginas web municipales para el caso de los planes reguladores comunales (PRC). Del total de comunas revisadas sólo 125 tienen información en su memoria explicativa, en la que se puede revisar los antecedentes sobre la cual se basa la zonificación propuesta y las principales condiciones normativas a las que debe ceñirse el crecimiento urbano. Es importante mencionar que 72 comunas no presentan ningún instrumento de planificación, y que 90 comunas tienen IPT pero no está disponible la información.

La base de datos de los IPT incluyó los siguientes campos de información: año de aprobación del IPT, horizonte o año de planificación, superficie planificada, población estimada, viviendas estimadas y densidad estimada. Mientras que la base espacial incluyó las coberturas de macro zonificación de: Centro Cívico, Área Urbana Consolidada, Área Urbana de Extensión, Áreas de Riesgo, Áreas de Restricción y Áreas Verdes.

La construcción de esta geodatabase implicó un gran desafío porque muchos IPT están desactualizados, las coberturas se encuentran dispersas y se necesitó de un proceso de normalización para agrupar las zonificaciones en 6 categorías, mediante geoprocesos. La cartografía se realizó en el sistema UTM WGS84.

3 | PLANIFICACIÓN URBANA EN CHILE

La planificación urbana corresponde:

a un proceso que guía en forma coordinada las decisiones públicas y privadas sobre el desarrollo urbano futuro de una ciudad, pueblo o localidad y su área funcional, promoviendo un desarrollo sustentable en todas sus dimensiones, basado en una visión de largo plazo consistente con la Política Nacional de Desarrollo Urbano (PNDU) (PNUD, 2019).

En el caso de Chile esta política fue promulgada el año 2014 (MINVU, 2014) y a la fecha se encuentra en proceso de actualización.

Tal como se observa en la Figura 1, la PNDU se encuentra enmarcada dentro de un contexto general de planificación territorial en el país, compuesto por instrumentos superiores (de escala nacional) como la Política Nacional de Ordenamiento Territorial (PNOT), y la Política Nacional de Desarrollo Rural (PNDR), las tres bajo la coordinación de la Comisión Interministerial de Ciudad

Vivienda y Territorio (COMICIVYT). Otros instrumentos de inferior jerarquía (a la escala regional), como los Planes Regionales de Ordenamiento Territorial (PROT), bajo el marco de Ley 21.074, deben orientar el desarrollo territorial de la región respectiva, teniendo en consideración las políticas mencionadas y políticas sectoriales específicas que se traducen en planes sectoriales que operan en cada región del país. En términos específicos, los instrumentos urbanos, como de los planes reguladores metropolitanos, planes reguladores intercomunales, planes reguladores comunales, planes seccionales y límite urbano, regulados por la Ley General de Urbanismo y Construcciones y su respectiva Ordenanza, están bajo la responsabilidad técnica del Ministerio de Vivienda y Urbanismo (MINVU), y en el caso de los tres primeros son aprobados a nivel regional por el Consejo Regional (CORE), asegurando al menos desde el punto de vista teórico, la articulación con los instrumentos propiamente regionales. Una síntesis de varios de estos instrumentos se muestra en la siguiente figura. Los tres primeros instrumentos son de naturaleza indicativa, mientras que el resto son de carácter vinculante, es decir, sus disposiciones son obligatorias de cumplir.

Figura 1 - Instrumentos – Instrumentos de Planificación territorial en Chile.



Fuente: Elaboración propia.

Existe un diagnóstico más o menos compartido sobre las deficiencias del sistema de planificación de las ciudades chilenas, las que se expresan básicamente en una desconexión entre la disminución del déficit habitacional y una mala localización de proyectos sociales, generando una concentración de la pobreza, inseguridad, hacinamiento, mala conectividad y falta de acceso a bienes públicos urbanos (MINVU, 2014). Una de las debilidades más importante se refiere a que el sistema público de desarrollo urbano se caracteriza por una toma de decisiones fragmentada, reactiva, centralizada y poco participativa (MINVU, 2014). A esto se suma una casi nula consideración de los ecosistemas y las cuencas hidrográficas en la planificación y la falta de herramientas para gestionar los riesgos naturales (MINVU, 2014).

Adicionalmente, como los procesos de elaboración y aprobación de los instrumentos de planificación son excesivamente largos, impiden contar a tiempo con un instrumento que pueda hacer frente a los desafíos de planificación de manera razonable. Evaluaciones oficiales asociadas a la PNDU (MINVU, 2013) demuestran que hay planes que demoran en promedio 7 años y algunos más de 10 años en aprobarse, lo cual impide controlar de manera eficiente el proceso de urbanización, especialmente en ciudades medias. Si a esto se suma actualmente el proceso de Evaluación Ambiental Estratégica (EAE) al que se someten los instrumentos de planificación territorial y políticas y planes específicos, los plazos pueden incrementarse aún más. En la mayor parte de los casos los procesos de elaboración de instrumentos de planificación se tercerizan mediante consultoras que ganan los procesos de licitaciones públicas. Muchas comunas además no tienen recursos por lo que recurren a la ayuda del Estado central.

En este contexto parece importante detenerse en algunos aspectos particulares de la planificación urbana, que permitan identificar tendencias y elementos que puedan guiar una discusión estratégica de nuestras ciudades, especialmente bajo una mirada prospectiva. Para tal efecto se revisan los IPT urbanos aprobados, en la base de datos del Observatorio Urbano del Ministerio de Vivienda y Urbanismo (MINVU, 2022) y de las páginas web de las municipalidades del país.

2.1 | ¿QUÉ SE PLANIFICA EN LAS CIUDADES?

Los planes reguladores se rigen por la Ley General de Urbanismo y Construcciones y su respectiva Ordenanza (MINVU, 1976). Este marco legal define los objetivos y procedimientos para la planificación urbana en Chile, distinguiendo cuatro escalas de planificación vinculante: planes reguladores intercomunales (PRI) o metropolitanos (PRM), planes reguladores comunales (PRC), planes seccionales (PS) y límites urbanos (LU).

De acuerdo con un estudio del Ministerio de Vivienda y Urbanismo (MINVU) existen: 17 PRI y PRM vigentes y 41 en elaboración; 327 comunas tienen PRC, PS o LU vigentes y solo 5% no están vigentes (19 comunas). A nivel de PRC 148 comunas están en proceso de modificación y 42 en elaboración (MINVU, 2023).

El PRC constituye el principal instrumento de planificación a nivel comunal, sin embargo, se restringe su ámbito de acción al interior del límite urbano. Este instrumento es elaborado por el municipio que es la autoridad competente en el nivel comunal. Las principales materias que regula son: definición de límite urbano, ancho de vías estructurantes, usos de suelo, normas de edificación, ocupación de áreas de riesgos, condiciones urbanísticas para las edificaciones en las áreas de protección de valor natural, zonas o inmuebles de conservación histórica, zonas típicas y Monumentos Nacionales, y las exigencias de obras de ornato en áreas afectas a utilidad pública. En el proceso de elaboración de un PRC participan una serie de entidades, además del municipio, como la Secretaría Regional Ministerial de Vivienda y Urbanismo (SEREMI MINVU), Concejo Municipal, Alcalde, Gobierno Regional (Consejo Regional) y la ciudadanía (Precht; Reyes; Salamanca, 2016), por lo que la elaboración de un PRC se podría entender como un proceso de “contrato social”, en términos que busca promover el desarrollo armónico del territorio comunal, en especial de sus centros poblados, en concordancia con las metas regionales de desarrollo económico-social (MINVU, 1976).

En general las ciudades que se encuentran al interior de un territorio comunal deben contar con un plan regulador que regula los diferentes usos de suelo y también las condiciones de vialidad, patrimonio y espacio público, entre otras materias urbanísticas, como se señaló anteriormente. Cuando una ciudad se extiende por más de dos o más comunas, se aplica los planes reguladores intercomunales y, cuando la población de esta conurbación excede los 500.000 habitantes se les denomina planes reguladores metropolitanos. En el caso de Chile, solo se cuenta con tres planes reguladores metropolitanos: Santiago (PRMS, con 52 comunas), Valparaíso-Viña del Mar (PREMVAL, con 10 comunas) y el Gran Concepción (PRMC, con 11 comunas). Todo el resto corresponden a ciudades medias o pequeñas. Recientemente se acaba de reconocer como Área Metropolitana (AM) a la conurbación Iquique-Alto Hospicio, en el norte del país pero que aún no cuenta con un plan específico para dicha área, pero si con un instrumento de planificación urbana (PRI) que cubre ambas comunas. Si bien en dicho instrumento se definen zonas de extensión urbana para el AM, no se especifica en ellas ni la problemática de la inmigración ni su relación con el avance en términos de la reducción de los campamentos. La modificación y actualización de la Ley Nº 19.175, del año 2018, establece la posibilidad que en cada región se puedan constituir una o más AM, entendidas como la aquella extensión territorial formada por dos o más comunas de una misma región, unidas entre sí por un continuo de construcciones urbanas que comparten la utilización de diversos elementos de infraestructura y servicios urbanos y que, en su conjunto, superen los doscientos cincuenta mil habitantes, las que serán administradas por el Gobierno Regional (GORE) y su objeto es el de coordinar las políticas públicas en un dicho territorio urbano. En la práctica, se trata de una herramienta complementaria para la gestión de dichos espacios urbanos por parte de los GORE.

De acuerdo con el estudio de Henríquez e Hidalgo (2023) al año 2017 existían 186 ciudades entre 5.000 y 5000.000 habitantes en Chile, que representan a 6.800.767 personas, mientras que las grandes ciudades y metrópolis suman 7.755.559 habitantes. Sin embargo, esta relación se invertiría para la proyección al 2065 utilizando modelos de simulación espacialmente explícita: las ciudades medias y pequeñas alcanzarían a 13.605.567 personas, mientras que las grandes ciudades solo llegarían a 8.688.199 habitantes (Henríquez; Hidalgo, 2023). Esta misma tendencia se repetiría para las superficies o “manchas” urbanas proyectadas.

Los IPT definen macrozonas, entre las cuales las principales son el centro urbano o CBD (*central businessdistrict*), las áreas urbanas consolidadas, áreas de extensión urbana, áreas verdes, áreas de restricción y áreas de riesgos. En relación con el CBD, observamos que no todas las ciudades definen un centro que articule el crecimiento urbano: las ciudades con mayor CBD planificado corresponden a Los Andes, Constitución e Iquique. La mayor parte de las ciudades medias definen un solo centro, respondiendo a criterios históricos y comerciales, y muy pocas tienen una policentralidad reconocida en el IPT. Respecto a las ciudades con mayor superficie de área urbana consolidada corresponden a Talca, Temuco y Antofagasta. Si observamos las áreas de extensión urbana, vemos que las ciudades de Puerto Montt, Cobquecura, Caldera y La Serena proyectan una futura área urbana promedio por sobre las 2.000 ha. Es importante aclarar que las áreas de extensión urbana, en la mayor parte de los casos se proyectan en zonas rurales o periurbanas con gran potencial agrícola, poniendo en riesgo la

seguridad alimentaria de los propios asentamientos humanos. Por su parte, las ciudades con mayor área verde exclusiva proyectada corresponden a las ciudades de Coquimbo, Talca, Quilpué y Mejillones, con superficie por sobre las 1.000 ha. Finalmente, tres ciudades del norte, Mejillones, Caldera y Antofagasta, son las que tienen mayor cantidad de áreas de restricción y de riesgos. En término de población futura que albergaría este conjunto de ciudades medias alcanzaría a sobre las 5.800.000 personas, según la información recopilada en la memoria explicativa de los instrumentos.

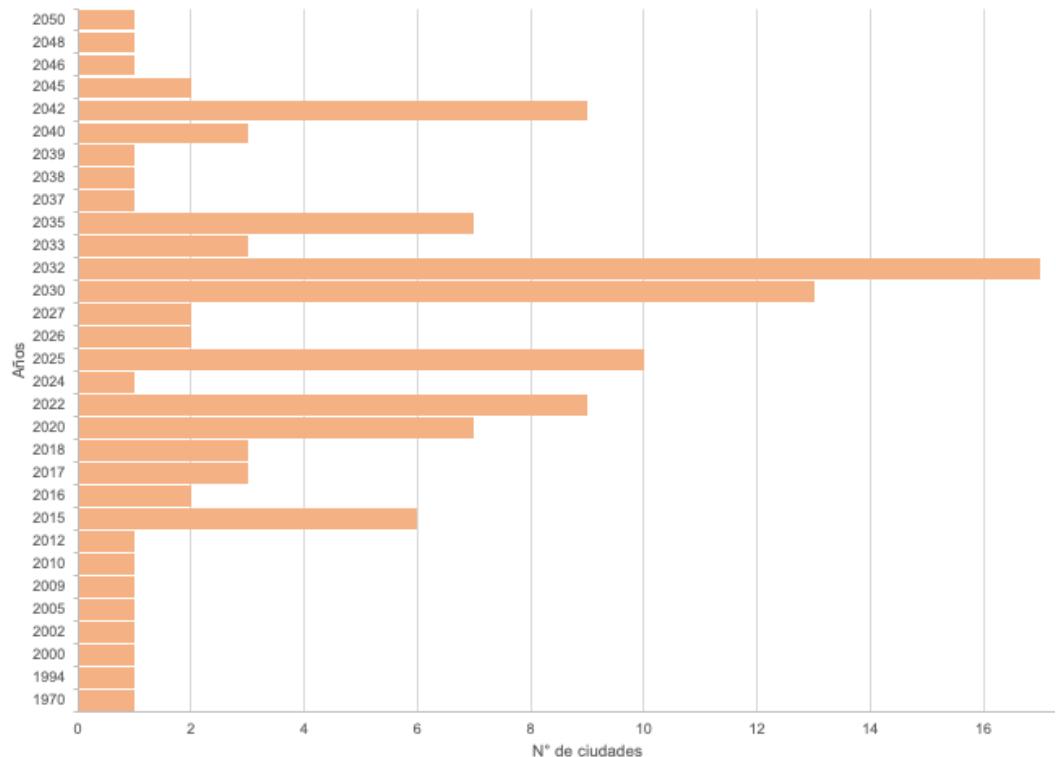
2.2 | HORIZONTES DE PLANIFICACIÓN

Al revisar los años de aprobación de los IPT nos encontramos con una gran cantidad de IPT muy antiguos, destacando las comunas de Aysén, Quillota, Puerto Saavedra y Quillota cuyos instrumentos fueron aprobados los años 1959, 1964 y 1965, respectivamente, lo que da cuenta de una gran dificultad para asegurar la actualización adecuada de los mismos y de la incapacidad de nuestro sistema de planificación de hacer de esta, una exigencia obligatoria. Si bien en estos casos ha habido procesos de actualización, la excesiva antigüedad de los IPT se debe, como se ha explicado, al lento proceso de elaboración y aprobación de los planes, los cuales deben pasar por distintas fases técnicas y políticas de evaluación, a lo que se suman los costos asociados a su elaboración, los procesos burocráticos del sistema chileno y quizás, una cierta desidia. Es probable que para ciertos procesos o intereses la mejor política sea no tener una política, o como en este caso, un instrumento vigente, en cuyo caso, se amplían las posibilidades para el negocio inmobiliario, por ejemplo, en una comuna que, al no poseer un PRC, si es parte de un aglomerado urbano mayor debe regirse por el PRI o PRM respectivo, instrumentos que no fijan alturas máximas para la edificación, dando lugar a lo que se ha definido, en algunas comunas como el caso de Estación Central en Santiago, como guetos urbanos verticales.

Frente a lo descrito en el párrafo precedente, y teniendo en consideración la velocidad de algunas de las transformaciones urbanas, sería recomendable la implementación de una estrategia permanente de actualización de estos instrumentos, incluyendo financiamiento central y regional, dada la realidad financiera de un número importante de municipalidades. A esto, se podría sumar una exigencia efectiva de actualización de los mismos para poder acceder a ciertas fuentes de recursos públicos, claves para el financiamiento de proyectos comunales y regionales. El país ha conocido en el pasado experiencias exitosas destinadas a actualizar instrumentos de planificación.

Con relación a los horizontes de planificación, esto es, los años a lo cuales se proyecta el instrumento como marco regulador del crecimiento urbano futuro de la ciudad, podemos observar que un 33% de los IPT tienen un horizonte estratégico obsoleto, ya que se proyectaban hasta antes del año 2022 (Figura 1). Por el contrario, ciudades con horizontes estratégicos con mayor proyección temporal como las comunas de Huasco, Iquique y Porvenir, se han proyectado al 2046, 2048 y 2050, respectivamente. En promedio, los horizontes de planificación son de 23 años desde la fecha de aprobación del plan al año horizonte planificado.

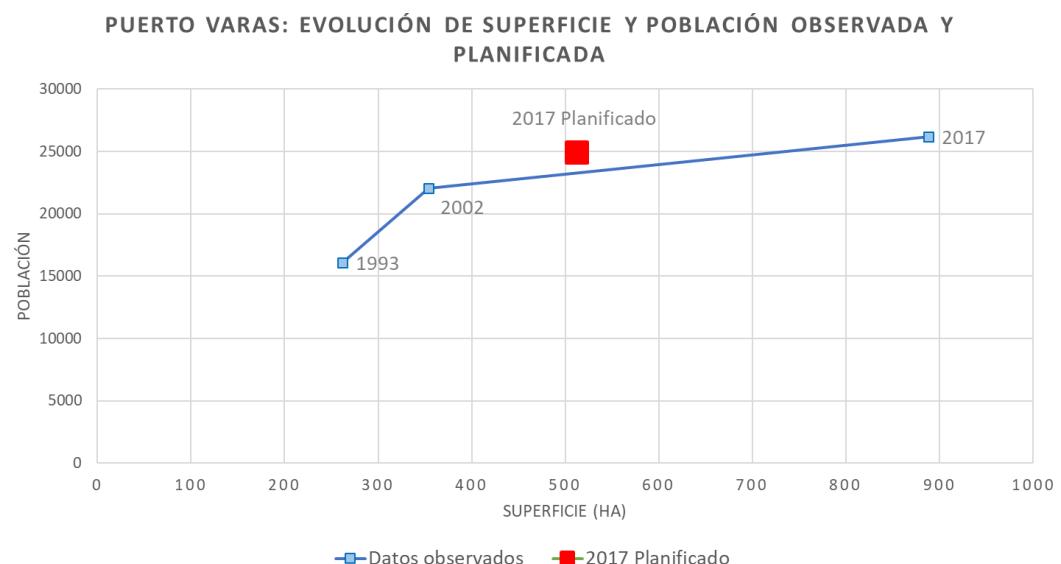
Figura 2 – Horizonte de planificación de los IPT aprobados en Chile.



Fuente: Elaboración propia.

Al contrastar ambos aspectos, esto es, la dimensión temporal y espacial de la planificación, observamos discordancias entre lo planificado y lo observado. Por ejemplo, si revisamos el caso de la ciudad turística de Puerto Varas, ubicada en la región de los Lagos vemos que el horizonte de planificación era el 2017, lo que deja en evidencia que el instrumento está desactualizado, pero además la superficie proyectada a ese año era de 512,3 ha, mientras que la superficie real bordea las 900 ha para el año mencionado. Lo mismo pasa con la población proyectada por el PRC, la que era de 24.926 personas, mientras que la cifra registrada en el Censo de 2017 fue de 26.172 personas (Figura 2).

Figura 3 – Evolución de la superficie y población observada y planificada en Puerto Varas



Fuente: Elaboración propia.

Es interesante mencionar que el enfoque del modelamiento futuro en los IPT se hace utilizando la proyección de la población y no de la superficie urbana. En este sentido varios estudios de simulación espacialmente explícita (Henríquez; Morales; Qüense; Hidalgo, 2022; Henríquez; Morales; Contreras; Aguayo *et al.*, 2025), han demostrado ser muy útiles para la generación de escenarios y evaluación de trayectorias urbanas futuras. Esto abre grandes posibilidades para la planificación urbana, ya que estas metodologías que descansan en técnicas SIG y de modelamiento espacial, pueden ayudar fuertemente a los planificadores y tomadores de decisión, especialmente para el caso de ciudades medianas que jugarán un rol muy relevante en la articulación del territorio.

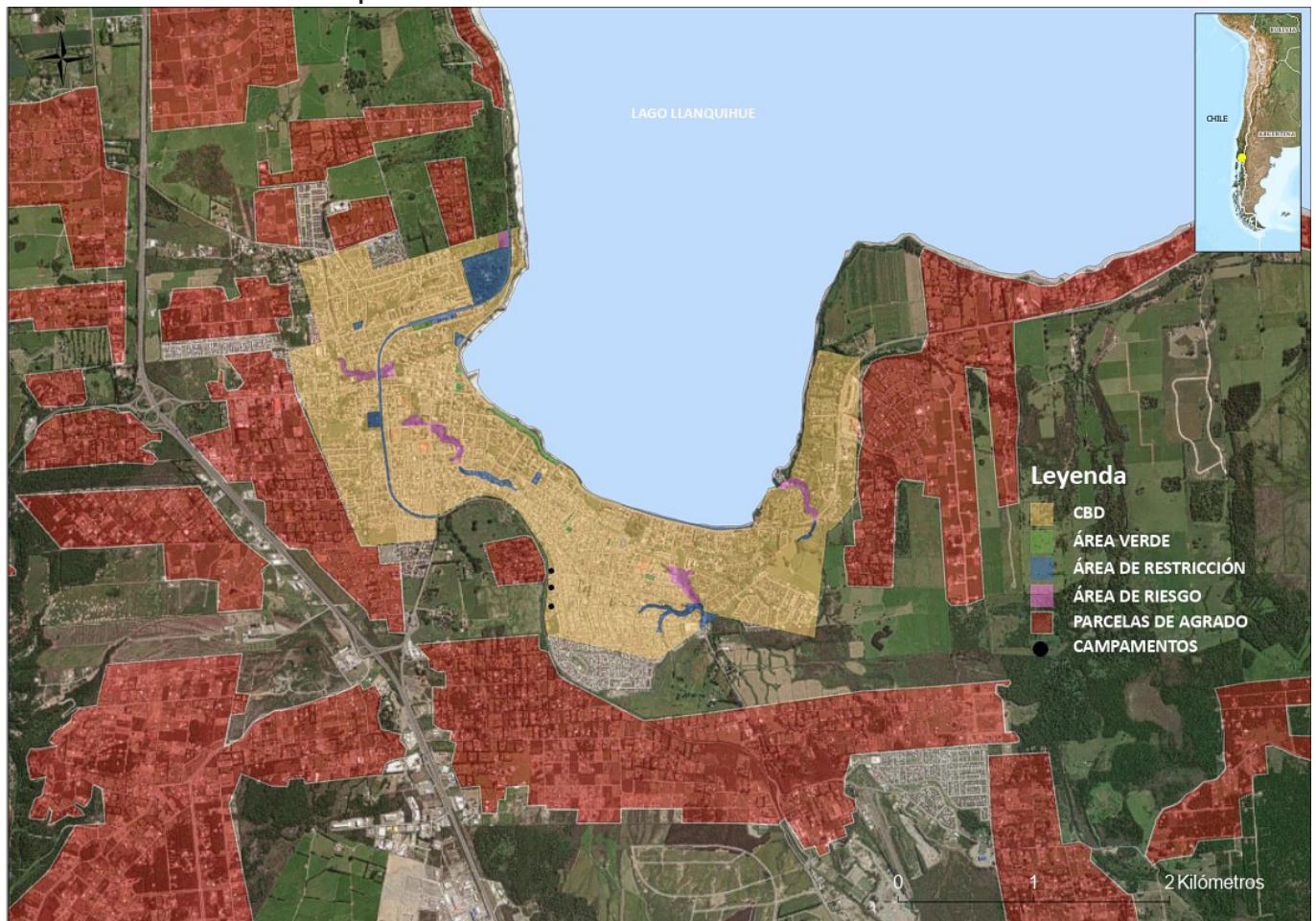
2.3 | PARCELAMIENTO Y ASENTAMIENTOS PRECARIOS

Este desajuste, entre lo observado y lo planificado, se acentúa aún más si consideramos la situación post pandemia. Esto produjo dos procesos contrapuestos: por un lado, una migración de población de ingresos altos desde las grandes ciudades y metrópolis a localidades con baja densidad o rurales; y por otro, un aumento de asentamientos precarios, denominados campamentos en el caso chileno, en muchas ciudades.

En el caso del primer proceso, este se manifestó básicamente a través del loteamiento de la zona periurbana, bajo el modo de parcelas de agrado, bajo el mecanismo legal del Decreto Ley DL 3.516, que permite lotear predios rurales en lotes de hasta 5.000 metros cuadrados. En la práctica este mecanismo ha generado una explosión urbana produciendo una fragmentación acelerada del paisaje y la llegada de población que habita fuera de los límites urbanos oficiales. Con ello se ha generado una serie de problemas como congestión, ausencia de sistema de retiro de basura y deterioro de algunos aspectos de la calidad de vida de los habitantes, como por ejemplo, la seguridad pública. En el caso de Puerto Varas la planta urbana ha superado 4 veces el límite urbano oficial, con más de 2.300 ha urbanas (Municipalidad de Puerto Varas, 2021). Un ejemplo del proceso de parcelamiento fuera de las macrozonas planificadas se observa en la Figura 3.

En orden de poder dimensionar el impacto del parcelamiento del medio rural, el informe de la Comisión Interministerial de Ciudad, Vivienda y Territorio (COMICIVYT) sobre “Proliferación de Parcelaciones Rurales en el Territorio Nacional”, declara que al año 2022 “se han aprobado más de 300 mil parcelas de superficies de entre 0,5 y 1 hectárea. Esto equivaldría a una superficie que podría ir entre 175 mil y 300 mil hectáreas. Para tener un orden de magnitud, la superficie construida de todas las áreas urbanas del país suma 208.688 ha. Es decir, estamos frente a un fenómeno que compromete una superficie equivalente a la ya construida en todo el territorio nacional y sin embargo se desarrolla al margen de toda planificación, con pobres niveles de control y mínimas exigencias formales.” (COMICIVYT, 2023).

Figura 4 – macrozonas del PRC de Puerto Varas y proceso de parcelamiento de agrado en el área periurbana.



Fuente: Elaboración propia.

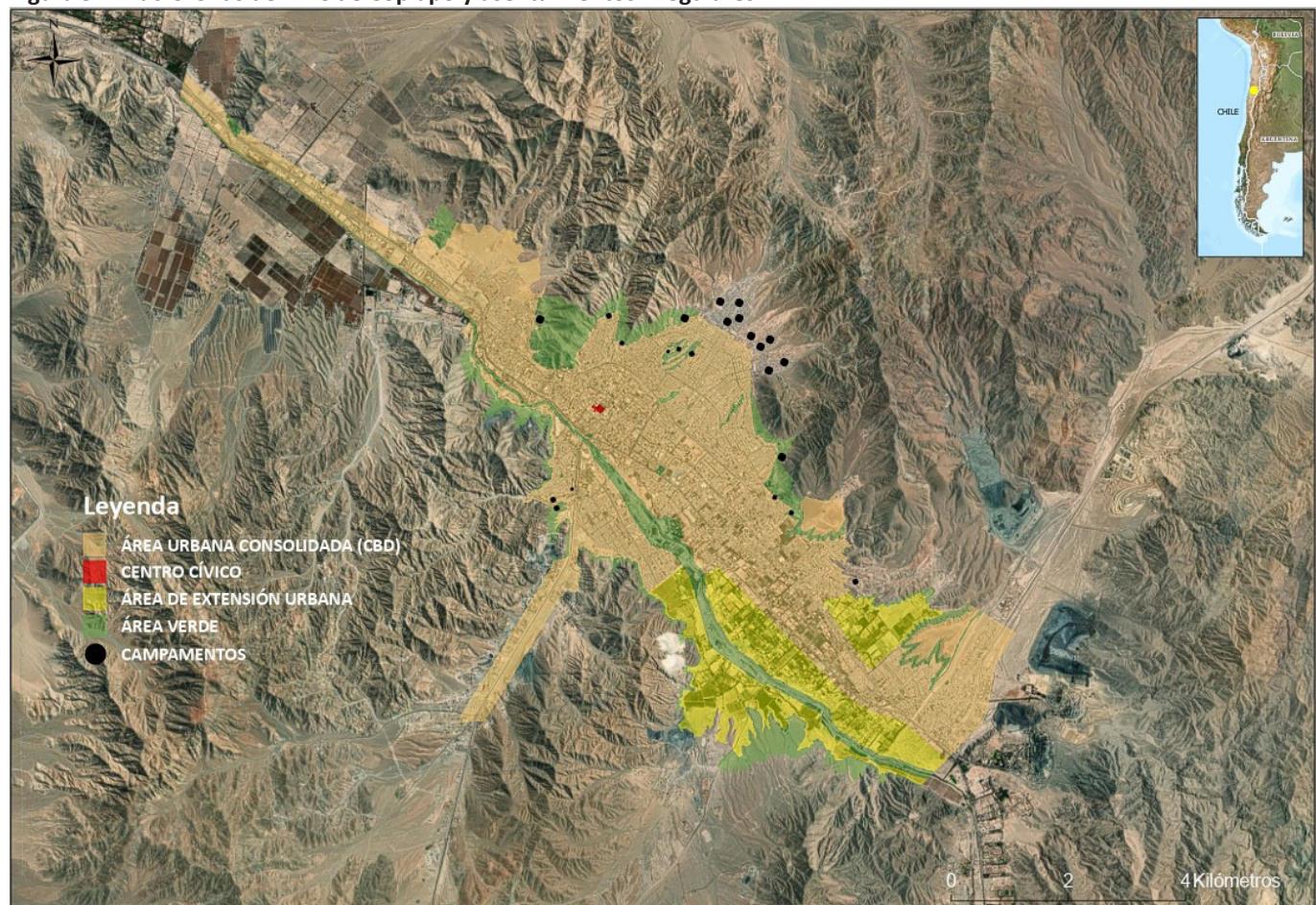
Al comparar los resultados del Censo de Población y Vivienda 2002 con los del Censo 2017, existe un aumento de un 225% de parcelas de agrado, es decir, aumentó de 727 a 1.634 conjuntos de parcelas de agrado (COMICIVYT, 2023). Esta cifra, con el nuevo Censo 2024 es probable que exceda el valor anterior, considerando especialmente los efectos de la pandemia, que han influenciado la decisión de vivir en espacios periurbanos más cerca de la naturaleza, con ocupación dispersa, pero cerca de las centralidades que ofrecen las ciudades, especialmente las de porte medio.

Un intento por frenar este caótico proceso que está fragmentando el territorio, corresponde al instructivo del Ministerio de Agricultura al Servicio Agrícola Ganadero (SAG) del año 2022 (Ministerio de Agricultura, 2022), de no autorizar loteos que no sean para uso agrícola. Esto básicamente porque, en palabras del Ministro de Agricultura, “Parte de la industria y los desarrolladores inmobiliarios han ajustado sus proyectos para vulnerar el espíritu del citado decreto al lotear terrenos rurales simulando que continúan teniendo fines agrícolas, ganaderos o forestales, aunque en realidad sus usos finales son de tipo habitacional”. Sin embargo, esta iniciativa ha generado rechazo desde el Parlamento, incluyendo a algunos parlamentarios oficialistas, en consideración de la supuesta libertad que tiene cada ciudadano para vivir donde mejor le parezca. El ministro Valenzuela y el Gobierno acudirán a la Corte Suprema para apelar al fallo que suspende este decreto. De tal forma, la situación de parcelamiento y consiguiente fragmentación

y extensión soterrada de lo urbano sobre el medio rural, sigue aún vigente. Este proceso genera un severo impacto ambiental especialmente en la pérdida de suelos agrícolas altamente productivos, fundamentalmente en el centro y centro-sur de Chile.

En el caso del segundo proceso, el aumento de campamentos o asentamientos precarios irregulares ha sido acelerado en la mayoría de las ciudades, con la persistencia de las dificultades para encausar dichos procesos dentro de la planificación urbana y de una mayor regulación del tema migratorio. Esto no solo se ha debido a los efectos de la pandemia, sino también a la crisis económica que ha llevado a muchas familias a abandonar las casas que arrendaban o su condición de allegados en sitios, generalmente ubicados en zonas de alto riesgo. Tal es el caso de la ciudad de Copiapó (Figura 4) donde se han instalado una serie de campamentos en los cerros de la parte norte de la ciudad, donde existe una alta amenaza de inundaciones, aluviones y caída de rocas. Gran parte de esta población es extranjera, fenómeno migratorio que se expresa en numerosas ciudades de Chile, en zonas que no cuentan con equipamiento y servicios básicos como agua, alcantarillado, luz y transporte.

Figura 5 – macrozonas del PRC de Copiapó y asentamientos irregulares.



Fuente: Elaboración propia.

Los denominados campamentos, se definen como “grupo de ocho o más familias que conforman una unidad socio-territorial, sin acceso regular a al menos uno de los servicios básicos (servicio sanitario, agua potable y/o energía eléctrica), que se encuentran en situación irregular de tenencia del terreno y que representan un requerimiento de vivienda” (Techo-Chile, 2023, p. 9).

El estudio de Techo Chile indica que para el periodo 2022-2023 hay 1.290 campamentos distribuidos a lo largo de todo el territorio nacional, albergando a 113.887 familias, lo que representa el 2% del total de hogares de Chile, según el censo de 2017 (Techo-Chile, 2023). Esta cifra representa un enorme impacto urbano:

se ha observado que el flujo neto de familias que ha llegado a los campamentos es cada vez mayor y crece a un ritmo desigual respecto al aumento del número de campamentos, esto implica que los campamentos actualmente son cada vez más grandes en cuanto al número de familias. Esto conlleva una mayor densidad, mayor necesidad por servicios públicos y equipamientos, lo que aumenta la complejidad de la planificación urbana que pudiera llegar a darse en el territorio (TECHO-CHILE, 2023, p. 21).

La región que posee más campamentos a nivel nacional es la región de Valparaíso.

El estudio de Techo para Chile (2023) demuestra que la ciudad costera de Viña del Mar y San Antonio (Figura 5) son la que tienen mayor cantidad de campamentos, con más de 8.000 familias viviendo en condiciones precarias, y demostrando que este fenómeno que no solo afecta a las grandes urbes, sino también a las ciudades medias, generando un problema social, económico y humanitario de gran magnitud:

Parte importante de la discusión a nivel país, ha sido el impacto que ha tenido el flujo migratorio respecto al aumento de la campamentación en el país. A nivel nacional, podemos indicar que un 34,74% de las familias son inmigrantes, lo que corresponde a 39.567 familias. Si comparamos esta cantidad de familias con respecto al Catastro Nacional de Campamentos 2020-2021 podemos indicar que, si bien porcentualmente el aumento no es tanto (de un 30,58% a un 34,74%), si es importante la cantidad de familias si lo cuantificamos en un número neto, en donde pasamos de 24.964 familias migrantes a poco más de 39 mil. Estas familias no se localizan de igual manera en todo el territorio nacional, estas se concentran en las regiones del norte del país y en la región Metropolitana. Cabe mencionar que las regiones con una mayor cantidad de familias inmigrantes netas es la región Metropolitana, seguido por la región de Antofagasta y Tarapacá. Porcentualmente, las regiones que concentran más familias inmigrantes son las de Antofagasta, Metropolitana y Magallanes. En el centro-sur de Chile el porcentaje de migración es muy bajo (TECHO-CHILE, 2023, p. 25).

En la práctica, este fenómeno urbano de apropiación ilegal de terrenos o “tomas”, ha dado lugar al desarrollo de un verdadero mercado paralelo de venta de viviendas en diversas tomas del país, a través de redes sociales, de tal modo

que ello preocupa al sector inmobiliario y ha obligado al pronunciamiento de las autoridades, las que las han calificado directamente como un engaño (Véase Figura 6).

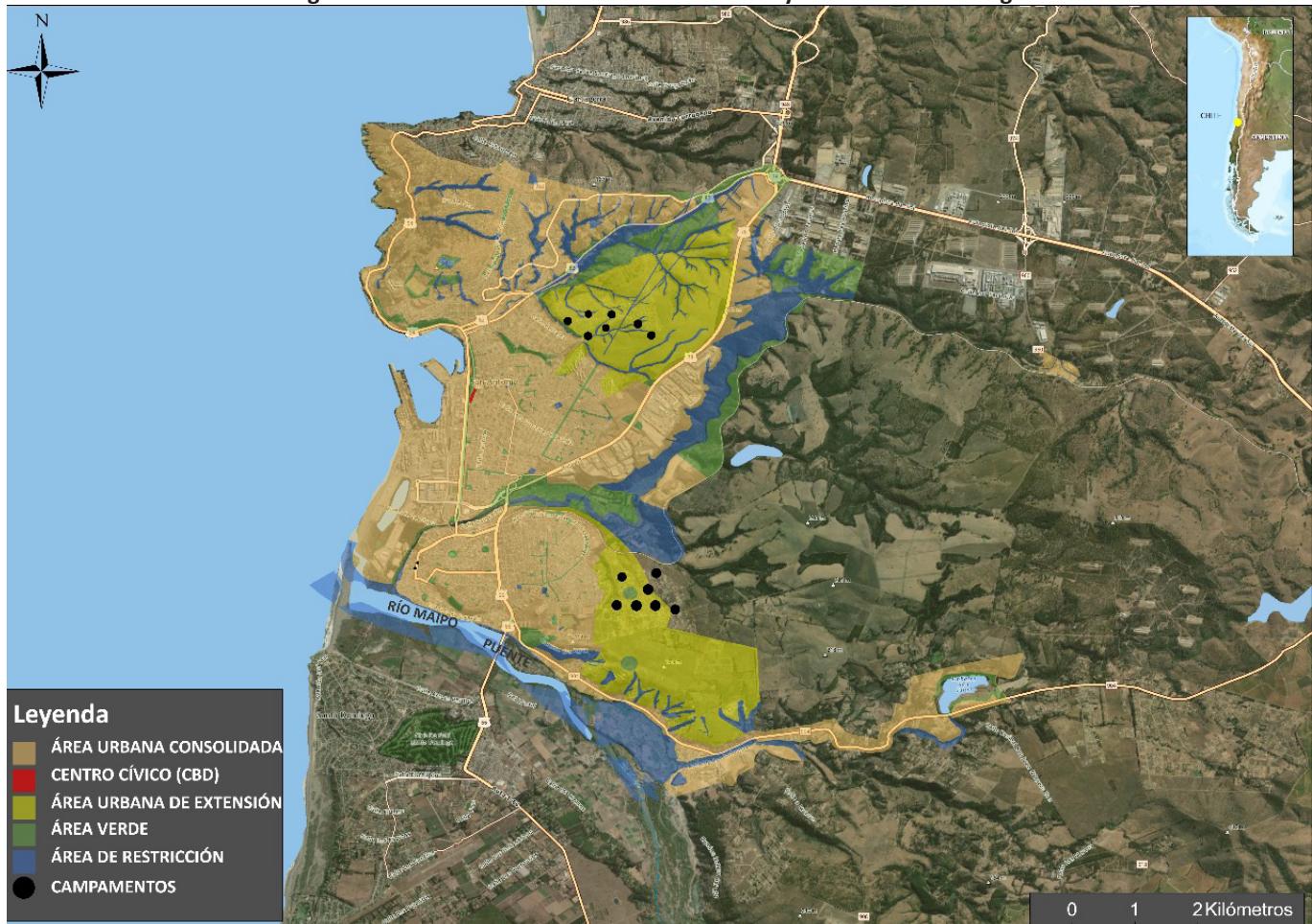
Figura 6 – venta de casas en “Tomas”.



Fuente: https://twitter.com/ElMercurio_cl/status/1593954745571573760 (consulta en línea el 2/4/2024).

De acuerdo con el catastro de campamentos casi el 50% de las viviendas son viviendas semi-pre- carias, precarias o sin definir un patrón. Las primeras se caracterizan por una estructura frágil y sin terminaciones como mediaguas o similar; las segundas corresponden a viviendas que no tienen estructura y tienen materiales informales como lata, cartón, plástico, carpas o viviendas móviles; la última categoría no se define un patrón definido dentro del campamento (Techo-Chile, 2023). En cuanto al origen de las familias: el 50,2% viene de la misma comuna, pero de otro barrio, un 26,4% viene del mismo barrio, un 12,6% provienen de otra comuna dentro de la misma región y apenas un 6,2% viene de otro país a vivir directamente al campamento (Techo-Chile, 2023:26). Respecto a las razones por las cuales se eligió el terreno en cuestión, la mayoría indica que es porque el terreno estaba en desuso o subutilizado, tales como basurales, bordes de río, bordes de línea férrea, entre otros (Techo-Chile, 2023:27).

Figura 7 – macrozonas del PRC de San Antonio y asentamientos irregulares



2.4 | OTROS INSTRUMENTOS Y PROCESOS COADYUVANTES

Sin duda, nos enfrentamos a un problema que la planificación urbana no ha sabido prever y que genera enormes desajustes en la estructura y funciones urbanas, que impacta el medio rural circundante. En este sentido el nuevo Consejo Nacional de Desarrollo Territorial (CNDT) y en especial la reciente Política Nacional de Ordenamiento Territorial (PNOT) han planteado directrices importantes para enfrentar el problema antes descrito. En particular, el eje estratégico 1 de la PNOT propone un sistema de asentamientos humanos que propenda a una mejor calidad de vida de las personas, mediante un territorio seguro e inclusivo. El Objetivo 1.1 de la PNOT, en efecto, impulsa a contribuir a un sistema de asentamientos humanos integrado, inclusivo y sustentable, que incorpore las dimensiones social, económica y ambiental con identidad territorial, fomentando la articulación funcional entre el territorio urbano y rural (Ministerio del Interior, 2021).

Estos objetivos estratégicos, sin embargo, son indicativos, por lo que mientras no existan instrumentos que regulen u orienten con más fuerza los usos de suelo, especialmente en el medio rural, como el nuevo Plan Regional de Ordenamiento Territorial (PROT), cuya vigencia está sujeta a la aprobación del reglamento respectivo y que contienen algunas atribuciones en materia de condiciones de localización para algunas actividades específicas y que serán vinculantes para el conjunto de las instituciones públicas a escala regional. Aunque al no tratarse de

un instrumento de regulación del uso del suelo rural, es probable que parte de estos procesos de fragmentación, segregación y desarticulación que estamos observando, se sigan produciendo. A ello se suma la necesidad de una política de vivienda e integración y cohesión social específica, que permita regularizar las precarias condiciones de muchos asentamientos irregulares. Es probable que una parte de estos problemas puedan recogerse en la actualización en marcha de la política urbana ya mencionada precedentemente.

En este sentido y centrándose en la problemática del parcelamiento y de los proyectos productivos en el medio rural, se puede indicar que el único instrumento que ejerce cierto nivel de control a nivel ambiental y territorial corresponde al Sistema de Evaluación de Impacto Ambiental (SEIA). En efecto, los proyectos y actividades señaladas en el Artículo 10 de la ley 19.300 de Bases del Medio Ambiente (Ministerio Secretaría General de la Presidencia, 2010), deben someterse a un sistema de evaluación ambiental, ya sea bajo la forma de Estudio o Declaración de Impacto Ambiental. Dentro de los contenidos técnicos que deben evaluar los proyectos se encuentra la compatibilidad territorial que considera la relación del proyecto con los distintos IPT, tanto indicativos como normativos, en el área de influencia. Esto de cierta forma, asegura un mirada estratégica y territorial en la aprobación de los proyectos, pero de manera indirecta y no aplica para proyectos pequeños como pueden ser los proyectos de condominios cerrados bajo la modalidad del DL 3.516 o peor aún, para asentamientos irregulares.

Otro instrumento relevante surgido desde la óptica de la protección ambiental corresponde a la Ley de Humedales Urbanos aprobada el 23 de enero de 2020, que tiene por objeto proteger los humedales urbanos declarados por el Ministerio del Medio Ambiente, de oficio o a petición del municipio respectivo, entendiendo por tales todas aquellas extensiones de marismas, pantanos y turberas, o superficies cubiertas de aguas, sean éstas de régimen natural o artificial, permanentes o temporales, estancadas o corrientes, dulces, salobres o saladas, incluidas las extensiones de agua marina, cuya profundidad en marea baja no exceda los seis metros y que se encuentren total o parcialmente dentro del límite urbano (Ministerio del Medio Ambiente, 2020). Esta ley ha generado rechazo por parte del sector productivo e inmobiliario, ya que estaría frenando la ejecución de una serie de proyectos urbanos, tanto del sector industrial como residencial. En tal sentido el MINVU y la Cámara Chilena de la Construcción (CChC) está trabajando en un proyecto legislativo para que la protección de los humedales no se transforme en un impedimento al desarrollo urbano.

Por otro lado, se debe destacar la función de la Evaluación Ambiental Estratégica (EAE) para la aprobación obligatoria de los IPT en Chile, que se aplica desde el año 2010. Este instrumento permite incorporar una perspectiva de pensamiento estratégico propuesto por María Rosario Partidario (Ministerio del Medio Ambiente, 2015) en el proceso elaboración y aprobación de los planes reguladores. La EAE implica evaluar opciones de desarrollo de manera participativa y colaborativa con foco en los alcances espaciales y temporales del plan. Además, puede ser una instancia de gobernanza especialmente para ciudades conformadas por más de una comuna donde es necesario concordar acuerdos y miradas estratégicas para el futuro sustentable de la ciudad. Si bien es un procedimiento que agrega un trámite más a la aprobación del instrumento, es una instancia que está diseñada para aplicarse en las etapas más temprana de creación del plan.

Varios IPT han implementado esta metodología de manera exitosa, especialmente considerando el nuevo Reglamento de EAE del año 2015 y la guía de EAE del mismo año que permite orientar este complejo, pero útil instrumento de evaluación ambiental con repercusiones directas en la planificación territorial.

Otras propuestas que pueden contribuir en la dirección correcta no siempre tienen el éxito esperado en su discusión parlamentaria, como ha ocurrido con la propuesta de ley de prevención de incendios forestales, no aprobada hasta la fecha y donde, además, se rechazó el artículo que proponía poner fin a los cambios de uso del suelo por treinta años, en los terrenos afectados por incendios forestales, con el fin de evitar la “especulación inmobiliaria”. Sin embargo, se rescata el fortalecimiento de la estrategia de prevención y la definición de zonas de interfaz urbano-rural forestal. La aprobación de esta nueva norma a la fecha está aún pendiente.

En síntesis, los casos observados nos muestran dos vectores de crecimiento urbano que están por fuera del alcance de los IPT: por un lado, el proceso de parcelamiento comandado fundamentalmente por población de ingresos medios y altos que desean vivir en un ambiente rural o natural, y por otro; asentamientos precarios o irregulares de estratos bajos que también ocupan espacios no aptos o que se emplazan de manera ilegal por fuera de las disposiciones de los IPT. Ambos son manifestaciones de un proceso de urbanización creciente que es concomitante con el fenómeno de urbanización planetaria y asociada a un cambio global que podemos denominar Antropoceno Urbano.

3 | CONCLUSIONES

¿Pueden los instrumentos de planificación solucionar los problemas urbanos como el proceso de periurbanización extensiva? En la práctica concreta, muchos de los planes reguladores al llegar tarde a los procesos urbanos principales, son más bien instrumentos regularizadores y no planificadores, como su nombre lo indica. Esto demuestra que en un porcentaje no menor se puede hablar de un fracaso del sistema de planificación urbana en Chile. La velocidad de definición y/o actualización de los PRC no acompaña a la velocidad del proceso de urbanización, con aprobaciones que pueden tardar años y que se materializan una vez que los procesos de transformación están en pleno desarrollo o incluso finalizados. En consecuencia, muchos de nuestros IPT regularizan más que regulan u orientan el crecimiento urbano.

La planificación urbana chilena no anticipa ni menos direcciona las transformaciones urbanas, no establece patrones reales de localización ni evita el crecimiento informal que, como hemos visto en este trabajo, puede ser generado por condiciones de riqueza o de pobreza.

Los mencionados instrumentos han sido y son permanentemente desbordados en su proyección tanto demográfica como de expansión en superficie. Al parecer el mercado y las necesidades sociales han sido más relevantes que las disposiciones públicas, ligadas a una mirada estratégico-prospectiva y de bien común. Los IPT no han tenido un rol importante en la reducción de la pobreza urbana. En efecto, el déficit habitacional en Chile lliga a 739.603 viviendas: 425.660 (58%) para terminar el allegamiento y 313.943 para reemplazar viviendas deterioradas (Mideso, 2017). Muchas de las soluciones para este problema, se hacen vía “tomas”, es decir al margen de las disposiciones de los IPT.

La (e)(in)migración por amenidades o por necesidades, no encuentra límites concretos, en el caso de los instrumentos de planificación chilenos, a la hora de elegir localizaciones dentro y fuera de los límites urbanos (establecidos pero inútiles). Es este sentido, ciudades medias y pequeñas están recibiendo un impacto muy fuerte cuando son, probablemente, las que están en condiciones desfavorables para hacerles frente.

En el marco de la ética neoliberal, pareciera ser que la localización razonada no es parte de ninguna ecuación de bien común y simplemente se trata del derecho de las personas “de vivir donde consideren”, como mencionó un connotado Senador de la República de Chile, a propósito del instructivo que buscaba poner orden al proceso de subdivisión de predios agrícolas, buscando avanzar en decisiones que estén mejor orientadas, pero que encuentran fuerte resistencia entre los defensores y beneficiados del actual modelo.

¿Cómo hacer frente a la fuerza de la urbanización?, como diría Harvey (2019), en “la ética neoliberal del intenso individualismo posesivo”, que hace difícil la materialización de “los ideales de identidad urbana, ciudadanía y pertenencia, y de una política urbana coherente”.

El camino parece ser, por un lado, el de buscar fórmulas para avanzar en la línea de lo establecido por la PNOT para el sistema urbano chileno, especialmente en materia de instrumentos y de regulación, y lo establecido por la Política Nacional de Desarrollo Rural (COMICIVYT, 2020) para el desarrollo rural. Por otro lado, mejorar la aplicación de la EAE a los IPT, específicamente en la caracterización de los “factores críticos de desarrollo” y sus tendencias, puede permitir avances en la comprensión de los efectos que acarrea la actual forma de expansión urbana. Y también aplicar la Ley de Humedales Urbanos, una de las mayores contribuciones normativas del último tiempo, para la protección de ecosistemas de interés con una nueva mirada ética que permite superar la vía del “todo vale” en materia de desarrollo urbano. La experiencia con la puesta en marcha de esta última ley y las discusiones a propósito de otras leyes asociadas a la planificación territorial, como la posibilidad de una ley de costas para mejorar la ocupación de dichos espacios, muestran las dificultades de hacer avanzar la planificación urbana en los términos aquí planteados, en coexistencia con un sistema neoliberal que opera permitiendo algunos de los procesos descritos en este trabajo.

A nivel de ciudades medias y metrópolis, el sistema de planificación chileno no hace diferencias. En esencia, los instrumentos abordan las mismas temáticas y enfoques de planificación, solo cambia la escalala escala de intervención y la subordinación de los PRC, en función de los PRM.

Finalmente, podemos decir que el proceso del “Urbanoceno” se ve expresado claramente en el territorio nacional, con una nítida acentuación de las desigualdades socioeconómicas, donde la dicotomía “parcelas de agrado”/“campamentos”, muestra la cara más subdesarrollada de este proceso planetario en el Sur Global.■

Recebido em: 24-02-2024

Aceito em: 07-05-2025

REFERÊNCIAS

- AMIN, Aash; THRIFT, Nigel. Cities and ethnicities. *Ethnicities*, v. 2, n. 3, p. 291-300, 2002.
- BRENNER, Neil; SCHMID, Christian. Planetary urbanization. In: BRENNER, Neil. (Ed.). *Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Berlin: Jovis, 2014. p. 160-163.
- _____. Towards a new epistemology of the urban? *City*, v. 19, n. 2–3, p. 151–182, 2015.
- CHILE. MINISTERIO DE AGRICULTURA. *Instruye sobre la aplicación de la facultad consagrada en Art. 46 de la Ley n° 18.755, con relación a lo previsto en el D.L. n° 3.516*, de 1980. Santiago: Ministerio de Agricultura, 2022.
- _____. MINISTERIO DEL INTERIOR. *Política Nacional de Ordenamiento Territorial*. Chile: Ministerio del Interior, 2021.
- _____. MINISTERIO DEL MEDIO AMBIENTE. *Guía de orientación para el uso de la evaluación ambiental estratégica en Chile*. Santiago: Ministerio de Medio Ambiente, 2015.
- _____. MINISTERIO DEL MEDIO AMBIENTE. *Ley 21.202*. Modifica Diversos Cuerpos Legales con el Objetivo de Proteger los Humedales Urbanos. MINISTERIO DEL MEDIO AMBIENTE. Valparaíso: Diario Oficial 2020.
- _____. MINISTERIO SECRETARÍA GENERAL DE LA PRESIDENCIA. *Ley 19.300*. Ministerio Secretaría General de la Presidencia. MINISTERIO SECRETARÍA GENERAL DE LA PRESIDENCIA. Valparaíso: Diario Oficial, 2010.
- _____. MINISTERIO DE VIVIENDA Y URBANISMO. *Aprueba Nueva Ley General de Urbanismo y Construcciones*. DFL 458. BIBLIOTECA DEL CONGRESO NACIONAL. Santiago: Diario Oficial 1976.
- _____. MINISTERIO DE VIVIENDA Y URBANISMO. *Hacia una Nueva Política Urbana para Chile*. Vol. 3 | Elementos de diagnóstico: Ministerio de Vivienda y Urbanismo: p. 116, 2013.
- _____. MINISTERIO DE VIVIENDA Y URBANISMO. *Política Nacional de Desarrollo Urbano*. Santiago: Ministerio de Vivienda y Urbanismo, 2014.
- _____. MINISTERIO DE VIVIENDA Y URBANISMO. *Planes Reguladores*. Centro de Estudios de Ciudad y Territorio (CECT). Disponible en: <[https://centrodeestudios\[minv\].gob.cl](https://centrodeestudios[minv].gob.cl)>, 2022.
- _____. MINISTERIO DE VIVIENDA Y URBANISMO. *1º Reporte Nacional*. Estado Consolidado de Instrumentos de Planificación Territorial. Santiago: Ministerio de Vivienda y Urbanismo, 2023.
- CHWAŁCZYK, Franciszek. Around the anthropocene in eighty names-considering the urbanocene proposition. *Sustainability*, v. 12, n. 11, 2020.
- COMICIVYT. *Política Nacional de Desarrollo Rural*. Santiago: Comisión Interministerial de Ciudad, Vivienda y Territorio, 2020.
- _____. *Documentos para la discusión. Proliferación de Parcelaciones Rurales en el Territorio Nacional*. Comisión Interministerial de Ciudad, Vivienda y Territorio. Santiago, 2023.
- CRUTZEN, Paul. Human Impact On Climate Has Made This the “Anthropocene Age”. *New Perspectives Quarterly*, v. 22, n. 2, p. 14-16, 2005.
- DERICKSON, Kate. Urban geography I: Locating urban theory in the ‘urban age’. *Progress in Human Geography*, v. 39, n. 5, 2015.
- HARVEY, David. *Ciudades rebeldes. Del derecho a la ciudad a la revolución urbana*. España: Akal, Pensamiento crítico, 2019.
- HENRIQUEZ, Cristian; ARENAS, Federico; HENRÍQUEZ, Marta. Transformaciones urbanas en la ciudad de Chillán, Chile: lo local y lo tradicional frente a la influencia global. In: SPOSITO, Maria Encarnação; ELIAS, Denise, et al. (Ed.). *Agentes económicos, reestruturação urbana e regional: Chillán e Marília*. São Paulo, Brasil,: Serie Cidades em Transição, Coleção Geografia em Movimento, Editora Outras Expressões. Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, Redes de Pesquisadores sobre Cidades medias, 2012. p. 25-159.

HENRIQUEZ, Cristian; ARENAS, Federico. Algunas claves sobre las transformaciones urbanas de la ciudad media de Los Ángeles. In: SPOSITO, Maria Encarnaçao; ELIAS, Denise, et al (Ed.). *Agentes Econômicos e Reestruturação Urbana e Regional: Marabá e Los Angeles*. São Paulo, Brasil: Cidades em Transição. RECIME, Cultura Acadêmica Editora, 2016. p. 223-327.

HENRÍQUEZ, Cristian, MORALES, Mauricio, QÜENSE, Jorge, HIDALGO, Rodrigo. Future land use conflicts: Comparing spatial scenarios for urban-regional planning. *Environment and Planning B: Urban Analytics and City Science*, v. 50, n. 2, p. 332-349, 2022.

HENRÍQUEZ, Cristian; HIDALGO, Rodrigo. Escenarios de crecimiento en ciudades medias chilenas: lectura de trayectorias futuras para diferentes tipologías urbanas. In: HENRÍQUEZ, Cristian; RIBEIRO, William, et al (Ed.). *Urbanización y Ciudades Medias. Territorios y espacialidades en cuestionamiento*. Santiago: SERIE GEolibros Nº 39. Instituto de Geografía de la Pontificia Universidad Católica de Chile, 2023. p. 135-153.

HENRÍQUEZ, Cristian; MORALES, Mauricio, CONTRERAS, Paulina, AGUAYO, Camila, APRIGLIANO, Vicente, QÜENSE, Jorge. Simulación del cambio de uso de suelo en el área periurbana Villarrica-Pucón, Chile, 1998-2065: Escenarios con y sin futuros proyectos viales. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, v. 32, n. 2 (en prensa), 2025.

HIDALGO, Rodrigo; DE MATTOS, Carlos; ARENAS, Federico. *Chile: del país urbano al país metropolitano*. Santiago: Serie GEolibros 12, Instituto de Geografía y Colección EURE Libros Instituto de Estudios Urbanos y Territoriales. Pontificia Universidad Católica de Chile, 2009.

LEWIS, Simon; MASLIN, Mark. Defining the anthropocene. *Nature*, v. 519, n. 7542, p. 171-180, 2015.

MATURANA, Francisco; SPOSITO, Maria Encarnaçao; BELLET, Carmen; HENRÍQUEZ, Cristian Henríquez; ARENAS, Federico. *Sistemas Urbanos y Ciudades Medias en Iberoamérica*. Santiago: Serie GEolibros nº 26, Instituto de Geografía. Pontificia Universidad Católica de Chile, 2017.

CHILE. MINISTERIO DE AGRICULTURA. *Instruye sobre la aplicación de la facultad consagrada en Art. 46 de la Ley n° 18.755, con relación a lo previsto en el D.L. n° 3.516*, de 1980. Santiago: Ministerio de Agricultura, 2022.

CHILE. MINISTERIO DEL INTERIOR. *Política Nacional de Ordenamiento Territorial*. Chile: Ministerio del Interior, 2021.

CHILE. MINISTERIO DEL MEDIO AMBIENTE. *Guía de orientación para el uso de la evaluación ambiental estratégica en Chile*. Santiago: Ministerio de Medio Ambiente, 2015.

_____. Ley 21.202. Modifica Diversos Cuerpos Legales con el Objetivo de Proteger los Humedales Urbanos. MINISTERIO DEL MEDIO AMBIENTE. Valparaíso: Diario Oficial 2020.

CHILE. MINISTERIO SECRETARÍA GENERAL DE LA PRESIDENCIA. Ley 19.300. Ministerio Secretaría General de la Presidencia. MINISTERIO SECRETARÍA GENERAL DE LA PRESIDENCIA. Valparaíso: Diario Oficial, 2010.

CHILE. MINISTERIO DE VIVIENDA Y URBANISMO. Aprueba Nueva Ley General de Urbanismo y Construcciones. DFL 458. BIBLIOTECA DEL CONGRESO NACIONAL. Santiago: Diario Oficial 1976.

_____. *Hacia una Nueva Política Urbana para Chile*. Vol. 3 | Elementos de diagnóstico: Ministerio de Vivienda y Urbanismo: p. 116, 2013.

_____. *Política Nacional de Desarrollo Urbano*. Santiago: Ministerio de Vivienda y Urbanismo, 2014.

_____. *Planes Reguladores*. Centro de Estudios de Ciudad y Territorio (CECT). Disponible en: <[https://centrodeestudios\[minvu\].gob.cl](https://centrodeestudios[minvu].gob.cl)>, 2022.

_____. *1º Reporte Nacional*. Estado Consolidado de Instrumentos de Planificación Territorial. Santiago: Ministerio de Vivienda y Urbanismo, 2023.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. *Urbanização Extensiva e Lógicas de Povoamento: Um Olhar Ambiental*. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. et al. (Ed.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Editora Hucitec / Anpur, 1996. p. 169-181.

MUNICIPALIDAD DE PUERTO VARAS. *Crecimiento perirbano*. Puerto Varas: Municipalidad de Puerto Varas, 2021.

PAULSEN, Abraham; HENRÍQUEZ, Cristian. The Anthropocene Settles in the Urban. The Urbanocene in the Global South. In: KALTMEIER, Olaf; HERRERA, Susana,*et al.* (Ed.). *El antropoceno como crisis múltiple: Perspectivas desde América Latina*, Routledge, 2025 (en prensa).

PNUD. *Propuestas para el Mejoramiento de la Institucionalidad y los Procesos de Elaboración y Aprobación de los Instrumentos de Planificación Territorial*. Primer informe CNDU 2019. Consejo Nacional de Desarrollo Urbano, Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo. Santiago, 2019.

PRECHT, Alejandra; REYES, Sonia; SALAMANCA, Carola. *El ordenamiento territorial en Chile*. Santiago: Ediciones UC, 2016.

ROY, Ananya. The 21st-Century Metropolis: New geographies of theory. *Regional Studies*, v. 43, n. 6, 2009.

SWYNGEDOUW, Erik; ERNSTSON, Henrik. Interrupting the Anthropo-obScene: Immuno-biopolitics and Depoliticizing Ontologies in the Anthropocene. *Theory, Culture & Society*, v. 35, n. 6, p. 3-30, 2018.

TECHO-CHILE. *Catastro Nacional de Campamentos 2022-2023*. Centro de Estudios (CES) TECHO-Chile. Santiago, p.167, 2023.

DEGRADAÇÃO DE ÁREAS DE PROTEÇÃO PERMANENTE (APPS) E IMPLICAÇÕES AO ABASTECIMENTO HÍDRICO DAS CIDADES NA AMAZÔNIA NORTE MATO-GROSSENSE

MARISA REGINA KOHLER

AUMERI CARLOS BAMPI

Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso Universidade do Estado de Mato Grosso

kohlermarisa68@gmail.com

aumeri@unemat.br

CARLOS ALBERTO FRANCO DA SILVA

VINICIUS DE FREITAS SILGUEIRO

Universidade Federal Fluminense

Instituto Centro de Vida

carlosfds1963@gmail.com

vinicius.silgueiro@unemat.br

RESUMO

O processo de abertura da fronteira urbano industrial-agrícola-financeira em direção à Amazônia, na década de 1970, reflete, na atualidade, implicações socioambientais, dentre elas, a degradação das Áreas de Proteção Permanente (APPs) de rios, córregos, mananciais, e das nascentes que formam os corpos hídricos que são fontes de água utilizadas para abastecimento urbano dos municípios pertencentes à macrorregião norte 2. O estudo objetiva analisar a situação das APPs no entorno dos rios e nascentes das bacias de captação dos municípios de Alta Floresta, Nova Canaã do Norte e Colíder, no estado do Mato Grosso. Para o mapeamento, foram utilizadas bases de dados do MapBiomass e do Núcleo de Inteligência Territorial/ICV (hidrografia, cobertura do solo e imóveis rurais) por um modelo de delimitação automática e posterior diagnóstico das APPs de cursos d'água, nascentes e lagoas naturais, conforme regras do Novo Código Florestal. Como resultado, foi possível observar que, em Alta Floresta, o rio Taxidermista está com 77% de APPs preservadas; entretanto, nas 200 nascentes, o percentual de deterioração ultrapassa 55%. Nova Canaã do Norte, no rio Bonito, 61% das APPs estão degradadas e, nas 89 nascentes, os danos ultrapassam 81%. Colíder está com um percentual acima de 54% das APPs do rio Carapá afetadas e, nas 103 nascentes, esse percentual ultrapassa 69% de degradação. A situação revela-se preocupante e em vias de crise hídrica, visto que as nascentes são o elo entre o subterrâneo e a superfície; todavia, são o ponto mais frágil do ciclo hidrológico, responsáveis por fornecer o abastecimento das referidas cidades.

PALAVRAS CHAVE: Amazônia norte mato-grossense; Degradação; APPs; Nascentes; Déficit hídrico.



Esta revista está licenciada sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

DEGRADATION OF PERMANENT PROTECTION AREAS (APPs) AND IMPLICATIONS FOR THE WATER SUPPLY OF CITIES IN THE NORTHERN MATO GROSSO AMAZON

ABSTRACT

The process of opening the urban industrial-agricultural-financial border towards the Amazon, in the 1970s, currently reflects socio-environmental implications, among them, the degradation of Permanent Protection Areas (PPAs) of rivers, streams, and in the springs that form the water bodies that are sources of water used for urban supply in the municipalities belonging to the northern macro-region 2. The study aims to analyze the situation of PPAs around the rivers and springs of the captation basins of the municipalities of Alta Floresta, Nova Canaã do Norte and Colíder, Mato Grosso. For mapping, databases from MapBiomass and the Territorial Intelligence Center/ICV (hydrography, land cover and rural properties) were used with an automatic delimitation model and subsequent diagnosis of PPAs of watercourses, springs and natural lakes, in accordance with the rules of the New Forest Code. As a result, it was possible to observe that, in Alta Floresta, the Taxidermista river has 77% of PPAs preserved; however, in the 200 springs, the percentage of deterioration exceeds 55%. Nova Canaã do Norte, on the Bonito River, 61% of the PPAs are degraded and, in the 89 springs, the damage exceeds 81%. Colíder has a percentage above 54% of the Carapá River PPAs affected and, in the 103 springs, this percentage exceeds 69% of degradation. The situation appears to be worrying and on the verge of a water crisis, given that the springs are the link between the underground and the surface; however, they are the most fragile point in the hydrological cycle, responsible for supplying the aforementioned cities.

KEYWORDS: Northern Mato Grosso Amazon; Degradation; PPAs; Springs; Water deficit.

DEGRADACIÓN DE ÁREAS DE PROTECCIÓN PERMANENTE (APPs) EN CUENCAS DE CAPTACIÓN E IMPLICACIONES PARA EL ABASTECIMIENTO DE LAS CIUDADES DE LA AMAZONÍA NORTE MATO-GROSSENSE

RESUMEN

La apertura de la frontera urbana industrial-agrícola-financiera hacia la Amazonía, en los años 1970, se refleja actualmente en implicaciones socioambientales, entre ellas, la degradación de las Áreas de Protección Permanente (APP) de ríos, arroyos, manantiales que forman los cuerpos de agua que son fuentes utilizadas para el abastecimiento urbano en los municipios pertenecientes a la macrorregión Norte 2. El estudio analiza la situación de las APPs en torno a los ríos y nacientes de las cuencas hidrográficas de los municipios de Alta Floresta, Nova Canaã do Norte y Colíder, Mato Grosso. Para el mapeo se utilizaron las bases de datos MapBiomass y del Núcleo de Inteligencia Territorial/ICV (hidrografía, cobertura del suelo y propiedades rurales) a través de un modelo automático de delimitación y posterior diagnóstico de las APP de cursos de agua, manantiales y lagos naturales, según las normas del Código Forestal actual. Como resultado se pudo observar que, en Alta Floresta, el río Taxidermista tiene conservado el 77% de las APP; sin embargo, en los 200 manantiales, el porcentaje de deterioro supera el 55%. Nova Canaã do Norte, en el río Bonito, el 61% de las APP están degradadas y, en los 89 manantiales, el daño supera el 81%. Colíder tiene un porcentaje superior al 54% de las APPs sobre el río Carapá afectadas y, en los 103 manantiales, este porcentaje supera el 69% de degradación. La situación es preocupante y al borde de una crisis hídrica, ya que los manantiales son el nexo entre el subsuelo y la superficie; aún, son el punto más frágil del ciclo hidrológico, encargados de abastecer a las citadas ciudades.

PALABRAS CLAVE: Amazonía norte mato-grossense; Degradación; Áreas de Protección Permanente; Manantiales; Déficit hídrico.

1 | INTRODUÇÃO

A reprodução ampliada do capital e a exploração exacerbada dos bens comuns naturais [tratados apenas como recursos a serem explorados ou negligenciados] têm ocasionado intensos danos ambientais em todo o país. Um dos problemas é garantir o abastecimento de água nas cidades, chamado de crise hídrica, devido ao alto índice de desmatamento ocasionado pelo uso e ocupação do solo no entorno das bacias hidrográficas.

A situação se revela preocupante principalmente nas Áreas de Preservação Permanente (APPs) que são áreas protegidas, cobertas ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (BRASIL, 2012).

O descaso com a preservação das Áreas de Proteção Permanente (APPs) de nascentes, rios, córregos e mananciais, que são as fontes de água utilizadas para o abastecimento urbano, ocasiona insustentabilidade nas bacias hidrográficas onde ocorre sua captação. Essa situação é um dos graves problemas das cidades brasileiras atualmente, visto que as reservas hídricas tendem a diminuir ou esgotar-se devido ao desperdício e ao gerenciamento inadequado da água. Da mesma forma, a insuficiência de políticas adequadas de ocupação do solo, para fins de recuperação, preservação e conservação dos recursos hídricos, e a falta de fiscalização desses espaços compromete ainda mais o ambiente (MENDONÇA, LEITÃO, 2008), tanto em nível nacional quanto global.

Assim sendo, são imprescindíveis práticas direcionadas à sustentabilidade não somente em relação ao consumo, mas também visando à conservação e à proteção das nascentes e mananciais de água, dado que sua utilização de forma desordenada pode ocasionar exaustão do recurso e, consequentemente, uma crise hídrica. A segurança alimentar e hídrica, em especial o abastecimento humano de populações que hoje se concentram nas cidades, está associada diretamente à sustentabilidade dos recursos hídricos (RODRIGUES, 2016).

Uma das regiões do país onde se verifica déficit hídrico urbano é a região norte de Mato Grosso. As políticas territoriais do Estado e das forças capitalistas (multinacionais, agronômicas, mineradoras e madeireiras) fomentam atividades econômicas que têm por base o desmatamento. Em consequência, ocorrem conflitos pela terra e pela água, a reconversão rural e o uso demográfico das áreas afetadas pela urbanização precária e acelerada (SILVA; BAMPI, 2019). A situação está em níveis críticos devido à forma como ocorreu a apropriação do território da Amazônia norte mato-grossense, desde a década de 1970 até a atualidade, pois foi/permanece calcada na derrubada da floresta (LIMA; SILVA; BAMPI, 2023).

Devido à ausência de um planejamento que leve em conta a geodiversidade e a biodiversidade amazônica, os diferentes usos da terra voltados à pecuária, agricultura e mineração vêm ocasionando uma diversidade de impactos no solo e nas funções do ecossistema com efeitos negativos nos ciclos hidrológicos, biológicos e geoquímicos. Soma-se a isso o desmatamento das áreas

de florestas ripárias adjacentes às nascentes e aos cursos d'água, pois estão fortemente correlacionadas com a integridade dos ecossistemas.

O resultado dessas ações vem gerando a escassez de água em regiões que possuíam elevado potencial hídrico e afetando o abastecimento urbano, assim como interferindo na dinâmica dos rios e nascentes. As crises hídricas nos municípios da Amazônia norte mato-grossense vêm sendo recorrentes nos últimos anos, situação um tanto contraditória, pois a região encontra-se na bacia hidrográfica amazônica formada por uma grande quantidade de rios e corpos hídricos.

A relação predatória entre interesse capitalista e biodiversidade produz desequilíbrios ambientais, ocasiona a vulnerabilidade dos recursos hídricos. O cenário futuro sinaliza para severos danos às próprias comunidades locais e ao sistema produtivo, assim como desestruturação dos sistemas ecológicos. Em meio à problemática em curso, revela-se o precário planejamento e descaso com a gestão do território-ambiente, como já se denota em diversos municípios do país e do estado de Mato Grosso (BAMPI, 2012).

Assim sendo, é de suma importância analisar as fragilidades e contradições presentes na estrutura institucional (governos e agências de regulação) dos recursos hídricos e o crescimento cada vez maior de setores ligados ao uso intensivo da água. Nesse caso, destacam-se as atividades componentes do agronegócio (carne e grãos), amplamente subsidiadas financeira e politicamente por recursos públicos, uma vez que representam parte da cadeia de exportação de *commodities*. Levando-se em consideração a conjuntura atual e o quadro de escassez hídrica e degradação ambiental, no que

tange aos elementos naturais, principalmente à água, o cenário que se desenha para o futuro é preocupante do ponto de vista da sustentabilidade ecológica e, principalmente, da justiça socioambiental, uma vez que populações serão diretamente afetadas.

Nesse ponto coloca-se o escopo deste estudo: analisar a dimensão socioprodutiva das formas de apropriação predatória dos recursos hídricos na Macrorregião 2 do norte mato-grossense a partir da leitura das APPs. Os dados referentes à preservação ou degradação nas áreas de APPs dos rios e nascentes das bacias analisadas indicam alto índice de degradação das APPs dos rios, principalmente, no entorno das nascentes.

Assim, este estudo justifica-se por se tratar de uma situação deveras preocupante, sobretudo se levarmos em conta que a área analisada é parte integrante de uma fronteira urbano-industrial-agrícola-mineral em movimento na Amazônia. Os registros de *desmatamento epistemológico* (PORTO-GONÇALVES, 2005), de grilagem, de abertura de estradas e usinas hidrelétricas, da expansão da pecuária e lavoura de grãos e da extração ilegal de madeira são alguns dos sintomas de um bioma que sofre degradação irreversível dos recursos da sociobiodiversidade, a despeito de projeção de um vetor de *acumulação de capital tecnoecológico*.

Neste contexto, o *vetor tecnoecológico* abre espaços políticos em torno da manutenção da floresta e dos saberes ecológico-culturais por meio de redes anti geopolíticas dos movimentos ambientalistas e sociais em defesa de territorialidades alternativas à dinâmica da fronteira urbano-industrial-mineral-agrícola na Amazônia (BECKER, 2005).

No entanto, vale lembrar que esse mesmo vetor tecnoecológico está a serviço da mercantilização do ar (mercado de carbono, por exemplo) e da sociobiodiversidade (apropriação capitalista dos saberes ecológico-culturais).

A Amazônia socioecológica e a Amazônia Legal do planejamento territorial em favor dos interesses capitalistas e do avanço da urbanização são duas instâncias de poderes assimétricos, e uma delas não dialoga com a natureza dos ecossistemas e de sua importância socioprodutiva.

1.1 | CARACTERÍSTICAS FÍSICO-NATURAIS DAS BACIAS ANALISADAS

As características ambientais dizem muito sobre cada bacia hidrográfica. O clima equatorial é comum a todas elas, ou seja, quente e úmido com três meses bem secos; porém, as temperaturas apresentam médias superiores a 18º em todos os meses (IBGE GEOCIÊNCIAS, 2020). Os índices médios pluviais variam entre 2.100 a 2.000 mm anuais, e as temperaturas máximas podem chegar a 24,1 a 25°C (CAMARGO, 2011).

Nas bacias hidrográficas Mariana I e II – localizadas no município de Alta Floresta – predomina a estrutura geológica de rochas ígneas do domínio dos Complexos Granítóides não deformados, evidenciando textura argilo-síltico-arenoso. Não há dobramentos e a porosidade é baixa. A depressão interplanáltica de Alta Floresta é dissecada homogênea ou diferencial de top convexo. Nessa área, prevalece o Argissolo Vermelho-Amarelo Distrófico (PVAd), e a vegetação natural constitui-se de floresta ombrófila aberta, com

presença de pecuária e agricultura com culturas cíclicas (IBGE GEOCIÊNCIAS, 2020).

As bacias hidrográficas do rio Carapá, em Colíder, apresentam estrutura geológica composta por três ocorrências litológicas (Formação Iriri, Complexo Xingu e Formação Dardanelos) e duas unidades de relevo (Planalto dos Parecis com forma tabular e com superfícies erosivas e Depressão Interplanáltica da Amazônia Meridional). Quanto ao solo, é formada por cinco tipos, quais sejam: Argissolo Vermelho-Amarelo Distrófico (PVAd), Plintossolo Pétrico Concretionário (FFc), Nitossolo Vermelho Distrófico (NVd), Latossolo Vermelho-Amarelo Alumínico (LVAd) e Neossolo Quartzarênico Hidromórfico (RQg). Destaca-se a vegetação de Floresta Ombrófila Aberta Tropical – Formação Submontana com cipó e Floresta Ombrófila Densa Tropical – Formação Submontana dossel emergente. No entanto, a vegetação natural da bacia hoje está quase extinta em virtude do processo de ocupação iniciado desde a década de 1970 (PADILHA, 2017).

Na bacia hidrográfica do rio Bonito (Nova Canaã do Norte) sobressai-se a estrutura geológica dos Complexos Granítóides deformados, com rochas de origem ígnea (Granítóides peraluminosos), e aspecto Anisotrópica Xistosa/ Maciça com textura predominantemente argilo-síltico-arenoso de baixa porosidade. Geomorfologicamente, está situada na depressão Interplanáltica de Alta Floresta, com solo majoritariamente composto por Argissolo Vermelho-Amarelo Distrófico, e presença de floresta ombrófila aberta com interferência das atividades pecuária e agricultura com culturas cíclicas (IBGE GEOCIÊNCIAS, 2020).

2 | METODOLOGIA

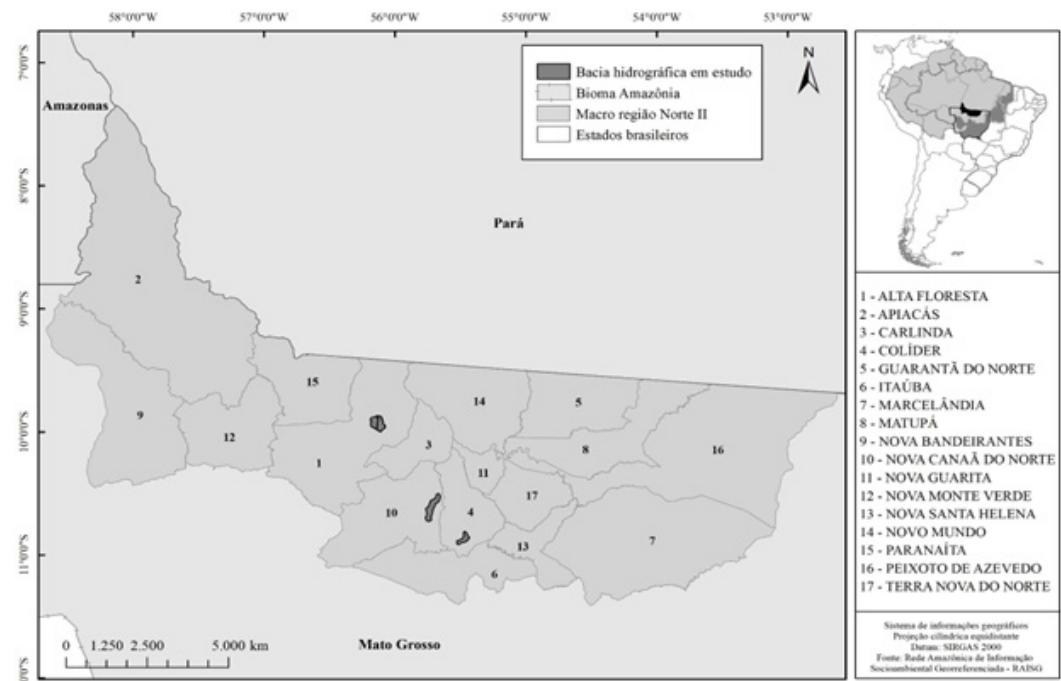
O estudo visa apresentar uma parcela da região meso-norte mato-grossense, utilizando a denominação do Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (IMEA). A separação do Estado em Macrorregiões segue dados do que é um instituto privado, sem fins lucrativos do sistema FAMATO (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso) em parceria com a Associação dos Produtores de Soja e Milho (APROSOJA), Associação dos Produtores de Algodão (AMPA) e Associação dos Criadores de Mato Grosso (ACRIMAT). O IMEA, no âmbito federal, está ligado à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). O Instituto realiza estudos e projetos socioeconômicos e ambientais em todo o território mato-grossense mediante um sistema de coleta, processamento e análise de dados, produzindo informações estratégicas do agronegócio para as entidades mantenedoras (IMEA, 2010).

No Estado de Mato Grosso, conforme o IMEA, existem sete macrorregiões produtivas, sob o ponto de vista agroeconômico: (1) Noroeste; (2) Norte; (3) Nordeste; (4) Médio Norte; (5) Oeste; (6) Centro-Sul e (7) Sudeste.

A macrorregião Norte (2) é composta de 17 municípios: Alta Floresta, Apiacás, Carlinda, Colíder, Guarantã do Norte, Itaúba, Marcelândia, Matupá, Monte Verde do Norte, Nova Bandeirantes, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Nova Santa Helena, Novo Mundo, Paranaíta, Peixoto de Azevedo e Terra Nova do Norte. As áreas territoriais dos municípios fazem parte do bioma Amazônia e têm como principal atividade econômica a pecuária bovina, bem como a cultura de grãos (IMEA, 2010).

Em termos do recorte, a pesquisa optou por utilizar como referência a área que comprehende três bacias hidrográficas: (1) Mariana I e II, localizadas no município de Alta Floresta. A área total é de 109,173 km² (Figura 1).

Figura 1 – Mapa de localização dos municípios pertencentes à Macrorregião Norte 2 e suas respectivas áreas das bacias hidrográficas elencadas na pesquisa.



Fonte: LIMA, T. E. (2021).

2.1 | MAPEAMENTO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Para o mapeamento da dinâmica de uso e cobertura do solo, foram utilizadas as bases de dados disponíveis gratuitamente pelo Projeto MapBiomas (Coleção 5 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil) no intervalo temporal do ano de 2018; disponível por intermédio do link <<http://mapbiomas.org>>. Todo o processo de *download* das imagens foi feito com extensivos algoritmos de aprendizagem de máquina (*machine learning*) por meio da plataforma Google Earth Engine, que oferece imensa capacidade de processamento na nuvem (PROJETO MAPBIOMAS, 2020).

Os mapas anuais de uso e cobertura do solo do MapBiomas são produzidos a partir da classificação pixel a pixel de imagens provenientes dos sensores TM e OLI a bordo dos satélites LandSat 5 e 8 com resolução espacial de 30 metros. Os dados de acurácia geral da classificação para o Bioma Amazônia têm um valor de 95,9%, uma discordância de alocação de 2,2% e uma discordância de área de 1,9% (PROJETO MAPBIOMAS, 2020).

De posse desse mapeamento, foram selecionadas as informações referentes às bacias hidrográficas onde é captada a água para consumo urbano nos municípios analisados. Para Alta Floresta, os dados das áreas das bacias Mariana I e II foram cedidos pelo Núcleo de Inteligência Territorial/ICV. Os registros das áreas das bacias dos municípios de Colíder e Nova Canaã do Norte foram obtidos junto ao banco de dados da Agência Nacional de Águas (ANA), processados e codificados conforme parâmetro estabelecido por Otto Pfafstatter (1989), ou seja, a delimitação das bacias deve ser feita a partir da identificação do rio principal.

O processamento dos dados supracitados, com posterior desenvolvimento do *layout* que melhor representa a área de estudo, foi desenvolvido com uso do software ArcGIS 10.5, sendo adicionados ao final os elementos cartográficos, conforme prescreve o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2.2 | DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTES (APPS)

Para a delimitação das APPs, no “Novo Código Florestal” (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012), são consideradas as seguintes variáveis: a extensão do módulo fiscal do município, a dimensão do imóvel rural e a data de supressão da vegetação nativa. O módulo fiscal (MF) é uma unidade de medida agrária [variável e fixa] usada no Brasil expressa em hectares para cada município. O objetivo é estabelecer um padrão mínimo que expresse a sua viabilidade como unidade produtiva, dependendo da sua localização (BRASIL, 1964).

O tamanho do módulo fiscal para Alta Floresta e Nova Canaã do Norte é de 100 hectares e de 90 ha para Colíder (INCRA, 2013). Para conhecer a estatura dos imóveis rurais dos três municípios, foram compilados em uma base única os limites dos imóveis com Cadastro Ambiental Rural (CAR), com certificação no Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) e outras fontes de informação, como mapas analógicos e levantamentos dos vértices de imóveis realizados a campo. A base hidrográfica foi mapeada pelo ICV na escala de 1:25.000 e apresenta os seguintes componentes: nascentes, lago ou lagoa natural, reservatório artificial,

reservatório para geração de energia, cursos d'água com até 10 metros de largura, cursos d'água com largura de 10 a 50 metros, de 50 a 200 metros, de 200 a 600 metros e acima de 600 metros (BUTTURI; SILGUEIRO et al., 2017).

O mapeamento da cobertura do solo foi produzido pelo ICV na mesma escala que a base hidrográfica e de acordo com as classes do CAR. Dessa forma, essa base apresenta as classes representativas das áreas de uso consolidado (áreas convertidas para uso alternativo do solo até 22 de julho de 2008), os remanescentes de vegetação nativa, as áreas abandonadas ou de pousio, as áreas urbanizadas e afloramentos rochosos (BUTTURI; SILGUEIRO et al., 2017). Para esse mapeamento, foram utilizadas imagens multiespectrais do sensor TM do satélite LANDSAT 5, órbita/pontos 227/67-68-69 de ano base 2008 e 2016, disponíveis para download no sítio do INPE e o produto da SRTM (*Shuttle Radar Topography Mission*) de ano base 2000, disponíveis para download no sítio da USGS.

Para a delimitação dos municípios, utilizou-se a base disponível para download no sítio do IBGE no formato *shapefile* e a base de estradas e áreas urbanas foram adquiridas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Mato Grosso (SEMA-MT), no mesmo formato. Esses conjuntos de dados foram trabalhados em um Sistema de Informação Geográfica (SIG) no Sistema de Referência Geográfica SIRGAS 2000 e as coordenadas foram projetadas para o Sistema de Projeção Cartográfica Universal Transversa de Mercator (UTM) Zona 21 Hemisfério Sul. Todas as operações de geoprocessamento, como correção de erros topológicos, buffers, interseção e cálculos de área foram produzidas no software ArcGIS 10.5.

3 | A DESCRIÇÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA AMAZÔNIA NORTE MATO-GROSSENSE

A disponibilidade hídrica superficial no Brasil é a mais rica do planeta, com vazões médias geradas em seu território que totalizam em torno de 180 mil m³/s. O total de águas superficiais do país, computado pelas vazões, é da ordem de 91 mil m³/s, considerando o somatório dos escoamentos contribuintes até o exutório de todas as regiões hidrográficas brasileiras. As reservas de águas subterrâneas se distribuem pelo território em diferentes tipos de reservatórios que são representados pelos domínios aquíferos poroso, fraturado-cárstico (rochas carbonáticas), fraturado (rochas cristalinas) e fraturado-vulcânico (BRASIL, 2010).

O abastecimento urbano dos municípios do país é realizado tanto por mananciais de águas superficiais (47%) quanto por subterrâneas (39%) e pelos dois tipos de mananciais (14%). O uso desses mananciais depende da localização das demandas e da oferta de água disponível, em quantidade e qualidade, além da capacidade técnica, financeira e institucional para o melhor aproveitamento dos recursos hídricos, conforme o Relatório Atlas Brasil elaborado pela Agência Nacional de Águas (2010).

Na Amazônia, em maior escala, estão os grandes rios, a tipologia e a disponibilidade hídrica, que são afetadas diretamente por questões como o desmatamento, a mineração, a expansão de ações antrópicas nos biomas, em especial a cultura de grãos e gado, entre outras. Em escala espacial, os problemas

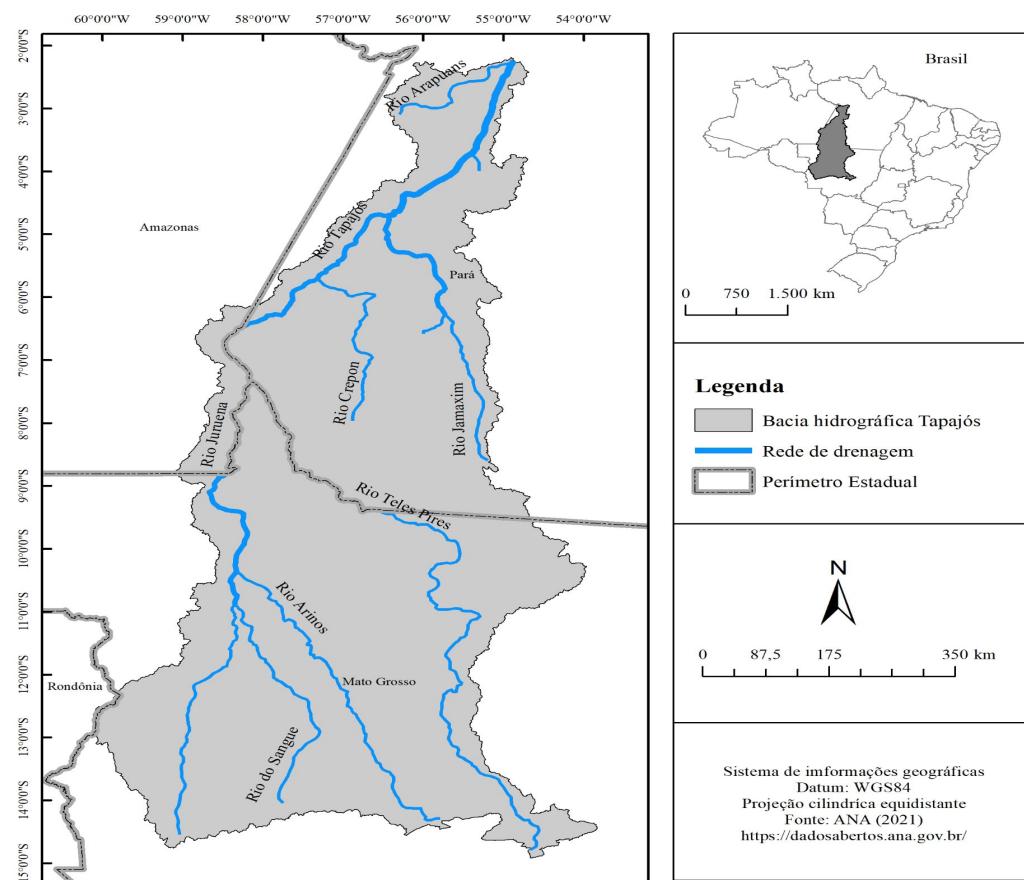
principais envolvem o saneamento, em especial em áreas urbanas, além das questões fundiárias e dos conflitos preponderantes pelo uso da água (irrigação, consumo humano etc.) e do uso indiscriminado da água subterrânea.

A região amazônica possui a maior bacia de drenagem do mundo (mais de 7 milhões de km²), composta por diversidade de corpos d'água, grandes rios, lagos e pequenos riachos formando uma das maiores e mais densas redes hídricas. A disponibilidade hídrica superficial é extremamente elevada na região hidrográfica amazônica, com vazões da ordem de 74 mil m³/s, abrangendo os estados do Amazonas, Amapá, Acre, Rondônia, Roraima, parcela do Pará e Mato Grosso, concentrando 81% da disponibilidade dos recursos hídricos brasileiros (BRASIL, 2010).

Mato Grosso é um dos lugares com maior volume de água doce no mundo, por conta dos seus inúmeros rios, aquíferos e nascentes. O planalto dos Parecis, que ocupa toda a porção centro-norte do território, é o principal divisor de águas do estado. O território do Estado é cortado por rios pertencentes às três grandes bacias hidrográficas do Brasil: Bacia Amazônica, Bacia Platina e Bacia do Tocantins e, assim sendo os rios de Mato Grosso fazem parte das bacias que integram o sistema nacional. Devido à enorme riqueza hídrica do estado, muitos rios possuem características específicas e ligações tão estreitas com os locais que atravessam e representam, por si só, uma unidade geográfica (MATO GROSSO, 2011).

Dentre eles, salienta-se o Rio Teles Pires, o qual, juntamente com o Rio Juruena, forma o Rio Tapajós, um dos principais rios da Bacia Amazônica conforme Figura 2 (MATO GROSSO, 2011).

Figura 2 – Bacia hidrográfica Tapajós e seus principais rios.



Fonte: LIMA, T. E. (2021).

As principais bacias do estado são: do Guaporé, do Aripuanã, do Juruena-Arinos, do Teles Pires e do Xingu. A bacia do rio Teles Pires encontra-se situada entre os paralelos 15º00' de latitude Sul e 7º00' de latitude Norte e os meridianos 54º00' e 58º00' de longitude Oeste, compreendendo terras nos estados do Mato Grosso e pequena parte do Pará e possui aproximadamente 141.483 km² de área de drenagem e 3.647 km de perímetro.

O rio Teles Pires (ou São Manoel) nasce na Serra Azul, município de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, tendo como afluentes pela margem direita os rios, a saber: Caiapó, Tabatinga, Parado, Peixoto de Azevedo e Cururu-Açu. Pela margem esquerda, observam-se os rios Verde Paranaíba, Apiacá e Santa Rosa, até formar, juntamente com o rio Juruena, o rio Tapajós, que deságua no rio Amazonas pela margem direita (VEIGA et al., 2013). Em relação à exploração dos recursos hídricos no rio Teles Pires, Veiga et al. (2013) salientam que:

O rio Teles Pires está nos planos governamentais desde os anos 1980, quando foi feito o inventário da bacia hidrográfica. Do projeto inicial, que permaneceu esquecido até 2001, já constavam seis aproveitamentos hidrelétricos. Em 2005 um consórcio formado pelas estatais Eletrobrás, Furnas e Eletronorte resolveu aproveitá-lo e manter os planos para as seis hidrelétricas, das quais cinco seriam no rio Teles Pires e uma na foz do rio Apiacás, um de seus afluentes. Apesar da proposta de se construir cinco usinas no rio Teles Pires: São Manoel (747 MW), Teles Pires (1820 MW), Colíder (342 MW), Sinop (461 MW) e Magessi (53 MW); e na foz do Apiacás a usina Rio Apiacás (275 MW), não foram realizados estudos dos impactos sinérgicos na região (2013, p. 2).

Entretanto, mesmo as regiões com maior potencial hídrico enfrentam problemas de abastecimento, relacionados, em grande parte, com a precariedade da infraestrutura existente. Apesar dos pequenos municípios necessitarem de sistemas de abastecimento de água tecnicamente mais simples, sua operacionalização – em função de dificuldades institucionais e limitações econômico-financeiras para sua viabilização – nem sempre é facilitada.

3.1 | ÁREAS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA DAS CIDADES DA MACRORREGIÃO NORTE (2)

Os sistemas produtores de água existentes no Brasil podem ser diferenciados entre *sistemas integrados*, que atendem a mais de um município a partir do mesmo manancial, e *sistemas isolados*, que abastecem apenas um município. Do total de 4.770 sedes municipais, que equivalem a 86% dos municípios brasileiros abastecidos por sistemas isolados, 44% dos sistemas utilizam exclusivamente mananciais subterrâneos, enquanto 56% usam apenas mananciais superficiais ou poços de forma complementar. Os sistemas integrados abastecem 795 cidades (14%). No Estado de Mato Grosso, no total de 141 municípios observa-se a boa disponibilidade hídrica, tanto superficial como subterrânea, o que confere um equilíbrio em relação ao tipo de manancial utilizado: 43% dos municípios são

abastecidos exclusivamente por águas superficiais; 41%, por águas subterrâneas (o sistema aquífero Parecis é a principal fonte hídrica) e 16% pelos dois tipos de mananciais (BRASIL, 2010).

Em 7 de julho de 1.966, pela Lei Estadual nº 2.626, foi criada a Companhia de Saneamento do Estado de Mato Grosso (SANEMAT), sociedade de economia mista, regulamentada pelo Decreto nº 120, de 3 de agosto do mesmo ano. Ela foi extinta em 13 de dezembro de 2000 pela Lei nº 7.358, e alterada pela Lei nº 7.535, de 6 de novembro de 2001, que autorizou o governo do Estado a conceder incentivos aos municípios para investimentos em abastecimento de água e esgotamento sanitário (BRASIL, 2020). Na atualidade Mato Grosso é uma Unidade da Federação que não conta com uma companhia estadual responsável pelos serviços de saneamento básico.

Deste modo, todas as sedes urbanas são responsáveis por seu próprio sistema de abastecimento, sendo significativa a presença de empresas privadas com concessões plenas, que gerenciam 23% dos sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgotamento sanitário; as demais são administradas por serviços autônomos ou diretamente pelas Prefeituras.

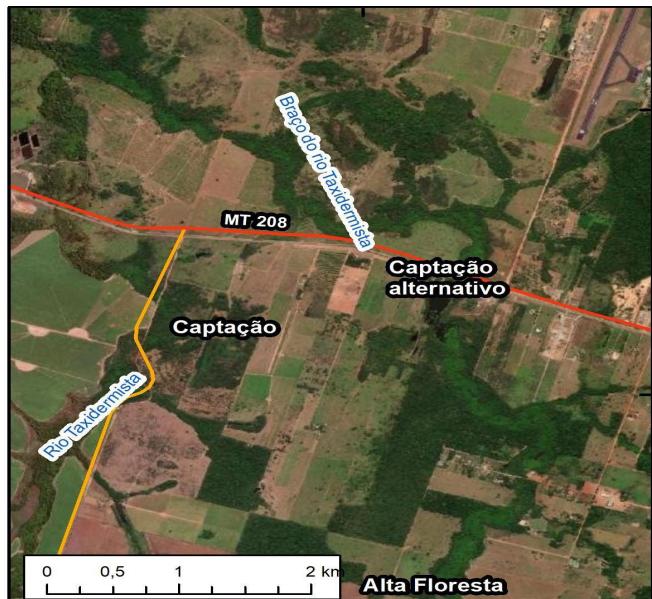
De acordo com dados obtidos no sítio da Agência Nacional de Águas (ANA), em 2020, nos municípios pertencentes à Macrorregião Norte (2), a captação de água para abastecimento urbano, em sua maioria, provém de rios. A exceção é o município de Itaúba em que é realizada atualmente por um total de seis poços tubulares (manancial subterrâneo/Aquífero Dardanelos), com uma vazão média de 1.980,00 m³/dia (86,50 m³/h).

O Sistema de Abastecimento de Água do Município de Itaúba é administrado pela Divisão de Água e Esgoto (DAE/Municipal) (Lei nº 480/2000). A prefeitura não possui laudo técnico geotécnico com os dados específicos dos poços instalados e nenhum deles possui outorga, somente licenciamento vigente para abastecimento de água da população. Da mesma forma, não há sistema público de coleta e tratamento de esgoto instalado e operando (PMSB, 2018).

O município de Novo Mundo, além do poço, utiliza água retirada de uma mina com uma vazão média de 1.740,00 m³/dia (72,50 m³/h) em período chuvoso e, na estiagem, 870,00 m³/d. (Licença de operação nº 299890/2010, operada pelo Departamento de Água e Esgoto – DAE/Municipal) e, igualmente, não possui um sistema público de esgotamento sanitário (PMSB, 2018).

Os rios que fornecem água para o abastecimento urbano são, em sua maioria, pertencentes à sub-bacia do Rio Teles Pires, com exceção do município de Marcelândia (cujo abastecimento provém de nascentes do Xingu), e de Nova Bandeirantes, que capta água no médio Rio Juruena. O Quadro 1 traz o levantamento das informações das áreas de captação dos municípios elencados na pesquisa.

Quadro 1 – Dados das áreas de captação de água dos municípios da macrorregião Norte 2



Município: ALTA FLORESTA

Ano de fundação: 1981

População estimada: 58.613 (IBGE, 2023)

Sub-bacia hidrográfica: Médio Teles Pires

Sistema de captação: Superficial misto

Área de captação: Ribeirão Taxidermista

Coordenadas: 9° 52' 4.8" S e 56° 11' 20.4" WGr a 9° 59' 49.2" S e 56° 4' 30" WGr.

Vazão média diária: 974,16 (m³/h)

Vazão captada diariamente: 8.698,93 (m³/dia)

Esgotamento sanitário: Possui parcialmente (47,37%)

Responsável pela gestão do abastecimento urbano: Concessionária Águas de Floresta – empresa pertencente à CAB Alta Floresta.

Contrato de concessão: nº 344/2002.

***Obs.:** Requer ampliação do sistema de abastecimento (ANA, 2020).



Município: COLÍDER

Ano de fundação: 1981

População estimada: 31.370 (IBGE, 2023)

Sub-bacia hidrográfica: Médio Teles Pires

Sistema de captação: Superficial misto

Área de captação: Córregos Carapá e Esperança

Coordenadas: 10° 48' 0" S e 55° 33' 57" WGr a 10° 55' 15" S e 55° 25' 55" WGr.

Vazão média diária: 263,88 / 237,6 (m³/h).

Vazão captada diariamente: 5.375 (m³/dia)

Esgotamento sanitário: Possui parcialmente (38%)

Responsável pela gestão do abastecimento urbano: Concessionária Águas de Colíder (empresa pertencente à Iguá S.A.)

Contrato de concessão: Portaria nº 439, emitida em 25 de agosto de 2015. Validade até abril de 2032.

***Obs.:** Requer ampliação do sistema de abastecimento (ANA, 2020).



Município: NOVA CANAÃ DO NORTE

Ano de fundação: 1986

População estimada: 11.707 (IBGE, 2023)

Sub-bacia hidrográfica: Médio Teles Pires

Sistema de captação: Superficial misto

Área de captação: Rio Bonito

Coordenadas: 10° 30' 0" S e 55° 48' 0" WGr a
10° 43' 37" S e 55° 38' 56" WGr.

Vazão média diária: 86,4 (m³/h)

Vazão captada diariamente: 1.728 (m³/dia)

Esgotamento sanitário: Não possui

Responsável pela gestão do abastecimento urbano: Concessionária Águas de Canaã (empresa particular)

Contrato de concessão: Consórcio Nova Canaã nº 120/2009. (LO nº309405/2014).

Fonte: Elaborado pelos autores (dados do IBGE/ANA/PMSB). **Imagens Google Earth/Cbers 4A.**

Os dados apresentados no Quadro 1 mostram que, dos três municípios que compõem a área de pesquisa, dois já apresentam situações de pressão da demanda versus conservação da bacia e requerem ampliação do sistema de distribuição hídrica segundo a Agência Nacional de Águas. Embora Nova Canaã do Norte não conste na Agência Nacional de Águas e Saneamento, o município vem enfrentando déficit hídrico.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

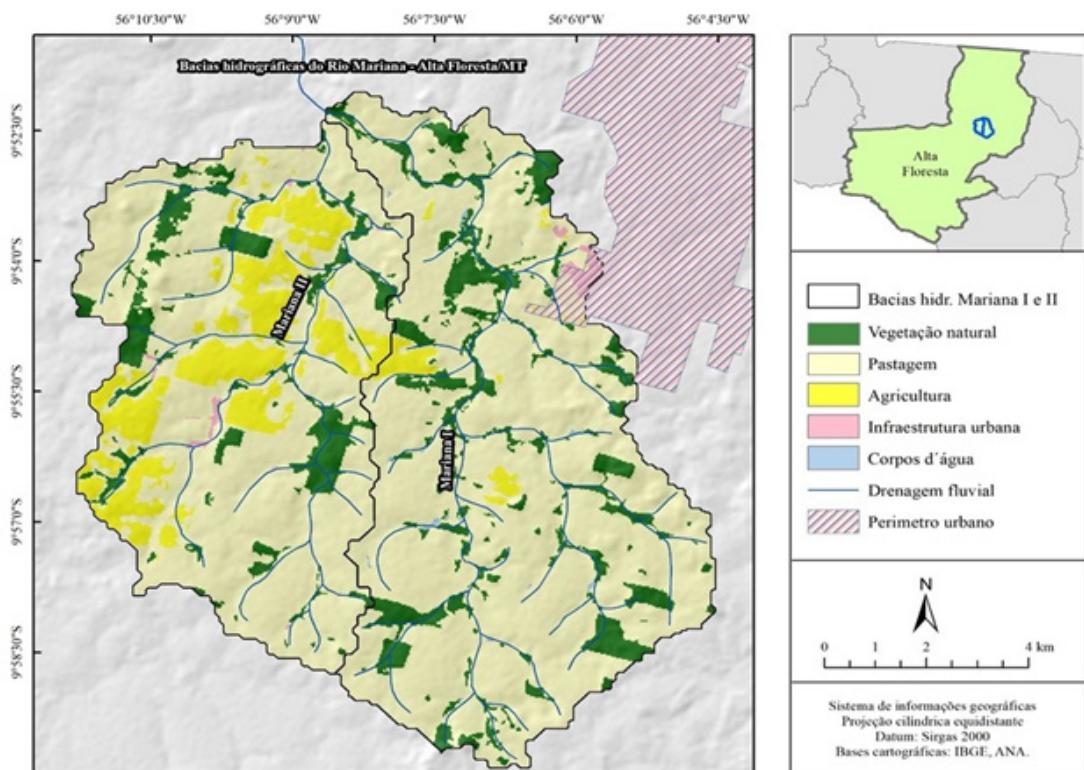
Neste estudo, foram definidos três municípios para serem analisados: Alta Floresta, Nova Canaã do Norte e Colíder. A justificativa para a escolha dessas cidades dá-se por diversos elementos motivadores: 1) por se localizarem na região de maior produção pecuária no estado de Mato Grosso e na qual teve início a inserção da produção de grãos; 2) fazem parte do contexto de abertura de suas áreas via processo de ocupação capitalista efetuada por colonizadoras particulares, com início na década de 1970, dentro do contexto das políticas integracionistas do Centro-Oeste e Amazônia. Evidencia-se que estão na linha de influência do eixo rodoviário denominado BR-163, e estão situados na zona de expansão do arco do desmatamento e da recente fronteira do agronegócio que envolve o bioma Amazônia (KOHLER et al., 2017).

A cidade de Alta Floresta configura-se como o principal polo econômico da macrorregião norte 2. O município tem, como principais práticas econômicas rurais, a pecuária de corte e leiteira, cerca de 791.530 cabeças bovinas, plantio de lavouras temporárias de soja e milho, silvicultura e extração de madeira, com produção de 35.708 m³ de madeira em tora e 629 toneladas de carvão vegetal

(IBGE, 2018). Essas atividades produtivas provocaram o desmatamento de grandes áreas de cobertura florestal original, muitas vezes em proporção maior que a permitida por lei, em especial nas Áreas de Preservação Permanente (APPs).

Em Alta Floresta, foram analisadas as bacias hidrográficas Mariana I e II, onde se localizam as duas áreas de captação de água para o abastecimento urbano no rio Taxidermista (Figura 3).

Figura 3 –Mapa de uso e ocupação das bacias hidrográficas Mariana I, II - Alta Floresta/MT (2018).

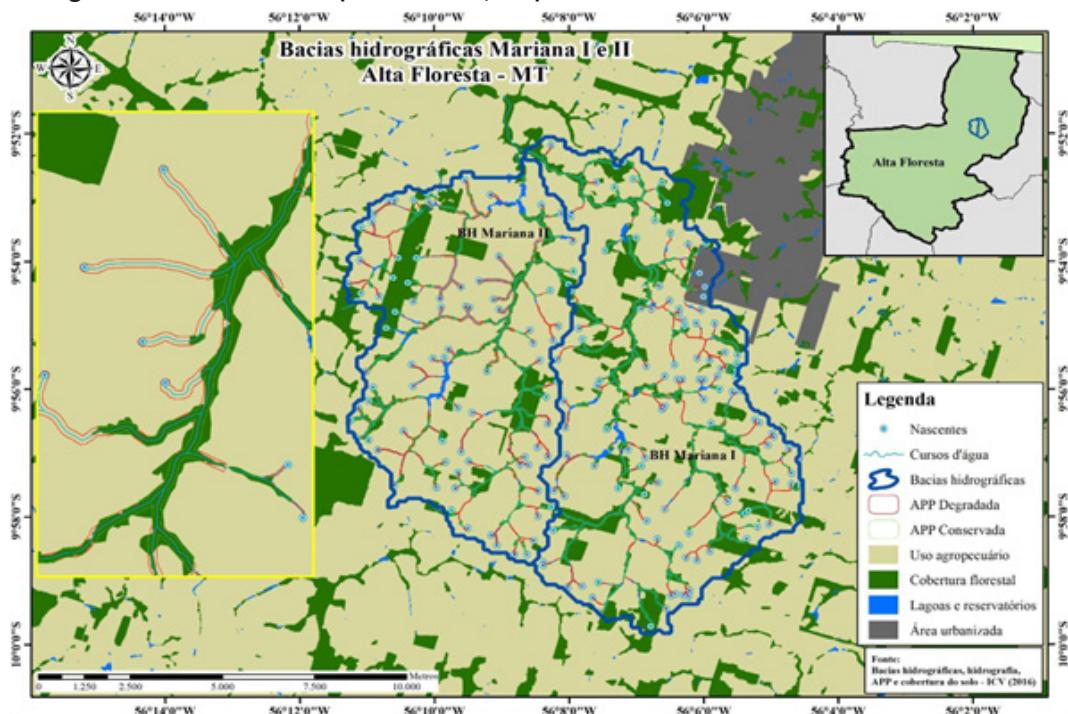


Fonte: Elaborado pelos autores com dados do Projeto MapBiomas (2020).

Em 2018, em relação ao uso e cobertura nas áreas de captação das bacias hidrográficas Mariana I e II mapeados, apenas 1.520,37 ha (12,54%) computavam a área na classe de formação florestal. As áreas da classe de pastagens representavam 9.401,13 ha (77,54%); a classe da agricultura (culturas anual e permanente) contava com apenas 1.118,25 ha (9,22%); a de infraestrutura urbana com 43,56 ha (0,36%) e de corpos d'água 41,67 ha (0,34%), denotando o quanto as áreas das bacias estão desmatadas.

Os dados cedidos pelo Núcleo de Inteligência Territorial do ICV foram usados para as bases de hidrografia, cobertura do solo e imóveis rurais, as quais permitiram um modelo para delimitação automática e posterior diagnóstico das APPs de cursos d'água, nascentes e lagoas naturais. Os resultados demonstram o percentual de degradação ambiental nas bacias do estudo em relação às APPs no entorno do rio Taxidermista e das nascentes que o abastecem, descumprindo as regras estabelecidas pelo Novo Código Florestal (Figura 4).

Figura 4 - Mapa demonstrativo das áreas de APPs degradadas/conservadas na bacia hidrográfica Rio Taxidermista (Alta Floresta, MT)



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

De acordo com os dados expostos na Tabela 1, as áreas de APPs degradadas nas bacias, margeando o rio Taxidermista, possuem percentuais inferiores (22,70%) em comparação aos de APPs que se mantêm preservadas (77,30%). A dimensão de APPs cobertas por remanescentes de vegetação nativa, varia de 30 a 500 metros, dependendo da largura dos cursos d'água. As APPs corrompidas se localizam em áreas de uso consolidado cuja necessidade de restauração da vegetação às margens dos cursos oscila entre 5 a até 100 metros, dependendo do tamanho do imóvel rural.

Tabela 1 – Área em hectares e percentual de APPs conservadas/degradadas Rio Taxidermista/nascentes

Bacias	Mariana I		Mariana II		TOTAL	
APPs	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Conservada	346,80	86,20	236,20	67,13	583,00	77,30
Degrada	55,54	13,80	115,64	32,87	171,18	22,70
Total	402,34	100	351,84	100	754,18	100
Número de nascentes	113		87		200	
APPs – nascentes	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Conservada	7,25	47,93	6,48	41,02	13,72	44,40
Degrada	7,87	52,07	9,31	58,98	17,19	55,60
Total	15,12	100	15,79	100	30,91	100

Fonte: Dados cedidos pelo Núcleo de Inteligência Territorial/ICV.

Segundo dados da Secretaria de Meio Ambiente de Alta Floresta (SECMA), em 2008 foram identificadas cerca de 6,5 mil nascentes, e apenas 3,1 mil estavam preservadas, considerando que o município tinha 50% de área desmatada. Para viabilizar as ações de recuperação das nascentes de pequenas propriedades, a SECMA iniciou a elaboração e a organização do projeto Olhos D'água, buscando diversas parcerias em 2009.

Entre as diversas ações do projeto, destaca-se a de recuperação de 1.200 nascentes das quatro mil ameaçadas de extinção. Em 2010, a cidade vivenciou a escassez de água para abastecimento urbano devido ao desmatamento descontrolado nas bacias, mobilizando a sociedade civil organizada, no intuito de resolver a problemática ambiental instaurada. A partir de 2011, começaram a ser executadas ações do Projeto Olhos D'Água da Amazônia - PRODAM (BAMPI et. al., 2022).

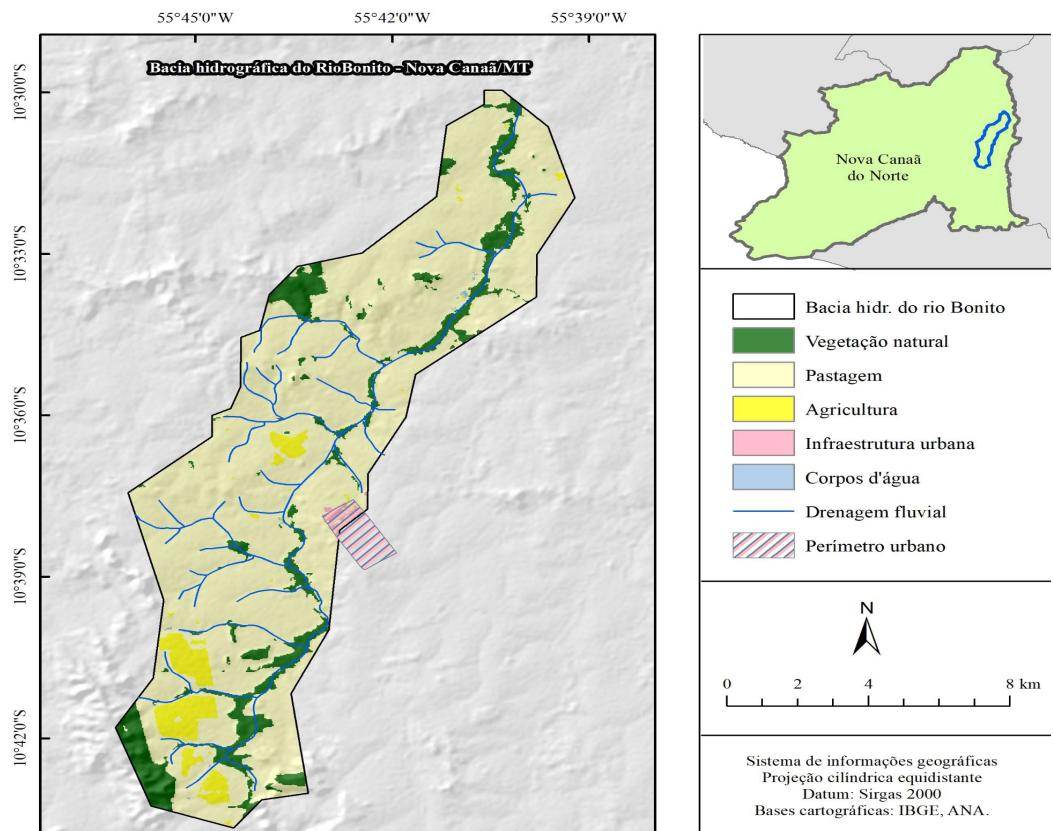
Embora o município de Alta Floresta, anteriormente à compilação dos dados (2016), tenha executado projetos de recuperação das áreas de APPs nas bacias analisadas, as áreas de APPs no entorno das 200 nascentes ainda apresentam um percentual de degradação preocupante (55,60%). As nascentes fazem parte da etapa mais importante do ciclo hidrológico, pois são a base para a formação e a conservação de rios, lagos e córregos; são elo entre o subterrâneo e a superfície. Atualmente, é possível verificar essas alterações nas áreas úmidas que são modificadas pelo barramento ou represamento em função da dessedentação do gado (Figura 5).

Figura 5 – Alterações da área úmida pela dessedentação do gado (Alta Floresta, MT).



Fonte: Autores, 2021.

Figura 6 – Mapa de uso e ocupação da bacia - Nova Canaã do Norte, MT (2018)



Fonte: Elaborado pelos autores com dados do Projeto MapBiomas (2020).

No ano de 2018, os dados de uso e ocupação da bacia registraram 10.200,94 ha (83,09%) na classe de pastagem e a classe de formação florestal apresentou 1.456,83 ha (11,86%). A utilização do solo para a classe de agricultura foi de 551,16 ha (4,49%). Os quantitativos revelam o grande percentual de uso do solo para pastagens, apresentando um elevado índice de desmatamento de sua cobertura original nas áreas da bacia.

A Figura 7 expõe a degradação de 649,19 ha (61,35%) das APPs no entorno do rio, fonte de água utilizada para o abastecimento urbano.

Figura 7 – Área de pastagens sem proteção das APPs (Nova Canaã do Norte, MT).

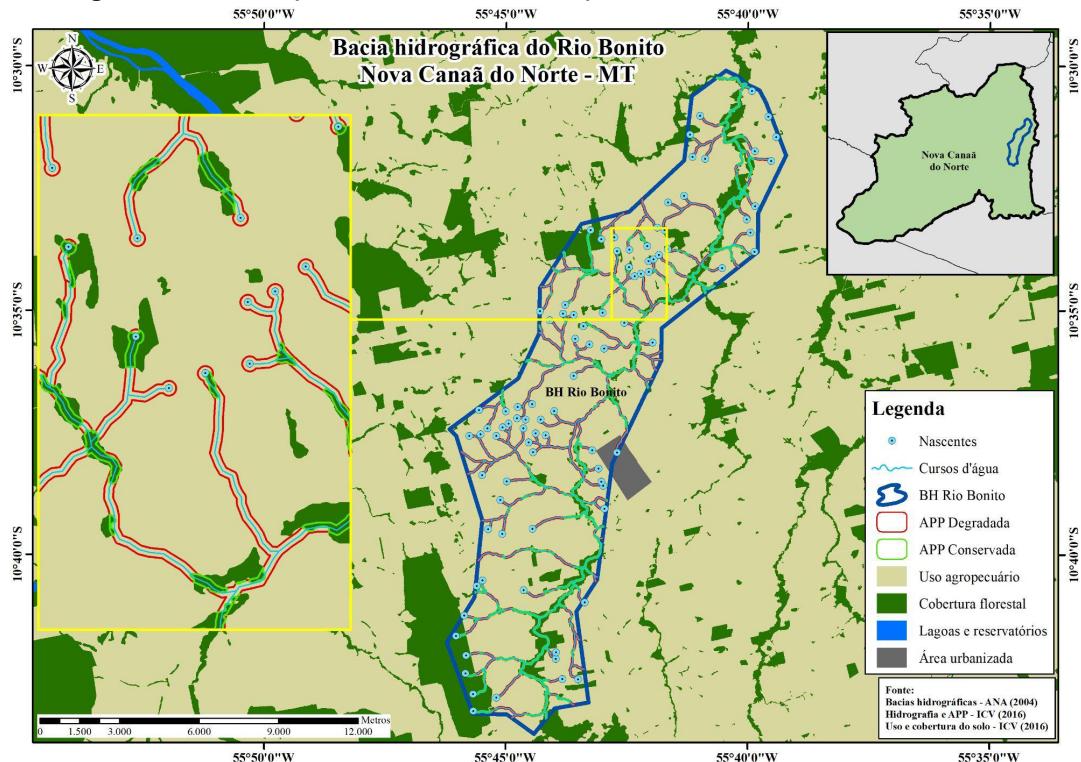


Fonte: Autores, 2021.

O Código Florestal vigente obriga os órgãos de fiscalização a colocarem-no em prática, segundo Artigo 7º no § 1º (Lei nº 12.651/2012): “Tendo ocorrido supressão de vegetação situada em Área de Preservação Permanente, o proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título é obrigado a promover a recomposição da vegetação, ressalvados os usos autorizados previstos nesta Lei” (BRASIL, 2012).

Na Figura 8 é possível visualizar a degradação atingindo as APPs das nascentes que se encontram nessas áreas da bacia.

Figura 8 – Mapa demonstrativo das áreas de APPs degradadas/conservadas na bacia hidrográfica Rio Bonito (Nova Canaã do Norte, MT)



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

A Tabela 2 apresenta os dados das 89 nascentes que abastecem o rio presentes na bacia, revelando que 81,79% delas têm suas áreas de APPs degradadas, situação altamente comprometedora.

Tabela 2 – Área em hectares e percentual de APPs conservadas/degradadas (Rio Bonito/nascentes)

Bacia			Nascentes	Total: 89	
APPs	Área (ha)	%	APPs nascentes	Área (ha)	%
Conservada	409,03	38,65	Conservada	4,62	18,21
Degrada	649,19	61,35	Degrada	20,76	81,79
Total	1058,22	100	Total	25,38	100

Fonte: Dados cedidos pelo Núcleo de Inteligência Territorial/ICV.

O inciso IV do artigo 4º do Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) delimita as Áreas de Preservação Permanente a serem preservadas: “áreas no entorno das nascentes e dos olhos d’água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros”. O texto não faz referência às nascentes intermitentes, citando apenas as permanentes, excluindo a obrigatoriedade de

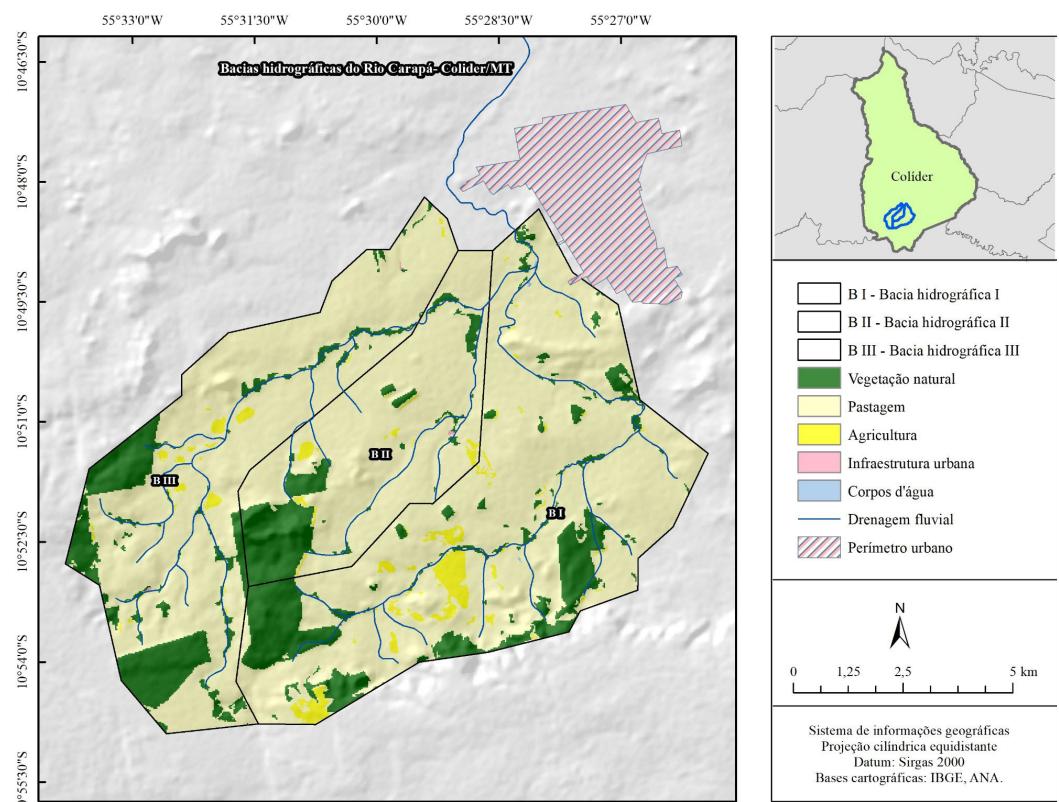
proteção de faixa de matas no seu entorno, portanto, podendo ser desmatadas por lei. O desmatamento, as alterações climáticas e as mudanças no regime de chuvas vêm influenciando diretamente o desaparecimento das nascentes ou propiciando que as consideradas permanentes fiquem secas em períodos do ano.

Na pesquisa de campo, em Nova Canaã do Norte, em 2019, em visita a setores públicos e privados, coletaram-se informações a respeito da existência de projetos, planos ou ações executadas para a resolução da problemática da escassez de água. A resposta recebida foi que a concessionária privada responsável havia sido acionada na justiça para prover a solução em relação ao abastecimento e sobre a implantação dos serviços de esgoto, mas, até aquele momento, resumia-se em uma placa.

Não se desenvolvia (na época do estudo) qualquer tipo de programa ou projeto específico de preservação de APPs nos rios, córregos e nascentes do município. Segundo informações obtidas, a prefeitura teria sido acionada pela justiça local, devido a uma empresa frigorífica não estar sendo atendida pelos serviços de abastecimento de água, a qual retirava água de um córrego para suas necessidades. Essa situação demonstra que, em parte, embora se trate de uma indústria (com viés econômico-produtivo), que a sociedade cobra soluções dos setores responsáveis pela gestão dos recursos hídricos municipais.

A última área analisada, Colíder, organiza-se em torno, sobretudo, da pecuária de corte e leiteira, com, aproximadamente, 365.201 cabeças bovinas. As lavouras temporárias de soja e milho, a silvicultura e a extração de madeira, com produção de 6.251 m³ de madeira em tona (IBGE, 2018), também são observadas. Nesse município, a pesquisa foi direcionada à bacia hidrográfica do Rio Carapá, tendo em vista que as áreas de captação de água para abastecimento urbano encontram-se nos córregos Carapá e Esperança (Figura 9).

Figura 9 – Mapa de uso e ocupação das bacias hidrográficas I, II, III – Colíder, MT (2018)



No ano de 2018, a classe de pastagem ocupou uma área de 80,94% (9.053,91 ha). Ainda são sinalizadas a classe de formação florestal, 16,36% (1.829,79 ha); a classe da agricultura [cultura anual e perene] com 293,94 ha (2,63%); a área para a classe de infraestrutura urbana, 2,43 ha (0,02%); e, por fim, a classe de corpos d'água com 5,40 ha equivalentes a 0,05% de toda a área de estudo. Os dados revelam a grande quantidade de hectares convertidos de floresta originária para áreas destinadas à inserção de forrageiras para pastagem bovina, evidenciando drástica mudança no uso do solo nas bacias estudadas (Figura 10).

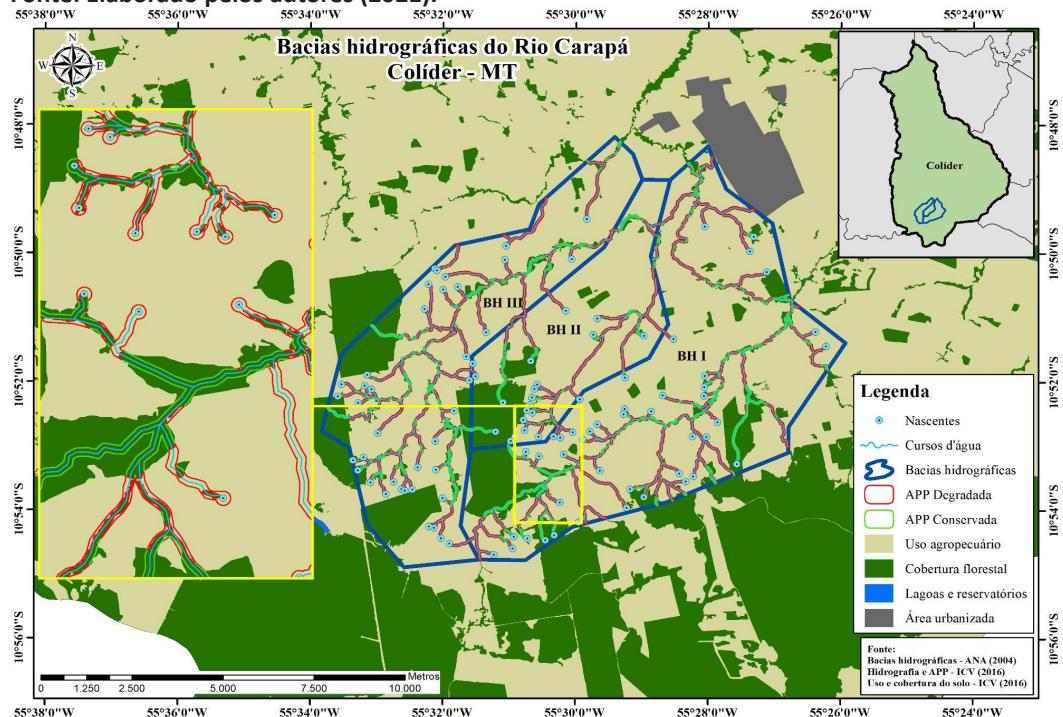
Figura 10 – Assoreamento e modificação artificial de nascente (Colíder, MT)



Nas áreas das bacias do rio Carapá (Figura 11), foram danificados 522,49 ha (54,17%) de APPs. As remoções da vegetação nativa para o aumento de áreas destinadas às pastagens comprometem a qualidade da água superficial e subterrânea, bem como a reposição dos aquíferos, provocando a perda do solo e a degradação dos mananciais.

Figura 11 – Mapa demonstrativo das áreas de APPs degradadas/conservadas nas bacias hidrográficas I, II, III (Colíder, MT).

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).



Fonte: Autores, 2021.

Os dados da Tabela 3 evidenciam que as 109 nascentes existentes nas bacias se encontram com 69,64% de suas APPs deterioradas, com destaque para a bacia III, com 85,23%.a

Tabela 3 – Área em hectares e percentual de APPs conservadas/degradadas (Rio Carapá/nascentes)

Bacias hidrográficas do Rio Carapá, Colíder/MT								
APP	Bacia I		Bacia II		Bacia III		TOTAL	
	Área (ha)	%						
Conservada	218,92	47,74	67,35	45,84	155,78	43,39	442,04	45,83
Degrada	239,67	52,26	79,57	54,16	203,25	56,61	522,49	54,17
Total	458,59	100	146,91	100	359,03	100	964,53	100
Nascentes	44		19		40		103	
APPs nascentes	Área (ha)	%						
Conservada	4,40	35,38	2,77	51,52	1,67	14,77	8,84	30,36
Degrada	8,04	64,62	2,60	48,48	9,64	85,23	20,28	69,64
Total	12,44	100	5,37	100	11,31	100	29,12	100

Fonte: Dados cedidos pelo Núcleo de Inteligência Territorial/ICV.

A degradação das APPs das nascentes merece extrema atenção, pois, caso um rio venha a ser poluído e assoreado, mas suas nascentes estão preservadas, há possibilidade de recuperação do corpo hídrico. Entretanto, se suas nascentes forem destruídas, dificilmente a situação poderá ser revertida e o soterramento de nascentes é uma situação comumente encontrada na região (BAMPI *et. al.*, 2022).

Na pesquisa de campo realizada em Colíder, visitou-se a secretaria que, supostamente, poderia passar informações sobre a problemática da escassez hídrica vivenciada no município. A informação registra que não existia nenhum projeto e/ou ações de mitigação relacionadas à restauração de APPs nos rios e nascentes responsáveis por suprir a água para o abastecimento; a mesma informação foi dada pela concessionária privada responsável pelo sistema de água e esgoto.

Em 2020 a sociedade civil organizou-se diante da falta de água recorrente no município. A busca por parcerias levou a fundação da Associação Ambiental – Carapá Vivo, com vistas a realizar ações de recuperação das Áreas de APPs degradadas na bacia do rio Carapá, viveiro para cultivo de mudas utilizadas no Plano de Recuperação Ambiental (PRAD).

O Programa de Combate ao Lixo no Rio Carapá organizou mutirões de limpeza em pontos estratégicos do rio, dos quais foram retiradas mais de duas toneladas de resíduos sólidos. A proposta é realizar a ação anualmente, mas, ao mesmo tempo, a Associação vem cobrando do poder público municipal a implantação de grades de proteção em todas as bocas de lobo e galerias de águas pluviais a fim de conter a entrada de lixo da cidade no rio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Impulsionada pelas demandas nacionais e internacionais de carne bovina, a pecuária extensiva se estendeu sobre a floresta na Amazônia norte mato-grossense. Mais recentemente se instalou a produção de grãos – soja e milho. O desmatamento de áreas em processo gradativo e continuado, entre as décadas de 1970 a 2020, para tais atividades atingiu as Áreas de Preservação Permanente, promovendo uma série de impactos interconectados: 1) a erosão mecânica e química dos solos; 2) processos de lixiviação e de exposição das encostas à erosão hídrica; 3) a expansão do transporte de carga de sedimentos nos canais fluviais, produzindo o arrasto significativo de solo e o desbarrancamento das margens; 4) o alargamento da calha; assoreamento de rios; 5) a redução das vazões; 6) e a diminuição da sua profundidade com o espraiamento das águas e a modificação de seu curso.

As bacias hidrográficas analisadas têm sofrido por várias décadas os efeitos do uso inadequado da terra, onde os cursos de águas fluviais nas áreas urbanas e periurbanas das bacias mostram um intenso processo de degradação provocado pelo desmatamento da mata ciliar, barramento artificial, lançamento de restos de materiais de construção, esgotos urbanos e industriais, animais mortos e lixos diretamente nos córregos e rios. Essa soma de fatores causa o aterrramento de nascentes, promovendo problemas relativos à poluição das águas, ao manejo e à disponibilidade de uso desses recursos.

O desenvolvimento urbano no entorno das microbacias hidrográficas facilitou o acesso à água às cidades que serviram de instrumentos da ocupação capitalista regional. Em contrapartida, propiciou ações antrópicas, que impactam o ecossistema aquático, modificam os regimes hidrológicos e acarretam alterações na qualidade e quantidade de água superficial e subterrânea. Além da potencial contaminação de aquíferos, há perspectiva de escassez hídrica, tanto por falta de água como por impossibilidade de uso devido à deterioração de sua qualidade.

Assim, diante da crise hídrica evidente que desponta em vários municípios brasileiros, pode haver outras (energética, alimentar, social e econômica) em decorrência da destruição dos biomas. Conforme o Código Florestal vigente, em seu Art. 1º A inciso IV: “É de responsabilidade comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em colaboração com a sociedade civil, na criação de políticas para a preservação e restauração da vegetação nativa e de suas funções ecológicas e sociais nas áreas urbanas e rurais”

A Lei supracitada deixa claro a quem cabe a responsabilidade pela elaboração de políticas públicas para restauração e preservação das nascentes. Cabe ao governo federal assumir a liderança, com apoio do setor privado e da sociedade civil organizada, envolvendo Estados e municípios, a elaborar e executar um Plano Nacional de Proteção de Nascentes, Rios, Córregos e Mananciais, para garantir segurança hídrica para variados usos e para todos os seres vivos, independentemente da espécie.

A Lei nº 12.651/2012 apresenta diversos instrumentos para proteger as áreas de APPs como, por exemplo, em seu capítulo X (Art. 41/II). Ao versar sobre a compensação derivada das medidas de conservação ambiental necessárias para o cumprimento dos objetivos desta Lei, observa-se o seguinte direcionamento: a destinação de parte dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da

água, na forma da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para a manutenção, recuperação ou recomposição das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito na bacia de geração da receita. Trata-se de um instrumento importante para o governo, diante do fato de que a legislação atual prima pela privatização do sistema de abastecimento de água e esgoto. Assim sendo, as empresas concessionárias seriam responsáveis por executar os projetos de preservação e conservação.

Por fim, vale lembrar que as Unidades de Conservação, em geral, e as APPs, em particular, são instrumentos político-territoriais de preservação da biodiversidade, o que implica na necessidade do uso ambientalmente sustentável do bioma amazônico para diversas territorialidades ecológico-culturais, quer às novas em sua forma agrícola-urbano-industrial, quanto às ancestrais e tradicionais que já possuem formas mais sustentáveis.

Para além da proteção do bioma e das populações tradicionais, este estudo sinaliza que a preservação das APPs se articula à sustentabilidade hídrica da urbanização em curso no país e em crescimento na Amazônia norte mato-grossense. O esforço político de resguardar áreas prioritárias para a conservação do bioma amazônico, sob intensa destruição oriunda do avanço da fronteira do agronegócio, requer uma política de constituição de corredores ecológicos ao redor dos corpos hídricos de modo a sustentar o fluxo genético da biota, bem como a disponibilidade do essencial elemento às populações humanas: a água.

Em suma, as APPs são áreas de interesse socioambiental urbano e rural, cuja função se articula à importância do necessário cuidado com os recursos hídricos, elemento vital a todas as espécies, em especial em áreas sob intenso desmatamento em favor do agronegócio, conforme análise das bacias da macrorregião 2 do norte mato-grossense.

Requer-se, portanto, uma mudança de paradigma em tais atividades econômicas, de modo a configurar a sustentabilidade possível e necessária, quer para a preservação das APPs, quer para colocar as atividades produtivas hegemônicas em um patamar de responsabilidade ambiental, resultando em uma sustentabilidade hídrica às bacias estudadas e às urbes.

Para tanto, é urgente fortalecer as políticas públicas de produção sustentável e de recuperação ambiental na Amazônia, bem como construir uma nova cultura sobre a floresta, o uso e ocupação da terra, a preservação e recuperação das APPS, e o cuidado com a água, cuja governança participativa envolva agricultores, pecuaristas, cidadãos e lideranças sociais e políticas locais e regionais. ■

Recebido em: 13-12-2023

Aceito em: 17-04-2025

REFERÊNCIAS

- BAMPI, Aumeri Carlos. Crise socioambiental na Amazônia norte mato-grossense. São Leopoldo: Casa Leiria, 2012.
- BAMPI, Aumeri Carlos; SILVA, Carlos Alberto Franco da; ARANTES, Almir; KOHLER, Marisa Regina; GASPAR, Waldir José; LACERDA, Natalício Pereira; ZANIN, Rodrigo Bruno; GUARIM NETO, Germano; PINHEIRO, José Aldair. The hydric question in the context of cattle ranching production in the northern Mato Grosso Amazon: a framework of the main grievances. Research, Society and Development, [S. l.], v. 11, n. 13, p. e444111335606, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i13.35606. Disponível em: <https://rsdjurnal.org/index.php/rsd/article/view/35606>. Acesso em: 27 jul. 2023.
- BECKER, Berta Koiffmann. Geopolítica da Amazônia. Estudos Avançados, São Paulo, v. 19. n. 53, p. 71-86, 2005. Acesso em: 24 abr. 2020.
- BECKER, Bertha Koiffmann. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BUTTURI, Weslei; SILGUEIRO, Vinícius de Freitas; CARDOSO, Bruno; SILVA, Edgley. Modelo para delimitação automática de áreas de preservação permanente conforme o Novo Código Florestal: aplicação em três municípios no Bioma Amazônia em Mato Grosso. Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 2017. Anais. Campinas, Galoá, 2017.
- BRASIL. Lei N° 4.504 de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, Distrito Federal. 30 novembro de 1964.
- BRASIL. Lei 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
- BRASIL. Agência Nacional de Águas (ANA). Atlas Brasil: abastecimento urbano de água: resultados por estado. Brasília: ANA; Engecorps; Cobrape, 2010.
- CAMARGO, Lígia. Atlas de Mato Grosso: abordagem socioeconômico-ecológica. Cuiabá, MT: Entrelinhas. 2011. 100 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE CIDADES. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017/IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/>. Acesso em: 16 jul. 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE GEOCIÊNCIAS. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>>. Acesso em: 26 de out. 2020.
- INSTITUTO CENTRO E VIDA (ICV). Núcleo de Inteligência Territorial. Alta Floresta. MT. 2021.
- INSTITUTO MATO-GROSSENSE DE ECONOMIA AGROPECUÁRIA, IMEA. Mapa de Macrorregiões do IMEA. Nota técnica de 11 de novembro de 2010. IMEA, 2010. Disponível em:<www.imea.com.br/imea-site/metodologia>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, INCRA. Sistema Nacional de Cadastro Rural, Índices Básicos 2013. SR 13 Mato Grosso.

KOHLER, Marisa Regina; BAMPI, Aumeri Carlos; DA SILVA, Carlos Alberto Franco. A Problemática socioambiental da expansão da fronteira em Vera (MT) (Paper 367). Papers do NAEA, v. 1, n. 1, 2017.

KOHLER, Marisa Regina; BAMPI, Aumeri Carlos; SILVA, Carlos. Alberto Franco da; ARANTES, Almir; GASPAR, Waldir José. Deforestation in the Brazilian Amazon from the perspective of cattle ranching: the degradation of water resources in the context of the northern region of Mato Grosso. Research, Society and Development, [S. I.], v. 10, n. 11, p. e66101119252, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i11.19252. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/19252>. Acesso em: 10 ago. 2022.

LIMA, Thales Ernildo. Mapa de localização da macrorregião Norte (2). Laboratório de Pesquisa e Estudo em Geomorfologia Fluvial. UNEMAT. Cáceres. 2021.

LIMA, Thales Ernildo. Mapa da bacia hidrográfica Tapajós e principais rios. Laboratório de Pesquisa e Estudo em Geomorfologia Fluvial. UNEMAT. Cáceres. 2021.

LIMA, Thales Ernildo; BAMPI, Aumeri Carlos; SILVA, Carlos Alberto Franco. O avanço do desmatamento na Amazônia da macrorregião II – norte do estado de Mato Grosso. Ciência Geográfica - Bauru - Ano XXVII - Vol. XXVII - (3): Janeiro/Dezembro - 2023

MATO GROSSO (Estado). Secretaria de Planejamento - SEPLAN-MT. Atlas de Mato Grosso: abordagem socioeconômico-ecológica. CAMARGO, L. (Org.). Cuiabá, MT: 187 Entrelinhas, 2011. 100 p. Disponível em: <http://www.seplan.mt.gov.br>. Acesso em: 27 abr. 2020.

MENDONÇA, Francisco de Assis; LEITÃO, Sanderson Alberto Medeiros. Riscos e vulnerabilidade socioambiental urbana: uma perspectiva a partir dos recursos hídricos. GeoTextos, v. 4, 2008. DOI: <https://doi.org/10.9771/1984-5537geo.v4i0.3300>.

PADILHA, Rinaldo Marques. Bacia hidrográfica do rio Carapá, Mato Grosso: caracterização ambiental, uso da terra e dinâmica fluvial. 2017. 151 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Cáceres/MT: UNEMAT, 2017. 151 f.

PFAFSTETTER, Otto. Classificação de Bacias Hidrográficas – Metodologia de Codificação. Rio de Janeiro: DNOS, 1989.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Plano Municipal de Saneamento Básico: Colíder-MT. Organizado por Eliana Beatriz Nunes Rondon Lima, Paulo Modesto Filho e Rubem Mauro Palma de Moura. Cuiabá-MT: EdUFMT, 2018. 691p. Disponível em:<https://www.colider.mt.gov.br/fotos_downloads/6190.pdf>. Acesso em: jan. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Plano Municipal de Saneamento Básico: Nova Canaã do Norte-MT. Organizado por Eliana Beatriz Nunes Rondon Lima, Paulo Modesto Filho e Rubem Mauro Palma de Moura. Cuiabá-MT: EdUFMT, 2018. 691p. Disponível em:<https://www.colider.mt.gov.br/fotos_downloads/6190.pdf>. Acesso em: jan. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. PMSB - Plano Municipal de Saneamento Básico PMGIRS – Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Alta Floresta - Mato Grosso, 2017. Acesso em:<https://persmt.setec.ufmt.br/wp-content/uploads/2020/09/PMSB_ALTA-FLORESTA.pdf>. Acesso em fev. 2021.

PROJETO MAPBIOMAS – Coleção 5.0. Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil. 2020.

PORTE-GONÇALVES, Carlos Walter. Amazônia, amazônias. São Paulo: Contexto, 2005.

RODRIGUES, Rodrigo Alan de Moura. Água como mercadoria: os direitos humanos em perigo. IV congresso internacional de Direito Ambiental. Filosofia e socioambientalismo e direitos humanos e desenvolvimento sustentável. Belo Horizonte, 2016.

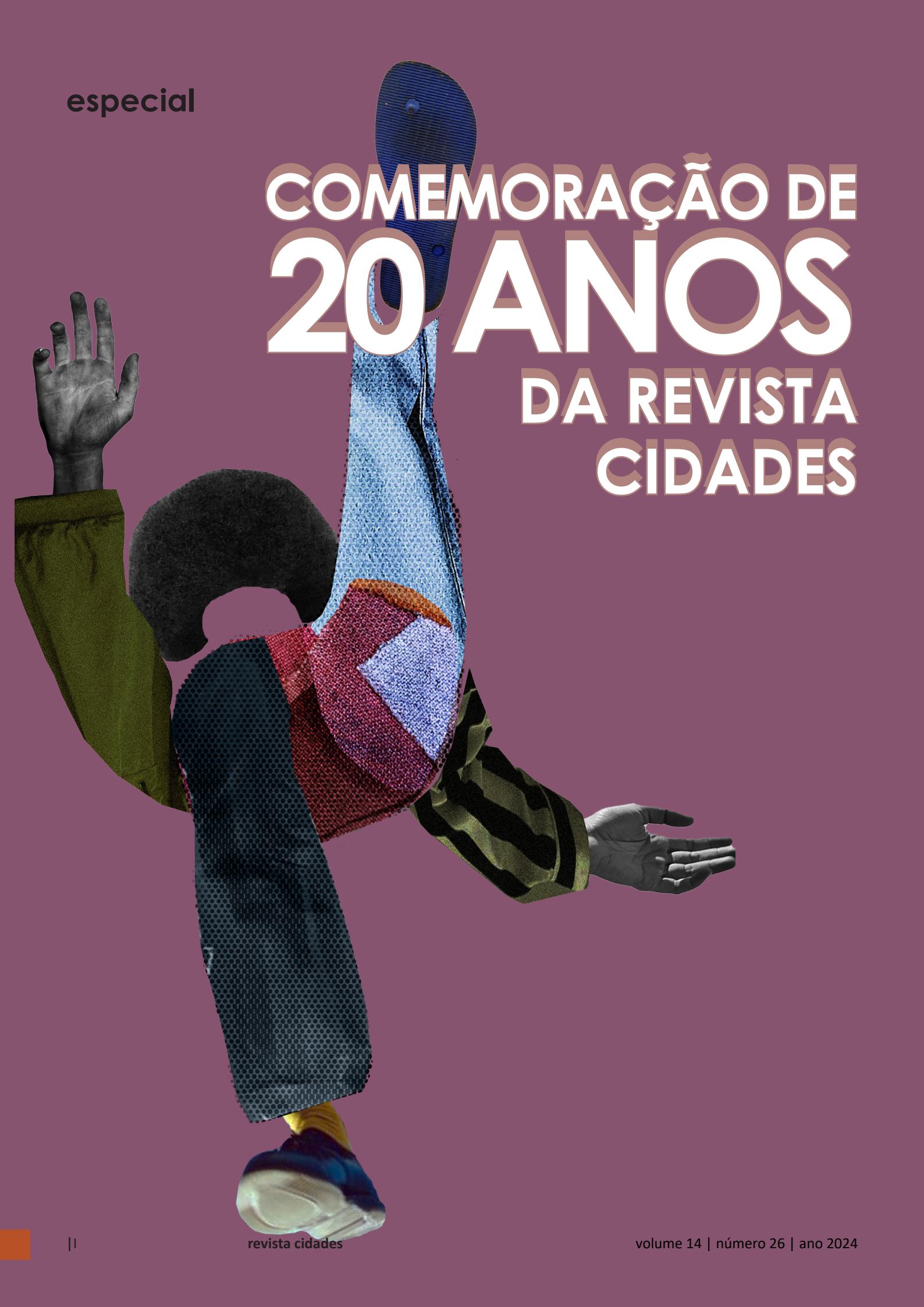
SANTOS, Roberto de Souza. Fronteira agrícola, força de trabalho e o processo de urbanização em Mato Grosso. Caminhos de Geografia, v.13. n.43. 2012.

SILGUEIRO, Vinícius de Freitas; BUTTURI, Weslei; BRUGNARA, Emanuelle; WOJCIECHOWSKI, Júlio César; TAMBOSI, Leandro Reverberi. Identificação de áreas de preservação permanente prioritárias para restauração florestal visando a constituição de corredores ecológicos nos municípios de Alta Floresta, Carlinda e Paranaíta em Mato Grosso. Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 2017. Anais ... Campinas, Galoá, 2017.

SILVA, Carlos Alberto Franco da; BAMPI, Aumeri Carlos. Regional Dynamics of the Brazilian Amazon: between Modernization and Land Conflicts. Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía, n. 28, p. 340-356, 2019.

VEIGA, Andrei Marucci; MELO, Denise Christina de Rezende; SOARES, Alexandre Kepler; TRINDADE, Mauro Campos; MELLO, Luís Tomás Azevedo de; SOUZA, Rávila Marques de. Diagnóstico das vazões do Rio Teles Pires. Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, 20. 2013, Bento Gonçalves. Anais... Bento Gonçalves: ABRH, 2013.

especial

A person is captured in mid-dance against a solid dark purple background. The dancer is wearing a vibrant, multi-colored outfit consisting of a blue textured vest over a red and blue patterned shirt, dark grey pants with a fine hexagonal pattern, and a green and black striped jacket. They are also wearing a blue cap and yellow sneakers. Their arms are raised; one hand is open and facing forward, while the other is held higher with fingers spread.

COMEMORAÇÃO DE 20 ANOS DA REVISTA CIDADES

CIDADES completa, em 2024, vinte anos da publicação de seu primeiro número. Propunha-se uma revista dedicada às reflexões sobre a problemática urbana, notadamente a partir de um olhar geográfico, porém sem negligenciar os debates com colegas de outros campos do conhecimento. Tem cumprido com esta tarefa, enfrentando os desafios e dificuldades que são próprios às revistas científicas abertas e gratuitas no Brasil.

Para celebrar esses vinte anos, abrimos espaço aos colegas que compõem o Conselho Científico Internacional, muitos dos quais vinculam-se a CIDADES desde seu início. Estes pesquisadores e pesquisadoras são convidados a compartilhar reflexões sobre a importância da pesquisa urbana assim como da revista CIDADES a partir de seus pontos de vista.

Responsável editorial
IGOR CATALÃO
Universidade Federal da Fronteira Sul



Esta revista está licenciada sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

CIDADES: UM TRIBUTO



MARCELO LOPES DE SOUZA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PETRÓPOLIS, JULHO DE 2024

Certa feita, lá pelo final dos anos 1990, deparei com uma pizzaria em uma das nossas capitais, que, orgulhosamente, exibia o seguinte letreiro: “Pizzaria ‘x’” (não lembro o nome dela), “tradição desde...” - sendo que o ano em questão se referia a... três anos antes. Sim, **três** anos.

Nunca me esqueci desse letreiro, que parecia até piada, mas era sério. Em verdade, ele é uma aula de Brasil. Nossas temporalidades são outras, nossas espacialidades são outras: não aquelas vetustas temporalidades europeias, em que o “tradicional” se mede por séculos (mais até do que por décadas), e o “antigo”, não raro, é contado na escala dos milênios. Não aquelas quase enfadonhas espacialidades de muitos locais (não de todos, é claro), em que a população de uma cidade ou de um vilarejo muitas vezes se mantém irritantemente estável, a despeito de tantas pestes, de tantas guerras, de tantas mudanças econômicas. No Brasil, cidades brotam e pulam do zero para milhares de almas em matéria de alguns anos, como na faixa de fronteira; no Brasil, três tenros aninhos configuraram, para o dono de uma pizzaria, uma “tradição”.

Há boas razões para isso. Por estas plagas, reina a instabilidade, abundam as ameaças a qualquer coisa que tente se afirmar como duradoura. Na Alemanha, a revista *Erdkunde* foi fundada por Carl Troll em 1947, e existe até hoje; a *Geographische Zeitschrift* é ainda muito mais antiga, existindo desde 1895, quando foi criada por Alfred Hettner; e o que dizer de *Die Erde*, lançada em 1853 por Carl Ritter, sendo, com isso, a revista de Geografia mais antiga do mundo? Diante desses números, as duas décadas de *Cidades* parecem pouco. Não são, contudo.

Sem o devido contexto, nada na vida faz sentido. Nesses vinte anos, sobrevivemos, nós que criamos e ajudamos a manter a revista, ao Outro (neoliberalismo aberto ou disfarçado, bolsonarismo, posturas anticíencia, verbas minguantes...) e a nós mesmos (ceticismos, hesitações). Não é incomum que, entre nós, no Brasil, revistas científicas mal ultrapassem a “fase da abertura”, para usar uma metáfora enxadrística: duram poucos anos, se tanto. Seja por escassez de dinheiro, seja por falta de fôlego, seja por empolgação “com data de validade”, muitos são os periódicos que, ou acabam efetivamente, ou sensivelmente declinam, atrasando muito e passando a existir quase que só formalmente. *Cidades* também conheceu momentos difíceis; também sofreu atrasos. Porém, sempre houve um compromisso de um grupo (de composição um pouco variável) de profissionais que se empenharam em mantê-la viva e pujante. Graças a isso, chegamos aos vinte anos de uma mocidade já repleta de maturidade. À luz do que tivemos de superar, em um país que definitivamente não é para principiantes, seus vinte anos valem pelo dobro ou pelo triplo. Isso, por si só, é uma conquista. Mas, por óbvio, não é a única.

Cidades, nesses vinte anos, tem dado uma baita contribuição para pensar a cidade, as cidades, o urbano, a urbanização. De um ponto de vista fundamentalmente geográfico, mas para além da Geografia. A complexidade desse “ser cidade” e desse “estar na cidade” - ou, mais amplamente, “ser urbano” e “estar no urbano” - foi captada, há quase meio século, pelo *Poema Sujo* de um grande poeta maranhense:

*a cidade está no homem
mas não da mesma maneira
que um pássaro está numa árvore
não da mesma maneira que um pássaro
(a imagem dele)
está/va na água
e nem da mesma maneira
que o susto do pássaro
está no pássaro que eu escrevo*

*a cidade está no homem
quase como a árvore voa
no pássaro que a deixa*

*cada coisa está em outra
de sua própria maneira
e de maneira distinta
de como está em si mesma*

*a cidade não está no homem
do mesmo modo que em suas
quitandas praças e ruas*



Incontáveis vezes li e reli essa passagem, com a qual Ferreira Gullar encerra seu marcante poema. Gostaria, em nome da estética, de encerrar este tributo com ele. Gostaria, mas não posso. Em nome do rigor, seguramente embebido em esperança e otimismo, me atrevo a desejar que, nos próximos vinte anos, outras dimensões da cidade e do urbano, até agora pouco exploradas (por serem, quiçá, menosprezadas?...), mereçam maior atenção.

Que possamos, enfim, assimilar que nas cidades há intempéries, desastres, poluição, ilhas de calor, fauna e flora urbanas. Que possamos perceber que o sítio urbano e os processos geobiowfísicos se entrelaçam com a produção social do espaço, gerando as formas espaciais e as dinâmicas que observamos e nos influenciam. Que possamos ir além da cidade e do próprio urbano (e do excessivo “urbanocentrismo”), abraçando a miríade de existências, resistências e re-existências irredutíveis à cidade e ao próprio urbano: indígenas, ribeirinhos, quilombolas, camponeses, geraizeiros, barrageiros, faxinalenses, caiçaras... Que possamos, por fim, e com a ajuda talvez desses outros atores, repensar e redescobrir os próprios dilemas dos trabalhadores urbanos -“formais” e “informais”-, estejam onde estiverem, submetidos a perigos novos ou renovados nestes tempos confusos e difíceis que vivemos.

São os meus sinceros votos,
com carinho e gratidão ■

REVISTA *CIDADES*: 20 ANOS

PEDRO DE ALMEIDA VASCONCELOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

SALVADOR, JULHO DE 2024



revista *Cidades*

Os membros do Conselho Científico da revista *Cidades* foram convidados no dia 22 do corrente mês de julho, por Igor Catalão, Responsável Editorial da revista, para que publicássemos “notas com breves reflexões sobre os temas 1. A revista *Cidades* a importância dos estudos urbanos hoje; 2. Contribuições e desafios da revista aos estudos urbanos”. Considero que minha contribuição para esta comemoração, respondendo parcialmente aos dois temas, pode ser a versão em português de partes do capítulo *The Study of Cities in Brazilian Geography*, publicado nas páginas 97-114, do livro *Brazilian Geography. In Theory and in the Streets*, organizado por Rubén C. Lois González e Marco Antonio Mitidiero Junior e publicado pela Springer em 2022.

volume 16 | número 26 | ano 2024

INTRODUÇÃO

[...] A partir de 1989 foram iniciados os Simpósios Nacionais de Geografia Urbana – Simpurbs, bianuais, que além de reunir pesquisadores de todo o país interessados na temática, resultaram na publicação em livros, revistas e anais, que formam uma memória da principal produção especializada há mais de 30 anos. Em paralelo, foi criado o Grupo de Estudos Urbanos, que deu início à publicação da revista *Cidades*, a partir de 2004, assim como a publicação de dois livros em 2011 e 2013 [...].

A REVISTA

[...] A revista *Cidades* foi fundada pelo Grupo de Estudos Urbanos – GEU, composto inicialmente pelos geógrafos Ana Fani Alessandri Carlos, Jan Bitoun, Maria Encarnação Beltrão Sposito (1^a editora), Mauricio de Almeida Abreu, Pedro de Almeida Vasconcelos, Roberto Lobato Corrêa e Silvana Maria Pintaudi (2^a editora)¹. O número 1 data de 2004. Até o número 15 (2012) a revista foi publicada em papel. Em seguida, ela passou a ser publicada apenas virtualmente. O último número publicado foi o 22, datado de 2016.

Foram publicados ou republicados, inicialmente, textos clássicos sobre temas urbanos, sendo vários traduzidos para o português: Pierre Deffontaines [1938] (nº 1); Pierre Mombeig [1941] (nº 2); Chauncy D. Harris e Edward L. Ullman [1945] (nº 3); e Roderick D. McKenzie [1926] (nº 4).

Devem ser destacados os números temáticos a partir de 2007, que informam os temas de interesse no período: A diferenciação e as desigualdades (nº 6, 2007); Imagens da cidade (nº 7, 2008); A Urbanização da sociedade (nº 8, 2008); Ativismos sociais e espaço urbano (nº 9, 2009); A cidade e o urbano: uma busca conceitual (nº 10, 2009); Formas espaciais e política(s) urbana(s) (nº 11, 2010); Brasil urbano: desafios e agendas (nº 12, 2010); A cidade e a festa (nº 13, 2011)²; Mauricio de Almeida Abreu (nº 14, 2011)³; O pensamento e a práxis libertários e a cidade (nº 15, 2012); A produção do espaço urbano: o sentido das políticas públicas (nº 16, 2012); Microterritorialidades nas cidades (nº 17, 2013); Comércio e consumo na cidade contemporânea (nº 18, 2013); Processos extremos na constituição da cidade [da crise à emergência dos espaços contemporâneos] (nº 19, 2014); Leituras sobre a Cidade (nº 20, 2015); Urbanização difusa e cidade dispersa (nº 21, 2015) e Justiça e direito: um debate sobre o urbano (nº 22, 2016). Também os temas iniciam tratando das questões de diferenciação e desigualdades, e encerram no último número, nas questões de justiça e direito, que apresentam uma certa afinidade [...].

CONCLUSÕES

[...] Tanto os Simpósios Nacionais de Geografia Urbana – os Simpurbs nos últimos 30 anos – como a revista *Cidades* permitiram acompanhar as temáticas em destaque ao longo do tempo na subdisciplina. No conjunto os geógrafos, inicialmente, estudaram empiricamente as principais cidades brasileiras, passando, em seguida, para uma discussão eminentemente teórica, em temáticas bastante diversificadas, não havendo, portanto, um pensamento hegemônico nos tempos atuais [...].

Finalmente, lembro que participei desde o primeiro número da revista, não só como membro do primeiro Conselho Editorial, como publiquei no referido número a crítica bibliográfica do livro *La ciudad postmoderna*, de autoria do sociólogo italiano Giandomenico Amendola. ■

1 Marcelo José Lopes de Souza entrou no GEU após a publicação do primeiro número da revista.

2 Número bilíngue (francês e português) com 491 páginas, editado por Paul Claval.

3 Número especial dedicado à memória de Mauricio Abreu (1948-2011), membro fundador do GEU.



CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DA REVISTA CIDADES: AOS ESTUDOS URBANOS

JOSÉ BORZACCHIELLO DA SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ E PUC-RIO

FORTALEZA E RIO DE JANEIRO, AGOSTO DE 2024

A revista Cidades nasceu famosa, reconhecida e consolidada, coroando as discussões do Grupo de Estudos Urbanos – GEU. Foi em 2004, quinze anos após a criação do Simpósio Nacional de Geografia Urbana – Simpurb, cujo primeiro evento aconteceu no Departamento de Geografia da USP. O GEU decorreu da necessidade de aprofundamento das questões mais prementes da Geografia Urbana, considerando a dimensão que o SIMPURB alcançou reunindo professores e alunos de universidades de todo o Brasil. Além de preencher uma lacuna, a revista Cidades conquistou um público especializado de outras áreas.

Cumprindo a razão maior de sua criação, a revista Cidades, seguindo os ritos pertinentes aos periódicos científicos, atribuiu visibilidade à produção intelectual dos estudos urbanos, divulgando avanços em diferentes abordagens e formulações, testemunhos do acúmulo do conhecimento. As revistas científicas também têm sido utilizadas como fonte de avaliação da produção científica de pesquisadores e instituições.

Esse espaço destinado às reflexões em torno de novas teorias explicativas capazes de abranger o vasto espectro da geografia urbana fomentou a produção de artigos científicos, sempre antenados com os temas sugeridos previamente pelo GEU. Sob a coordenação editorial de Maria Encarnação Beltrão Sposito, da Unesp de Presidente Prudente, saiu o número 1 da revista Cidades em 2004.

A boa aceitação de uma revista é fundamental para sua permanência no rol dos periódicos constantemente indexados e sempre sujeitos a avaliações dos leitores. A pertinência temática consoante o movimento da sociedade numa abrangência escalar extraordinária respalda a Revista e impulsiona a sua divulgação entre diferentes estratos de leitores, principalmente o universitário. A política de intercâmbio abre e consolida canais. A revista Cidades mostra a força de um projeto coletivo.

A presença de um periódico específico para os estudos urbanos coincidiu com o período de expansão da pós-graduação em Geografia no Brasil, momento de afirmação da ciência geográfica frente ao dinamismo do país que presenciava o avanço do agronegócio, o surgimento de novas cidades, o revigoramento de outras e principalmente mudanças no universo demográfico do país, com redução do aumento populacional das metrópoles e crescimento das cidades médias e multiplicação de cidades menores pelo país afora.

As lentes da política editorial da revista Cidades estavam atentas às transformações e tentavam capturar as mudanças e permanências da dinâmica urbana brasileira. O tripé Coordenação Editorial, Conselho Editorial e Conselho Científico garantiu a inclusão da Revista Cidades na lista dos periódicos especializados sujeitos à rigorosa avaliação pelos indexadores das revistas científicas e pelo Qualis Periódicos da Capes. Não demorou muito e a Revista, porta-voz dos geógrafos voltados aos estudos urbanos, tornou-se referência e fonte no processo de avaliação da produção científica de pesquisadores e instituições.

Nossa Revista continua com vigor e vitalidade, ainda com apoio do GEU, tendo à frente o Dr. Igor Catalão, na condição de responsável editorial. Está sediada na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) sob responsabilidade de uma nova Equipe Editorial que, desde 2020, conduz a Revista sob o compromisso com a pluralidade na produção do conhecimento no campo dos estudos urbanos.

Vida longa para a revista Cidades! Parabéns aos que se comprometeram com a sua criação e se dedicaram durante tantos anos, mantendo o frescor da revista na abordagem de temas que influenciaram fortemente os caminhos dos estudos urbanos no Brasil. ■

Tenho muito orgulho de acompanhar essa história desde o início.

Parabéns, revista Cidades!

A REVISTA CIDADES E A “NOVA ERA URBANA”

PAULO ROBERTO RODRIGUES SOARES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE, AGOSTO DE 2024



Nos últimos 20 anos, vivemos grandes mudanças no mundo, na sociedade e no urbano. Nosso país também mudou. Foram mudanças significativas, as quais a Geografia brasileira e a revista Cidades acompanharam. Estamos chegando ao primeiro quarto do século XXI e o mundo vive uma “nova era urbana”, o momento da urbanização planetária contemporânea.

Há uma diversidade de mudanças nos processos de produção do espaço cujas interpretações interessam aos geógrafos e geógrafas e outros cientistas sociais que lidam com o urbano.

Entre estas mudanças importantes na urbanização, podemos destacar a “metamorfose metropolitana” (Carlos De Mattos), a “metropolização do espaço” (Sandra Lencioni) e a “urbanização regional” (Edward Soja), ou seja, a formação de “cidades-regiões e regiões de cidades” e “megarregiões” urbanas integrando espaços urbanos de diferentes dimensões, morfologias e fluxos (de pessoas, matérias-primas, bens, capitais e informação).

A metropolização do espaço não se restringe às regiões metropolitanas, incorpora cidades médias, pequenas e o “mundo rural” hoje incorporando urbanidades em ruralidades (o “rururbano”?). Além disso, devemos considerar as “paisagens operacionais” da urbanização planetária, “infraestruturas sociais e técnicas entrelaçadas umas nas outras à escala planetária, procurando servir as principais operações industriais, logísticas e metabólicas que suportam e sustentam a vida urbana” (Neil Brenner).

Contudo, além das análises sobre urbanização, mudanças importantes ocorreram nos últimos vinte anos nas abordagens dos processos socioespaciais internos às cidades. O século XXI é marcado pela financeirização da economia capitalista, pela revolução tecnológica, pelas mudanças no mundo do trabalho (precariedade do trabalho) e pelo colapso dos aparelhos estatais de proteção social. Na produção do espaço, a hegemonia do capital financeiro-imobiliário, com a conversão da produção da cidade como circuito econômico principal e os processos de extensão do tecido urbano e gentrificação dos espaços interiores das cidades. Nosso tempo também é marcado por intensas lutas

urbanas, novos movimentos sociais urbanos que se espalham pelas metrópoles do mundo (da “Primavera Árabe em 2010, passando pelo Brasil em 2013, até o “estallido social” chileno em 2019), num movimento de “cidades rebeldes”: grandes mobilizações urbanas, intensos movimentos de multidões, com novos repertórios e formas de mobilização.

“Cada vez que a estrutura da sociedade e da economia muda, a questão urbana volta ao primeiro plano” (Bernardo Secchi). Neste caso, ela voltou a partir da exacerbação da fragmentação socioespacial, da polarização social, da precariedade do trabalho e dos processos de despossessão, com a expulsão das populações tradicionais e dos pobres de seus territórios de vida e identidade. A fragmentação socioespacial emerge como processo complexo e conceito-chave para a compreensão do urbano contemporâneo, embora se manifeste como multidimensional e polissêmico. Além disso, requer uma leitura específica em países de capitalismo periférico, como na América Latina, onde “clivagens de diferentes nuances e formas acentuadas de diferenciação e desigualdade trazem muitas tonalidades” ao processo (Eliseu Sposito e Maria Encarnação Beltrão Sposito).

A nova questão urbana é enquadrada por novas leituras do espaço social da cidade. Entre elas as leituras das “identidades”. Esta leitura aponta para a complexidade da cidade do ponto de vista de etnias, raças, gênero, grupos culturais, faixa etária (jovens, idosos), além da intercessão desses diversos componentes da identidade em distintos grupos sociais e territórios. Assim, expressões como cidades feministas ou de mulheres, territórios negros e outros territórios étnicos, territorialidades periféricas, lugares de identidade e pensamento decolonial passam a fazer parte da análise urbana. “A configuração da cidade é permeada por símbolos que estimulam o individualismo e reafirmam a continuidade da supremacia social e das hierarquias” (Joice Berth). Temas, questões, grupos sociais invisíveis ou negligenciados em muitas abordagens da “velha” questão urbana emergem nos estudos urbanos atuais.

Quanto ao planejamento urbano, ou ideias sobre a cidade e o urbano, novas abordagens remetem ao “Novo Urbanismo” que tenta superar o urbanismo funcionalista fordista de períodos anteriores. As ideias deste “novo” urbanismo apontam para a cidade à escala humana, para as pessoas (Jan Gehl). Proclamam a ideia de uma cidade de proximidade, do encontro de espaços de trabalho, residência e lazer, da multifuncionalidade dos espaços, e de um novo desenho de espaços públicos e habitacionais.

Na prática, porém, essas experiências ocorrem em espaços restritos das cidades e metrópoles, e não são generalizadas ao tecido urbano e a todos estratos sociais. Esses espaços de “qualidade” são direcionados por incorporadoras imobiliárias às classes média e alta. Os tempos e espaços de consumo (especialmente na América Latina) continuam fechados nos shopping centers, presentes por diferentes setores das metrópoles e hierarquizados de acordo com as camadas de renda do seu público e entorno. As áreas comerciais tradicionais (centros históricos) sofrem esvaziamento e degradação, reservadas ao comércio popular, à economia informal e à “espera” de políticas de gentrificação.

A pandemia de Covid-19 (2020-2021) impactou severamente os centros urbanos, com a desocupação dos espaços de trabalho, alterações na mobilidade urbana, além do telecomércio e outros serviços que se tornaram atividades na Internet. Hoje as áreas centrais sofrem um processo de desvalorização desafiador para urbanistas e planejadores urbanos e diversas análises a partir da geografia são desenvolvidas, configurando uma nova frente de pesquisa.

Finalmente, devemos nos referir ao cenário de mudanças climáticas e suas consequências aos estudos urbanos: o quanto as mudanças ambientais e sociais derivadas vão repercutir nos espaços e na produção das cidades. O quanto vão repercutir na vida das pessoas, especialmente os mais vulnerabilizados. E quais repercussões trará sobre o nosso olhar e na nossa interpretação dos fenômenos urbanos e processos socioespaciais. ■



CIDADES: UMA IDEIA, UM PERCURSO, MUITOS APRENDIZADOS

MARIA ENCARNAÇÃO BELTRÃO SPÓSITO

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

PRESIDENTE PRUDENTE, DEZEMBRO 2024

Nem sempre encontramos um bom fio da meada para desenrolar o novelo das experiências, desafios e vivências que tivemos num percurso e cá estou eu postergando o registro de meu depoimento sobre os vinte anos da revista Cidades.

Com certeza, minha dificuldade decorre de haver muitos fios para serem puxados e muitos modos de registrar a pequena grande história dessa revista porque, como tudo na vida, não há um plano único, mas um poliedro que nos coloca diante de escolhas.

Escolho o mais simples: um registro de fatos, acontecimentos, encruzilhadas vividas pela revista, cujo relato – é evidente – não é neutro nem imparcial. Os vinte anos decorridos oferecem a possibilidade de um olhar retrospectivo, a partir do qual seleções conscientes ou inconscientes são feitas. Oferecem, também, a oportunidade de, por meio do balanço, vislumbrar devires para essa publicação.

Começava um novo milênio, estávamos embalados pela ideia de organizar uma publicação que pudesse veicular artigos sobre a cidade e o urbano, a partir de uma perspectiva geográfica e crítica. Envolvidos em muitas frentes de trabalho, demorávamos para dar corpo a uma proposta.

Em algum momento do ano de 2002, estando em Brasília, em função da participação na comissão de avaliação dos programas de pós-graduação em Geografia, Maurício de Almeida Abreu, Pedro de Almeida Vasconcelos e eu conversávamos, animadamente, durante o almoço, sobre como apresentar a proposta aos demais colegas do Grupo de Estudos Urbanos – Ana Fani Alessandri Carlos, Jan Bitoun, Roberto Lobato Corrêa e Silvana Maria Pintaudi. Na mesma noite, fazendo valer minha personalidade que sempre corresponde à imagem que tenho de secretariar, coloquei no papel as primeiras ideias que animaram meus amigos e, depois, foram, por meio de muita troca de mensagens, revisadas, aperfeiçoadas e aprovadas pelos sete.

Estávamos em Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Claro e Presidente Prudente. As revistas ainda eram, majoritariamente, publicadas no suporte papel e não queríamos que ela se vinculasse a nenhuma das instituições a que pertencíamos – UFPE, UFBA, UFRJ, USP e Unesp. Criamos uma revista suprainstitucional, financiada pelos grants das bolsas do CNPq de alguns de nós e, sobretudo, levada a cabo pelo nosso trabalho e de pós-graduandos que viram um valor na proposta.

A escolha do nome da revista resultou de um fato pitoresco. No documento, cujo arquivo ainda guardo, datado de 29 de março de 2002, havia, entre diferentes pontos a serem objeto de decisão, sugestões de nomes. Eram eles: Revista Brasileira de Geografia Urbana; Geografia Urbana; Urbano e Cidade, Urbi, Urbe, Cidades, Urbanicidade. Eu gostava mais do último, mas uma manifestação daqui, outra dali, confluímos para Cidades. Passados uns anos, numa das reuniões da Comissão Editorial, Ana Fani perguntou: “Afinal, por que mesmo não ficamos com o nome de Urbanicidade?” Um olhou para a cara do outro e concluímos que teria sido um nome ótimo, mas não foi o escolhido...

O primeiro número foi lançado durante o Simpósio Nacional de Geografia Urbana – Simpurb – ocorrido em Recife em 2004. A capa da revista, branca com desenho e letreiros em rosa, causou algum frisson, afinal essa imagem talvez não correspondesse muito ao perfil intelectual que se desejava para ela. Penso que foi inovadora também desse ponto de vista.

Os números se sucediam num tempo em que a correspondência com os autores se fazia por e-mail, mas também por cartas; os originais eram impressos e arquivados em pastas; a revisão de línguas portuguesa e inglesa era realizada com correções em vermelho no texto impresso e a distribuição se fazia em pacotes embrulhados em papel pardo com a indicação IMPRESSO para se pagar menos nos Correios.

Os avanços vieram do ponto de vista do conteúdo e da forma. Os números temáticos foram propostos e organizados, os esforços para internacionalizá-la se ampliavam, os critérios de avaliação eram aperfeiçoados e a régua para aprovação dos artigos foi-se elevando. Depois de muito debate interno, os números passaram a ser publicados em papel e online para, na sequência, tornarem-se exclusivamente online; a revista foi instalada em plataforma digital e o processo de tramitação passou das cartas e mensagens para um ambiente virtual adequado.

Houve muitos impasses: Devemos aceitar que orientadores assinem os artigos de orientandos? Textos sem clara contribuição teórica devem ser publicados? Os que não demonstram perspectiva crítica valem a pena para nossa revista? Mudando a responsável pela editoria, a revista deve mudar de plataforma? Deve se vincular a uma instituição? Não eram meras perguntas.

Essas indagações revelavam as mudanças pelas quais a própria Universidade vinha passando. Indicavam que, nas bandejas da balança em que oscilam qualidade e quantidade, os indicadores adotados em diferentes âmbitos da avaliação acadêmica pendiam para o segundo polo do par. Mostravam que a autonomia que desejávamos,

do ponto de vista institucional, talvez não fosse consecutiva. Evidenciavam que, para continuar, era preciso mudar, aceitar, desde que fôssemos capazes de manter o esforço para distinguir o essencial do secundário.

Nesse caminho, o GEU também passava por alterações. Logo no começo, fomos fortalecidos pela entrada de Marcelo Lopes de Souza que, muitos anos depois, se afastaria do grupo. Vivemos, com uma dor indizível, a morte de Maurício de Almeida Abreu. Enfrentamos dificuldades para manter Roberto Lobato Corrêa entre nós. Discutimos sobre as descontinuidades que a revista vivia, chegamos a decidir pelo fim dela e, depois, tomamos a decisão certa de lutar pela sua renovação.

Como editora dos dezessete primeiros números da revista acompanhei, cotidianamente, as mudanças pelas quais passou, refleti sobre elas e, em algumas poucas situações, fiquei na situação incômoda de aceitar e colocar em prática a vitória de um ponto de vista diferente do meu, mas que correspondia à posição majoritária da comissão. A maravilha que o tempo nos propicia é de amadurecer, minimizar o peso que as dificuldades expressavam e valorizar a ideia de futuro, como continente do novo.

Muitas possibilidades desenham-se para a revista Cidades. Desejo que os pesquisadores que estão à frente dessa publicação, no momento sob a liderança de Igor Catalão, divirjam, polemizem, façam escolhas ousadas, abram-se para um mundo como um rizoma que seja capaz de dar maior ênfase às intercomunicações entre pesquisadores, às linhas de pensamento, aos campos disciplinares interessados na cidade e no urbano. Sejam mais plurais que singulares, mas sem perder de vista o que é o mais importante para uma revista que deseja contribuir para a leitura, ou seja, a crítica e a superação dos desafios urbanos contemporâneos.